UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

ANA CRISTINA KERBAUY

Ilustração Goana e *Minerva Brasiliense:* a sedimentação do romantismo em Goa e no Brasil

São Paulo
2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

K392

Kerbauy, Ana Cristina
Ilustração Goana e Minerva Brasiliense : a sedimentação do romantismo em Goa e no Brasil / Ana Cristina Kerbauy ; orientador Hélder Garmes. -- São Paulo, 2008.
325 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa. Área de concentração: Língua Portuguesa) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Literatura comparada (Brasil; Portugal) – Século 19. 2. Literatura de expressão portuguesa (Brasil; Portugal) - Século 19. 3. Romantismo – Brasil; Portugal – Século 19. 4. Literatura brasileira – História e crítica – Século 19. 5. Literatura portuguesa – História e crítica – Século 19. I. Título.

21ª. CDD 869.899
809.03469

ANA CRISTINA KERBAUY

Ilustração Goana e *Minerva Brasiliense:* a sedimentação do romantismo em Goa e no Brasil

Dissertação apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Literatura Portuguesa
Orientador: Prof. Dr. Hélder Garmes

São Paulo
2008

A meus pais, Carlos e Marli, pelo apoio constante, e a Eric, companheiro de todas as horas.

Agradecimentos

A Hélder Garmes, pela orientação, amparo, e por ter me apresentado um “outro mundo” em língua portuguesa.

A Mônica Simas e Paulo Motta pelas pertinentes observações feitas na banca de qualificação.

A Rosane Amado, Beatriz Gil, Elizabeth Salum e Neide Takahashi, e aos monitores da área de português do Centro de línguas da Faculdade de Letras, pela atenção e pelos contatos intelectuais que me proporcionaram.

A Ligia Ferreira, por fazer parte de várias conquistas.

A Débora Balancin, por muitas razões, sobretudo pela amizade.

A FAPESP

"o privilégio de se pertencer a vários mundos numa só vida: *Sou um Tupi tangendo um alaúde...*".

Serge Gruzinski, Mário de Andrade

Resumo

O objetivo principal deste projeto é refletir sobre duas revistas literárias de caráter romântico: *Ilustração Goana* (1864-1866) e *Minerva Brasiliense* (1843-1845), abordando as diferentes concepções da relação entre literatura, sociedade e autonomia intelectual que cada uma apresenta. Vale notar que, em certa medida, os processos históricos de Goa e do Brasil se aproximam por terem origem na colonização portuguesa, sendo que ambos revelam uma vida literária bastante profícua em meados do século XIX, guardadas as devidas proporções.

Palavras-chave: Romantismo, Periódico, Colonização, Literatura indo-portuguesa, Literatura brasileira, Literatura portuguesa.

Abstract

The purpose of this project is to ponder on two literary romantic magazines: *Ilustração Goana* (1864-1866) and *Minerva Brasiliense* (1843-1845), bringing to light the different conceptions of the relationship between literature and society; and the intellectual autonomy represented by each of them. It's Worthy of attention, to a certain extent, Goan and Brazilian Historical processes have similarities due to their Portuguese colonization origin, both revealing, to a certain point, prolific literary activity in the mid XIX century.

Keywords: Romanticism, Periodicism, Colonization, Indo-portuguese literature, Brazilian literature, Portuguese literature.

Sumário

Apresentação 7

Capítulo 1: O periodismo goês e a *Ilustração Goana* (1864-1866)

1.1 Origens da imprensa goesa 10

1.1.2 Periódicos literários que antecederam à *Ilustração Goana* 12

1.1.3 O surgimento da *Ilustração Goana* 17

1.1.4 As publicações concomitantes e subseqüentes à *Ilustração Goana* 26

1.2 Apresentação da *Ilustração Goana* 28

1.2.2 Proposta da revista 32

Capítulo 2: Descrição comentada das matérias publicadas na *Ilustração Goana*

2.1 Biografia 41

2.1.1 O lugar paradigmático de Bernardo Peres da Silva 42

2.1.2 Outras personalidades goesas biografadas 47

2.2 Prosa em língua portuguesa 57

2.2.1 Traição-romance original 59

2.2.2 Contos da minha terra 71

2.2.3 Aventuras de um Simplicio 77

2.3 Poesia 82

2.4 Crítica literária 88

2.5 Tradução 96

2.6 Crônica 100

2.6.1 Crônica do mês 100

2.6.2 Crônica exterior, nacional e estrangeira 104

2.6.3 Crônica bibliográfica 104

2.7 História e política 106

2.7.1 Notícia histórica 106

2.7.2 Historiografia 109

2.7.3 Documento histórico 110

2.8 Jornalismo 120

2.9 Religião 121
2.10 Filosofia 125
2.11 Ciências naturais 129

Capítulo 3: A *Minerva Brasiliense* (1843-1845) na história da literatura brasileira
3.1 Um paradigma da sedimentação do romantismo no Brasil 132
3.2 Os propósitos da *Minerva Brasiliense* 136
3.3 O programa da revista 140
3.4 As matérias literárias da *Minerva Brasiliense* 157
3.4.1 Prosa 157
3.4.2 Poesia 159
3.4.3 Crítica literária 161
3.4.4 Tradução 180
3.5 O final feliz da *Minerva Brasiliense* 181

Capítulo 4: Comparando as duas revistas à guisa de conclusão
4.1 Convergências e divergências 184
4.2 A *Ilustração* à luz da *Minerva*: liberalismo e identidade literária 189

Apêndices
I. Resumo das matérias da *Ilustração Goana* 200
II. Resumo das matérias da *Minerva Brasiliense* 213
III. Índice onomástico da *Ilustração Goana* 238
IV. Índice onomástico da *Minerva Brasiliense* 248
V. Índice comparativo entre as revistas 284
VI. Índice geral da *Ilustração Goana* classificado por assunto e autor 303

Bibliografia 323

Apresentação

A presente dissertação começou como um projeto de iniciação científica, com o apoio da FAPESP, em que fizemos uma primeira descrição das revistas românticas *Ilustração Goana,* publicada de 1864 a 1866 em Goa, então colônia portuguesa, e *Minerva Brasiliense* editada entre 1843 e 1845 no Rio de Janeiro, vinte e um anos depois de proclamada a Independência do Brasil, procurando notar se havia alguma possibilidade de confronto entre ambas as publicações. Atestada aí a viabilidade do confronto entre as revistas, em vista da constatação de ambas cumprirem o papel de sedimentar a estética romântica naquelas localidades, teve início então o trabalho desta dissertação, que aprofundou tudo aquilo que havia sido vislumbrando no projeto inicial.

A revista goesa já foi comentada por Vimala Devi e Manuel de Seabra como um marco literário em Goa, em *Literatura indo-portuguesa* (1971), e também por Hélder Garmes, em *A convenção formadora: uma contribuição para a história do periodismo literário nas colônias portuguesas* (1999), contudo, até o presente momento não havia um trabalho focado numa descrição detalhada da *Ilustração Goana*. Já a *Minerva Brasiliense* foi detidamente estudada por Hélio Lopes em *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas* (1978), obra que utilizamos como base de nossa pesquisa.[1]

A revista goesa foi publicada num período em que Goa ainda era colônia de Portugal, por um grupo da elite indiana, que se opunha à aristocracia portuguesa e seus descendentes. Já a *Minerva* foi publicada num Brasil pós-colonial, por um grupo que representava a primeira geração romântica brasileira, em que se destacaram nomes como Domingos José Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres Homem. O ideário proposto pela *Ilustração Goana* prende-se ao modelo literário português, em função da ausência de qualquer proposta de independência política, enquanto que na *Minerva*, a literatura nacional é tomada como palavra de ordem.

No primeiro capítulo, para fundamentar o percurso histórico do periodismo em Goa, buscamos informações desde o estabelecimento da imprensa no século XVI. Detivemo-nos mais demoradamente à década de 1860, marcada pelo aparecimento profícuo de jornais literários. Priorizamos, através do trabalho de Hélder Garmes

[1] Entre outras, como a de Ivan Marcos Ribeiro, *A imprensa romântica do Brasil: o Minerva Brasiliense* (1843-1845) e seu segmento literário (2001).

(1999), os principais periódicos[2] literários de Goa que antecederam a *Ilustração,* assim como os que lhe eram concomitantes e os que o sucederam, numa tentativa de construir um panorama para contextualizar a *Ilustração Goana,* fazendo entender sua importância naquele lugar e naquele momento histórico. Fora de Goa, preparamos um breve histórico do periodismo em Bombaim, que então se encontrava sob domínio inglês, mas que servia como espaço de exílio de intelectuais goeses e que foi o palco do início do jornalismo de língua portuguesa de caráter político.

No que concerne à história e política, baseamo-nos sobretudo nos trabalhos de Ernestina Carreira, Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Paulo Lopes Matos, publicados na *Nova história da expansão portuguesa* (2006), pois se trata dos estudos históricos mais contemporâneos sobre Goa oitocentista. Ainda nesse capítulo, incluímos a primeira parte da apresentação da revista goesa, dissertando sobre sua descrição física e sua proposta.

O segundo capítulo trata da descrição comentada das matérias da *Ilustração*, destacando as de cunho biográfico, que nos serviram para identificar, através da seleção de personalidades políticas e religiosas, o ideário da revista, dando já indícios do caráter do grupo de colaboradores. Passamos brevemente pelas ciências naturais, focamos mais a prosa, poesia, crítica e a tradução. As matérias de cunho noticioso também tiveram espaço. Comentamos as de história e política em uníssono, visto a proximidade e intersecção de temas, por se basear, mormente na transcrição de cartas, requerimentos, entre outros documentos. Além disso, discorremos sobre as de cunho jornalístico e filosófico, aludindo assim à revista em sua totalidade.

O terceiro capítulo deu-se de forma mais enxuta que os outros, visto que se trata da apresentação da *Minerva Brasiliense,* já estudada por Hélio Lopes (1971). Apresentamos o contexto em que se inseriu a revista brasileira, assim como sua proposta e seu projeto literário, contemplando as matérias de poesia, prosa, tradução, e especialmente as de crítica. Fizemos também uma breve caracterização do grupo da revista.

O quarto capítulo diz respeito ao confronto entre as duas publicações, que fecha o presente trabalho. Ali apontamos alguns traços semelhantes e distintos entre as duas, e buscamos em Homi Bhabha, Albert Memmi, Serge Gruzinski e Pierre Bourdieu

[2] Tomamos como sinônimos os termos: revista, jornal e periódico.

elementos teóricos por meio dos quais pudéssemos refletir sobre os conflitos identitários representado pelo grupo de colaboradores das revistas de Goa e do Brasil.

A leitura da *Ilustração Goana* foi feita a partir da cópia retirada da Biblioteca Nacional de Lisboa, de que nos faltaram dois exemplares, os de n. 13 e n. 14. A da *Minerva Brasiliense* foi realizada pela cópia da Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que possui apenas vinte quatro dos trinta e um números. Por isso, buscamos o restante em Ivan Marcos Ribeiro (2001), que digitalizou as matérias de crítica e prosa, e também as do acervo da Biblioteca da UNESP de Assis.

Em anexo, preparamos um conjunto de seis textos: dois resumos referentes às matérias de cada revista, em que privilegiamos as de traço crítico[3]; três índices onomásticos, sendo um da *Ilustração*, abordando os autores citados, com exceção das matérias de prosa e poesia; outro da *Minerva,* referente apenas às matérias críticas, e o terceiro comparativo, que está organizado por nomes goeses, brasileiros e estrangeiros presentes em cada uma delas, e também os que se repetiram nas duas. Por parte apenas da revista de Goa*,* organizamos um índice geral classificado por assunto e autor.

[3] Apesar da existência de resumos feitos em linhas gerais da *Minerva Brasiliense*, por Hélio Lopes (1978).

Capítulo 1

O PERIODISMO GOÊS E A *ILUSTRAÇÃO GOANA* (1864-1866)

1.1 Origens da imprensa goesa

Surgida na década de 60 oitocentista, a *Ilustração Goana* (nov. 1864 - dez. 1866) fez parte de um período marcado pelo aparecimento profícuo de publicações ilustradas e literárias, que representariam o jornalismo romântico em Goa. Caracterizados por um "surto cultural"[4], os anos de 1860 refletiram a contribuição de um processo de transformação político-social da metrópole portuguesa, que deu início à instauração de um modelo de monarquia constitucional e liberal em 1820, cuja sedimentação e estabilidade política se deu somente com a Regeneração em 1851. Esse processo repercutiu-se na colônia através da execução de reformas educacionais, empreendimento e difusão de escolas e institutos, laicização e intervenção do Estado cada vez maior no ensino e, no campo do jornalismo, na inauguração da Imprensa Oficial em 1821 (com a publicação da *Gazeta de Goa*[5]), que serviu como a única imprensa por muitos anos, até o aparecimento das imprensas particulares no final da década de 1850. Se comparada com a situação do início do século XIX, cujo aspecto era de instabilidade política, ausência de qualquer tipo de imprensa e quase nulidade do ensino de língua portuguesa, as reformas liberais ajudaram a delinear uma situação privilegiada na colônia goesa.

Mas vale lembrar que não se trata aqui do surgimento da imprensa goesa, mas sim de seu "renascimento", considerando o longo período de inatividade e de

[4] Termo usado por Vimala Devi e Manuel de Seabra: "Produziu-se assim, um surto de cultura, que foi despertar velhas energias ocultas, antigas potencialidades adormecidas. Goa que desde o século XVI vinha tentativamente procurando superar as limitações que a sua alienação psicológica criara, começou, pouco a pouco, a despertar" (DEVI; SEABRA, 1971, v. I, p. 134).

[5] *A Gazeta de Goa* publicada em 22 de dezembro de 1821 era dirigida pelo físico-mor Dr. Antônio José de Lima Leitão. Apresentou-se como um jornal do órgão oficial do governo. Publicado mensalmente, de caráter político, tinha como objetivo principal informar sobre os planejamentos e administração do cofre público, receita e despesas da colônia e da metrópole. Suas atividades cessaram em 1826 por ordem da Junta que sucedeu ao vice-rei D. Manuel de Câmara. Segue-lhe *Crônica Constitucional de Goa (1835-1837)*, o segundo jornal, igualmente oficial e semanal, que chegou a dedicar uma parte de suas páginas a combater jornais portugueses de Bombaim como o *Investigador Português*, de José Valério Capela (Fonte: "A imprensa portuguesa em Goa, na Índia", de Eduardo Judas Barros, Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2004, http://revcom.portcom.intercom.org.br).

inconstância desde o seu estabelecimento no século XVI. Goa, como sede do Reino português no Oriente, foi a primeira colônia a receber uma máquina impressora, para ser empregada como meio de propagação cultural e religiosa. Essa atividade, contudo, não se deu de forma constante, passando por períodos de ruptura e restabelecimento.

A imprensa, em seus primórdios, era supervisionada pelos jesuítas, sem caráter lucrativo, apostando na distribuição de livros, como cartilhas de catecismos, vocabulários e manuais de línguas orientais[6]. A produção literária em língua portuguesa em Goa esteve relacionada aos investimentos do vice-rei D. João de Castro, iniciados no ano de 1545, nos primeiros estabelecimentos públicos da Instituição primária na colônia, como instrumento de divulgação da língua e da cultura metropolitanas.

Não tardou para se verificar o primeiro momento de interrupção da imprensa goesa. A passagem do século XVI para o XVII, mais precisamente o período de 1574 a 1616, foi caracterizado por Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971, p. 131) como de "silêncio total", até o aparecimento de uma tipografia no colégio de Rachol, cidade localizada no concelho de Salsete[7]. Os historiadores vêem esse momento como um "hiato" na história da imprensa, o que a falta de documentação não ajuda a esclarecer. A ausência de registros de publicações em parte do século XVII e no século XVIII faz supor que as obras literárias ficaram inéditas ou foram publicadas em Lisboa.

No século XIX, o liberalismo chegou como uma "nova força política" que favoreceu o desenrolar da imprensa, dando maior liberdade de expressão, contribuiu para estimular sua proliferação através de novas tipografias e propiciou a criação de uma "nova literatura em língua portuguesa", baseada nos moldes de periódicos metropolitanos.

As agitações e mudanças políticas, e conseqüentemente literárias, na Europa foram transferidas, guardadas as devidas proporções, à Índia portuguesa. Os intelectuais goeses adotaram o modelo literário romântico através de Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco, assim como acompanharam os debates intelectuais

[6] Com a chegada dos portugueses em Goa, foi destruída grande parte das obras vernáculas em língua local: concanim, marata, hindi, entre outras indianas. Logo depois, pela necessidade de evangelização dos autóctones, verificou-se por parte dos jesuítas preocupação em produzir material de divulgação lingüística, como por exemplo, o alfabeto fonético em concanim.

[7] Ora encontramos Salsete ora Salcete. O território de Goa era assim organizado: ao sul, abrangia a província de Salsete, a maior em extensão, cuja capital era Margão; ao norte, a de Bardez, cuja capital era Mapuçá; ao centro, a província das Ilhas era dividida em três, as pequenas Ilha Chorão e Ilha Piedade, e a Ilha de Goa, onde estava localizada a capital, que a partir de 1787, era Nova Goa, antiga Pangim (LOPES, M.; MATOS, P., 2006, p. 14).

da metrópole, nos quais os jornais buscaram embasamento, especialmente a partir da década de 1850. A imprensa goesa refletia os modelos e os debates políticos e literários dos periódicos metropolitanos, como observam Devi e Seabra:

> Toda a turbulência da época, todo o fervilhar de idéias que a imprensa diária e as facilidades de comunicação trouxeram consigo, tiveram um impacto imprevisto em Goa. A Imprensa agitava-se em polêmicas violentas que por vezes tomavam um caráter encarniçadamente pessoal. Mas essa mesma Imprensa traz até seu público goês os debates literários da Metrópole, que eram acompanhados com grande interesse. (DEVI; SEABRA, 1971, p. 139)

A "renascença"[8] de Goa assim é caracterizada por Tengarrinha, que se detém ao período da década de 1850 até o final de 1870 para caracterizar o jornalismo na Índia portuguesa: "Os periódicos eram notáveis, não apenas pelo elevado número e qualidade literária como também pelo seu nível técnico, pois a indústria tipográfica atingira naquela colônia grande desenvolvimento e perfeição" (TENGARRINHA, 1989, p. 210), não deixando de ressaltar, no entanto, assim como Vimala Devi e Manuel de Seabra, a curta duração das publicações literárias.

1.1.2 Periódicos literários que antecederam à *Ilustração Goana*

Para compreendermos a importância da colaboração da *Ilustração Goana* para sua época, comentaremos brevemente algumas de suas publicações antecessoras, privilegiando as de cunho literário.[9]

A primeira publicação literária de relevo em Nova Goa foi *A Biblioteca de Goa* (1839), dirigida por João Antônio de Avelar, de quem não encontramos referências biográficas, que teve vida curtíssima, resumindo-se a um número.[10]

---

[8] Devi e Seabra (1971, p. 140) chamam esse período de "renascença literária e cultural".

[9] Os periódicos sobre os quais discorreremos não foram consultados, baseamos nossa descrição nos estudos de Devi e Seabra, *A literatura indo-portuguesa*, Lisboa, 1971; de Garmes, *A convenção formadora: uma contribuição para a história do periodismo literário nas colônias portuguesas*, São Paulo, 1999 e "Origem e estabelecimento da imprensa e da literatura em Goa", *in Oriente, engenho e arte: imprensa e literatura de língua portuguesa em Goa Macau e Timor Leste,* 2004, p. 15-85, e de Aleixo Manuel da Costa, *Dicionário de Literatura Goesa,* Macau, 1997, 3 v.

[10] Devi e Seabra (1971, p. 141) ao comentar da pouca duração dos jornais literários, utilizam de *A Biblioteca de Goa*, como exemplo: "*A Biblioteca de Goa* se chamou o decano dos jornais literários do Oriente português. Saiu apenas um número, como era de esperar". Comentam também da falta de prestígio com os de cunho literário, ao tratar de *O Enciclopédico*: "Saiu ininterruptamente durante um ano e terminou bruscamente sem glória, como sempre acontece, em Paris como em Lisboa, em Goa como em Manila, com publicações dedicadas às letras".

Seguiu-lhe O *Enciclopédico - Jornal de Instrução e Recreio*[11] (1841-1842), editado mensalmente e dirigido por Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda[12]. Como já diz seu título, deu prioridade a um caráter "mais leve" de recreio e utilidade. Extraiu matérias de jornais metropolitanos, como *O Panorama*, assim como de periódicos franceses e brasileiros, como o *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*[13] e *Jornal dos Amigos das Letras* (São Paulo, 1836). A literatura em prosa foi apresentada sob o caráter de narrativas históricas. Os panoramas históricos, que tiveram espaço privilegiado nas páginas do jornal, eram resumos oriundos de publicações portuguesas. Percebe-se em *O Enciclopédico* o desejo de se manterem sintonizados com o que se passava na metrópole, selecionando, ao mesmo tempo, o que lhes era de interesse; inclinação que se verá em outros periódicos goeses.

Após dois anos do surgimento de O *Enciclopédico*, apareceu *O Compilador* (1843 -1847), jornal ilustrado, científico e literário que saía aos sábados em Nova Goa, impresso pela Imprensa Nacional. Entre outubro de 1843 e novembro de 1844, foi publicado semanalmente, em uma segunda fase, entre julho de 1847 e dezembro de 1847, quinzenalmente (sua edição ficou interrompida durante dois anos e meio). Foi redigido pelo já citado João Antônio de Avelar. Seu exemplar continha de oito a dez páginas e seguia o mesmo tamanho e diagramação de *O Panorama.* Quase não publicou matérias de cunho local. Além das metropolitanas, bebeu em revistas francesas e inglesas, de onde retirava extratos. Superou *O Enciclopédico* em quantidade de literatura ficcional. A prosa foi seu gênero mais cultivado e apareceu de forma variada, de narrativa histórica a ficcional. Segundo Devi e Seabra (1971, p. 141) era comum dedicarem uma seção de anedotas e charadas em versos, que chegava a se confundir com a de poesia que vinha na mesma página. Praticamente não publicou crítica ou resenha literária.

De janeiro de 1846 a dezembro de 1848, despontou *O Gabinete Literário das Fontainhas*, apresentado em três volumes. Dedicou-se praticamente às "ciências históricas" e, tendo como objetivo estampar matéria original sobre Goa, é considerado o primeiro periódico cunhado pela "pena verdadeiramente goesa". Seu principal

[11] O título do periódico goês reporta-nos a *Revue Encyclopédique* (Paris, 1777) e ao *Jornal Enciclopédico* (Lisboa, 1799), por sua vez citado pelos redatores do periódico goês (GARMES, 2004, p. 33).
[12] "[...] um dos mais eminentes homens que veio a estas paragens e que distintos serviços prestou às letras pátrias pela sua variada e profunda erudição" (Barreto Miranda, apud COSTA, A. 1997, v. I, p. 359).
[13] *O Enciclopédico* reproduziu de o *Jornal do Rio de Janeiro* o romance "Religião, amor e pátria - Romance histórico", de João Manuel Pereira da Silva, escritor carioca, colaborador da revista *Niterói* (1836), e integrante do grupo de literatos liderado por Gonçalves Magalhães (GARMES, 2004, p. 36).

representante foi o goês Filipe Neri Xavier[14], prestigiado historiador e arqueólogo, estudioso da história da Índia portuguesa, que ocupou o cargo de oficial da secretaria do Governo de Goa por vinte seis anos, além de ter sido diretor da Imprensa Nacional entre 1851 a 1875. Foi ainda membro de instituições de relevo, como a Academia das Ciências de Lisboa e o Instituto Vasco da Gama, como "sócio fundador".

O Gabinete teve como iniciativa promover estudos do hinduísmo em Goa, o que só retornaria a aparecer nas revistas do início do século XX, quando da instauração da República em Portugal.[15] Apesar de privilegiar matérias históricas, propunha-se a extrair artigos literários de periódicos metropolitanos, como *O Panorama*, a *Revista Acadêmica,* o *Recreio e* a *Revista Universal Lisbonense*. Interessa ressaltar, contudo, que o periódico de Goa publicou também alguma literatura original, como o conto "Um fatal Engano" e a crônica "A semana santa", ambos do também goês Manuel Joaquim da Costa Campos[16], funcionário público que chegou a ser diretor da Imprensa Nacional de Goa, além de administrador geral dos Correios[17]. Tido como um dos primeiros escritores românticos goeses de valor, não é por acaso que o encontraremos como um dos principais colaboradores da *Ilustração Goana*.

É Costa Campos quem funda, no mesmo ano de término de *O Gabinete,* em 1848, *O Mosaico - Jornal de Instrução e Recreio* (Nova Goa).[18] Com duração curta de

[14] Filipe Neri Xavier (Loutulim, concelho de Salsete, 1801- cidade de Goa, 1875) exerceu outras funções em cargos públicos: nomeado oficial "supra numérico" em 1824, oficial "papelista" em 1838, chefe da seção do interior em 1845. Segundo Aleixo Manuel da Costa (1997, p. 349), sua reputação foi reconhecida tanto na Índia como em Portugal pelos intelectuais ("vultos literários"), e pelos políticos ("homens do Estado"). Foi considerado o primeiro goês a ser "sócio correspondente" da Academia das Ciências de Lisboa. Em muito contribuiu para a história da Índia portuguesa, considerado o "maior herdeiro", melhor discípulo de Rivara (COSTA, 1997, p. 350). Sua contribuição bibliográfica é extensa em matéria de historiografia: *Folhinhas eclesiásticas, históricas e estatísticas para a Metrópole de Goa, para os anos de 1840, 1841, 1842,* (até 1845), O *Gabinete Literário das Fontainhas* (1846-1848), O *Tirocínio Literário* (Nova Goa, 1862-1863), *Boletim do Governo*, com publicações entre os anos de 1847 a 1871, *Nobiliarquia Goana* em 1862, *Almanaque* de A. L. de Figueiredo de 1865 a 1868, *Almanaque* de Antônio Felix Pereira em 1869, *Almanaque* de Cristóvão Pinto em 1870. Entre as diversas publicações pela Imprensa Nacional, em Nova Goa, destacamos algumas: "Bosquejo histórico das comunidades das aldeias dos concelhos das Ilhas, Salsete, e Bardez" (1852); "Série cronológica dos vice-reis e governadores gerais do Estado da Índia" (1852); "Código dos usos e costumes dos habitantes das Novas Conquistas em português e marata" (1854); "Resumo histórico da maravilhosa vida, conversões, e milagres de S. Francisco Xavier, apóstolo, defensor, e patrono das Índias" (1859) e "Relatório e catálogo da exposição industrial da Índia Portuguesa", Nova Goa, 1861 (COSTA, 1997, v. III, p. 351-356). Em 1901, em Goa, foi comemorado seu primeiro centenário, homenageando-o como uma lápide em sua antiga casa das Fontainhas.

[15] O que desencadearia mudanças na política colonial, como a diminuição da força dos luso-descendestes e a abertura aos hindus, que passaram a ocupar cargos de relevo na administração de Goa (cf. DEVI; SEABRA, 1971, p. 146). Deter-nos-emos aos grupos sociais presentes na Índia portuguesa mais adiante.

[16] Manuel Joaquim da Costa Campos (Ribandar, concelho de Goa, ? – Ibid., abril, 1883).

[17] Não encontramos referências à data.

[18] Em *O Gabinete Literário das Fontainhas,* Costa Campos contribuiu com textos literários como o conto "Um fatal Engano" e uma crônica "A semana santa" (Devi e Seabra, 1971, p. 142). Também publicará no

apenas seis meses, o periódico foi tido como "divulgador de cultura", por tratar de assuntos diversificados. Seus colaboradores eram vistos como "goeses instruídos". Com exceção de Costa Campos, poucos deles tinham experiência anterior no âmbito literário, o que pode ter determinado sua curta duração.[19]

Entre novembro de 1854 e julho de 1855, teve lugar, também em Nova Goa, *A Revista Ilustrativa,* que estampou artigos e peças literárias de escritores portugueses, mas sobre a qual não há muita informação.

Seguiu-lhe O *Arquivo Português Oriental* (Nova Goa, 1857-1866), que era uma publicação em fascículos dirigida pelo historiador português Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara[20], que publicava a documentação daquele arquivo. Sua edição foi duradoura, estendendo-se até 1866, mas por publicar de forma irregular[21], resumiu-se em apenas seis fascículos. Mais adiante comentaremos de forma detida o papel que cumpriu Cunha Rivara no meio intelectual goês oitocentista.

Como é fácil constatar, a grande maioria dessas publicações constituía-se de periódicos cujos artigos, contos e poesia eram extraídos, na sua maioria, de seus congêneres portugueses. De maneira geral, a influência de *O Panorama*[22] mostrou-se preponderante sobre as publicações goesas. A justificativa dos intelectuais goeses de adotarem modelos literários europeus, mais especificamente, metropolitanos, tendo em *O Panorama* sua referência principal, é de se aproximarem do que consideravam o "centro" de conhecimento, numa tentativa de diminuírem a sensação de distância, ou mesmo de isolamento. Essa escolha paradigmática de *O Panorama* demonstra, segundo Hélder Garmes (2004, p. 42 e 43), que o "gosto" literário goês no século XIX procurava se aproximar, e muito, ao do luso-metropolitano.

---

opúsculo *Vergel* (1858) e nas páginas de *A Índia Portuguesa* (1861-1867), de O *Tirocínio Literário* (Nova Goa, 1862-1863), de *Harpa do Mandovi – Jornal de Poesias* (1865), de *Cronista de Tissuary* (1866), com o poema "Sê feliz" (Garmes, 2004, p. 73); de *Goa Sociável. Jornal literário* (1866), e dos anuários de *Almanaque do Cristianismo* (1863, 1864 e 1865). Na *Ilustração*, contribuirá com três poemas: "A cura miraculosa", "Um pedido" e "À beira-mar".

[19] Devi e Seabra (1971, p. 142) não citam outros nomes além de M. J. da Costa Campos.

[20] Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (Arraiolos, Portugal, jun. 1809 - (?) fev. 1879), filólogo, jurista e historiador português. Em Goa, dedicou-se principalmente à historiografia. Sua participação na *Ilustração* deu-se, aos cinqüenta e seis anos, com a carta "Palavras de Recomendação" (IG, 1866, n.15, p.1-2), estampada na abertura do segundo volume em janeiro de 1866.

[21] Em 1857, apareceram o primeiro e o segundo fascículo; em 1861, o terceiro; em 1862, o quarto; em 1865, o quinto fascículo, partes 1 e 2; em 1866, o quinto fascículo, parte 3 e em 1876, o sexto fascículo e suplemento.

[22] De acordo com Hélder Garmes (2004, p. 34) era comum não indicarem a fonte das matérias, mas era possível identificá-la pelas gravuras e textos correspondentes, que eram retirados, na sua maioria, de *O Panorama.*

Lembremos que *O Panorama* (1837-1868), inicialmente dirigido por Alexandre Herculano, serviu de modelo às publicações literárias e de ilustração portuguesas. Publicava matérias de interesse geral, dando preferência para as de caráter educativo e utilitário. A literatura estava intimamente ligada à historiografia e, apesar de não se colocar como jornal preferencialmente literário, "divulgou e sedimentou a literatura romântica em Portugal, oferecendo ao público um conjunto paradigmático de obras da ilustração romântica" (GARMES, 1999, p. 16 e 17). Também esse foi o perfil das publicações goesas.

As apresentações dos periódicos goeses, em geral, apontavam como preocupação a "vulgarização" de conhecimento, em função de atingir o que entendiam ser um alto grau de "civilização".[23] Outro fato recorrente é estampar matérias cujo tema é o comportamento do homem e da mulher no casamento, o que pode ter causado muito constrangimento, por causa das diferenças dos hábitos e costumes da sociedade hindu e cristã. Lembremos que os brâmanes católicos, por exemplo, tentavam conciliar essas duas tradições, mas quase sempre as diferenças eram demasiadamente conflituosas. A recorrência do tema do casamento também era uma forma de marcar a identidade lusófona, diferenciando aqueles ligados à cultura européia e aqueles que se afastavam dela, já que os rituais e concepções de matrimônio eram bastante distintos entre cristãos, hindus e muçulmanos, as três comunidades religiosamente e culturalmente majoritárias em Goa no século XIX.

Ainda que tenhamos privilegiado o aspecto literário e cultural nesse percurso pela imprensa goesa do século XIX, não podemos perder de vista que era a vida política, com suas disputas e constantes reviravoltas, o verdadeiro diapasão do jornalismo goês. Se tomarmos as publicações exclusivamente políticas desse mesmo período, veremos que é bem mais extensa que a produção de jornais de cunho ilustrativo e literário.

> Ao percorrermos a história da imprensa periódica em Goa, algumas características saltam aos olhos. Em primeiro lugar, o jornalismo político dá o tom. É ele que funda e mantém o debate intelectual da colônia, discutindo, em parte, as diretrizes políticas metropolitanas e, em parte, a conjuntura política local (GARMES, 1999, p. 41).

[23] GARMES, 2004, p. 35.

Um aspecto, todavia, emerge tanto na imprensa política quanto na ilustrativa e literária: ambas retrataram a adesão das elites à metrópole, quer a de luso-descendentes, quer a de brâmanes católicos, com quem os primeiros disputavam o poder, demonstrando a vontade dos goeses de estarem integrados ao Estado português.

1.1.3 O surgimento da *Ilustração Goana*

Como vimos, a partir da década de 1820, a imprensa literária traçava seu caminho dentro de uma tradição que vinha com *Enciclopédico* e *O Compilador* passando por *O Gabinete Literário das Fontainhas* (1846- 1848), *A Revista Ilustrativa* (1854-1855), *O Arquivo Português Oriental* (1857-1866), chegando à década de 1860, pronta para produzir publicações próprias e originais.

A inauguração da primeira imprensa privada no Oriente, em 1859, em Margão, concelho de Salsete, deu-se com a publicação do semanário *O Ultramar* (abril de 1859 - novembro de 1941) por Bernardo Francisco da Costa[24], proprietário da tipografia e editor principal do jornal, além de advogado e deputado. Costa foi professor na Escola Matemática e Militar de Goa, na área de ciências físico-química e história natural. Dirigiu o jornal até agosto de 1867, quando se mudou para Portugal, a fim de ocupar o cargo de presidente da Câmara Municipal da Almada, onde se dedicou também ao cargo de administrador do concelho e juiz substituto da mesma comarca.[25] Com sua saída do jornal, seu irmão Antônio Anastácio Bruto da Costa, até então redator de *O Ultramar,* assume a direção.

Advogado e jornalista, Bruto da Costa dividiu-se profissionalmente entre o foro e o jornalismo. Seus traços políticos, assim como os de seu irmão, vinham do seio familiar: seu pai, Constâncio Roque da Costa, fora secretário de Bernardo Peres da Silva, político liberal de quem falaremos quando da descrição da *Ilustração Goana.* Dirigiu *O Ultramar* por quarenta e três anos, vindo a falecer em 1911, quando seu lugar passou a ser ocupado por seu filho, o advogado Brás Condorcet Bruto da Costa.

[24] Bernardo Francisco da Costa (Margão, fev. 1821 – Diu, fev. 1896) foi também nomeado reitor do Liceu de Goa, exerceu a função de inspetor dos estudos na Índia, fundou, em Margão, o Montepio Geral de Goa, introduziu as máquinas de moagem de cana, de extração de óleo de coco, e de destilação (COSTA, 1997). Na *Ilustração*, apresentou duas biografias: "Mariano da Rocha" e "João José Pereira Garcez", e na seção de ciências naturais, o ensaio "Duas palavras sobre a estrutura do globo terrestre". Tinha quarenta e três anos quando da publicação da revista.

[25] Grande parte das referências biográficas foi consultada no *Dicionário de Literatura Goesa*, 1997, de Aleixo Manuel da Costa.

A publicação de *O Ultramar* foi interrompida três vezes, em 1895, durante o governo de Neves Ferreira, que suspendeu toda a impressa em Goa; por dois meses em 1911, quando Margão foi atingida por uma epidemia de peste; e por vinte e dois meses a partir de junho de 1937 (até maio de 1939), devido a um decreto[26].

O surgimento da imprensa de caráter privado veio contribuir para a efervescência das publicações periódicas goesas e estimular o aparecimento de novas tipografias, uma vez que, com exceção dos jornais publicados em Bombaim, os intelectuais goeses contavam até aquele momento apenas com a máquina tipográfica da Imprensa Nacional em Nova Goa.[27] A imprensa privada viabilizou também certa emancipação em relação ao governo central, dando maior liberdade de expressão aos periódicos, assim como autonomia, já que até aquele momento inexistiam periódicos políticos além dos governamentais.

A natureza da relação política e cultural que se estabelecia entre a metrópole e Goa, na segunda metade do século XIX, foi gradativamente se alterando, enfraquecendo o modelo de poder absoluto do governo, representado na figura do vice-governador,[28] para certa abertura à representação das forças políticas locais, desencadeada pela revolução liberal. Baseando-nos em alguns historiadores,[29] tentaremos descrever os grupos políticos dessa sociedade, a fim de esclarecer um pouco esse jogo de forças construído por diferentes integrantes da comunidade goesa, que resultou em publicações de distinto caráter político e cultural.

Os historiadores fazem notar a dificuldade na sistematização da sociedade goesa, baseada na heterogeneidade étnica (naturais, europeus, árabes, africanos e asiáticos), religiosa (hindu, muçulmano, cristão, judeu) e profissional (tendo em vista que as diversas atividades profissionais se relacionam com o sistema de castas). Mais especificamente no século XIX, Devi e Seabra (1971) destacam três grupos que

[26] *O Ultramar* foi suspenso de acordo com o art. 70.˚ do decreto n.˚ 27 495 (COSTA, A., 1997, v. III, p. 320).

[27] A administração civil, comercial e militar da cidade de Goa (ou Velha Goa) foi transferida para Pangim em 1759, passando a ser designada Nova Goa.

[28] O vice-governador (anteriormente, vice-rei, título que foi extinto em 1774, sendo Manuel Saldanha de Albuquerque, conde de Ega, o último a recebê-lo) era o representante do rei nas colônias portuguesas do Oriente (Goa, Macau, Timor, Moçambique), que exercia seu cargo com certa autonomia. Também considerado governador, era nomeado por um período de três anos, que podiam ser renovados, dependendo do seu desempenho. Pertencia à nobreza e geralmente possuía o cargo de oficial de alta patente. Governava com a assistência de três instituições: Igreja, Exército e Justiça. No período por nós estudado, vale mencionar os vice-governadores visconde de Torres Novas, que governou durante 1855 a 1864, e J. F. Pestana, com dois mandatos, de 1864 a 1870 (CARREIRA, 1998, p. 662-663).

[29] Devi e Seabra (1971), Ernestina Carreira (1998), Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Paulo Lopes Matos (2006).

disputavam o poder: o "europeu", ou seja, o português enviado a Goa para ocupar um cargo político e administrativo, detentor da maior parte do poder; o "descendente", fruto geralmente de casamento entre pai português estabelecido em Goa e mãe autóctone, que também detinha parte do poder político e privilégios nos cargos públicos; e os "brâmanes católicos", oriundos de famílias hindus convertidas ao cristianismo, numa conciliação entre hábitos e costumes hindus e religião cristã.[30]

Seguindo a mesma tendência, temos a versão de Lopes e Matos (2006) que a divide em: os "naturais cristãos",[31] grupo que engloba os brâmanes, os chardós (como são designados os xátrias de Goa), os sudras, e as castas ditas "inferiores"; os "reinóis",[32] europeus vindo de Portugal que residiam temporariamente na Índia, cuja situação sociopolítica era vantajosa; os "luso-descendentes" (ou "casados"), resultado da mestiçagem entre portugueses e indianos; e os "castiços", filhos de luso-descendentes com indianos.[33]

Há ainda a divisão de Carreira (1998): os "nativos cristãos" designam os "canarins" (os brâmanes cristãos); os "portugueses" equivalem aos "reinóis"; os "luso-descendentes", seguindo a mesma definição de Lopes e Matos (2006); e os "nativos hindus" (ou "naturais da terra") são caracterizados pela diversidade étnica, englobando os "gentios" e os mouros.

Faz-se necessário também explicar minimamente a constituição do sistema de castas em Goa, cuja organização teve sua sedimentação nos Código de Manu de cerca de 1500 a.C. A noção de "castas" é singular, no sentido de que se distingue da noção de raças, da de grupos políticos e profissionais, e mesmo da de classes sociais, com as quais estamos habituados a trabalhar.

---

[30] Lembremos que, segundo os próprios autores, se trata de uma análise de pouca complexidade, apresentando as relações entre esses grupos de uma maneira simplificada, mas que cabe aqui para termos uma visão geral.

[31] Os autores questionam como explicar a manutenção das castas entre os goeses cristãos. Partem do princípio de que as conversões foram coletivas, favorecendo a permanência do mecanismo da casta, contudo, esvaziada de sentido religioso (LOPES; MATOS, 2006, p. 37 e 38).

[32]Os reinóis mudavam-se, na maioria das vezes, por causa do declínio econômico ou epidemias. Estabeleceram-se primordialmente na Cidade de Goa, deslocando-se aos poucos à Ilha de Chorão, que ficou conhecida como "ilha dos fidalgos" (LOPES; MATOS, p. 49).

[33] Segundo os autores, as autoridades apoiavam os casamentos mistos, a fim de "engrossar a população fixa dos estabelecimentos do Estado da Índia e reforçar, deste modo, a fidelidade à Mãe-Pátria. Além disso, facilitou a conversão ao cristianismo e a aculturação". Diante da dificuldade de relação com os naturais, esse grupo social não cresceu, chegando a formar uma nova casta. Lopes e Matos (2006) apresentaram duas tendências sobre os luso-descendentes: o casamento entre os portugueses e mulheres de "casta elevada" (já que não foram enviadas a Goa mulheres do Reino), o que reforçou a aristocracia, como a dos brâmanes, principalmente durante a época pombalina, quando lhe foi dado maior poder, e o casamento entre reinóis e castas mais baixas. Defenderam assim a mestiçagem entre os reinóis e "elementos de diversas proveniências social" (LOPES; MATOS, 2006, p. 47 e 48).

Os quatro principais "varnas", que estariam relacionados a quatro partes do corpo de Brahma (cabeça, braços, estômago e pés), caracterizam a divisão social de quatro grupos distintos: os brâmanes, os xátrias, os vaixias e os sudras. Os brâmanes constituem a casta sacerdotal e de escrivões; os xátrias, a guerreira; os vaixias, a trabalhadora; e os sudras, a casta servil.[34] As profissões exercidas pelos goeses seguiam tal seleção do sistema hindu. Entre os da "casta superior", os brâmanes exerciam o sacerdócio, a medicina, a advocacia e constituíam a classe de intelectuais, e os xátrias (ou chardós) dedicavam-se, sobretudo, à carreira militar e às atividades de governo. Entre os das castas consideradas mais baixas, os xátrias se dedicavam ao comércio e aos trabalhos braçais e, dentre estes, aqueles trabalhos de menor prestígio eram exercidos pelos sudras. Havia ainda os párias, isto é, os sem casta, que não eram reconhecidos como integrantes desse sistema e podiam exercer qualquer atividade, mas jamais tinham prestígio ou reconhecimento por parte dos hindus.[35]

Os portugueses cristãos se associaram já no século XVI aos brâmanes e isso lhes deu um status semelhante aos deles, ainda que sempre tenham sido vistos como sujeitos sem varna e, portanto, em última instância, párias. Os brâmanes católicos, de origem hindu, mantiveram sua casta, apesar de terem se convertido ao cristianismo. O fato é que tanto a administração colonial quanto o catolicismo difundido em Goa acabaram por incorporar a divisão de castas.

Todavia, por muito tempo, apenas portugueses puderam ocupar postos de comando. Somente a partir de Pombal é que os "naturais cristãos" passaram a executar cargos administrativos de maior relevo, isso se passando também no interior da hierarquia da Igreja. Ainda assim, cabia somente aos portugueses e descendentes cargos exclusivos na esfera civil e eclesiástica, como o de governador e o de arcebispo. Apenas

[34] Essa divisão foi feita a partir do sentido literal de "varna", que por designar "cor", se dá através de um critério racial, e conseqüentemente, estende-se a "classe". Esses três varnas que se referiam à origem ariana (pele clara), após as invasões indo-européias, fariam oposição aos sudras, de origem aborígine (pele escura). Os autores consideram esse processo dicotômico como "não razoável", por colocar indivíduos de castas diferentes pertencentes à mesma raça, como se dá o primeiro bloco. A casta é definida por um conjunto de aspectos: o nascimento é apontado como o primordial, seguido do religioso e profissional, que definirão a hierarquia, o isolamento ou sociabilidade do grupo. Vê-se assim a (quase) impossibilidade de "permeabilidade social" e mudanças. Como sistema complexo, as castas são divididas em subcastas ("jatis") e mesmo em clãs, podendo ser formadas por grupos diferentes (LOPES; MATOS, 2006, p. 44-46).

[35] No que diz respeito às atividades militares, durante o governo de Pombal foi incentivado um projeto de participação dos goeses como "sipais", isto é, soldados, tanto da classe "superior" (chardós e brâmanes, sendo que estes últimos parecem ter sido resistentes a tal medida, pela aversão que revelavam à carreira militar), como na "inferior", de sudras, contrariando as Câmaras Gerais, que criticavam a participação dos goeses, alegando sua "debilidade". Lopes e Matos (2006, p. 44-46), por falta de documentação, não tratam do desenrolar desse projeto, mas afirmam ser significativo a participação goesa em algumas campanhas militares frente à falta de portugueses.

com o advento do liberalismo e da Monarquia Constitucional no século XIX é que os goeses puderam ocupar os principais cargos políticos da colônia.

Essa breve explicação dos grupos sociais e castas de Goa serve-nos para contextualizar *O Ultramar*, órgão de imprensa dos brâmanes católicos, que, com o estabelecimento do liberalismo em Goa a partir da década de 20, ganhou espaço na competição com os luso-descendentes, alcançando maior participação política e administrativa.

O jornal mostrou-se eminentemente político e de notícias. Todavia, na seção intitulada "Folhetim", dedicou-se à crônica, conto, novela, crítica literária e teatro, textos que eram, na sua maioria, reproduções de periódicos portugueses. A referência a outras literaturas européias aparecia nas traduções de autores de língua inglesa, francesa e espanhola. Sobre seus colaboradores, foram poucos os goeses que contribuíram com matérias de literatura e cultura no periódico, com destaque para Jacinto Caetano Barreto Miranda,[36] com o artigo sobre literatura indo-portuguesa "O sermão de Santa Cruz dos Milagres de Sebastião do Rego" (GARMES, 2004, p. 73). J. C. Barreto Miranda foi advogado e administrador das Comunidades das Ilhas, e contribuiu em vários periódicos goeses, assim como em almanaques. Ficou conhecido nos concelhos da Índia Portuguesa, aos 21 anos, com *Os Quadros Históricos de Goa*, publicado em três fascículos pela tipografia de *O Ultramar*, nos anos de 1863, 1864 e 1865, em que discorreu sobre a história indo-lusitana, relatando acontecimentos políticos a partir da expansão portuguesa até a primeira metade do século XIX. Barreto Miranda também será um dos colaboradores da *Ilustração Goana*.[37]

---

[36] Jacinto Caetano Barreto Miranda (Margão, Salsete jan. 1842 – Ibid., jul.1879) além de *O Ultramar* colaborou em *Recreio-Jornal Literário, Instrutivo, e Mensal* (1859-1860); *Arquivo Pitoresco; Revista Contemporânea de Portugal e Brasil,* de Lisboa, com "Duas palavras sobre o progresso literário de Goa" (1865); *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nos anos de 1872 a 1875; *Almanaque de Lembranças Luso-Indiano para o ano de 1865;* O *Almanaque Popular;* entre outros Almanaques de Goa. Chamamos atenção para a publicação de seu ensaio "O que fomos e o que somos. Narrativa histórica e política. Carta ao seu amigo o Sr. Dr. Joaquim dos Remédios Monteiro", publicado em Margão na Tipografia de *O Ultramar*, em 1866 com 32 páginas, cuja aparição foi divulgada na seção de "Crônica do mês", da *Ilustração Goana,* como veremos, sobre tom de protesto, criticando "os males do país" (COSTA, 1997, p. 107). Em resposta, saiu "Refutação do folheto – O que fomos e o que somos, ou antes desagravo à honra do País", assinado por um "Canarim" (anônimo), texto que também citado pela revista (IG, 1866, n 18, p. 19). Segundo Aleixo Costa (1997, p. 105), Barreto Miranda foi um dos "propulsores" do movimento literário que caracterizou a segunda metade do século XIX. Foi "sócio-fundador" do Instituto Vasco da Gama, e membro da Sociedade Luso-Indiano e da Sociedade dos Amigos das Letras, ambas em Bombaim. Segundo Devi e Seabra (1971, p. 246), Jacinto Barreto Miranda foi o primeiro escritor a estudar o passado literário de Goa, e também comentaram sobre o caráter crítico de seu ensaio publicado na *Revista Contemporânea de Lisboa* "Duas palavras sobre o progresso literário de Goa".

[37] Tinha vinte dois anos quando da publicação da *Ilustração Goana*, em que colaborou com três biografias "P.^{e} Manuel Agostinho Lourenço", "Estevão Jeremias Mascarenhas", "Antônio Caetano Pacheco", e dois ensaios "O país e a civilização" e "Um religioso erudito".

Em seguida, no mesmo ano, apareceu *O Recreio* (1859-1860), jornal bimensal, considerado o primeiro periódico científico e literário impresso na tipografia de *O Ultramar*[38], fundado pelo advogado goês Augusto Estanislau Xavier Soares[39], que se mudou para Moçambique em 1848, onde ocupou os cargos de delegado de procurador da Coroa e Fazenda, além de ter sido substituto de juiz, presidente da Câmara Municipal, e auditor de guerra. Em matéria de jornalismo, contribuiu no periódico moçambicano *Boletim do Governo.* De volta a Margão, em 1855, foi professor de Direito e então criou *O Recreio,* em que colaborou o nosso já conhecido Barreto Miranda. Também ali publicou Aleixo Justiniano Sócrates da Costa[40], que estreou como jornalista quando estudante de medicina, com textos de ciências médicas e naturais. Mais tarde, em 1865, Sócrates da Costa alcançou a posição de redator-chefe de *Almanaque de lembranças luso-indiano.*

Dois anos após o aparecimento de *O Ultramar,* em um momento de proliferação de novas tipografias, entrou em cena *A Índia Portuguesa* (1861-1950), semanário político e literário, impresso primeiramente em Margão, tendo Manuel Lourenço de Miranda Franco[41] como diretor. Em 1866, a redação passou a ser dirigida por José Inácio de Loyola, em uma tipografia própria de Orlim, em Salsete[42]. Loyola, como jornalista, dedicou-se preponderantemente às áreas de economia, agricultura, problemas sociais e administração pública. Além de médico, foi político, ocupando cargos importantes como o de vereador, vice-presidente e presidente da Câmara de Salsete, foi também procurador da Junta Geral do distrito, e chefe do "Partido Indiano".

---

[38] *O Ultramar* é o nome da tipografia e do jornal.

[39] Nasceu em Margão, (?) e faleceu na mesma cidade em 1884.

[40] Aleixo Justiniano Sócrates da Costa (Assolná, concelho de Salsete, ? – Lisboa, jan. 1907), diplomado pela Escola Médica de Goa em 1870, foi nomeado médico em Cabo Verde em 1871, e delegado de saúde na Guiné em 1874. Estreou como jornalista quando estudante, colaborando em *O Recreio*, *A Índia Portuguesa*, no semanário *Boletim Colonial,* em Lisboa, no *Arquivo popular* (1865), e como redator principal em *Almanaque de lembranças luso-indiano* (1865). Publicou vários ensaios médicos entre os anos de 1875 e 1886. Na *Ilustração Goana* contribuiu na área de ciências naturais com "Química", artigo publicado em dois exemplares, n. 1 e n. 5.

[41] Não encontramos outras referências sobre o diretor de *A Índia Portuguesa*. Pesquisamos em Devi e Seabra (1971), Aleixo Costa (1997) e Garmes (1999).

[42] Visto sua longa duração, é comum que a revista tenha passado por vários diretores, redatores e tipografias: Avertano de Loyola (Orlim, 1902 – 1911); Miguel de Loyola Furtado (Chinchinim, 1912-1918); Vicente de Bragança Cunha (São Tomé, Salsete, 1919-1922); Pio Antônio da Costa, diretor, e padre Antônio Gregório da Costa, redator principal (Majordá, 1923-1927); Jacinto Proto Fernandes (Majordá, 1928-1933), Pio Antônio da Costa, novamente diretor, e José Erasmo Carvalho, redator (Margão, 1934-1950); Joaquim Manuel de Aires Gomes, diretor, e Leonor de Loyola Furtado Fernandes, redator (1950). Observamos que a família Loyola marcou presença na revista. Mesmo depois de ter deixado a direção, manteve-se por um longo tempo como proprietária (COSTA, 1997, v. II, p. 167).

O jornal reproduziu autores portugueses, como Alexandre Herculano, entre outros europeus, e também Frederico Bremer e Victor Hugo, em forma de folhetim. Apresentou menos matéria literária do que *O Ultramar*, no entanto, maior quantidade de matéria original.

Redigido por chardós, posicionou-se contra *O Ultramar*. Os chardós[43] apoiaram os brâmanes nas disputas com os europeus e luso-descendestes, contudo, internamente, disputavam com eles o poder, tentando evitar sua ascensão, que no século XIX se dava rapidamente. A competição entre *A Índia Portuguesa* e *O Ultramar* tornou-se mais aguda no final da década de 1880, quando a crise política e social na metrópole, que redundaria no *Ultimatum* inglês de 1890, foi sentida no Oriente (DEVI; SEABRA, 1971, p. 146). Entre seus colaboradores, destacamos a participação dos já apresentados A. J. Sócrates da Costa e Manuel Joaquim da Costa Campos[44].

De janeiro de 1862 a fevereiro de 1863, surgiu o *Tirocínio Literário* em Nova Goa, que saiu primeiramente manuscrito, passando a ser impresso quinzenalmente pela Imprensa Nacional. O jornal merece destaque por iniciar a publicação de textos especificamente ficcionais e poemas originais goeses, dando ao público mais matérias de cunho próprio e original do que os anteriores, mas não deixando de reproduzir matéria literária de periódicos portugueses, como de *O Panorama*, e traduções de autores franceses, como as de Lamennais e de Alexandre Dumas.

Seu grupo de literatos era encabeçado por Joaquim Mourão Garcez Palha, cujo título de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real demonstrava o caráter ilustre da família[45] à qual pertencia. Na vida político-militar, foi nomeado Capitão de Mar e Guerra na década de 1820.[46] Ao falar da participação de Palha em o *Tirocínio,* Devi e Seabra (1971, p. 169) mencionaram seu poema "Eu bem sei que os olhos falam". Entre os colaboradores do *Tirocínio* encontravam-se M. J. da Costa Campos e Filipe Neri

[43] De acordo com Devi e Seabra (1971, p. 139), os brâmanes eram estrangeiros para os chardós.
[44] Manuel Joaquim da Costa Campos contribuiu em *A Índia Portuguesa,* em 1868, com o conto "Missa regimental": "narrativa sobre o costume de fazer que os integrantes não-católicos dos regimentos do exército assistissem obrigatoriamente à missa" (GARMES, 2004, p. 75). Mais adiante trataremos da presença de indianos no exército português em Goa.
[45] Da família Mourão Garcez Palha, encontramos referências a Cândido José M. G. Palha (Ribandar, concelho das Ilhas, 1810 – id., 1873), o primeiro visconde de Bucelas, sócio do Instituto Vasco da Gama, erudito da época, proprietário de uma biblioteca; Tomás Mourão Garcez Palha (Ribandar, 1842 – id., 1904), segundo barão de Combarjua, poeta, concanista; como jornalista, dirigiu dois jornais políticos de Ribandar, o *Jornal das Notícias* e a *Imprensa,* entre outros, e Francisco Mourão Garcez Palha (Ribandar, ? – Nova Goa, 1937), conhecido pelo seu estudo de genealogias sobre as famílias portuguesas na Índia, redator do periódico *O País*, em 1895 (COSTA, 1997, v. II, p. 21-28).
[46] Quando da 2ª Junta Provisória, período do liberalismo em Goa, Joaquim Mourão Garcez Palha representou os luso-descendentes em meio à disputa de poder entre reinóis (portugueses), e também brâmanes católicos.

Xavier, que já haviam marcado presença em *O Gabinete Literário das Fontainhas* (1846-1848).

Ainda no início dos anos 60, surgiu, no mesmo ano do *Tirocínio*, *A Harmonia - Jornal Político, Literário e Comercial* (Nova Goa, 1862-1864), que teve Gustavo Adolfo de Frias[47] como redator. Devido ao caráter comercial, alinhava-se aos periódicos *O Ultramar* e *A Índia Portuguesa*, mas era de porte menor. Seguindo a tendência da época, extraiu matérias de *O Panorama*, entre outros periódicos portugueses, como *A Revolução de Setembro, Revista Militar, A Época* e *Jornal Havre*. Publicou um dos primeiros folhetins de rodapé não ficcional de Goa, estampando, como tema inicial, matéria sobre a família real; assim como algumas traduções, entre elas, *O Espectro do Noivo*, de Washington Irving, e *Pensamentos*, de Pascal.

Entre o grupo de literatos que ali colaboraram dois nomes constarão mais tarde nas páginas da *Ilustração Goana:* Antônio Lopes Mendes, sobre quem pouco sabemos[48], e José Gerson da Cunha, conhecido no meio intelectual, principalmente de Bombaim, pelos seus estudos "orientalistas"[49], em que a cultura indiana e o concanim foram tomados como tema, assim como as relações indo-portuguesas.

Podemos citar também Leopoldo Cipriano da Gama[50] jornalista goês do concelho de Bardez, renomado por sua vasta participação em jornais da época[51] tanto em Goa, como em Bombaim, onde dirigiu e colaborou no semanário *Horas Vagas* (1890-1891) e em *Colônia Goana* (1891-1892), além de ter sido sócio do Instituto Vasco da Gama, e Francisco Antônio Frias de Noronha, advogado e jornalista goês nascido no concelho de Bardez.

Entre os periódicos de Bombaim, província do domínio inglês, mas historicamente ligada à comunidade goesa, *A Estrela do Norte* (1862-1864) teve papel inaugural no que diz respeito à imprensa de língua portuguesa. Especificamente de

[47] Entre as poucas referências que encontramos de Gustavo Adolfo de Frias, soubemos de sua participação em *A Convicção*, entre 1887 e 1895, juntamente com Pascoal João Gomes e Leopoldo Cipriano da Gama (DEVI; SEABRA, 1971, p. 253).

[48] Encontramos apenas referências de sua participação em *Harmonia* e no *Almanaque Literário* (1866, 1867 e 1868) dirigido por Frederico Gonçalves de Figueiredo. Em Aleixo Costa (1997) não obtivemos registros sobre Antônio Lopes Mendes.

[49] Entre os quais podemos citar: "Memoir on the history of the Tooth-relic of Ceylon", Bombaim, 1875; "The Sahyâdry-khanda of the skanda purâna", Bombaim, 1877; "The Konkani language and literature", Bombaim, 1881; "Contribuitions to the study of indo-portugueses numismatics", Bombaim, 1883 (COSTA, 1997, v. I, p. 314).

[50] Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971, p. 145) citam-no como Leopoldo Cipriano da Costa. Aleixo Manuel da Costa (1997, p. 10-12) e Hélder Garmes (2006, p. 52) citam-no como Leopoldo Cipriano da Gama.

[51] Como *Goa Panch, A Pátria* (1877-1894)*, O Futuro, Boletim Indiano, A Convicção* (entre os anos de 1887 a 1895), *Gazeta da Índia* (1893-1894) (COSTA, 1997, v. II, p. 11).

notícias, não estampou matérias de interesse literário. Surge na mesma época *O Português em Bombaim* (1863) que publicou alguma literatura e *O Patriota* (1866), periódico bilíngüe inglês-português. O também bilíngüe *Anglo-Português* (1866) merece destaque por estampar, em forma de folhetim, *Os Brâmanes*, de Francisco Luís Gomes, o primeiro romance de língua portuguesa publicado na Índia. A maioria dos periódicos de Bombaim, dessa época, era de caráter de informação e político.

Lembremos que Bombaim não pertencia ao Estado de Goa desde o século XVII, quando passara para o domínio da Inglaterra. Frente ao império mogol, visto como principal potência da Índia Ocidental até a emergência da política marata, e diante da expansão holandesa e da debilitada defesa terrestre do Estado português, as autoridades de Goa foram obrigadas pela coroa a ceder Bombaim, em 1661, aos ingleses. Foi quando trocaram Bombaim por ajuda militar contra o Império Mogol e contra os holandeses, acordo do qual se arrependeram rapidamente ao constatarem a falta de força dos ingleses na Índia. Isso fez com que o governo insistisse com os ingleses até 1673, em vão, para a apresentação de uma nova oferta de compra.[52] Todavia, a comunidade portuguesa em Bombaim sobreviveu a esse processo e, no século XIX, manteve naquela localidade uma imprensa em língua portuguesa que muitas vezes serviu de oposição à elite dirigente de Goa, acolhendo os perseguidos políticos da colônia portuguesa, que ali podiam se manifestar através dos periódicos (GARMES, 2004, p. 56). Assim, podemos compreender o constante intercâmbio estabelecido entre os intelectuais de Goa e Bombaim.

Na década de 1860, surgiram periódicos que marcaram segmentos específicos, na sua maioria, publicados em Nova Goa pela Imprensa Nacional, como: *Jornal de Farmácia e Ciências Médicas da Índia Portuguesa* (1862-1863), *Arquivo de Farmácia e Ciências Acessórias da Índia Portuguesa* (1864-1871) e *Periódico Militar do Ultramar Português* (1863). Os periódicos especializados de Goa raramente

[52] O termo do ato de transferência de soberania foi assinado em 1665, no governo de Antônio de Melo e Castro, mas os desacordos, às vezes violentos, estenderam-se pelo século XVIII. A política do Estado foi a de isolamento em relação aos outros governos europeus. Os governos de Goa e Bombaim entraram em conflito e tentaram vários acordos mal-sucedidos. Durante a guerra da Sucessão da Espanha houve um momento de trégua. A disputa religiosa, que se seguia desde meados do século XVII entre os interesses do Padroado e os da Companhia Inglesa na costa ocidental, também contribuiu para desenrolar os conflitos. Sob o poder marata, a "cristandade" era regida pela jurisdição do arcebispo de Goa, enquanto que nos territórios ocupados pelos ingleses, o governo de Bombaim tinha o direito de nomear seus religiosos. Em 1716, os franciscanos foram expulsos do Padroado de Bombaim pela falta de acordo. (CARREIRA, 2006, p. 39- 41, p. 54-56, e p. 107 e 108).

estampavam literatura, o que, de acordo com Garmes (2004, p. 57), nem sempre acontecia com os da metrópole.

Nessa linha, aparece O *Recreio das Damas - Periódico Semanal de Recreação Oferecido às Damas da Índia Portuguesa e às Damas Portuguesas de Toda a Índia* (Nova Goa, 15 junho 1862 - 15 dezembro 1863). Chama-nos atenção por ser a única revista voltada exclusivamente para o público feminino na colônia. Era impresso pela Imprensa Nacional e redigido pelo português (reinol) João Felipe de Gouveia, tenente oficial do Exército, que já havia dirigido o *Periódico Militar do Ultramar Português.*

O *Recreio das Damas* apresentou, em seu intróito, uma lista de romances[53] europeus que pretendia publicar, idéia que não chegou a se realizar. Grande parte de seus textos era reprodução de periódicos portugueses, entre eles, o *Viannense* e *O Instituto*, mas também se baseou em um francês, *Revue Britanique*. Publicou, sobretudo, matéria de moda[54] e moral.

No que concerne à poesia, estampou versos de Luiz Augusto Palmeirim (1825-1893), poeta do romantismo português que participou da revista coimbrã *O Trovador,* vindo a ser um dos mais populares de seu grupo de literatos.[55] De Palmerim, a revista publicou "Sim? – Não.", "Portugal" e "O guerrilheiro", elegendo-o como o poeta de maior presença. Contou ainda com a colaboração dos poetas Luiz Arsênico Marques Correia Caldeira, com "Melancolia", e Pinto de Almeida, com "O dia do juízo final".[56]

1.1.4 As publicações concomitantes e subseqüentes à *Ilustração Goana*

Antes de comentarmos especificamente a *Ilustração Goana*, vale notar que, concomitante à sua publicação, em 1865, surgiu *A Harpa do Mandovi – Jornal de Poesias*, como seu título já diz, prestou-se exclusivamente à poesia. Teve curta duração, não ultrapassando seis exemplares. Em matéria de poesia, destacaram-se os nomes já mencionados Joaquim Mourão Garcez Palha e M. J. da Costa Campos.

---

[53] *Murat* e *A mão direita do Sr. de Giac*, de Alexandre Dumas; *O derradeiro abencerragem,* de Chateaubriand; *Rosa e branca*, de Jorge Sand; *Paulo e Virginia* e *Choupana India*, de Bernardin de Saint Pierre; *Luiz Napoleão*, de J. B. Fellens; *O banqueiro de cera* e *O leão d'ouro*, de Paulo Feval; *Lionello*, do Padre Antônio Bresciani, e *De Delhi a Cawnporte,* de Félix Maynard (GARMES, 2004, p. 58).

[54] Através dos artigos de moda, percebemos que os hábitos europeus ganhavam espaço em Goa.

[55] *O Trovador* apresentou como temas preferidos os de cunho folclórico e político, e trabalhou com levantamentos da repressão de 1846 e 1847. (Cf. SARAIVA, José e OSCAR, Lopes. *História da Literatura Portuguesa,* 1975, p. 817).

[56] Não tivemos acesso à biografia dos dois autores.

Três meses depois, seguiu-lhe *O Recreio – Jornal Literário Instrutivo e Mensal* (1865-1866), que era editado na Imprensa do Nacional. Teve no já citado Francisco Antônio Frias de Noronha seu principal colaborador, que realizou trabalhos em prosa e poesia. O jornal publicou também ensaios históricos e um romance *A Fatalidade*, de Leopoldo Cipriano da Gama. Notamos a parceria dos dois autores, em *A Harmonia* e mais tarde em *A Pátria* (1877-1894).

A partir de 1865, observou-se a diminuição das publicações literárias, substituídas pelos almanaques, que ganhavam espaço. Geralmente anuais e de caráter genérico, discorriam sobre temas variados: literatura, religião, história e informações úteis. Vistos como o "cavalo de tróia para introduzir literatura" por Devi e Seabra (1971, p. 147), os almanaques foram mais divulgados que as publicações periódicas literárias, que dependiam de um público mais letrado e, portanto, mais restrito.

Alguns chegaram a assumir caráter literário como o *Almanaque de Lembranças Luso-Indiano para o ano de 1865*, em Margão, ao publicar fábulas de La Fontaine e poesias, dirigido por João Miguel do Rosário Gomes e J. C. Barreto Miranda como colaborador. Outros almanaques ali publicados foram o *Almanaque Popular*, que tinha José Pedro da Silva Campos de Oliveira, como diretor, e a participação de Barreto Miranda e M. J. da Costa e Silva, e o *Almanaque Literário*, com duração mais prolongada (1866, 1867 e 1868), organizado por Frederico Gonçalves de Figueiredo, e intelectuais conhecidos no meio literário como Cunha Rivara e Luís Manuel Julio Gonçalves e Joaquim Mourão Garcez Palha, sobre os quais discorreremos mais adiante.[57]

Devi e Seabra (1971, p. 144) identificam nos jornais literários da década de 1860 o aperfeiçoamento estrutural e de caráter da imprensa goesa, pela diminuição da tendência de "divulgação" em troca de mais originalidade. No que concerne à elaboração, passam a trazer "graves estudos", poemas "frívolos", textos bibliográficos de escritores românticos, assim como maior difusão de literatura européia.

Dentro desse contexto, a *Ilustração Goana* aparecerá como a revista literária de maior inserção cultural em Goa, com a qual o jornalismo literário ganhou evidência dentro de uma tradição que remontava, como vimos, ao *Enciclopédico* e a *O Compilador*.

[57] Nomes de relevos para a *Ilustração Goana*. Como veremos, a *Ilustração* dedicar-se-á a citar as publicações dos almanaques na seção "crônica do mês", dando-lhes devido espaço de representabilidade.

1.2 Apresentação da *Ilustração Goana*

A *Ilustração Goana*: *Periódico Literário* (30 de novembro de 1864 – 31 de dezembro de 1866), de caráter mensal, teve seu primeiro e segundo números impressos pela Imprensa Nacional, em Nova Goa (ou Pangim), capital administrativa da "província ultramarina" de Goa. A partir do terceiro exemplar, o periódico passou a ser publicado na tipografia de *O Ultrama*r, em Margão[58], onde permaneceu até o término de sua publicação. Seu diretor e proprietário era o jovem Luís Manuel Julio Frederico Gonçalves. Apresentou-se sem interrupção durante dois anos e um mês.

A coleção[59] completa constitui-se de vinte e seis exemplares, com vinte páginas por exemplar, em média. Dividida em dois volumes (como era comum no século XIX, quando os exemplares de uma revista eram editados com a indicação de seu volume, para que pudessem ser posteriormente encadernados), o primeiro estendeu-se de 30 de novembro de 1864 até 31 de dezembro de 1865, e o segundo a partir de 1˚ de janeiro de 1866 até 31 de dezembro do mesmo ano.

Apresentou-se como revista literária e histórica, com alguma passagem pelas ciências naturais. Contou com dezenove colaboradores: Adriano César de Mello Xavier, Antônio João Frederico Gonçalves de Figueiredo (irmão do editor), Antônio Lopes Mendes, Bernardo Francisco da Costa, Caetano Francisco de Miranda, Fernando Cláudio da Cunha Pinto, Filipe Neri Xavier, Jacinto Caetano Barreto Miranda, José Francisco de Albuquerque, José Francisco de Sequeira, José Gerson da Cunha, José Maria do Carmo Nazaré, José Mariano de Abreu, José Pedro da Silva Campos Oliveira, Manuel Joaquim da Costa Campos. Há dois deles que não conseguimos identificar, pois assinavam com iniciais: C. N., com dois artigos, e L***, com apenas um[60]. O historiador português Cunha Rivara teve participação especial com o texto "Palavras de recomendação" (IG, 1866, n. 15, p. 1 e 2), que abriu o segundo volume da revista em janeiro de 1866.

---

[58] Margão é a capital do concelho de Salsete, localizada aproximadamente a 26 quilômetros de Nova Goa.

[59] A coleção que consultamos é uma cópia retirada da Biblioteca Nacional de Lisboa e não traz as capas de seus exemplares, o que dificulta a exata referência bibliográfica de cada um dos textos. Além de algumas páginas que intermedeiam os exemplares, faltam também os exemplares n. 13 e n. 14 referentes ao mês de novembro e dezembro de 1865. A numeração das páginas, no entanto, permite identificar o início e fim dos exemplares. As datas referidas na seção de "Crônica do mês", que fechava cada exemplar, possibilitaram nossa organização em relação aos meses, mas não foi possível identificarmos se havia um dia exato para a saída de cada exemplar.

[60] C. N. "Singapura" e "Pinang", ambos com o subtítulo "fragmento de uma viagem inédita", e L***, "O juízo universal".

A revista abria com um texto biográfico de alguma personalidade, do qual trataremos detidamente mais adiante. Apresentava uma série de matérias literárias, como contos, narrativas de viagem, historiografia, poesia, mas também ciências naturais, fechando em geral com um noticiário. Preparamos um anexo intitulado **Índice Geral da *Ilustração Goana***, organizado por exemplar, a fim de facilitar a descrição das matérias. Vale, no entanto, comentar que a *Ilustração Goana* não apresentou uma divisão estruturada por seções. Eram os títulos dos artigos e a lógica seqüencial em que apareciam que definiam a organização da revista. Portanto, o que designamos em nosso índice de seção de biografia, vinha sempre sob o título de um nome, por exemplo, "Bernardo Peres da Silva", as ciências naturais, na maioria das vezes, apresentavam alguma indicação como "Palestras Científicas. Química", as narrativas eram acompanhadas do termo "viagem", "Viagem de Goa a Diu por Bombaim", o noticiário vinha numa seção fixa intitulada "Crônica do mês". No que concerne à literatura, as indicações estampavam-se no título do artigo, como "Traição – Romance Original", "Contos da Minha Terra", "Bosquejos literários".

Para facilitar nossa descrição, classificamos os variados ensaios por tema: religião, jornalismo, biografia, literatura, filosofia, história. Os de ciências naturais, área mais específica, em química, física e economia[61]. A falta das últimas páginas na coleção da revista existente na Biblioteca Nacional de Lisboa dificultou nossa pesquisa em relação à quantidade de artigos estampados por exemplar, mas podemos constatar, através dos exemplares completos, uma variação de quatro a oito artigos, dependendo da extensão total do exemplar, que não ultrapassava vinte páginas.

A ilustração gráfica era pouco empregada. No início de cada matéria estampavam-se letras trabalhadas com alguns ornamentos de flores, folhas e passarinhos. Em toda a coleção do periódico apareceram apenas duas gravuras: uma de "Cristo no calvário", que antecedia a carta "Cristo e a redenção", de Julio Frederico Gonçalves a J. F. de Albuquerque[62], e outra do "Vale de Cedron", introduzindo o texto "Juízo Universal", de L***.[63]

---

[61] Baseamo-nos na classificação feita por Hélio Lopes, em *A divisão das águas* (1978).

[62] José Francisco de Albuquerque (Mapuça, concelho de Bardez) contribui na *Ilustração* com duas biografias, "P.e Cosme Camilo Valeriano" e "Fr. Bartolomeu dos Mártires (alguns fatos notáveis da sua vida)", com dois ensaios "Governo Institucional, Utopias", "A lei do Sinai e a lei do Gólgota", e duas crônicas do mês. Não encontramos referências biográficas do escritor.

[63] Na *Ilustração,* L *** contribuiu apenas com o ensaio "O juízo universal". Pela falta de referência completa do nome, não foi possível pesquisar sua biografia.

Os periódicos goeses não apresentavam muitas gravuras em razão da dificuldade de consegui-las, adicionado ao seu custo elevado, fazendo com que os periódicos ali publicados mostrassem-se, ao menos na aparência, mais próximos do livro que da enciclopédia. Essa tendência foi instituída já a partir de *O Compilador* (1843-1847).

O seu redator-chefe, Luís Manuel Julio Frederico Gonçalves, ou simplesmente Julio Gonçalves, como costumava assinar suas matérias, além de proprietário, foi quem mais contribuiu em número de matérias publicadas, com aproximadamente quarenta[64]. Como veremos, abordou diversos gêneros e diversas áreas: biografias; narrativas ficcionais com temática local; "bosquejos" sobre as literaturas francesa, inglesa e italiana, que compõem os textos de crítica; poesia; noticiário, compondo dez "crônicas do mês" de caráter amplo, discorrendo sobre literatura, teatro, filosofia, e duas "crônicas bibliográficas", que também cumpriram papel de crítica literária; além de ensaios na área de jornalismo, história e religião. Como redator-chefe foi o autor da "Introdução" do periódico, assim como do texto "Agradecimento e despedida", que anunciou o fim da publicação.

Julio Gonçalves nascera em Nova Goa, em 1846 e tinha apenas dezenove anos quando saiu o primeiro número da revista. A revista lhe deu grande reconhecimento e prestígio no meio literário goês, o que lhe rendeu uma vida profícua na administração colonial: advogado na comarca de Goa, foi eleito vogal da Câmara Municipal (1871) e participou da junta inspetora do ensino no Concelho das Ilhas (1869-1877) e como inspetor de escolas primárias e da administração da Câmara Municipal e Agrária (1879). Foi professor de filosofia, história e economia no Liceu de Nova Goa e ocupou diversos cargos de destaque, como o de relator do regulamento das comunidades das aldeias (1882), diretor da Biblioteca Nacional, membro da Academia das Ciências de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto de Coimbra, do Instituto Vasco da Gama e da Associação dos Amigos de Letras de Bombaim (COSTA, 1997, p. 107).

[64] "Introdução", "Bernardo Peres da Silva", "Traição (romance original)", "Joaquim Mourão Garcez Palha", "Cristo e a redenção (carta escrita a J. F. de Albuquerque)", "A literatura e as nações (bosquejos literários)", "Paulo Antônio Dias da Conceição", "O pequeno do monte", "Amar por comissão", "Francisco Antônio de Lemos", "Em uma noite de maio", "A voz do eremita" (poesia), "Joaquim Filipe da Piedade Soares", "Ontem, hoje e amanhã" (poesia), "A virgem" (poesia), "Sebastião Salvador Batista Canã", "O marechal Corrêa", "Aventuras de um Simplicio", "Algumas palavras sobre a imprensa", "José Maria dos Remédios", "Isidoro Emílio Batista", "Agostinho Antonio Collaço", duas crônicas bibliográficas, "Narração da inquisição de Goa, de Mr. de Dellon, - versão com notas e acrescentamentos do sr. M. V. de Abreu" e "Descrição do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Goa, pelo sr. Filipe Neri Xavier", "Francisco Salvador Gomes", "O conde do Rio Pardo", "Exéquias ao finado C. de Torres Novas", "Antônio de Sá", "Esperança" (poesia), "Agradecimento e despedida" e dez crônicas do mês.

Morreu em Nova Goa em 1896. Foi, portanto, um homem sempre ligado ao ensino do português e à literatura.

Além de fundar e dirigir a *Ilustração Goana* (1864-1866) e de ter contribuído no periódico *O Ultramar* no ano de 1864, Julio Gonçalves produziu proficuamente na área de literatura, história e política. Colaborou em outros jornais literários como: em *Almanaque Literário* durante os anos 1866, 1867 e 1868; no *Boletim do Instituto Vasco da Gama*[65], onde versou sobre história e sobre o próprio Instituto nos anos de 1872 e 1873, e em *A Índia Portuguesa,* em Orlim, com "Petição de recurso", em 1890. Ademais, estampou diversos artigos pela tipografia de *O Ultramar*[66], e pela Imprensa Nacional[67], com estudos biográficos e históricos, nos anos de 1864, 1870 e 1890; e pela tipografia de *Discussão*[68], com "Elementos de estatística coordenados para as escolas secundárias", em 1887, e mostrou interesse no estudo do hinduísmo em Goa, ao publicar "Código dos usos e costumes hindus de Goa", e "Recurso de revista n. 14.955: Recorrente – Sambagy Sirnivassa Naique: Recorrido – Lucoba Nagory Naique. Questão sobre a sucessão de um dessaiado na Índia Portuguesa", s.n., s.d. (COSTA, 1997, v. II, p. 108).

---

[65] "Memória sobre a data da passagem da expedição de Vasco da Gama pelo Cabo da Boa Esperança", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vol. I, 1872; "Memória lida na sessão solene a inauguração do Instituto do Vasco da Gama", 1872; "Os primeiros cristãos na Índia. Memória histórica", 1873; "Afonso de Albuquerque e o canal de Suez. Memória histórica", 1873; "Vasco da Gama e a emancipação da Índia", 1875. Além dos artigos póstumos: "Literatura hindu", 1936, e "Uma página da História de Goa", 1944.

[66] "Ensaio histórico de Portugal. Apontamentos cronológicos, históricos e genealógicos dos reinados dos soberanos de Portugal, colhidos de diversos autores, coordenados em tabelas com notas ilustrativas, e duas palavras sobre a história antiga de Portugal, e sobre a sua grandeza e decadência", Margão, *O Ultramar*, 1864, in 8˚, IV, p. 98; "Tratado elementar de estatística escrito em artigos para o 'Jornal Enciclopédico' pelo comendador Cláudio Lagrange M. de Barbuda, e extraído para o uso das escolas". Margão, *O Ultramar,* 1864, in 8˚, p. 25; "Livros para o povo. II – Thomas Peres". Margão, *O Ultramar*, 1865, in 16º, p. 5; "Representação que à sua majestade e El-Rei dirigiam os advogados dos auditórios das Ilhas de Goa, Salsete e Bardez, no distrito judicial da Índia, contra os decretos de 13 de Maio de 1869. Com anotações e um prólogo do advogado (...)". Margão, *O Ultramar,* 1869, in 8˚, p. 36. (COSTA, 1997, p. 107 e 108).

[67] "Livros para o povo. I- César de Vasconcellos, estudo biográfico e histórico, ou páginas para servirem de introdução à história da última época administrativa no Estado da Índia, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1864, in 8º, p. 31; "Revelação às Santas Isabel e Brígida. Orações ao Senhor Jesus e S. Sebastião. Milagre de Jesus Cristo e sua milagrosa carta". Nova Goa, Imprensa Nacional, 1870, in 8º, p. 32; "Catálogo dos manuscritos e códices da Biblioteca Pública de Nova Goa, ordenados pelo bibliotecário (...)". Nova Goa, Imprensa Nacional, 1890, in 8º p. 34. (COSTA, 1997, p. 107 e 108).

[68] *Discussão*, Nova Goa, 1887, in 8º, v. II, p. 28.

1.2.2 Proposta da revista

Conforme a tradição de suas antecessoras, a *Ilustração Goana* adotou uma revista metropolitana por modelo. Como pudemos ver em *O Enciclopédico* e *O Compilador,* essa tradição dava-se primordialmente tendo por referência o periódico português *O Panorama.*

Na década de 1860, segundo Garmes (2004, p. 62), os periódicos passaram a seguir a *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1865). Publicada em Lisboa, nela colaboravam nomes como Teófilo Braga, Mendes Leal, Tomás Ribeiro, Pinheiro Chagas e Rebelo da Silva, e também escritores brasileiros e, entre eles, Machado de Assis.

A *Ilustração* seguiu-lhe a natureza e a disposição de suas matérias: abrindo sempre com a biografia de alguma personalidade, apresentava, em seguida, as matérias de ciências naturais, narrativas de viagens, contos e poemas, e fechava com a seção "Crônica do mês". Chegou mesmo a reproduzir os títulos da seção: o que na R*evista Contemporânea* eram "Crônica do mês" e "Crônica política nacional e estrangeira", na *Ilustração* ficou como "Crônica do mês" e "Crônica exterior, nacional e estrangeira", praticamente uma reprodução literal dos títulos da publicação luso-brasileira.

Como justificativa dessa escolha, Garmes (2004, p. 63) supõe que se deva ao contato de Julio Gonçalves com os editores da *Revista Contemporânea*, entre outros escritores da metrópole. Quando colaborador de *O Ultramar* em 1864, chegou a reproduzir um ensaio sobre os progressos da literatura goesa, de Caetano Francisco Miranda, que foi parcialmente publicado em primeira mão, pela *Revista Contemporânea,* o que serve para evidenciar tal contato. De alguma forma, essa opção aponta para uma vontade dos goeses de se integrarem a uma perspectiva intercontinental, participando do eixo literário Portugal-Brasil.

O intróito da *Ilustração Goana*, como de qualquer outra, serve-nos como diretriz para compreensão do caráter da revista. A "Introdução" de Julio Gonçalves tem início referindo-se às transformações políticas advindas com o liberalismo de 1820, e o estabelecimento de uma monarquia constitucional, sedimentada em 1834, suprimindo o poder absoluto do rei. Acreditava que a divulgação do conhecimento (seja ciências, erudição e letras) era impulsionada pelo "progresso" que qualificava aquele momento:

> Regenerado por braços alentados em encarniçadas lutas, e depois, também, mais verdadeiramente libertado pela constitucionalidade da carta, - procurando, solícito, o pleno exercício dos seus direitos, visando melhor à extensão dos seus deveres, trabalhando, exigindo, ambicionando obter, de todos os modos, os elementos que constituíram diuturnamente a verdadeira felicidade das nações – este povo ergueu-se do abatimento e progrediu. O impulso foi feliz o progresso é espantoso. A sua rapidez não cessa. (IG, 1864, n. 1, p. 3)[69]

A partir dessa oposição, entendemos a terminologia "nova era" e "obscurantismo" usada pelo autor, que insistia em mencionar que a publicação da *Ilustração Goana* se deu em um período mais propício do que o do passado, caracterizado pelo "abatimento". Adotou a palavra "liberdade" como bandeira de seu discurso, frente à censura absolutista:

> Este **país** tomou novo ser, depois que se abriu, para ele, uma nova era. Tornado impossível o nosso obscurantismo, as letras e a liberdade efetuaram o trespasse repentino, que quebrou as nossas algemas. A liberdade, primeiro – as letras, depois. (IG, 1864, n. 1, p. 3, grifo nosso)

Ao descrever os artigos da *Ilustração Goana,* deparamo-nos, várias vezes, com os termos "país" e "nação", que ora podem se referir a Portugal, ora somente a Goa. Essa mesma ambigüidade aparecia também na produção periódica de outras colônias, segundo afirma Garmes (1999). Aqui se refere à nação portuguesa como um todo, que, como observamos, acabava de adotar a monarquia constitucional como forma de governo. O fato é que a *Ilustração Goana* era concebida como jornal literário em que a literatura assumia um papel de defensora e propagadora de conhecimento a favor da nação, através da figura do intelectual comprometido e representado pelo "lutador liberto do abatimento".

Julio Gonçalves conclui seu curto texto, que não passa de uma página, dizendo não se preocupar com a duração da revista, apontando como primordial sua própria realização, tida como um "pagamento" à sociedade, concebendo assim a arte de escrever como "missão" do intelectual perante "a nação", tomando-a como "expressão patriótica e veículo de civilização".

[69] Optamos por atualizar a ortografia das citações, mas não mexer na pontuação, pois esta é de natureza estilística, assim como atualizar a ortografia dos títulos das revistas e dos nomes dos autores. "IG" é a abreviação de *Ilustração Goana*. Adotaremos esse modelo para simplificar a referência bibliográfica.

Seguindo o mesmo ideário presente em outras publicações de sua autoria, Julio Gonçalves proclamava, através da "liberdade", o pensamento político liberal, evidenciado pelo vocabulário empregado em seu discurso, estabelecendo assim um laço estreito entre política e literatura.

Ao analisar um texto de Julio Gonçalves intitulado "Literatura"[70] e publicado em *O Ultramar*, Garmes (2004, p. 61) afirma que a criação literária é tida por ele como "resultado da história literária e da apropriação da substância periodicamente elaborada pelas nações". Portanto, sua concepção literária fundamentava-se na relação entre tradição literária e constituição de identidade nacional, postulado romântico que tem, entre outras, a função de estabelecer uma relação menos mediada entre literatura e realidade social. Isso, como veremos, será visível nos textos da revista, ainda que a noção de "identidade nacional portuguesa" em Goa venha a ser matizada pelo nativismo que os colaboradores da publicação irão revelar.

O texto que se segue ao da "introdução" também é de autoria de Julio Gonçalves, ao qual nos deteremos mais para frente. Trata-se da biografia de "Bernardo Peres da Silva", que foi o primeiro goês brâmane católico a ocupar o cargo de prefeito em Goa (equivalente ao de governador) do Estado português já dentro do modelo político do liberalismo. Assim, vai se confirmando o ideário proposto no intróito da revista: "Se a constituição trouxe a liberdade, se a liberdade trouxe o progresso, não devemos esquecer o braço, que trouxe a liberdade para estas paragens. Devemos lembrar primeiro, o primeiro espírito liberal que a germinou na sua pátria" (IG, 1864, n. 1, p. 4).

Na abertura do segundo volume, em janeiro de 1866, estampou-se "Palavras de recomendação" (IG, 1866, n. 15, p. 1 e 2) de Cunha Rivara, que consideraremos como uma segunda introdução. Antes de transcrever o texto do historiador português, Julio Gonçalves, na função de redator-chefe da revista, esclareceu o motivo da solene participação de tão "erudito escritor": trata-se da resposta de Cunha Rivara à homenagem feita pela *Ilustração Goana* ao dedicar-lhe a publicação de seu primeiro volume. Como agradecimento e sob a justificativa de ser o momento de fazer orientações, Cunha Rivara, aos cinqüenta e seis anos, publica ali o seu único texto, vendo-se em descompasso com a tenra idade da maioria dos colaboradores.

[70] *O Ultramar*, "Literatura", 8 set. 1864, n. 284.

A fim de explicar a relação de Cunha Rivara com os colaboradores da *Ilustração Goana* (que acreditamos ser aquela fundamentada na relação mestre e discípulos) e o tom de reverência investido nessa homenagem, faremos primeiramente uma apresentação biográfica e bibliográfica do intelectual português.

Antes de partir a Goa em 1855, Cunha Rivara já era um intelectual renomado em Portugal pelo cargo que ocupou, durante aproximadamente quinze anos, como investigador e bibliógrafo na Biblioteca de Évora, assim como por sua participação no *O Panorama*, quando da direção de Alexandre Herculano.

Rivara foi enviado a Goa como secretário-geral do governador Antônio César de Vasconcelos Correia, 1º visconde e conde de Torres Novas (1855-1864), cargo no qual permaneceu até o governo de José Ferreira Pestana (1864-1870), renunciando com o objetivo de se dedicar exclusivamente aos estudos historiográficos. Do acesso que tinha aos arquivos governamentais, extraiu documentos de suma importância para a história de Goa.[71]

Seus estudos historiográficos e lingüísticos do concanim chamam a atenção pelo rigor e extensão. Foi um dos primeiros a sistematizar e promover os estudos do concanim[72] (língua local de Goa) como língua pedagógica, baseando-se na teoria de que o ensino da língua portuguesa teria sucesso se promovido pela língua materna dos goeses. Publicou diversas obras sobre o assunto.[73]

Tomado como modelo de historiador pelos goeses, Cunha Rivara serviu de tutor da intelectualidade local[74], entre os quais podemos destacar alguns colaboradores da

[71] Editou o *Livro 1º das Cartas que os reis de Portugal escreveram à cidade de Goa*, e o *Livro 2º dos privilégios da cidade de Goa, cartas de instruções dos reis de Portugal aos vice-reis e governadores da Índia no século XVI,* além de alvarás reais e de vice-reis (DEVI; SEABRA, 1971, p. 152).

[72] Língua também ortografada concany e concani. Lembrando que segundo Devi e Seabra (1971, p. 45-46), que se dedicaram às relações de línguas locais indianas frente à política colonialista adotada em Goa, o concanim foi condenado a ser forçosamente substituído pelo português, como ficou visto em alguns decretos como o de 1684, no governo de Francisco de Távora, que em Alvará de Lei ordenou que os locais falassem português, sob pena de morte; (e o de 1728), contudo, a língua concanim parece ter resistido ao desaparecimento.

[73] Cunha Rivara é visto por Devi e Seabra (1971) a quem dedicaram um capítulo de *A Literatura Indo-portuguesa*, intitulado "Cunha Rivara e a Historiografia" (p. 151-164), como "o grande benfeitor da língua concanim". Entre os estudos sobre a língua concanim, publicou *Gramática da língua concanim, composta pelo Padre Thomaz Estevam e acrescentada por outros padres da Companhia de Jesus* (Nova Goa 1857); *Ensaio histórico da língua concanim* (Nova Goa, 1857), *Gramática da língua concanim no dialeto do norte* (Nova Goa, 1858), *Gramática da língua concanim, escrita em português por um missionário italiano* (Nova Goa, 1859); *Dicionário português - concanim composto por um missionário italiano* (Nova Goa, 1868).

[74] Além de outros intelectuais como: Miguel Vicente de Abreu, José Nicolau da Fonseca, José António Ismael Gracias, António Anastácio Bruto da Costa, Manuel José G. Saldanha, Caetano F. de Sousa, Casimiro Cristóvão Nazaré, Raimundo Agapito Torres e Dias, Inácio Caetano de Carvalho, Cristóvão Aires (GARMES, 2004, p. 82 e 83).

Ilustração Goana, como Jacinto Caetano Barreto Miranda, José Gerson da Cunha[75] e Felipe Nery Xavier[76], lembrando que sua relação com este último não se deu da mesma forma com os outros jovens, no sentido de que a experiência de Nery Xavier com a historiografia goesa, demonstrada em seu *Bosquejo Histórico das comunidades das Aldeias dos Concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez* (Nova Goa 1852), e sua participação no já citado *Gabinete Literário das Fontainhas* (1846-1848), antes mesmo da chegada de Cunha Rivara, colocava-o quase em pé de igualdade com o historiador português, o que não o impediu de se beneficiar com esse contato.

Como já pudemos vislumbrar, Cunha Rivara participou proficuamente da vida intelectual de Goa da época, colaborando no *Almanaque Literário*, sendo diretor da publicação em fascículos de *O Arquivo Português Oriental*, dirigindo *O Cronista de Tissuary* (jan. 1866 – jun. 1869, 4v.), periódico mensal, impresso pela Imprensa Nacional, em que estampou documentos históricos sobre Goa. Foi ainda diretor e redator da revista do *Instituto Vasco da Gama* (Nova Goa, jan. 1872 – dez. 1875), fundada por Tomás Ribeiro.[77]

Voltemos, pois, ao texto que Cunha Rivara escreveu para a *Ilustração Goana*. "Palavras de recomendação" tratava-se de uma carta datada de 14 de janeiro de 1866, escrita em Pangim,[78] dedicada ao grupo de colaboradores da revista, ressaltando seu caráter jovem: "A *Ilustração* é obra de mancebos; mas mancebos que estudam; e já isso é boa parte do seu elogio" (IG 1866, n. 15, p. 2). Quando do surgimento da revista em

[75] José Gerson da Cunha (Arporá, Bardez, fev. 1844 – Bombaim, jun. 1900), médico e "orientalista", em Bombaim concluiu os cursos de matemática, ciências naturais e medicina. Em Edimburgo, na Inglaterra, em 1867, obteve o diploma de membro do Real Colégio dos Cirurgiões. Em Bombaim, ao mesmo tempo que exerceu medicina, dedicou-se aos estudos de literatura e de "antiguidades orientais". Ganhou prêmio pela memória "Vicissitudes da Civilização Ariana na Índia", no IV Congresso Orientalista Internacional em Florença em 1878, na mesma linha, escreveu "Materiais para a história dos estudos orientais entre os portugueses" - trabalhos que contribuíram para legitimar o movimento literário em Goa na segunda metade do século XIX (GARMES, 2004, p. 78). Colaborou em jornais como no goês *A Harmonia – jornal político, literário e comercial* (1862-1864), *Lancet* e no *Practitioner*, de Londres, na *Revue Internationale*, de Florença, nas *Transactions, Indian Antiquary* e no *Journal da Real Sociedade Asiática de Bombaim*, entre outros da Ásia e Europa (COSTA, 1997). Na *Ilustração*, aos vinte anos, colaborou com uma biografia "Luiz Caetano de Menezes", e um ensaio "A mulher e o mundo".

[76] Considerado o "maior herdeiro" de Rivara (COSTA, 1997, p. 350).

[77] Cunha Rivara é mencionado, muitas vezes, juntamente com o português Tomás Ribeiro, que veio substituí-lo no cargo de secretário, em 1870, por causa de sua demissão, quando se propôs a dedicar-se exclusivamente aos estudos de investigação histórica em Goa. Tomás Ribeiro incentivou a produção e divulgação de estudos literários em língua portuguesa, dedicando-se, sobretudo à poesia. A fim de estimular a formação de uma organização cultural de apoio às letras goesas, Tomás Ribeiro, com o apoio de Cunha Rivara e Julio Gonçalves, fundou a revista de instituição homônima *Instituto Vasco da Gama* (Nova Goa jan. 1872 - dez. 1875), de caráter histórico e científico, que estampou alguma matéria de interesse literário. Além da participação de Rivara e Julio Gonçalves, participaram da empreitada outros dois colaboradores da *Ilustração,* Jacinto Caetano Barreto Miranda e J. F. de Sequeira.

[78] Pangim ou Nova Goa.

novembro de 1864, com exceção de Filipe Neri Xavier[79], com sessenta e três anos, e Bernardo Francisco da Costa, com quarenta e três anos, e Antônio João de Quadros[80], trinta e dois anos, o restante dos colaboradores era bem jovem, entre dezesseis e vinte dois anos, inclusive, como vimos, o próprio Julio Gonçalves, com dezenove anos[81].

Rivara elogiou o trabalho dos intelectuais e recomendou-lhes que se aperfeiçoassem, impondo-lhes a responsabilidade da produção e divulgação de literatura para a próxima geração, cobrando deles estudo e preparo a fim de darem continuidade ao "progresso" literário através dos periódicos, tomados como "a porta" de entrada do intelectual no mundo das letras:

> São os periódicos nestes nossos tempos ordinariamente a porta por onde entram no alcançar das letras os que se dedicam a cultivá-las com os seus escritos. A maior parte dos abalizados escritores modernos, começaram o seu tirocínio literário lançando timidamente alguns artigos nos periódicos (IG, 1866, n. 15, p. 2).

Insistiu na questão de que a experiência de seus colaboradores levá-los-ia ao "aperfeiçoamento", palavra muito empregada por ele, e que os prováveis tropeços da revista seriam justificados pela "inexperiência".

O último parágrafo foi dedicado a Julio Gonçalves, que, como diretor, cabia-lhe a maior parte de responsabilidade: "A v. como diretor e proprietário cumpre ser o zelador das boas doutrinas, e certo estou que debaixo da sua ilustrada direção irá o periódico de progresso em progresso, e se fará cada vez mais apetecido do público" (IG, 1866, n. 15, p. 2). Mais adiante neste trabalho, faremos uma análise mais detalhada desse texto. Importa assinalar nesse momento o aval que a publicação recebeu daquele que seria o homem mais respeitado intelectualmente em Goa em meados do século XIX. Isso certamente funcionou como uma forma de manter vivo o espírito que estimulara a criação do periódico, o que de fato resultou em quase mais um ano de sua publicação.

---

[79] Colaborou na *Ilustração Goana*, talvez como o mais velho, principalmente na seção de História: "Bocage (notícia da sua vinda a goa e volta a Lisboa por Macau)", "A Manteigui", "Série dos capitães, castelões, e governadores da Praça de Diu", "Relação das pedras e padrões, que há na fortaleza de Diu" e "O beato João de Brito".

[80] Antônio João de Quadros (Loutulim, concelho de Salsete, 1832 – Ibid., 1871). Além da *Ilustração Goana* com apenas o artigo intitulado "A tintura", colaborou em *A Sentinela da Liberdade*, com "Ensaio literário. O ódio do homem e a justiça de Deus. Paráfrase da Bíblia", em 1865.

[81] Antônio João Frederico Gonçalves de Figueiredo tinha dezesseis anos; José Pedro da Silva Campos Oliveira, dezessete; Fernando Cláudio da Cunha Pinto, dezenove; José Gerson da Cunha, vinte, e Jacinto Caetano Barreto Miranda, vinte dois anos.

Em "Agradecimentos e Despedidas" por ser o último artigo da revista, Julio Gonçalves fez um balanço durante os anos que se deu a publicação. Brevemente, introduziu o leitor sobre o nascimento e desenvolvimento da revista:

> A *Ilustração Goana* nasceu quase de improviso. Uma idéia rápida, rapidamente levada a efeito acabou de criá-la, – e vindo à luz, tão feliz foi em achar o melhor apoio da parte de alguns espíritos benevolentes, que contra a expectativa de muitos, se chegou a completar dois volumes, e a empresa teria permanecido, se mesmo fosse o estado do meu espírito e se a má saúde e serviços ingratos e incompatíveis com a cultura das letras, me não obrigasse a tão depressa por termo a esta publicação. (IG, 1866, n. 26, p. 17)

Em seu texto, Julio Gonçalves ainda enfatizou o agradecimento aos patrocinadores, e declarou-se cumpridor de seu objetivo que era o de servir aos jovens, através da divulgação de "conhecimentos e notícias". Seguindo a mesma linha do discurso de Cunha Rivara, demonstrou constante atenção a esse público:

> A pequenina glória que ambicionava, era a de prestar algum serviço à mocidade e a mim mesmo [...] nos dois volumes publicados existem em bom número as humildes produções do meu espírito. Se elas nada valem, como é minha fé, dirão pelo menos à juventude do meu país, que não desperdicei ociosamente o tempo que me passou entre os bancos da escola, e a modesta cadeira que atualmente ocupo no foro. (IG, 1866, n. 26, p. 18)

Julio Gonçalves tece ainda comentários sobre os colaboradores da revista, a quem se refere como "penas autorizadas do país":[82] vistos como divulgadores de conhecimento, e símbolos de dedicação e "inteligência".

De acordo com o autor, com um início promissor, não faltou apoio à "inocente publicação", recebendo-o da "confraternidade literária". Ainda segundo ele, o que teria impedido a continuidade da publicação teria sido o seu "estado de espírito", sua "má-saúde" e os "serviços ingratos e incompatíveis com a cultura das letras", que era obrigado a realizar, referindo-se provavelmente ao trabalho que lhe garantia a sobrevivência. Nesse período, é muito comum, chegando mesmo a se constituir num verdadeiro bordão, atribuir a culpa do fim de um empreendimento como esse ao descaso

[82] Fez uso, diversas vezes nesse artigo, de expressões de cunho nacional como "meu país" e "minha terra". Analisaremos através de outros textos da revista, a que se referem: ao bloco Goa - Portugal (colônia-metrópole), ou apenas Goa.

e ao desinteresse das elites e do cidadão comum em relação às letras e às artes. Significativamente esse argumento não aparece no texto de Julio Gonçalves.

Sabemos que a existência de um campo restrito em relação ao público letrado daquela colônia era um fator desestimulante à sobrevivência dos periódicos, o que é confirmado por Carreira[83], e por Vimala Devi e Manuel de Seabra. Estes afirmam que Goa "não tinha ainda um público suficiente para manter uma revista literária com relativa continuidade, pelo que qualquer publicação de caráter literário estava *a priori* condenada a uma vida muito breve" (DEVI; SEABRA,1971, p. 147, grifo dos autores). Explica-se assim a efervescência dos almanaques a partir da década de 1860, os quais, de caráter mais "leve", unindo "recreio", "utilidade", literatura e cultura, conquistaram um público maior.

Todavia, no texto de Julio Gonçalves, como observamos, o argumento do desinteresse das elites e do público não aparece. Caso quiséssemos supor que o argumento de fato não fosse procedente, seria então esperado que um outro integrante da publicação assumisse a chefia de redação, o que não ocorreu. O argumento pautado em motivos pessoais nos leva a acreditar que reconhecer o desinteresse da elite e da comunidade letrada goesas na manutenção da revista seria um desprestígio muito grande aos olhos da intelectualidade metropolitana – um dos interlocutores privilegiados dos colaboradores do período. Apesar de seus esforços serem ignorados em Portugal, um foco de interlocução do periódico estava sempre voltado para a intelectualidade portuguesa. O outro se voltava, naturalmente, à comunidade goesa. Admitir que nem esta última se interessava pelos esforços que faziam era legitimar a indiferença que recebiam da metrópole. Daí, provavelmente, advém o argumento pessoal para encerrar a publicação.

Segue-se a esse artigo, o poema "Esperança", com que se dá o fechamento definitivo da revista, cujo título apontava para seu discurso de despedida, na "esperança" de ver os frutos da contribuição da revista no campo literário goês.

O projeto da revista, como um todo, faz notar que, apesar de um público leitor restrito, a *Ilustração Goana* consolidou a legitimidade de um espaço de produção literária em Goa aos olhos ao menos dos goeses, que assumiram a missão civilizatória do colonizador, mas também afirmaram certa autonomia na produção literária e cultural,

[83] "Entre 1859 e 1894, cerca de quarenta jornais de informação e políticos foram criados, sendo a maioria de curta duração" (CARREIRA, 1998, p. 673).

coisa que veremos com maior detalhe mais adiante. Nosso próximo passo será atermo-nos ao conteúdo publicado na *Ilustração Goana*, matéria do próximo capítulo.

Capítulo 2

DESCRIÇÃO COMENTADA DAS MATÉRIAS PUBLICADAS NA *ILUSTRAÇÃO GOANA*

2.1 Biografia

A seção de biografias trazia sempre por título o nome de um goês de destaque na época, principalmente de padres e políticos que transitavam entre Portugal e Goa, como por exemplo: Joaquim Mourão Garcez Palha, que foi governador de Diu (1817) e de Goa (1821); o padre Manuel Agostinho Lourenço, nascido em Margão, professor e filósofo; Luiz Caetano de Menezes, natural de Pirna, situada no Concelho de Bardez, que chegou a ser prefeito de Bombaim.

O número de biografias corresponde ao dos exemplares, já que se apresentou como seção fixa de abertura. Seguem-se os nomes dos autores e seus respectivos textos: Bernardo Francisco da Costa contribuiu com a biografia intitulada "Mariano da Rocha"; Fernando Cláudio da Cunha Pinto[84], com a do "P.^{e} Pedro Antônio Ribeiro"; Jacinto Caetano Barreto Miranda escreveu três delas – a do "P.^{e} Manuel Agostinho Lourenço", a de "Antônio Caetano Pacheco" e a de "Estevão Jeremias Mascarenhas"; José Gerson da Cunha comentou a vida de "Luiz Caetano de Menezes"; e Luiz Manuel Julio Frederico Gonçalves contribui com a maioria delas – as de "Bernardo Peres da Silva", de "Joaquim Mourão Garcez Palha", de "Paulo Antônio Dias da Conceição", de "Francisco Antônio de Lemos", de "Joaquim Filipe da Piedade Soares", de "Sebastião Salvador Baptista Canã", de "O Marechal Corrêa", de "José Maria dos Remédios", de "Isidoro Emílio Baptista", de "Agostinho Antonio Collaço" e a de "Francisco Salvador Gomes".

[84] Fernando Cláudio da Cunha Pinto (Arporá, concelho de Bardez, jun. 1845 – Nova Goa, out. 1903), advogado. Tinha dezenove anos quando começou a publicar na *Ilustração,* estampando apenas dois textos, a biografia, "P.^{e} Pedro Antônio Ribeiro", e um ensaio "Os homens de letras e a glória dos homens". Suas outras publicações, fora da *Ilustração Goana,* resumiram-se à área jurídica.

2.1.1 O lugar paradigmático de Bernardo Peres da Silva

A primeira e mais longa das biografias foi publicada em três exemplares (as outras sempre ocuparam apenas um) e tratou da vida de "Bernardo Peres da Silva" (IG, 1864, n. 1, p. 4 e 5; n. 2, p. 1-4; 1865, n. 3, p. 1 e 2), primeiro goês (brâmane católico) a ser eleito a cargos políticos de importância, como o de deputado da Câmara em Lisboa nos anos de 1822 e 1827, e em Goa, como "Prefeito da Índias"[85] (título equivalente ao de vice-governador, mas sem poderes sobre o exército), nomeado pelo regente do reino em nome de D. Maria II, durante o regime liberal, em 1834.

Na revista, a biografia dedica-se pouco aos fatos da vida política de Bernardo Peres da Silva.[86] Procura, sobretudo, louvá-lo e engrandecê-lo, tratando-o como um

[85] Julio Gonçalves transcreve a carta de Duque de Bragança, datada de 7 de maio de 1834, quando da nomeação de Bernardo Peres da Silva (IG, 1865, n. 2, p. 4).

[86] Visto os percalços políticos pelos quais passou Bernardo Peres da Silva, e a importância dos detalhes da sua trajetória para a compreensão de seu papel na História de Goa para os colaboradores da *Ilustração*, apresentaremos seus dados biográficos em forma de resumo, lembrando que alguns tópicos, aqui mencionados, serão reutilizados no corpo do texto. Há dúvidas sobre o lugar de nascimento de Bernardo Peres da Silva ([?] 1775 - Lisboa, 1844), em Neurá, concelho das Ilhas ou Serulá, concelho de Bardez. Órfão de pais, José Tomás de Vila Nova Peres e Mariana Veloso, foi criado por seu tio, o padre Caetano Peres. Estudou no seminário de Rachol e na Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Exerceu medicina no hospital militar e participou politicamente contra o vice-governador, o conde do Rio Pardo. Como membro eleito da Câmara Municipal das Ilhas de Goa, lutou contra os privilégios da aristocracia portuguesa dominante. Em 14 de janeiro de 1822, realizaram-se, pela primeira vez, eleições pela Índia Portuguesa para eleger três deputados que exerceriam o cargo na Câmara em Lisboa: o Dr. Bernardo Peres da Silva, o Dr. Constâncio Roque da Costa, ambos naturais de Goa, e o Dr. A. J. Lima Leitão, de origem portuguesa. Os eleitos seguiram para Portugal, no caminho, passaram por Moçambique e pelo Brasil. Segundo Aleixo Costa (1997, v. III, p. 52), quando no Rio de Janeiro, "estiveram presos porque então no Brasil se exigia que todas as outras colônias portuguesas proclamassem, igualmente, a independência". Lembramos que Portugal, mediado pela Inglaterra, reconheceu a independência brasileira somente em 1825, através de um tratado em que o Brasil concordou em indenizar a metrópole em 2 milhões de libras (o primeiro empréstimo externo contraído pelo Brasil em Londres), e em não se unir com outra colônia portuguesa, visto o interesse brasileiro ligado ao comércio de escravos com algumas regiões da costa da África, principalmente com Angola. Segundo Boris Fausto (2000, p. 144), quando chegou a notícia de independência do Brasil em Angola, panfletos impressos no Brasil incitavam sua adesão à "causa" brasileira. Quando da chegada dos três deputados a Lisboa, depois desses acontecimentos denominados "viagem das vicissitudes", por Aleixo Costa, as Cortes já estavam dissolvidas e a monarquia absolutista restabelecida por D. João VI. Bernardo Peres da Silva foi nomeado, mesmo assim, intendente-geral da agricultura da Índia. Todavia, por causa de suas concepções liberais, não tomou posse. Quando, em 1827, D. Miguel jura a Carta Constitucional imposta por seu irmão D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil), Peres é novamente eleito deputado pela Índia, mas quando chegou a Lisboa, D. Miguel dera um novo golpe absolutista e as cortes tinham sido novamente dissolvidas. Exilou-se em Plymouth, na Inglaterra e depois no Rio de Janeiro, regressando a Lisboa em abril de 1834. Dado o estabelecimento do regime constitucional, parte do Brasil no mesmo navio de D. Pedro IV, com quem tinha contato e junto ao qual pugnava por maior liberdade aos Estados da Índia. Bernardo Peres da Silva foi eleito em maio de 1834 "Prefeito dos Estados da Índia", cargo correspondente ao de governador (segundo a lei orgânica então adotada). Em Goa, tomou posse em 14 de janeiro de 1835, reprimindo a oligarquia portuguesa local. Foi deposto dias depois, em 1º de fevereiro de 1835, por uma revolta militar, enquanto D. Manuel de Portugal e Castro assumia o governo. Exilou-se em Bombaim, território inglês, e depois em Damão. Em 1838, de volta a Goa foi mais uma vez eleito deputado, e tomou assento na câmara em Lisboa pela primeira vez. Morreu em Lisboa a 14 de novembro de 1844 e seu túmulo se encontra no

herói ("o verdadeiro filho da pátria", "espírito grande", "espírito inteligente e ativo"), por considerá-lo o primeiro representante do liberalismo em Goa, para onde levou "liberdade" e "progresso". Narrando sua vida desde o nascimento, o autor comenta das influências que Peres recebeu do ensino escolar jesuítico em Rachol, considerado "sólido e profundo", tendo contribuído para a formação de seu caráter de liderança. Menciona também que após concluir seus estudos de medicina, entrou para política e foi nomeado a vários cargos municipais em Goa.

Sua trajetória política, na biografia, é relatada resumidamente em meios a diversos contratempos oriundos das constantes mudanças políticas, como as repetidas dissoluções das cortes e o restabelecimento da monarquia absolutista em Portugal, que lhe gerava viagens infrutíferas a Lisboa, o exílio na Inglaterra e no Brasil[87], a fuga das perseguições miguelistas. Discorre sobre o período de 1820, data de início da revolução liberal em Portugal, até 1834, quando Peres é finalmente nomeado "prefeito" de Goa. Este foi um momento de suma importância para os brâmanes católicos goeses representados na figura de Peres, mas também foi muito fugaz, já que depois de aproximadamente 15 dias de sua posse foi deposto por Fortunato Melo, oficial português, que o expulsou do território goês, formando uma Junta Militar que passou a governar a colônia (CARREIRA, 1998, p. 666).

Peres é descrito na *Ilustração* como um "patriota" por ter lutado contra o absolutismo. Julio Gonçalves, a fim de defender sua glória, mesmo diante de sua destituição, compara esse triste episódio com as perdas que tiveram líderes como Napoleão Bonaparte, diante da derrota em Waterloo, ou a derrota de Pombal frente ao descontentamento de "ingratos" que não reconheceram suas reformas (IG, 1865, n. 3, p. 2). O autor finaliza seu texto colocando Peres como representante crucial da história política em Goa e como modelo para as próximas gerações, ideário confirmado pela historiadora Ernestina Carreira que vê em Bernardo Peres da Silva "o melhor representante dos interesses da comunidade goesa na capital portuguesa e o maior defensor da participação ativa nas estruturas governamentais" (CARREIRA, 1998, p. 667).

Bernardo Peres da Silva representou o primeiro "nativo", brâmane cristão, a ocupar o cargo, por isso a relação entre o liberalismo goês e a elite brâmane. No

---

cemitério dos Prazeres daquela cidade (COSTA, Aleixo Manuel da, *Dicionário de Literatura Goesa*, 1997, p. 52-54).

[87] A presença de Peres no Brasil é resumida, na *Ilustração,* pela frase "Peres imigrara para o Brasil" (IG, 1864, n. 1, p. 4), referindo-se ao ano de 1827.

governo, favoreceu aos brâmanes com cargos militares e administrativos, ameaçando a minoria portuguesa e os descendentes. Em *Nova História da Expansão Portuguesa* (2006, p. 43), Maria de Jesus Mártires Lopes e Paulo Lopes Matos ao comentarem que os cargos políticos em Goa eram, na sua maioria, exclusivos dos reinóis (portugueses) e luso-descendentes, citam Bernardo Peres da Silva como exceção, por exercer a função de prefeito da colônia mesmo em tempo tão curto e em "precárias condições".

A exaltação a Peres aponta para duas questões importantes em relação ao redator do texto, Julio Gonçalves: primeiro que Peres era um brâmane cristão de Goa; segundo, que era de tendência política liberal. Isso poderia ser estendido de imediato pelos leitores da publicação e já apontava para a posição política que predominaria entre os seus colaboradores.

O período que tomou a revolução liberal desencadeou conflitos de forças entre as "comunidades" de Goa[88]. Disputa que já revelara sua primeira manifestação na Conspiração dos Pintos, em 1787,[89] promovida pela elite autóctone (representada, sobretudo, pelos brâmanes cristãos), por considerar-se vítima de segregação imposta pelas autoridades metropolitanas. Os portugueses oriundos da metrópole eram os preferidos para os cargos de responsabilidade, o que provocou queixas da comunidade luso-descendente instalada em Goa e mais ainda dos canarins. Quando esse descontentamento aumentou, desembocou na referida conspiração, apresentada como um levante "nativo dos brâmanes cristãos contra os 'brancos' e o poder português"

[88] Como já vimos anteriormente em Devi & Seabra (1971), Ernestina Carreira (1998), Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Paulo Lopes Matos (2006), trata-se da disputa pelo poder entre os "nativos cristãos" (conhecidos como "canarins" e/ou "brâmanes cristãos"), os "portugueses", os "luso-descendentes" e, menos frequentemente, os "nativos hindus".

[89] As reformas pombalinas (decreto concedido em 1761, aplicado em Goa em 1774) cediam aos vassalos asiáticos o mesmo direto dos reinóis, o que foi pouco acatado pelos responsáveis locais. A discriminação era mais evidente nos espaços militar e eclesiástico, não acessíveis às elites locais, que acabavam por ocupar posições subalternas, independente de suas competências. O exército, por exemplo, era chefiado por europeus mesmo deportados. Isso também se dava no âmbito da vida eclesiástica, tendo sido padres os dirigentes da revolta. Estes, após longo tempo de regresso da Europa, onde teriam ido em busca de melhor formação, não tinham conseguido cargos eclesiásticos adequados à sua formação, sendo preteridos pelos europeus. Comparada à Inconfidência Mineira no Brasil em 1789, por Carreira (2006, p. 112), contudo, menos conhecida, a Conjuração de 1787 em Goa é considerada a primeira revolta "pró-independentista", símbolo de resistência ao poder colonial português, apresentada como um levantamento nativo dos brâmanes cristãos contra os brancos portugueses. De acordo com a informação enviada a Lisboa pelo governador Francisco da Cunha e Menezes, que cumpria o início de seu mandato, padres locais encabeçaram a conspiração, entre eles Caetano Francisco do Couto e José Antônio Gonçalves. Os réus eram, na sua maioria, indianos cristãos de Goa, com a exceção de um italiano e um hindu. Entre os tipos de punição, foram dadas aproximadamente cinqüenta ordens de prisão. Os que tinham assento nas forças armadas foram enforcados. Os civis foram deportados ou condenados às galés. Os padres envolvidos foram enviados a Portugal, onde permaneceram presos durante dezoito anos (CARREIRA, 2006, p. 113).

(CARREIRA, 1998, p. 663). Representou o início da contestação contra a discriminação do chamado indo-português.

Em 1820, o governador conde de Rio Pardo recebeu instrução para reduzir o orçamento do exército, cuja atividade, segundo a Coroa, era "inútil" e "dispendiosa", visto a dominação implacável dos ingleses na Índia. Sendo o exército a principal fonte de emprego dos luso-descendentes como dos canarins, o descontentamento tornou-se geral (CARREIRA, 1998, p. 663 e 664).

Em 1821, através da imprensa de Bombaim, chegou a Goa a notícia de mudança de regime, pois D. João VI, ainda no Brasil, jurara assinar uma futura Constituição e retornar a Portugal, assinalando assim o fim do seu governo absolutista e o início da Monarquia Constitucional portuguesa. Isso causou muita agitação na vida política de Goa, que culminou com a destituição do governador, o conde do Rio Pardo, pelos oficiais canarins. Entre os líderes do movimento estava Bernardo Peres da Silva.[90]

Foi nomeado um Conselho Governativo presidido por Manuel José Gomes Loureiro, ex-secretário de Rio Pardo, que seguia as novas ordens metropolitanas, cuja orientação era a de organizar eleições para as Cortes e de continuar a política anterior[91] em relação ao exército, que favorecia a presença dos "sipais" (oficiais canarins). Isso contemplava os interesses dos militares canarins, que finalmente poderiam se fazer representar na metrópole, mas desagradava a minoria portuguesa e descendente. Esses últimos, ao se verem desfavorecidos, posicionaram-se contra o Conselho Governativo, derrubando-o logo em seguida à sua formação, substituindo-o por uma "junta governativa" composta por europeus.

Na eleição das Cortes em 1822, entre os três candidatos eleitos a deputado, dois eram canarins, Bernardo Peres da Silva e Constâncio Roque da Costa, ambos naturais de Goa, os quais se dirigiram a Lisboa em 1823, juntamente com A. J. Lima Leitão, de origem portuguesa. Esse resultado gerou mais tensão entre os militares da Junta Governativa (portugueses e descendentes) e os canarins do exército.[92] Todavia, em maio

[90] Em 1820 é proclamada em Portugal a nova Constituição liberal, cujos ecos apesar de terem chegado a Goa somente no ano seguinte provocaram um forte protesto: tanto os civis como os militares marcharam até ao Palácio do Governo em Pangim, aprisionaram o Governador Geral, Conde do Rio Pardo e em seguida proclamaram a Constituição.

[91] Em relação ao decreto de Pombal que demandava maior participação de naturais no exército português em Goa. Sobre esse assunto discorreremos mais adiante, quando o próprio decreto for comentado na *Ilustração.*

[92] Carreira (1998, p. 665) divide em duas as "orientações ideológicas" dessa época na Índia portuguesa: a "conservadora e absolutista", representada pelos metropolitanos e descendentes; e a "liberal", representada pelos canarins.

de 1823 uma sublevação comandada por D. Miguel, filho de D. João VI, em Vila Franca de Xira, cidade próxima a Lisboa, acabou por abolir a Constituição que fora promulgada em setembro de 1822, o que na prática resultou na reinstauração do regime absolutista. Em Goa, o conflito entre liberais e absolutistas acabava com a nomeação de um novo vice-governador em 1824, que favorecia os portugueses e descendentes, todos miguelistas. Os canarins que se encontravam no governo, por sua vez, exilaram-se em Bombaim.

Depois de restituída a Constituição Liberal, em 1833, Peres, que estava exilado no Brasil desde 1827, voltou a Portugal acompanhando D. Pedro IV[93], e foi de novo nomeado deputado, e em junho do mesmo ano, em reconhecimento aos serviços prestados ao Estado, foi nomeado para o posto de "Prefeito das Índias". Embarcou na fragata portuguesa "Princesa Real", e chegou a Goa em 10 de Janeiro de 1834. Passados quatro dias, tomou posse do cargo. Todavia, logo após a chegada da notícia do falecimento de D. Pedro IV, de quem recebeu apoio, uma revolta de oficiais e militares, portugueses e descendentes, em 1º de fevereiro de 1834, promove a sua destituição e Peres se refugia em Bombaim, numa tentativa de retomar o poder contra a segunda Junta militar estabelecida. Com o apoio da comunidade goesa local, lembrando que em Bombaim viviam muitos goeses anti-miguelistas, preparou uma expedição naval que foi frustrada por uma tempestade e pela tropa da Junta. Segundo Carreira (1998, p. 666), foi criada nessa época, a primeira imprensa[94] de oposição da Índia portuguesa, apoiada pelo governo inglês, que não reconhecia o regime absolutista de D. João VI e de seu filho D. Miguel.

---

[93] D. Pedro I do Brasil.

[94] Iniciada com o jornal pró-liberal e constitucionalista, *O Português em Damão* (1835), fundado pelo próprio Bernardo Peres da Silva quando refugiado em Damão após sua deposição em 1834, através do qual apelou aos goeses para a desobediência civil, tornando-se o melhor representante dos interesses da comunidade goesa e o maior defensor da participação nativa nas estruturas governamentais. (CARREIRA, 1998, p. 666). Outros periódicos adotaram a concepção liberal de Bernardo Peres da Silva - "o perismo" – como, por exemplo, *A Sentinela da Liberdade na Guarita de Damão* (1837), em Goa, *O Constitucional de Goa* (1835), em Bombaim, *O Investigador Português em Bombaim* (1835-1837) e o *Pregoeiro da Liberdade* (1838-1846), entre outros (CARREIRA, 1998, p. 667 e GARMES, 1999). Em Aleixo Costa (1997, p. 54), encontramos quatro registros bibliográficos de Bernardo Peres da Silva, todos de cunho político, escritos no Rio de Janeiro, Lisboa e Bombaim: "O diálogo entre um doutor em filosofia, e um português da Índia, na cidade de Lisboa sobre a Constituição Política do Reino de Portugal, suas vantagens e meios de mantê-la. Dedicada à mocidade da Índia por seu compatriota". Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832, 1 página; "Bernardo Peres da Silva do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, e Prefeito dos Estados da Índia Portuguesa", Bombaim, 1835, 2 páginas; "Resposta à correspondência do sr. Manuel Felicíssimo Sousa de Araújo e Azevedo. Inserida no *Paquete do Ultramar* de 28 de setembro", n. 73, Lisboa, Tipografia de Vieira & Torres, 1839, dez páginas; "Aos representantes da nação portuguesa", Lisboa, tipografia de João Antônio da Silva Rodrigues, 1840, 22 páginas.

Após falhar seu plano de reconquista de seu cargo em Goa diante do poder das tropas da Junta, Peres seguiu para Damão, onde restabeleceu a administração provisória da prefeitura. Enquanto isso, em Goa, foi instituído um Governo Provisório constituído por Rocha de Vasconcelos como presidente e Manuel José Ribeiro e Constantino de Santa Rita como vogais. Bernardo Peres da Silva só regressou a Goa em 1838, quando da nomeação, pelo governo central de Lisboa, do Barão de Sabrosa como novo governador da Índia portuguesa. Em 1839, foi mais uma vez eleito deputado pelas eleições parlamentares e reeleito até 1844, quando faleceu em Lisboa. De acordo com Aleixo Manuel da Costa (1997, v. III, p. 53), nas Cortes de Lisboa, Peres defendeu os interesses da Índia Portuguesa e de outras colônias portuguesas.

Esse foi o quadro político em que se moveu Bernardo Peres da Silva como representante dos canarins e, portanto, de brâmanes cristãos, de chardós e de outros grupos originalmente indianos que habitavam Goa. Isso demonstra sua representatividade no âmbito político de Goa e explica o sentido paradigmático da presença de sua biografia no primeiro número da *Ilustração Goana*. Funcionou como um verdadeiro libelo político da publicação.

2.1.2 Outras personalidades goesas biografadas

Entre outras personalidades biografadas, de autoria de Julio Gonçalves, estampou-se a do goês "Joaquim Mourão Garcez Palha" (IG, 1865, n. 4, p. 1-5), já citado quando da introdução do periodismo em Goa, que foi poeta e colaborou em *Tirocínio Literário* (jan. de 1862 - fev. de 1863), em Nova Goa. Na biografia, destacou-se sua experiência na política como governador em Diu (1817), e como membro da 2ª Junta provisória, visto a "revolução liberal" de 3 de dezembro de 1821, em que os canarins destituíram o Conde do Rio Pardo, com o apoio de Bernardo Peres da Silva. Seguido da deposição da Junta ("queda da Constituição em Portugal"), em 1824, Mourão foi enviado a uma expedição a Macau, onde foi nomeado governador no mesmo ano. Mais uma vez, apareceu estampado um liberal nas páginas da revista.

Segue-se a biografia de autoria de Bernardo Francisco da Costa sobre o goês "Mariano da Rocha" (IG, 1865, n. 5, p. 1-4), natural de Aldonã, concelho de Bardez, que como liberal apoiou Bernardo Peres da Silva quando prefeito de Goa.

Em 1865, no décimo primeiro número da *Ilustração*, de autoria de Julio Gonçalves, estampou-se a biografia de "Joaquim Filipe da Piedade Soares". Natural de

Margão, Soares foi advogado, poeta, ator e pintor. Chegou a presidir a Câmara Municipal de Salsete. A "simpatia" e o "entusiasmo" de Soares são tomados como características pelas quais alcançou popularidade em Goa.[95] Julio Gonçalves baseou-se em *Quadros Históricos,* obra pela qual Barreto Miranda tornou-se conhecido no ambiente intelectual goês, para complementar seu texto.

A *Ilustração Goana* selecionou, para mais uma biografia, outro político goês, "Antônio Caetano Pacheco" (IG, 1865, n. 12, p. 1-4), e também advogado, que apoiou a eleição de Bernardo Peres da Silva como deputado em 1827. A biografia girou em torno de sua tendência liberal: em 1835, foi convidado por Peres para participar como membro da "junta da justiça da 2ª instância". O autor, Barreto Miranda, utiliza-se de semelhanças com Bernardo Peres da Silva para apresentar o percurso de Pacheco na vida política goesa: quando foi eleito deputado em 1838, ao chegar a Lisboa em 14 de março de 1840, encontrou "dissolvida a câmara, e só teve assento nela, na abertura das cortes, em 25 de maio imediato" (IG, 1865, n. 12, p. 3).

A primeira biografia do segundo volume da revista, que segue "Palavras de recomendação", de Cunha Rivara é a do goês "João José Pereira Garcez" (IG, 1866, n. 15, p. 3-6), que apresentou algo em comum com as anteriores: tratou-se de um liberal. Garcez trilhou a carreira militar, iniciando como cadete no corpo da artilharia em 1819. Quando ia subir ao cargo de capitão, em 1837, aderiu à "causa popular" de Bernardo Peres da Silva (enquanto prefeito em Damão), só podendo ocupar o cargo em 1842. Segundo Bernardo Francisco da Costa, autor da biografia, por causa de seu ideário político, Garcez teve que se exilar em 1822 e 1835. Na forma de uma introdução, o autor, a fim de justificar sua escolha em relação a João José Pereira Garcez, discorreu sobre a importância de ter havido homens que contribuíram para o "progresso" de Goa, idéia colocada como oposição às "conquistas" sofridas por Goa, tanto pelos "rajás orientais", como pelos portugueses:

> Procure-se apenas no consumo da vida de um povo conquistado, acostumado a uma sujeição sem aspirações, sob o domínio antigo dos rajás orientais, e do moderno dos portugueses, que de salto não acabou com as velhas prepotências, mas vem sucessiva e lentamente até o estado atual, alguns homens mais azados, que, no campo da lei escrita, se esforçaram, tanto ou mais do que a época lhes permitia, a conseguir para os seus patrícios algum respiro mais do que eles

[95] Características que acordam com a epígrafe de E. Biester: "Ao coração do povo nenhuma voz chegou mais funda que a sua, - é porque lhe iluminou a chama do patriotismo, fortificada pelo convencimento" (IG, 1865, n. 11, p. 1).

> obtinham dos poderes da época, ou direi melhor, das idéias que então preponderavam na região que mandava neste país. (IG, 1866, n. 15, p. 4)

Aparece aqui a consciência do jugo colonial, a consciência de ser Goa uma terra sistematicamente submetida à autoridade externa e que vê no liberalismo a possibilidade de "conseguir para os seus patrícios algum respiro". Aqui temos um discurso que tem no horizonte a idéia de independência, o que era pouco comum entre os goeses, mas, como podemos constatar, fazia-se presente.

Temos também a biografia, de Julio Gonçalves, sobre o marechal Joaquim Manoel Correa da Silva e Gama, apresentada pelo título "O Marechal Correa" (IG, 1866, n. 18, p. 1-3), político analisado em torno de sua tendência liberal, como membro da junta provisória de 1821, tendo sido o primeiro conselheiro da prefeitura em 1835, quando do governo de Bernardo Peres da Silva.

Segue-se a biografia, de Gerson da Cunha, "Luiz Caetano de Menezes" (IG, 1866, n. 19, p. 1-4), goês que se dedicou ao jornalismo. Exilado em Bombaim, contribuiu em jornais políticos como a *Abelha de Bombaim, Investigador Português, Pregoeiro da Liberdade,* e *Observador.* Em 1835, posicionou-se contra a destituição de Bernardo Peres da Silva como "prefeito de Goa" (governador) e contra a monarquia absolutista restaurada, tendo escrito a "Carta a Tullio" e participado do manifesto "Refutação analítica do manifesto do governo intruso em Goa".

No próximo número da revista, somos apresentados à biografia, de Julio Gonçalves, sobre o político de tendência liberal "José Maria dos Remédios" (IG, 1866, n. 20, p. 1-4), que é visto como uma grande personalidade goesa devido a sua vida política e os cargos de importância que ocupou:

> O homem que foi nomeado sucessivamente juiz ordinário da cidade de Goa, ouvidor das Ilhas, juiz das comunidades da província de Bardez, juiz de direito da comarca das Ilhas, juiz conservador do estanco dos tabacos, auditor geral da gente de guerra, juiz dos órfãos, provedor-mor dos defuntos e ausentes, ouvidor geral, procurador da coroa e fazenda, chanceler presidente em 2ª instância da mesa do paço, e membro adicional do conselho do governo, e eleito pelo povo para primeiro administrador do concelho das Ilhas. (IG, 1866, n. 20, p. 4)

Já a biografia de "José da Costa Campos", de Julio Gonçalves, abre-se com o seguinte parágrafo: "Foi um dos mais belos períodos da nossa existência política, a

época assinalada pela aclamação de liberais princípios entre nós, em 1824, e que continuou rica de peripécias até quase o fim do segundo quartel deste século" (IG, 1866, n. 20, p. 1). Tratava-se novamente de um liberal, pois "José da Costa Campos, foi um desses nomes gloriosos". É recordado por sua participação na artilharia de Goa, como diretor da Escola Matemática e Militar, diretor do Arquivo Militar e do Observatório Meteorológico, como engenheiro, coronel, membro do senado de Goa, procurador da junta geral do distrito e "membro popular efetivo e suplente do conselho do governo" nos anos de 1840, 1845, 1847 e 1857. Assim como por suas idéias "progressistas", contrárias ao "despotismo e à opressão", pelo seu "bom caráter", "leais princípios", e por seu título de Fidalgo da Casa Real, faz-se notar sua "nobreza" de origem.

"Estevão Jeremias Mascarenhas" (IG, 1866, n. 24, p. 1-6),[96] de Barreto Miranda, é apresentado como deputado liberal, sucessor de Bernardo Peres da Silva nas eleições de 1848, 1853 e 1854. É caracterizado como "progressista", "patriota" e "símbolo de libertação", frente ao governo de visconde de Ourém[97]. Entre suas propostas na Câmara, e seus feitos, investiu na educação religiosa das dioceses e sustentou os direitos do padroado português em Goa. Assim resume o compromisso de Estevão Jeremias Mascarenhas com a pátria e com o cristianismo:

> A religião, cujo santuário vela Estevão Jeremias como levita aos pés do senhor, ensina-lhe que a devoção patriótica é a representação da adoração a Deus, e que o serviço desinteressado da pátria é a obrigação, de que não pode eximir-se cristão nenhum, que imita o divino mestre. (IG, 1866, n. 24, p. 3)

Em seguida, estampou-se a biografia de Julio Gonçalves sobre "Francisco Salvador Gomes" (IG, 1866, n. 25, p. 1-4), goês do concelho de Salsete, que exerceu medicina e também participou da política em Goa, apoiando Bernardo Peres da Silva[98], enquanto prefeito em 1834 e 1835.

Além dos políticos destacados, há personalidades que fazem parte de um grupo de religiosos, como o padre goês "Paulo Antônio Dias da Conceição"[99] (IG, 1865, n. 6, p. 1-4), biografia de Julio Gonçalves, que estudou no seminário de Rachol, o mesmo em

[96] Epígrafe de A. Herculano: "Tu que passas, descobre-te – Além dorme o forte que morreu".
[97] O Visconde de Ourém, tido como a "mão de Ferro" que pesa sobre as "liberdades" indianas, foi obrigado a aceitar a candidatura de Jeremias Mascarenhas nos anos de 1853 e 1854, visto o apoio que tinha dos "populares", que se manifestaram a seu favor em Goa (IG, 1866, n. 24, p. 5).
[98] Bernardo Peres da Silva é citado como "liberal sôfrego de estabelecer na sua pátria o reinado da honra e da probidade" (IG, 1866, n. 25, p. 3).
[99] Paulo Antônio Dias da Conceição (Cavelossim, concelho de Salsete, 1769 – Ibid., 1853).

que Bernardo Peres da Silva completou seus estudos secundários direcionado por seu tio, o padre Caetano Peres. Paulo Dias da Conceição lecionou no seminário, que era regido pelos padres italianos, filosofia, latim e cantochão. Teve licença para exercer advocacia no auditório eclesiástico, para ser desembargador da Relação Eclesiástica e promotor da Justiça. Ao sabermos que Dias presidiu a assembléia provincial para a eleição dos deputados em 1821, relacionamos sua tendência política com a de Bernardo Peres da Silva, ou seja, liberal.

O Padre "Manuel Agostinho Lourenço"[100] (IG, 1865, n. 7, p. 1-5) também estudou no seminário de Rachol. Segundo Barreto Miranda, o autor da biografia, contribuiu para o "progresso" de Goa como professor de filosofia embasado nas "obras dos modernos pensadores da Europa" (IG, 1865, n. 7, p. 3).

Temos ainda a biografia de José Maria do Carmo Nazareth sobre o cônego "Caetano João Peres"[101] (IG, 1866, n. 16, p. 1-4) que foi desembargador da Relação Eclesiástica. Em 1837, Caetano João Peres fez parte da comissão encarregada da redação do *Boletim do Governo do Estado da Índia,* além de ter colaborado nos "primeiros" (conforme o texto) periódicos de cunho político goês como *Santa Igreja Lusitana do Oriente, Observador, Investigador* e *Abelha de Bombaim,* e ter coordenado o *Almanaque de Goa*, em 1840, considerado "primeira obra deste gênero".

O padre "Sebastião Salvador Baptista Canã" (IG, 1866, n. 17, p. 16), de Julio Gonçalves, é apresentado como "progressista", e esteve empenhado em estabelecer uma associação literária, que segundo o texto, resultará na publicação de *O Gabinete Literário das Fontainhas*. Era visto como um grande intelectual da época que defendia o "patriotismo". Colaborou em *O Ultramar* no ano de 1859, discorrendo sobre áreas diversas.

"Agostinho Antônio Colaço" [102] (IG, 1866, n. 23, p. 1-5), de Julio Gonçalves, padre e professor de latim, lógica e retórica é mencionado como personalidade "magnânima" por ter prestado serviços à "pátria", colaborando para a edificação "dos fundamentos da educação social".

[100] Manuel Agostinho Lourenço (Margão, concelho de Salsete, 1800 – Ibid., 1861).
[101] Caetano João Peres (Margão, 1806 - Velha Goa, 1860). Não se trata do tio de Bernardo Peres da Silva.
[102] A abertura da biografia dá-se por duas epígrafes, a fim de engrandecer os feitos de Agostinho Antônio Colaço - a primeira é de Byron (V. de Pichot): "Aucun marbre n'indique la couche de ton dernier sommeil, mais des statues vivantes y versent des larmes", e de P. Javanoise : "Peut-être des coeurs genereux seront attendris à ce recit".

"Isidoro Emílio Baptista"[103] (IG, 1866, n. 22, p. 1-4), de Julio Gonçalves, aparece como exceção entre as personalidades políticas e religiosas: era lente da Escola Politécnica de Lisboa, seguidor de uma carreira acadêmica. Em 1839, acompanhado de seus irmãos, Luís Antônio Baptista e Joaquim Salvador Baptista (que morreu em Luanda, onde exerceu a carreira de juiz), Isidoro Baptista foi estudar medicina e filosofia na Universidade de Coimbra. Viveu também em Paris, onde freqüentou o curso de "História Natural" no Museu Parisiense, e doutorou-se em Medicina e licenciou-se em Ciências Naturais. Colaborou em jornais científicos e literários em Portugal, na área de ciências naturais e médicas, como no *Jornal do Comércio*[104] em 1861, no *Rei e Ordem*, na *Revista Acadêmica de Coimbra* e no *Arquivo Rural.* Entre as biografias da *Ilustração Goana*, esta é a que nos dá maiores referências bibliográficas. Baseando-se em *O Dicionário Bibliográfico Português,* do escritor português Inocêncio Francisco da Silva, as principais obras de Baptista[105] são citadas. Antônio Lopes Mendes[106], um dos colaboradores da *Ilustração Goana* sobre o qual encontramos pouquíssimas informações, é mencionado como discípulo de Isidoro E. Baptista na área científica (IG, 1866, n. 22, p. 3). Isidoro Baptista era reconhecido pelos intelectuais portugueses como o "dicionário vivo", admirado por ser um "verdadeiro homem da ciência".

Julio Gonçalves, autor da biografia, assume um discurso de defesa em relação a Isidoro Emílio Baptista, intelectual disputado entre Goa e Portugal,[107] frente à crítica de

[103] Isidoro Emílio Baptista (Loutulim, concelho de Salsete, 1815 – Lisboa, 1863). Segundo Aleixo Costa (1997, v. I, p. 85), em homenagem a Isidoro Emílio Baptista, tanto a escola primária de Loutulim, quanto uma estrada em Margão levam seu nome. Costa utilizou-se da *Ilustração Goana,* entre outras referências bibliográficas, para embasar seu texto.

[104] O autor da biografia seleciona uma parte dela para transcrever os "elogios" que *A Gazeta de Portugal* dedicou a Isidoro Emílio Baptista, quando da sua morte em 17 de outubro de 1863 (IG, 1866, n. 22, p. 4).

[105] *A Geometria em progresso* (1846), *Thèse pour le doctorat en médecin. Presentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris en 22 août, 1853. Des signes rationnels de maladies du coeur, Discussão dos caracteres distintivos da família das Paronychiaceas* (1857). Além de publicações nos Anais das Ciências e Letras Científicas de Matemática, Lisboa, em 1853: *Estudos sobre a teoria analítica dos poliedros e suas aplicações à cristalografia* (1853); *Notícia sobre os novos padrões do sistema métrico de Inglaterra; Peso normal das medas portuguesas.*

[106] Antônio Lopes Mendes contribuiu com três artigos na *Ilustração*, sobretudo de temática local, com dois na seção de ciências naturais, "A agricultura em Goa" e "História natural", e um poema "A cidade velha de Goa". Participou em *A Harmonia – jornal político, literário e comercial* (1862-1864), no *Cronista de Tissuary,* com o artigo "A voz do Mandovy - À memória do Exmo. Conde de Torres Nova" (1866) e em *Almanaque Literário* (1866). Sobre o autor, em "Crônica do mês" (n. 2), Julio Gonçalves disse, anunciando uma de suas obras e afirmando a origem portuguesa do escritor, que até então morava em Goa: "Já se deram à luz os *Apontamentos sobre Satary* do sr. A. L. Mendes, reduzidos a folheto. O cronista julga-a uma obra de apreço. Bastaria, para julgá-lo, o nome do autor, que é felizmente, um dos poucos filhos de Portugal, cultos em letras, que demoram no país e, o que vale mais, pouco alardeador da sua erudição." (IG, 1864, n. 2, p. 19).

[107] "'Poucos homens têm Portugal como Isidoro Emílio Baptista' – escrevia um amigo de Lisboa, quando entre nós acusaram de ingratos os mancebos que tinham estudado à custa da pátria, sem voltarem a ser-

goeses que o acusavam de "ingrato" por ter ido estudar em Portugal e não ter voltado para contribuir para o "progresso" de Goa. O autor vê nele um "filho" da Índia portuguesa, que, mesmo estando na Europa, não deixou de honrar a "pátria"[108]:

> E nós? Nós os filhos da Índia, entre os quais Emílio Baptista veio ao mundo, pouco ou nada lhe devemos, é verdade. Não serviu à **pátria**; porque se entregou todo a servir a Portugal. Não serviu-nos, honrou-nos porém, e muito. Pagou direito de se chamar filho da Índia portuguesa, elevando esse mesmo direito a um grau de subida importância e apreço, que à força de trabalhar, em imitação aos que o precederam, na amplidão do campo que escolhera, com tanta glória alcançou.
> Honrar a **pátria**, é também um grande e difícil serviço. Tão poucos o tem sabido fazer ! (IG, 1866, n. 22, p. 4, grifo nosso).

Vale notar o emprego ambíguo da palavra "pátria" nesse trecho, primeiramente empregado para designar Goa em oposição a Portugal. Já no final do trecho, pátria diz respeito a Portugal. Como já observamos, essa oscilação era comum nos textos coloniais, o que aponta para a dificuldade em delimitar a pátria, a nação, o país a que de fato pertenciam.

Como última biografia, mais uma de Julio Gonçalves, é nos apresentada a do goês do concelho de Bardez "Antônio José de Sá" (IG, 1866, n. 26, p. 1-3), também conhecido como Vigário de Parra, que foi tanto político quanto padre, representando a união dos dois grupos acima comentados. Julio Gonçalves, o autor da biografia, baseia-se novamente em *Quadros Históricos de Goa,* de Barreto Miranda para escrever seu texto. Estudioso da ciência e da jurisprudência, desembargador da relação eclesiástica, advogado, juíz da 2ª instância em 1835 (época que tinha Bernardo Peres da Silva como prefeito), Antônio José de Sá é caracterizado como "espírito nobre", "patriota" e lutador pela "liberdade" (contra os "anti-populares" definidos como os da "oligarquia", isto é, os portugueses e descendentes).

A partir da descrição das biografias da *Ilustração Goana,* podemos construir um quadro geral que poderá nos ajudar a compreender o perfil da própria revista. Tratava-se de publicar biografias de goeses nascidos no final do século XVIII e no início do XIX, ou seja, de goeses seus contemporâneos. Notamos que as personalidades escolhidas foram divididas em dois grupos: o político e o religioso, cujo ponto de intersecção era a

---

lhes úteis! – Portugal possui bem poucos homens com aqueles conhecimentos e não pode nem deve dispensá-los" (IG, 1866, n. 22, p. 2).

[108] Nota-se que o termo "pátria" ao mesmo tempo que parece contrapor-se a Portugal, dá-se a partir de Portugal.

idéia de "progresso" e de "patriotismo". Estas, por sua vez, caracterizavam o pensamento liberal em oposição ao absolutista. A grande maioria dos biografados cumpriu algum papel junto à "revolução liberal" em 1821, quando da destituição do conde do Rio Pardo e conseqüente ascensão de Bernardo Peres da Silva. Muitos sofreram as conseqüências desse apoio, com exílio de entre os anos de 1835 e 1838. Percebemos através das biografias, que, mesmo quando a administração da prefeitura de Goa foi transferida provisoriamente para Damão, visto a dissolução das Cortes em Portugal, continuaram a considerar Bernardo Peres da Silva como o verdadeiro prefeito de Goa. Há, portanto, uma clara intenção dos redatores da revista de registrar a história, então recente, do estabelecimento do liberalismo em Goa e, conseqüentemente, da ascensão dos canarins e decadência do poder dos portugueses e descendentes. Fizeram da publicação um verdadeiro documento desse momento histórico daquela colônia. Ainda que parcial e unilateral, delineia-se nas páginas da *Ilustração Goana* a difícil ascensão política do chamado indo-português.

Há, todavia, duas outras biografias na *Ilustração,* que diferente das demais, foram estampadas fora da seção de abertura de cada exemplar. São elas: "Lord Wellington" (IG, 1866, n. 20, p. 5-9), de Caetano Francisco de Miranda,[109] e "Fr. Bartolomeu dos Mártires. Alguns fatos notáveis da sua vida" (IG, 1866, n. 21, p. 9-15), de J. F. De Albuquerque. O que as diferencia das outras é que não tratam de nomes nascidos em Goa, e sim de um inglês e um português.

A biografia de "Lord Wellington" foi estampada logo após a de "José Maria dos Remédios", de Julio Gonçalves, que introduziu o exemplar n. 20. Já pela epígrafe "*Ordinairement l'amour de la patrie ou de la gloire conduit les héros aux prodiges*" (Chateaubriand, *Itineraire*), percebemos que o comandante do exército inglês, que lutou contra Napoleão na guerra de Waterloo, será descrito como herói e patriota.

Wellington é analisado como membro da "grande geração de 1769", ano tomado como referência de seu nascimento, juntamente com Napoleão Bonaparte, Cuvier, Chateaubriand e Walter Scott, vistos como "vultos extraordinários".

[109] Além de "Lord Wellington", Caetano Francisco de Miranda contribuiu com a tradução de "Ode a Napoleão Bonaparte", de Byron, e outros ensaios de tom biográfico no campo da filosofia, da literatura e da política, como em "Sócrates", "Rollin" e "Duas palavras sobre Washington e Napoleão". Não encontramos referências biográficas do escritor.

É visto como o "enviado pela sua pátria para derribar o gigante do século", referência a Napoleão, a quem, segundo o ensaio, derrotará alcançando "a fortuna de eclipsar a sua glória nas planícies de Waterloo" (IG, 1866, n. 20, p. 5).

Na biografa, são descritos os cargos que ocupou como representante inglês na área militar e política, assim como as datas e os lugares por onde passou. Menciona a Índia, quando fala de seu irmão, o marquês Wellesley, que foi governador geral da Índia Inglesa. Também faz menção às disputas dos ingleses com "Tipoo-Saib" (Tipu), referente ao sultanato de Maiçur, e com os maratas, as duas maiores potências bélicas da Índia até então. A Companhia inglesa passou por longas guerras contra os maratas entre os anos de 1774 a 1782, contra os franceses na Índia entre 1778 a 1783 e contra o sultanato de Maiçur nos anos de 1789 a 1792, que era regido pelo sultão Tipu, das quais a Inglaterra saiu vitoriosa (CARREIRA, 2006, p. 100).

Comenta a eleição de Wellington a deputado das Cortes na Inglaterra, em 1807, e sua atuação como combatente contra a Dinamarca em 1808, como comandante, depois, contra a Espanha e contra Portugal, passando a encabeçar a disputa contra a França. Cita a baía de Mondego como palco de sua vitória contra os generais de Napoleão e, por fim, é descrito como representante da tropa aliada, grupo de países formado pela Inglaterra, Rússia, Prússia e Áustria, que combateu Napoleão em Waterloo. Incansavelmente, Wellington é reverenciado pelo seu caráter heróico e destemido, e tomado como um dos responsáveis pela vitória sobre Napoleão. Todavia, por mais que o ensaio seja em homenagem a Wellington, Napoleão, seu inimigo, é sempre reverenciado, tomado como "leão da Europa", sendo seu caráter sempre apresentado como "superior":

> Wellington, se não foi um dos capitães da primeira ordem, que dominam e caracterizam uma época, como Napoleão, César e Alexandre, com tudo ocupa um lugar eminente entre os generais da segunda classe, nos fastos de uma das épocas as mais extraordinárias e as mais grandes da história do século atual. (IG, 1866, n. 20, p. 9)

Essa admiração por Napoleão, ao lado do elogio àquele que o derrotou, advém de um fenômeno que se propagou por toda a Europa e que associava a figura do general francês aos movimentos progressistas oitocentistas – entre eles, o liberalismo – ainda

que pesasse a faceta tirânica da personagem, como demonstra Steven Englund em *Napoleão, uma biografia política* (2005).[110]

Já a biografia de "Fr. Bartolomeu dos Mártires"[111] (1514-1590) trata do campo religioso. O português Bartolomeu dos Mártires, vinculado à ordem de S. Domingos, foi enviado a Goa para exercer o "cargo de provincial no Reino de Portugal". Pouco é relatado sobre o período que permaneceu em Goa. Sua volta e permanência em Portugal, onde foi nomeado "arcebispo de Braga" pela rainha "D. Catarina, que governava Portugal devido à menoridade do seu neto D. Sebastião" (IG, 1866, n. 21, p. 10, em nota), são tratadas com mais atenção.

Seu caráter é descrito sob os aspectos morais: pela sua caridade, simplicidade, austeridade, dignidade, humildade, abnegação, mansidão e severidade.[112] Para confirmar os feitos de tão "ilustre" caráter, menciona a participação do arcebispo de Braga no concílio de Trento, e seu posicionamento contra a corrupção entre os cardeais.

O que se pretendia ao se estampar a biografia de Fr. Bartolomeu dos Mártires era novamente evocar, como no caso de Peres, um paradigma de comportamento político e moral no âmbito da Igreja católica, pois tudo que é dito do frei muito tem a ver com o discurso liberal do momento. A eleição de Frei Bartolomeu dos Mártires deveu-se naturalmente ao fato de ter vivido em Goa, funcionando como um ponto de intersecção entre o comportamento de cunho liberal (ainda que no século XVI), a Igreja católica e a realidade goesa.

---

[110] "Internacionalmente, também, o nome de Napoleão rapidamente passou a ser associado a liberalismo e independência nacional — o que é incrível, se considerarmos apenas o legado de tirania do Império e não dermos a devida importância ao poder do mito que envolve uma personalidade carismática. [...] Incessantemente, também na Polônia, Itália, Sardenha e Renânia, e até na Prússia, na Inglaterra e nos Estados Papais, o nome de Napoleão era invocado por progressistas, liberais, republicanos e até por socialistas e revolucionários. Isso, em geral, não era feito inadvertidamente — sabia-se bem que o Império Francês tivera aspectos sombrios —, mas de maneira deliberada, em oposição a uma realidade presente de reação que não se conseguia controlar, por meio de referências a um passado que podia ser modelado e seletivamente invocado" (Englund, 2005, p. 498-499).

[111] A biografia é aberta pela seguinte epígrafe: "Não sucede na milícia de Jesus Cristo, como na dos príncipes da terra: nesta, depois de certo tempo de trabalho e de serviço, se adquire o direito de buscar o sossego e o descanso, como recompensa das fadigas passadas; mas na milícia de Jesus Cristo é ser desertor o cessar um momento de combater" (MASSILON, *Discurso para uma profissão religiosa*), a qual acordará com o caráter apresentado de Bartolomeu dos Mártires.

[112] Ao citar estas duas últimas características, segue-se uma nota de rodapé com a seguinte informação: "Lê-se no *Almanaque Literário para o ano 1866,* do nosso amigo, o sr. A. J. Frederico Gonçalves de Figueiredo, a p. 131, o nosso artigo com o título *Pode mais a mansidão que a severidade.* Aí se deixa ver melhor, como o arcebispo se havia com os seus subordinados dignos de maiores castigos. (IG, 1866, n. 21, p. 15). Chamamos atenção para essa nota no intuito de assinalar o grau de proximidade dos colaboradores da *Ilustração Goana* com o *Almanaque Literário*, no qual contribuíam vários deles, o que pode apontar para uma semelhança de ideário e conseqüentemente de público entre os dois periódicos.

2.2 Prosa em língua portuguesa

Selecionamos como prosa, as narrativas de viagens e os contos da revista. Não foi estampado romance.

As narrativas de viagens eram relatos sobre cidades próximas a Goa, como Diu e Bombaim, como também sobre o sudeste asiático, como Macau, Singapura e Pinang (Malásia).[113] Como se fosse um diário de bordo, a trajetória do viajante era detalhada, passando por descrição de cidades e peculiaridades, horários e dias em que se davam os acontecimentos.

Estampadas geralmente antes dos poemas, algumas narrativas levavam no título, a expressão "fragmento inédito", como: "Singapura - Fragmento de uma viagem inédita" e "Pinang - Fragmento de uma viagem inédita", ambos assinados por C. N[114], e "Viagem de Goa a Diu por Bombaim - Fragmento de um livro inédito", de Adriano César de Mello Xavier[115], a narrativa mais longa, publicada em seis exemplares. A idéia de fragmento remete à totalidade desses textos, de grande interesse para o estudo do gênero de narrativas de viagens. Não pudemos, todavia, localizar a íntegra de tais textos. Reforçamos apenas a constatação de que se trata de viagens pelas imediações ou pelo Extremo-Oriente, publicadas para os leitores de Goa e, portanto, para leitores que conheciam em alguma medida essas regiões. O mais razoável seria esperar narrativas sobre a Europa ou as Américas, se pensarmos na tradicional função da narrativa de viagem como delineadora de universos distantes e distintos. Todavia, podemos depreender disso três conclusões: 1) os textos eram lidos por europeus ou descendentes que conheciam ou tomavam a Europa como referência de identidade e, portanto, o Oriente era o distante e o diferente, apesar de estarem vivendo ali; 2) os autores dos textos eram europeus ou com eles se identificam, relatando a viagem a partir de um olhar eurocêntrico; 3) ainda assim, são textos que merecem atenção diferenciada, já que, para trazerem alguma novidade àqueles leitores, tinham que buscar no detalhe e na

[113] Através do estudo de periódicos oitocentistas feito por Garmes (2004, p. 64), notamos que o gosto pelas narrativas que retratavam o próprio Oriente estava em alta em Goa. *A Índia Portuguesa*, por exemplo, publicou em 1865 duas delas: "Descrição de alguns reinos da Ilha de Timor, inclusive a cidade de Deli, feita por um oficial do exército de Goa, que esteve ali 3 anos" e "Viagem de Rachol a Nachinolá ao meu amigo o senhor José Manoel Barreto", de Filipe José Albino da Gama Botelho.

[114] Na *Ilustração,* contribuiu apenas com esses dois textos. Pela falta de referência completa do nome, não foi possível pesquisar a biografia do escritor.

[115] Adriano C. de Mello Xavier contribuiu na *Ilustração* apenas com a narrativa de viagem "Viagem de Goa a Diu por Bombaim" (publicado em seis exemplares, do n. 15 ao n. 20). Não encontramos referências biográficas do escritor.

minúcia aquilo que poderia surpreender o seu leitor, já conhecedor, *grosso modo*, daquela realidade. São, dessa perspectiva, textos bastante peculiares.

No gênero de prosa ficcional[116], no que concerne aos contos, temos em Julio Gonçalves, o principal nome. Caracterizados pela estima que demonstra às tradições populares goesas e à vida cotidiana da colônia, seus contos foram divididos em duas séries: 1) "Contos da minha terra"[117], que traziam os episódios "O pequeno do monte", "Amar por comissão" e "Era uma noite de maio"; 2) "Aventuras de um Simplicio", com os episódios "O Fantasma", "Um jesuíta" e "Onde é que está a riqueza". Escreveu também "Traição-Romance original", que apesar de trazer no título "romance", pelo tamanho (quinze páginas) e estilo, classificamos aqui como conto. Suas narrativas têm Goa como cenário, descrevendo situações e personagens típicos.

Os contos de Julio Gonçalves foram estampados após a seção de biografia e os episódios foram apresentados em exemplares diferentes. A divisão foi organizada de forma que cada ano da revista apresentasse uma série de contos. Em 1864, foi publicada "Traição - Romance original" (n. 1 ao n. 4), variando de quatro a cinco páginas por exemplar; em 1865, a série "Contos da minha terra" (n° 6, 7 e 9); e em 1866, a série "Aventuras de Simplicio" (n.18, 19 e 21), tendo cada episódio entre quatro a seis páginas (nota-se que a seqüência das séries é as mesmas, duas seqüências diretas, pulando uma).

Julio Gonçalves é reconhecido como primeiro contista romântico goês por Vimala Devi e Manuel de Seabra,[118] por Hélder Garmes[119] e por Aleixo Manuel da Costa,[120] sendo que Pascoal J. Gomes (GOMES, 1896 apud COSTA, 1997, v. II, p. 107)

---

[116] Em relação à classificação dos gêneros em prosa, encontramos dificuldades em defini-los na *Ilustração Goana*, mas, ao que nos parece, essa dificuldade apresenta-se entre as revistas desse período, conforme Garmes: "É bastante difícil definir os diversos gêneros que apareciam nas revistas românticas em geral. Colocando à parte aquilo que já se apresentava como texto propriamente histórico – como o entendemos hoje –, podemos lembrar algumas denominações correntes, como crônica histórica, episódio histórico, episódio moral, conto, novela, romance, narrativa de viagem, etc." (Garmes, 2004, p. 35).

[117] Para Devi & Seabra (1971, p. 219), lembram *Viagens na minha terra*, de Garrett.

[118] "Foi uma das personalidades mais curiosas da época, e em várias publicações, principalmente na *Ilustração Goana*, deixou a marca do seu espírito criador (...) Mas J. Gonçalves foi também o iniciador do conto em Goa, e, se não levarmos em conta a *Lusitânia Transformada* de Fernão Álvares do Oriente, cabe-lhe a honra de ter sido o primeiro ficcionista goês" (DEVI; SEABRA, 1971, p. 218 e 219).

[119] "Julio Gonçalves foi o primeiro contista romântico goês de inegável valor, tendo publicado muitos de seus contos na própria revista que fundara" (GARMES, 2004, p. 62). "Após J. Gonçalves, no início do século XX, o conto teve diversos cultores, como José da Silva Coelho, que publicou muitos dos seus trabalhos em *O Heraldo*, ou Claudiana de Noronha Ataíde Lobo e sua filha, Beatriz da Conceição Ataíde Lobo, que coletaram e transcreveram uma infinidade de contos populares, além de Alberto de Meneses Rodrigues, Ananta Rau Sar Dessai, Laxmanrao Sardessai, Vimala Devi, Epitácio Pais e outros" (GARMES, 2004, p. 62, nota de rodapé).

[120] "(...) arquivando nela as primícias de alguns dos melhores talentos da geração que despontavam para os rudes combates da vida" (COSTA, 1997, p. 107).

se referiu a ele como o "Herculano de Goa", no discurso proferido por ocasião de sua morte.

2.2.1 Traição – romance original

"Traição - romance original", dividido em sete capítulos e uma conclusão,[121] é o texto mais extenso da revista. A palavra "romance" que aparece em seu título, deixa certa dúvida em relação ao gênero. Classificamo-lo como conto, levando em conta sua extensão de quatorze páginas. Ainda sobre o título, propomos algumas reflexões: talvez Julio Gonçalves pretendesse escrever um texto no gênero romance e acabou por não concretizar tal projeto. O termo "romance original" designa também que o texto não foi publicado anteriormente, o que é comprovado pela afirmação no final "A presente historieta, narrada por uma pena que nunca se estreou, antes, em matérias românticas, funda-se sobre pontos moralíssimos" (IG, 1865, n. 4, p. 10).

Trata-se de uma história com duas instâncias narrativas, pois o narrador a teria ouvido de uma outra pessoa, um sábio "ancião", a quem muito admirava. O narrador dá-lhe o nome fictício de Bartolomeu Lourenço da Costa, uma vez que citar o seu verdadeiro nome seria o mesmo que "trair" sua memória.

O conto é narrado em terceira pessoa, com "editorial omniscience", isto é, com um "narrador intruso", na tradução que Ligia Chiappini Moraes Leite faz da terminologia de Norman Friedman.[122] Esse narrador caracteriza-se por fazer comentários e julgamentos sobre o que é narrado, sendo que "a conseqüência natural da atitude do narrador intruso é que o autor não somente *dará a conhecer* o que se passa na cabeça das personagens, mas também *fará a crítica* a isso".[123] Essa estratégia possibilita um diálogo direto entre narrador e leitor, o que é bastante explorado, como por exemplo: "Vai ouvindo leitor. Vou cumprir a promessa que te fiz, de descrever aqui a habilidade amorosa de Maria Coutinho. Sei que o prometido é devido" (IG, 1864, n. 2, p. 5). Eis aí uma clara tentativa de estabelecer uma relação de cumplicidade entre narrador e leitor que permite ao primeiro angariar a simpatia do segundo para que concorde com as opiniões e julgamentos que fará das ações das personagens. Tudo isso

[121] Publicado em quatro números da revista: capítulos I e II (n. 1, p. 6 e 7, 1864), Capítulos III e IV (n. 2, p. 5-8, 1864), capítulos V e VI (n. 3, p. 43 –46, 1865), capítulo VII e conclusão (n. 4, p. 6-10, 1865).
[122] LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo* (ou *A polêmica em torno da ilusão*). São Paulo: Ática, 1985. Série Princípios, p. 25-70.
[123] "[...] "it is a natural consequence of the editorial attitude that the author will not only *report* what goes on in the minds of the characters, but he also *criticizes* it" (Friedman, 1967, p.122, grifo do autor).

é reforçado pela busca do efeito de verossimilhança, marcado pelo narrador já no início do texto, quando não quer revelar o nome verdadeiro da suposta fonte da história. Em suma, a narrativa toda se constrói como uma espécie de testemunho crítico da vida cotidiana goesa, ainda que centrada num caso amoroso específico.

Os personagens principais são Augusto Luiz de Oliveira Sampaio, órfão de pai e mãe, criado por seu tio Inocêncio, que também faleceu, e Maria Coutinho, de quinze anos, menina obediente à moral cristã, "pura e inocente". No dia seguinte a um baile, onde os dois trocaram olhares, Augusto vai à casa de Maria para vê-la, mas acaba sendo expulso pelo pai dela, D. Antônio Manuel da Costa Osório de Gama Coutinho, que não aceita a união dos dois, proibida desde a infância em razão de certa proximidade de parentesco[124] entre o casal. No jardim, os dois, às escondidas, fazem juras de amor: prometendo suicidarem-se para que pudessem se amar no céu, visto como o único lugar possível para a realização desse amor, já que na terra o pai da moça não permitiria a relação entre os dois. Na forma como Augusto e Maria declaram o seu amor no jardim da casa da moça, evidencia-se o amor de cunho romântico, que sobrepõe o sentimento amoroso a tudo, que não mede conseqüências para a sua realização: "(...) só a morte, Augusto, só a morte, unamo-nos no céu, já que é impossível unirmo-nos na terra" (IG, 1865, n. 4, p. 8). Após o encontro, Augusto, como exemplo de fidelidade a esse tão grande amor, envenena-se, mas Maria, não fez o mesmo, traindo-o ao não cumprir a promessa. Aí tem origem do título do conto. Como punição moral, ela fica cega e tem que conviver com o sentimento de culpa pela morte de Augusto.

A narrativa oscila entre duas temáticas: a amorosa e a histórica, que retrata traços de Goa, através de aspectos sociais, religiosos e políticos da época. Tanto Augusto Luiz de Oliveira Sampaio como Maria Coutinho pertencem à aristocracia goesa, o que podemos notar pela caracterização de "fidalgo" e "fidalga", termos que serão mencionados ao longo do conto. O pai dela possui vários sobrenomes, D. Antônio Manuel da Costa Osório de Gama e Souza Faria de Noronha de Mello Coutinho,[125] o que aponta para a caracterização de uma família nobre. O nome do pai de Augusto Luiz de Oliveira Sampaio não é citado, mas sim de seu tio Inocêncio Telles de Avelar Martins, quem o criou. Os nomes das mulheres, da mãe de Maria Coutinho e da tia de Augusto, também não são mencionados. A quantidade de sobrenomes estabelece a

[124] A mulher do tio de Augusto "era parenta muito chegada do excelentíssimo senhor D. Antônio Manuel da Costa Osório de Gama &c. &c." (IG, 1865, n. 3, p. 44).
[125] Por isso a abreviação do nome de D. Antônio Manuel da Costa Osório de Gama &c. &c. e de Maria &c. &c. Coutinho.

distinção de "classe social" nessa sociedade, apontando para os da "fidalguia" de origem portuguesa. Notemos que a escolha por nomes portugueses evidencia a ausência de nomes indianos, fazendo crer que o conto trata de um grupo exclusivamente português, ou de descendentes portugueses.

O cenário é o de Panelim, cidade localizada entre Velha-Goa e Pangim (Nova-Goa), que já serviu como sede residencial do vice-rei no final do século XVII e ficou conhecida pelo seu Hospital Militar, que foi transferido para Pangim em 1842[126]: "Panelim foi, em outro tempo, o foco da fidalguia goana" (IG, 1864, n. 1, p. 7).

A fim de esclarecer o que designa de "fidalguia", nomenclatura que usará para definir os personagens, explica:

> Por fidalguia não vão entender nobreza. Essa há também em muita terra obscura deste país, embora não tenha sido firmada com tinta e papel, nem engrandecida com galões e bordaduras, nem justificada com estadosos passadios.
> Que estão aí a dizer? Pois os descendentes dos velhos reis hindus não hão de ser alguma coisa mais, ou pelo menos outro tanto nobres que esses outros proprietários de brasões caducos e baluartes esboroados, para quem uma folha de canela em prato de carne era *peixe e muito bom peixe*, e um queijo ananás *fruta abundantemente produzida na ilha de Angediva*?
> Sei que a constituição foi uma fortuna para o povo português. Mas não sei se foi demais bárbara ou demais equa, açoitando velhas armas, com a admissão para as grandes honras da fidalguia intelectual, que é a que hoje reina, mau grado das nobres excelências (IG, 1864, n. 1, p. 7, grifo do autor).

Ao empregar os termos "bárbara" e "equa" para falar do estabelecimento da Monarquia Constitucional, sedimentada em 1834, analisa o processo em sua complexidade, refletindo sobre o que o constitucionalismo gerou em Portugal e nas comunidades goesas: as "velhas armas" foram "açoitadas", isto é, a nobreza mais antiga, que deveria ter suas ramificações em Goa, foi esvaziada de poder; em detrimento da "fidalguia intelectual", tomada como o grupo que no momento detém o poder, em detrimento das "nobres excelências".

O narrador primeiramente define nobreza em oposição à fidalguia: nobreza seria a da verdadeira corte portuguesa, como também a dos velhos reis hindus; fidalguia seria uma espécie de burguesia emergente, privilegiada politicamente naquela altura com a Monarquia Constitucional. Aqui, portanto, temos uma relativização do elogio constante

[126] Ref. site: www.supergoa.com/pt. Não encontramos referências de Panelim em enciclopédias como a *Larousse* e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

que se faz na publicação ao liberalismo. Todavia, não é o liberalismo em si ou a monarquia constitucional que estão sendo atacados, mas sim um certo "rebaixamento" intelectual que não dá o devido valor às "nobres excelências". Como se constata, apesar de atacarem frontalmente portugueses e descendentes, também os goeses (brâmanes católicos, chardós etc.) tinham suas veleidades quanto à manutenção de seu estatuto de nobreza local, ao menos no aspecto moral e espiritual.

Voltando à intriga do conto, através do discurso de Rosa[127] Esmeralda Fernandes, antiga aia da família de Augusto, devota aos princípios cristãos e intermediadora do encontro dos dois amantes, verificamos traços da oralidade da língua portuguesa falada, pois é caracterizada como alguém sem instrução formal, cujo lugar social é desprestigiado[128] na hierarquia goesa. Pelo conto, fica evidente o quanto a instrução em língua portuguesa era tomada em Goa como aspecto distintivo na hierarquização social da comunidade hindu-portuguesa.

A senhora Rosa representa o mestiço: é filha bastarda de um fidalgo europeu, tenente-coronel de milícias, com uma "baié", ou seja, mulher plebéia "lá das terras de Salsete" (IG, 1865, n. 3, p. 44). Evidencia-se aqui o contato do homem europeu com a mulher autóctone, mas sem a aprovação social "hão de admirar já a *baixeza* daquele sr. tenente-coronel lidar-se com uma *baié*" (IG, 1865, n. 3, p. 44, grifo do autor).

Ao descrever os pais de Rosa, o narrador cita apenas o sobrenome do pai. A mãe, por não ser européia, não tinha sobrenome ou não se sabia: "A senhora Rosa Esmeralda Fernandes era filha bastarda do sr. Inocêncio Telles de Avelar Martins, fidalgo europeu, e tenente-coronel de milícias, e da sr.ª Liberata, sem sobrenome, mulher plebéia" (IG, 1865, n. 3, p. 44). A senhora Rosa foi criada pela mãe até os 12 anos, depois "entrou em crioula para a casa do sr. Inocêncio", que não a reconhecia como filha. Após sua morte, passou a morar numa "habitação decentinha" deixada pelo sr. Inocêncio Martins, nunca designado como pai. Através de Inocêncio, compreendemos a ligação afetiva entre Augusto e Dona Rosa.

Após a caracterização da personagem e de seu meio social, o narrador trata da relação de Rosa com a língua portuguesa. Além de utilizar a reprodução do português falado pelas mulheres autóctones, designado como "mascavo", faz referência explícita aos traços de mistura entre a língua do colonizador e as línguas locais:

[127] Encontramos ora Rosa, ora Roza.
[128] Hélder Garmes (2004, p. 39), ao falar de *O Compilador*, chama atenção para uma série de artigos que "ridicularizaram" o uso "incorreto" do português, vendo nisso uma postura que faria escola em Goa até o início do século XX.

> Agora, entre parêntesis. Quanto ao português mascavo que falava a senhora Rosa, apesar de tanta lida com fidalgos e fidalgas, parece-me que mesmo essas falavam então nada melhor a língua, apesar da lida com europeus e européias. O certo é que o português que lá elas falavam, precisava de ser traduzido por outro português pelos maridos, para, ainda assim, ser dificilmente entendido dos verdadeiros senhores da língua: salvas as exceções.
> De então a hoje, vai alguma coisa apurado; mas ainda o *ell´outro,* o *mãi-Deus,* e outras frases peculiares não estão abolidas de todo. Fechem a parêntesis. (IG 1864, n.3, p. 4, grifo do autor)

O "português mascavado" aparece como algo peculiar. Vejamos um exemplo retirado do diálogo entre Augusto e a senhora Rosa:

> — Boas noites, tia Rosa.
> « Adê, mê fie. Como tem ucê Agust? »
> — Guarde te Deus, senhora. Eu estou bom. Vou vivendo nestas procelas do mundo, que a mão onipotente agita; vou lutando com a tempestade, que me veio surpreender navegando em baixel fraco, que me vai arremessando contra os penedos.
> « Ucê, Agust? Ucê tá quixand de mund? ucê ind nã tem xanou anns papiá!
> «Nã quer respondê, Agust? Ucê já ta está tã frac par resti tempestade, par vencê torment?
> «Agust! babá Agust! »
>
> (...)
>
> — Tia Rosa. Hás de fazer-me um sacrifício.
> «Pois nã mê fie!
> — Hás de me levar esta flor, lança-la ao pé de Maria, de Maria Coutinho.....
> Ai? Antã he sinhô fidalg de S. Pêdre, deúz de tempestade? »
> — Não me atormentes, Rosa. Faze o que te peço. E, se puderes, dize-lhe que esse cravo é a dádiva do coração que acalenta Augusto. E adeus.
> «Uiá fie, babá Agust!... » (IG, 1864, n. 2, p. 6-7)

O modo de falar o português revelava o lugar econômico e social que o indivíduo ocupava naquela sociedade. A língua portuguesa aqui cumpre um papel seletivo maior que em Portugal.[129] A aproximação desse modelo lingüístico

[129] Em *Dicionário de Literatura Goesa,* de Aleixo Manuel da Costa, encontramos referências em relação ao nível de instrução do português de Julio Gonçalves e a sua representabilidade na sociedade goesa "Julio Gonçalves, a cujo respeito um dia, em conversa, José Luciano de Castro, que foi vogal e presidente do Supremo Tribunal Administrativo, e lera uma petição ou contra-minuta de recurso por ele assinada, me perguntou se J. Gonçalves era descendente das famílias reinóis estabelecidas na Índia; e tendo-lhe eu respondido negativamente retorquiu que, pela sua dicção pura e correta e pela linguagem clássica do seu

representava o desejo dos goeses de origem hindu de se identificarem com a prestigiada língua, que apenas portugueses e descendentes tinham, em geral, o fluente domínio.

A partir dos dados retirados do texto, podemos definir alguns níveis de oralidade do português em Goa, desempenhando diferentes papéis entre os grupos sociais: 1) o "português mascavado", falado pelas mulheres goesas de origem hindu, representando o nível elementar de instrução formal em português; 2) o "outro português", falado pelos maridos dessas mulheres, representando o nível intermediário de instrução formal em português; e 3) o "verdadeiro português", a língua dos "senhores" da língua, representando os fidalgos portugueses que viviam em Goa, considerado o nível ideal de instrução formal.

Voltando ao conteúdo de *"*Traição*"*, pela apresentação dos aspectos típicos de Goa, vistos nas descrições dos costumes, dos trajes e da ordem social, podemos fazer um retrato dessa sociedade na década de 1860. Um dos espaços privilegiados deste e de muitos outros contos é o da igreja. O conjunto dos valores é regido pelos princípios da moral cristã.

Em *"*Traição*"*, é hábito ir à igreja aos sábados, dia em que há três missas:

> Era um dia sábado. Às 6 horas da tarde (...) Àquela hora solene, em que a igreja conta, pela terceira e ultima vez no dia, o número dos seus fiéis, – naquele instante, em que os lastimáveis penitentes de outro mundo anseiam apanhar o insignificante sufrágio de uma *ave maria*, quanto doce fora ver o orbe todo católico. (IG, 1864, n. 2, p. 6, grifo do autor)

Levando em consideração o vocabulário, nota-se a predominância de termos religiosos, o que pode ser evidenciado nas expressões de reza, louvor e clamor.[130] A igreja católica e suas cerimônias comemorativas são colocados como ponto crucial da construção do cenário do conto.

O narrador é nostálgico, lamenta não ter vivido "nos bons tempos" de seus avós, caracterizado como uma época de fé, de pureza, santidade e inocência, em que havia maior respeito pelos costumes religiosos católicos, assim, a religião e suas práticas são características idealmente como coisas do passado:

---

estilo não lhe parecia oriundo das raças indígenas" (PINTO, Cristóvão, "A Colonização Portuguesa na Índia" (sem referência de data) apud COSTA, Aleixo, 1997. v. II, p. 106 e 107).

[130] "Deus lhe falou na alma" e "Valha-me Deus!" e outras (IG, 1864, n. 1, p. 6).

> É a sina que o tempo trouxe, este tempo, que aboliu o domínio dos rozário, que exterminou o exercício das orações, que despovoou as vias da igreja, que desolou a imensidade dos templos, que, finalmente, deixou gasta e enfraquecida a fé, que tivera bases nos tormentos de um espírito divino, no sangue que regou o Calvário (IG, 1864, n. 2, p. 6).

É num Domingo de Ramos quando a devota Dona Rosa entrega à Maria, disfarçadamente, o recado de Augusto amarrado num cravo: "logo que chegou o momento de os meninos sacudirem as flores das palmas, fez cair o cravo mandado por Augusto no seio de D. Maria, que os apanhou imperceptivelmente" (IG, 1864, n. 2, p. 8).

Há uma descrição minuciosa dos trajes (roupa e ornamentos) que Maria Coutinho vestia na cerimônia, assim como as regras de comportamento da mulher dentro da igreja. Maria usava um vestido preto e um véu que cobria seu rosto e era acompanhada por uma criada, já idosa, que lhe trazia um tapete usado para sentar-se e ajoelhar-se, já que não havia cadeiras dentro do templo. O lugar da mulher no tempo era bem definido, local no qual Maria se posicionou, como todas as outras:

> Era aquele o limite para o lugar das mulheres no templo divino. Isso de o belo sexo ocupar o cruzeiro todo, isso de as cadeiras de sala substituírem os tapetes, isso de se trocar a honestidade dos véus por chapéus enfeitados á perder de vista, isso de balanços, isso de leques agitados, isso finalmente, de risos, de abraços, e de cumprimentos, a frente dos altares, e muitas vezes, até, aos tempos de Maria Coutinho, não havia visto, nem sonhado a fidalga mais degenerada, nenhum espírito o mais possivelmente irreligioso (IG, 1864, n. 2, p. 8).

Podemos, por essas informações, definir mudanças em relação aos hábitos religiosos do século XIX (época em que a história nos está sendo narrada) e do passado (época em que a história teria se passado). Em décadas anteriores ao momento do relato, respeitava-se o lugar específico para as mulheres dentro do templo, sendo que elas usavam tapetes para rezar, assim como véus, e mantinham silêncio na frente do altar como sinal de respeito pelo sagrado. Já no momento em que a narrativa se faz, década de 1860, predominaria a "irreligiosidade", pois as mulheres não respeitavam mais os limites como no passado, usam cadeiras no lugar dos tapetes, portam chapéus enfeitados em lugar de véus, assim como leques que agitam o ambiente; riem, abraçam-se e cumprimentam-se diante do altar.

A causa da "negligência" das mulheres em relação à igreja é interpretada como resultado da chegada das novidades trazidas pelas "luzes civilizadoras da atualidade", ou seja, pela influência do liberalismo no próprio seio da Igreja católica, fundamentado nas idéias do Iluminismo do período pós-Revolução Francesa, isto é, após 1789. No caso de Portugal, isso ocorre após o período de Marquês de Pombal, que aplicou o ideário do Iluminismo na administração portuguesa, laicizando escolas e diminuindo o poder da Igreja, o que parece se refletir em *"*Traição*"*: "Isso veio para nós atrás das luzes civilizadoras da atualidade. Isso é hoje um dos principais resultados de uma ilustração apurada. O domínio feminil está arvorado. Só resta abdicar as crinolines" (IG, 1864, n. 2, p. 8).

Alguns hábitos femininos das goesas na década de 1860 seriam, segundo o narrador, reflexo da imitação européia. Vê-se, assim, que ao mesmo tempo que a Europa serve como paradigma literário, como foi citado anteriormente, também é criticada como modelo a partir do momento que a criação de novos parâmetros de comportamento interfere na ordem social da colônia. O narrador, apesar de reconhecer a importância do liberalismo no âmbito da política, o vê como pernicioso no âmbito dos costumes. Exemplo disso é a crítica que faz em relação às perdas dos costumes de um passado tomado como "inocente", o que se mostra na descrição do baile, onde Maria e Augusto se encontraram:

> Um baile, o que era um baile nos tempos deste pobre romance? Um baile, então não se cifrava em papança desregrada de bolacha, em engolir café num copo de água no topo de uma escada interior, em procurar bilhete para a primeira contradança, a fim de cumprir promessas antecipadas, e finalmente em descompostos *détachés*. Um baile então era para cantarem muitas senhoras a porfia, para se executarem ricas arias ao piano ou à guitarra, e para assim outros entretenimentos inocentes, que hoje vão se acabando inteiramente. (IG, 1865, n. 3, p. 45)

Lembremos novamente que, ao optar pelo desejo de manutenção dos antigos costumes, não significa que o narrador seja contra a "modernidade". A situação acaba por se esclarecer quando discorre sobre Dona Rita, uma senhora fidalga, vista como representação do símbolo retrógrado, por se opor às novidades européias: o ideal de civilização, de modernidade, do qual Paris é o maior modelo a ser seguido. Goa anseia ser Paris:

> A senhora D. Rita repete quase todas às vezes estas e outras coisas a que ela chama *imoralidade*, e todos que a ouvem a dizerem-lhe que isso são idéias retrógradas, e que nada do que lhe estranha indica *imoralidade*, mas sim uma civilização, um adiantamento, um progresso prometedor. "Prometedor de indecências" replica ela. Diz-se lhe que s. ex.ª não passeou ainda Paris, e que isto vai sendo Paris. Qual ! a boa mulher não sai do seu modo de pensar. Acha que para Goa ser Paris é preciso que os séculos tomem volta – "É possível, diz então ela, é possível que se chegue a ser Paris, começando por ser a Assíria dos tempos derradeiros".
> E quando ela vem com exemplos históricos, não há que replicar-lhe. Eu fujo quase sempre então. (IG, 1865, n. 3, p. 45)

O narrador "foge" das idéias de D. Rita, aceitando, portanto, a imposição da Europa, principalmente Paris, como paradigma de "civilização" e "progresso". Portanto, a crítica do narrador diz respeito a alguns novos costumes de Goa resultantes de sua "modernização", mas não do conjunto desses costumes.

O pacto de morte rompido pela mulher e mantido pelo homem em *"*Traição*"*, ao ser interpretado no contexto goês, pressupõe uma análise diferente do contexto europeu. Basta lembrar que na antiga tradição hindu existia a pratica do sati, isto é, uma viúva honrada deveria morrer queimada na mesma fogueira em que o corpo do marido fosse cremado, pois ela não deveria sobreviver a ele. E, caso assim não procedesse, seria rejeitada pela comunidade e viveria como pária. No conto acontece sintomaticamente o inverso. Ele morre e ela não só permanece viva, como ainda se casa. Visto o papel que a mulher exercia na sociedade indiana oitocentista, uma enorme culpa recai sobre a personagem de Maria, frente ao não cumprimento do pacto de amor com Augusto, tomado como "traição" sem perdão e "eterna" punição:

> A filha de D. Antonio, ainda vivia na *ilha do Príncipe* em 1844. — Casada lá com um degradado, — e estava velha e cega. — Sabe-se isto por uma carta recebida pelo sr. Bartholomeu de um amigo de Lisboa. Às últimas palavras da carta são dignas de memória: dizem.
> "Parece que Deus quis fechar depressa aquela vista que havia olhado impassível ao último transito da sua vitima. E parece, também, que prolongou aquela existência para aumentar o martírio do remorso. Em parte estimo que aquela vida dure, para recordar o que nossos olhos viram e que precisa de ser legado à posteridade. — Oxalá que alguém o faça". (IG, 1865, n. 4, p. 9)

No texto, percebemos que a literatura segue a orientação de "utilidade e recreio" do jornalismo da época, que, por sua vez, é concebido como veículo de informação e instrumento difusor da civilização. Ao mesmo tempo em que o leitor se entretém com o

enredo, entra em contato com o fundo moral da narrativa, explicitado pelo narrador no final do conto:

> A presente historieta, narrada por uma pena que nunca se estreou, antes em matérias românticas, funda-se sobre pontos moralíssimos. Tende a mostrar o fim que leva um mancebo, sem pais nem parentes, entregue apenas ao domínio das paixões, — os resultados funestos da louca precaução com que os pais querem evitar os efeitos, depois de terem estabelecidos eles próprios as causas, — a inconstância de certas damas, que não temem o mundo quando entabulam correspondências imantenedoras, mas temem os pais ao tempo de cumpri-las, — o desprezo que a sociedade vota até a grandes fidalgos, quando não tem nem pais nem padrinhos que os recomendem. Etcetera.
> Moralizem o que acharem de mais, e..... e até a segunda se Deus quiser. (IG, 1865, n. 4, p. 10)

Aspectos negativos da narrativa são ressaltados e o leitor é levado a refletir sobre eles a fim de evitá-los: a inconstância e infidelidade no amor, que pode trazer más conseqüências, exemplificada pela personagem de Maria, que não levou a sério a promessa que fez a Augusto; a "louca precaução" dos pais, exemplificado pelo pai de Maria, que, querendo protegê-la de Augusto, foi conivente com a morte deste; a falta de controle emocional causada por uma paixão, criticando Augusto por não ter controlado seus sentimentos, o que culminou em seu suicídio, e por fim, a censura ao desprezo da sociedade em relação aos órfãos, no caso de Augusto. Evidencia-se assim a intenção do texto de pregar a moralidade, através da própria "imoralidade": "Está acabado o romance. Hão de achá-lo mesmo uma imoralidade. Era preciso que assim fosse, porque das imoralidades é que se tiram as moralidades magnas. Agora, estas tire-as o leitor. — Não é para ler só, que se escrevem os romances " (IG, 1865, n. 4, p. 9).

O fato é que o texto fecha com uma série de preceitos morais que mais têm a ver com conselhos para a boa educação dos jovens na realização de um bom casamento, do que com uma crítica mais apurada sobre a sociedade goesa. Trata-se, portanto, de um texto crítico, mas conservador na sua perspectiva cultural aos olhos do que se discutia na Europa nesse momento. No entanto, a lógica da sociedade goesa era outra, marcada pelas relações de parentesco que caracterizam os indianos, isto é, caracterizado tradicionalmente pela estrutura das castas, onde a família e não o indivíduo é o centro em torno do qual regem todas as coisas. Assim, o liberalismo em Goa ganhou uma faceta muito própria, que pouco tinha a ver com a emancipação da mulher, com o casamento por amor, com o *self-made-man* que caracterizou o liberalismo no dito Ocidente.

Antes de concluirmos essa pequena análise do texto, vale a pena notar como o leitor é ali concebido. O texto apresenta uma caracterização minuciosa dos diferentes tipos de leitores que poderia, hipoteticamente, alcançar:

> E se és lá algum doutor em leis, prepara-te para uma petição a juiz leigo, a fim de me infligir uma tremenda condenação, quando eu peque no meu trabalho. Se és filho de Hipócrates, apronta uma receita, para me mandares à outra vida, quando a minha narração te saia mal. Se és padre, reserva-me para o caso dado uma excomunhão. E finalmente, (não são boas muitas hipóteses) se és algum leitor bonacheirão, que gosta de se deitar em uma cadeira á Voltaire, ou de se estender em uma velha marquesa, para aturar com paciência a mania escrevinhadora destes basbaques em papel; se, por fortuna, és desses, guarde-te Deus, que és o único que podes aliviar o peso da cruz destes pobres cruzados da literatura, que anseiam germinar na pátria os elementos da civilização moderna, não introduzindo novos inventos, mas seguindo nobilíssimos exemplos, que as luzes produziram, as luzes, que aclararam a Europa inteira, e que pretendem penetrar estas trevas. (IG, 1864, n. 2, p. 5 e 6)

Podemos deduzir daí quatro tipos de relação leitor/ autor: 1) o leitor "doutor em leis", que pode condenar o autor; 2) "filho de Hipócrates", que o pode criticar; 3) "padre", que o pode excomungar; 4) "leitor bonacheirão – leitor de Voltaire", o único que pode compreendê-lo, por saber qual é o objetivo "dessa literatura", ou seja, uma literatura comprometida com a civilização, que é referência ao ideal iluminista europeu.

Evidencia-se assim o papel da literatura como ferramenta intelectual de libertação das "trevas" (ou seja, da "ignorância"), mostrando que os intelectuais goeses da revista vão beber no paradigma literário europeu, tido como continente das "Luzes", tentando aplicar em Goa o mesmo ideário.

A literatura aparece como instrumento político, através do qual o intelectual questiona qual é o seu papel dentro da sociedade, atribuindo a ela a finalidade social de conscientização do leitor, ainda que este não lhe dê ouvidos.

> E já vêem que me entretive em digressões, em vez de me aviar logo. Não me levem isso a mal. É a mania dos romancistas, muito mais quando são bisonhos, e se dão ao encargo de moralizar o povo, sabendo que o povo faz tanto caso disso como do diabo, porque é o povo, especialmente quanto os costumes, rebelde á toda a crítica dos escritores. Não falemos nisso. (IG, 1865, n. 3, pp. 44 e 45)

Esse "povo" é concedido de modo peculiar, pois não se trata da maioria analfabeta em português em Goa. Parece designar um povo "virtual", emprestado dos

textos,[131] pois o público leitor da *Ilustração Goana* certamente era muito restrito: apenas uma pequena elite letrada em português que representava menos de cinco por cento[132] daquela população colonial. Ao importar o ideal de difundir as luzes em meio ao povo, convence-nos que não só no Brasil, mas também, e talvez sobretudo, em Goa "as idéias [do liberalismo] estão fora do lugar",[133] sendo que, no caso goês, poderíamos dizer que não só as idéias liberais, mas toda a ordem social européia estaria fora de lugar.

De qualquer modo, o escritor goês se vê na contingência de propagar o ideário liberal, ainda que ajustado à realidade indiana, que, como observamos, tem no núcleo familiar o seu paradigma de valores morais e no princípio da distinção de castas (e não de igualdade, como se deveria supor em se tratando de liberalismo) o elemento estrutural dessa sociedade.

Vale lembrar aqui a noção do processo de "interpenetração" das castas na sociedade goesa defendido por Narana Coissoró[134] (1994), através da imposição dos hábitos ocidentais, que no caso é representado pelos portugueses. O autor, a fim de explicar a sociedade goesa contemporânea, discorre sobre as modificações causadas pelas inter-relações colonizador/colonizado, admitindo na sua análise fatores como a religião, a política, a cultura e a longa presença portuguesa em Goa de 1510 a 1961, considerando a relação imposta pelo colonizador e a adaptação do colonizado como resultado desse processo e, portanto, tendo isso se dado:

> (...) pela forma como os missionários portugueses das várias proveniências e das várias ordens se interpenetraram na sociedade goesa, no modo de vida das famílias hindus e a própria adaptação do hinduísmo como resposta à missionação católica. A sociedade que aí caldeou, embora mantendo o princípio das castas, tornou-as menos pesadas, passe a expressão, sob o ponto de vista da sua adaptação e ao mesmo tempo evitou a degradação humana que nos é testemunhada na sociologia ou antropologia indianas. (COISSORÓ, Narana, 1994, p. 17).

---

[131] GARMES, *O Romantismo Paulista: os Ensaios Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860,* São Paulo: Alameda, 2006, p. 66.

[132] Este dado refere-se aos ditos "cristãos brancos". Na segunda metade do século XIX, a elite política estava concentrada na província das Ilhas, principalmente na capital Nova Goa (LOPES; MATOS, 2006, p. 29). Da população de Nova Goa: 50% representavam a comunidade canarim; os descendentes e os metropolitanos representavam 13% e os hindus, um terço da população (CARREIRA, 1998, p. 687).

[133] SCHWARZ, Roberto, "As idéias fora do lugar", in *Ao vencedor as batatas,* São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992, p. 13-28.

[134] COISSORÓ, Narana, "As castas em Goa", *in: Estudos Orientais: V. O Oriente, Hoje: Do Índico ao Pacífico*, Instituto Oriental, Lisboa, 1994, p. 15-24.

Voltando ao século XIX, o resultado dessa mescla entre tradição hindu e pensamento liberal é o que fez de "Traição", senão um romance, um conto realmente "original" e, sobretudo, goês.

2.2.2 Contos da minha terra

"Contos da minha terra", como vimos, trazem os episódios "O pequeno do monte", "Amar por comissão", "Era uma noite de maio", e narram histórias que não possuem conexões entre si no que diz respeito aos personagens, mas têm como proposta comum retratar peculiaridades de Goa. São contos que se afirmam como exemplares de uma literatura goesa, o que pode ser evidenciado no título geral que os reúne, em que notamos o apelo à cor local.

"O pequeno do monte" (IG, 1865, n. 6, p. 5-9) trata da aventura de Francisco e Carlito, garotos seqüestrados por dois pescadores que pretendiam sacrificá-los em homenagem ao deus do mar Netuno a fim de conseguirem êxito na pescaria. Carlito consegue escapar logo no início, por conta da ajuda do amigo Francisco, que fica preso. Carlito volta às pressas para sua aldeia anunciando o acontecido. Todos saem à procura de Francisco, mas não o encontram. Os pescadores alimentam-no muito bem para servir como sacrifício a Netuno, mas Francisco, sabendo do plano que tramam contra sua vida, tem uma idéia que o salva da morte: enquanto todos dormem, troca de trajes e de lugar com um dos filhos do pescador, que também dormia no mesmo lugar, sem que este acordasse. Na manhã seguinte, o pescador sacrifica seu próprio filho pensando tratar-se de Francisco, que acaba por escapar da morte e retornar para sua aldeia como herói.

Assim como em "Traição: Romance original", também de Julio Gonçalves, "O pequeno do monte" baseia-se numa história contada pelo antigo aio da família do narrador. "O pequeno do monte" passa-se na aldeia de São José do Areal. Há uma preocupação especial com a geografia, em que o narrador, em primeira pessoa, descreve minuciosamente o monte, presente no título, a fim de contextualizar a formação do povoado de quem tratará, caracterizado pelos "pobres lavradores"[135]:

[135] "Todos aqueles pobres lavradores viveram, e quem sabe se vivem ainda em plena paz" (IG, 1865, n. 6, p. 9).

> Um numeroso regimento de pastores, atrás de outro regimento de gado, andava pelo monte, aí em uma dessas nossas aldeias. Creio que foi em S. José do Areal.
> O monte era calvo de mato, mas bonito de relva, de relva verdinha e abundante, que servia de excelente pasto ao gado, e de bons macios tapetes aos pastorinhos (IG, 1865, n. 6, p. 6).

O espaço divide-se entre a aldeia, onde se encontram as famílias dos meninos, e a casa dos pescadores. Visto a geografia de Goa, justifica-se a presença do mar, reafirmada pela presença dos pescadores e pela caracterização do próprio aio, que era filho de marinheiro.[136]

De maneira geral, temos dois tipos profissionais representados pelos lavradores (trabalhadores da terra) e pelos pescadores (trabalhadores do mar). Notamos que diferentemente do que acontecia em *"*Traição*"*, os personagens não fazem parte da fidalguia, ao não ser o próprio narrador, que parece pertencer a um grupo social mais abastado que dos lavradores e pescadores, evidenciado pela presença de um antigo aio na sua família.

Há alguns termos que nos chamaram a atenção pelo seu caráter local, como, por exemplo, "zabró", que, segundo o narrador, existe apenas na "língua do país", ou seja, é peculiarmente goês, e refere-se ao grande saco usado pelos "viandantes" (o mesmo que andarilhos, que no conto refere-se aos pescadores) para transportar objetos, e onde foram colocados os meninos:

> Conhecem por cá essas redes. Aos que não conhecem, como por lá hão de haver muitos, sempre descrevamos: são sacos de cairo feitos a modo das redes, muita abertas; podem passar pelos orifícios muitas vezes até paus, frutas e objetos diversos de sofrível tamanho. Aqueles sacos por tanto só servem de conter volumes grandes, como sempre vemos fazê-los servir para o transporte, de que? De cocos, de panelas, de vasos de cobre, e de outras coisas assim. Em língua do país tem o nome de zabró. (IG, 1865, n. 6, p. 6 e 7)

O termo "viandante" aparece negativamente caracterizado como "apanha-moços" e "ladrão-humano", cuja aparência era de "mendigo e cara de tratante". Parece ser uma figura comum das histórias infantis goesas, visto que até o narrador, quando tinha seis anos de idade, conta-nos sua experiência com um viandante que tentou raptá-lo, inventando que sua avó estava lhe chamando. O narrador logo descobriu a artimanha, pois sua avó já tinha morrido e saiu correndo gritando por socorro para sua

[136] "(...) um meu fiel aio, que fora filho de um marinheiro" (IG, 1865, n. 6, p. 6).

mãe. Conta também que um outro viandante tentou seqüestrar seu irmãozinho, salvo pelo sr. Pedro Joaquim Peregrino da Costa.

Quando o narrador descreve o viandante que lhe apareceu, diz-nos que este chegou-lhe perto rezando, como se isto caracterizasse confiança:

> Parou e rezou junto a mim, sem que eu me importasse com o homem que estava a olhar-me fito, não sabia eu porque. Agora é que sei. Disse-me ele logo, tendo cessado de rezar. 'Babasinho, tem recados da avó; lembrou-se muito do babasinho; quer vir à ela?' (IG, 1865, n. 6, p. 5 e 6).

O termo "babasinho" também é descrito em sua peculiaridade, designado o tratamento carinhoso às crianças em Goa[137]. Ao explicar os detalhes, naturalmente o faz para um leitor que não fala "a língua do país" e não reconhece os hábitos dessa terra de viandantes que seqüestravam crianças com redes de pescar.

Há referências ao nome de Deus[138] e também à moral cristã. Francisco pede perdão a Deus por ter trocado de lugar com o filho do pescador, que acabou morrendo, sentindo-se na obrigação de rezar, juntamente com os outros da aldeia, pela alma do menino, para aliviar sua culpa. Ao ver Francisco são e salvo, o povoado faz oferendas em agradecimento e também pela alma do filho do pescador, realizando uma grande festa.

Em contraposição ao Deus cristão, temos o deus pagão Netuno, cujos seguidores são comparados ao demônio. Há assim uma contradição maniqueísta do bem e do mal. O cristianismo aparece em oposição a um deus do panteão de tradição greco-romana, o que poderia ser considerado estranho em se tratando de Goa, onde o cristianismo lutou contra as crenças em deuses da tradição hindu. Todavia, como se trata de uma publicação eminentemente de brâmanes cristãos, recorrer à demonização de um deus da tradição greco-romana era a forma de preservar a da tradição hindu, que lhes era cara.

O momento de dor e lamento das famílias na aldeia pelos filhos é coroado com uma citação de *Eurico, o presbítero*, de Alexandre Herculano[139], quando pensavam, após a volta de Carlito, que Francisco estivesse morto: "meu Deus, meu Deus, que fora

---

[137] Segundo Devi & Seabra (1971, v. 2, p. 428) "Bab" é usado como tratamento de respeito a rapazes e homens goeses.

[138] "Parou e rezou junto a mim" (p. 5), "rezei-lhe por alma e chorei muito por ele" (p. 9), "Ora eu quando o devoto murmurante dos padre nosso" (p. 6), "Deus m'a tenha" (p. 6), "se Deus me infundisse o gostinho de ir á avó" (p. 6), "Deus que no alto está" (p. 7), "Deus mesmo quis" (p. 8), "Deus me perdoe" (p. 8 e 9), "Gratos à Deus" (p. 9), "E quem te assegura que Deus dá cintas a quem tem muitos filhos?" (p. 9), "nem a todos abre Deus estradas no mar" (p. 9). IG, 1865, n. 6.

[139] Obra de 1844, recente para época.

o mundo se nos não desse o chorar? Disse já o autor do Eurico pela boca do presbítero" (p. 7). Essa citação revela a intenção do autor de se mostrar um sujeito conhecedor das letras portuguesas que lhe eram contemporâneas e, mais que isso, conhecedor das letras eruditas, já que Herculano sempre foi visto como autor sério e sisudo.

Portanto, nesse conto temos tanto o traço local, quanto a referência literária da metrópole, fazendo crer que Julio Gonçalves queria marcar tanto sua condição goesa quanto sua identidade lusitana.

Em "Amar por comissão" (IG, 1865, n. 7, p. 6 – 11) narra a confusão armada por José, que por ser tímido e apaixonado por Mariquinhas, escrevia-lhe cartas em nome do amigo Paulo, chegando mesmo a pedi-la em casamento no lugar do outro. Numa viagem a Margão, cidade localizada na província de Salsete, onde morava a moça, Paulo descobre a trama do amigo.

A primeira parte do conto é dedicada à caracterização cultural de uma cerimônia de casamento em Margão, que se dá em um dia de "chuva no mar", embasada na idéia de que isso traria bons agouros para os noivos. O narrador comenta brevemente a vestimenta masculina típica de festa, caracterizada por "calças apertadinhas" (IG, 1865, n. 7, p. 7), dando-nos uma idéia dos trajes da época.

A segunda parte relata uma discussão entre os amigos sobre o valor da cidade de Margão (concelho de Bardez, parte do território de Goa), perante o mundo. Paulinho tem uma visão crítico-pessimista, enquanto José coloca-se em defesa da cidade:

> — Ó Paulinho! Sei que estivesse em Margão.
> "Estive.
> — E como achaste a vila?
> "A melhor para Goa, e pior para o mundo. Muito boa tanto para mim, como para ti.
> — Estás elegante. Que tens tu visto para julgares que Margão é a pior vila do mundo?
> "Bastava ser vila de Goa, que é a pior de quantas terras há. Deus me perdoe.
> — Tolo! Não é Goa uma terra de raridades? E uma tal terra tu taixas de má, tu o filho dela? Infeliz! Até os seus...
> "Tens razão. Não há quem falou. (IG 1865, n. 7, p. 7)

As peculiaridades são tidas como fator de valorização de Goa. Margão é nomeada pelo narrador como "Atenas Goana"[140]. Há, portanto, uma tensão entre admirar e detratar Goa, ao mesmo tempo em que se pretende seduzir o leitor com a

[140] "Bela vila de Margão, nessa a que chama lá Atenas Goana, como se Atenas fosse vila" (IG 1865, n. 7, p. 7).

descrição de costumes típicos, como acontece com a descrição do casamento. O discurso aqui é, portanto, ambíguo em relação à colônia, pois, da perspectiva dos da terra, Goa é um lugar maravilhoso, mas, vista da perspectiva da metrópole, é o fim do mundo.

"Em uma noite de maio" (IG, 1865, n. 9, p. 6-11) é dividido em duas partes. A primeira trata de uma trama misteriosa, em que dois amigos, durante um passeio noturno pela Capela dos Pintos[141], avistam duas pessoas próximas à sacristia, as quais supõem que sejam o padre Francisco Pedroso e seu ajudante. Devido à falta de visibilidade, pois era noite, os dois rapazes não conseguiram reconhecer ao certo as pessoas que lá estavam. Ao se aproximarem do local, encontraram apenas uma enxada. Voltaram transtornados para casa, pensando que tinham visto os "emissários do anjo mau" (IG, 1865, n. 9, p. 6).

Ao investigarem o caso, descobrem que o padre Francisco tinha enterrado lá os ossos de um tal sr. Bonifácio. O padre não chegou a esclarecer o caso, pois foi interrompido por uma "rapariga" que entrara às pressas no mesmo recinto onde estavam todos reunidos, iniciando assim a outra parte do conto.

A segunda narrativa refere-se à fuga de Josefina com um professor de música, motivo pelo qual a rapariga acima comentada interrompeu a primeira história, anunciando ao padre o acontecido. Josefina tinha vários pretendentes, entre eles, um muito rico. Contrariando o desejo da família, fugiu com seu professor de música, com quem tinha aulas de viola. Com a intervenção de um tio, vindo de Bombaim a pedido da família, a moça é convencida a voltar para casa e a se casar com o pretendente mais abastado, mudando-se para Bombaim.

A caracterização do tempo e espaço da primeira parte dá-se no dia 16 de maio de 1865, na cidade de Candolim, onde está situada a Capela dos Pintos. Enquanto que a da segunda, mantendo a caracterização do tempo por se tratar da seqüência da ação, há referências à Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Navelim, assim à de S. Pedro, onde foram encontrados Josefina e seu namorado. Ambos os lugares estão localizados no concelho de Salsete. Pelos locais escolhidos como cenário (a capela e a igreja), nota-se a intenção de caracterizar um ambiente religioso e católico, confirmada pelas referências: Lúcifer, o diabo, o terço, a expressão em latim "Hic anguis latet", os

[141] O nome da capela nos faz lembrar a Conspiração dos Pintos, comentada em nota anteriormente, que foi encabeçada pelos padres Caetano Francisco do Couto e José Antônio Gonçalves, em 1787. Coincidência aparecerem os nomes Francisco (Pedroso) referente ao padre, e José, a outro personagem.

adjetivos “santo” e “bento”, a “água de lavagem”, “a aguadinha missal” e a missa. Isso vem contrastar com elementos pagãos identificados através das referências mitológicas, como a menção de Morfeu encontrada na primeira parte da narrativa, quando um dos personagens, o narrador, ao refletir, num momento de insônia, sobre o acontecimento que presenciou na Capela dos Pintos e no mistério que o envolvia, comenta:

> A noite se passou sem novidade. Alguns dormiram muito a sua vontade, e eu, contra toda a minha, não preguei olho. Convenço-me bem disto, apesar de que me querem numerar entre aqueles que, sendo de todos os mais dorminhocos, são ao mesmo tempo os que mais se queixam do Morfeu, demasiado generoso com tais ingratos. (IG, 1865, n. 9, p. 8)

“Vênus de Pacos” e “Diana de Epheso” (IG, 1865, n. 9, p. 10) aparecem na segunda narrativa como caracterização de Josefina feita por seu namorado, o professor de música, o nono (e último) da lista de seus pretendentes, com quem escolheu fugir:

> Este nono era um mestre de música que dava lições de viola a amável rapariga, que ele lá achou para si a Vênus de Paros, ou quem sabe mesmo se Diana de Epheso (IG, 1865, n. 9, p. 10).

Nomes como os de Homero e de Sócrates são utilizados para fundamentar exemplos: ao falar da disputa entre os sete primeiros pretendentes a noivos de Josefina, compara-os às “sete cidades” que “disputavam em outros tempos as honras da naturalidade de Homero” (IG, 1865, n. 9, p. 9 e 10). Ao tratar do caráter de Josefina como “infiel” por ter fugido com um pretendente que não era o preferido de sua família, opõe Josefina à caracterização de Sócrates sobre a mulher “pacífica”:

> O tio bombaísta, sem querer importar-se com o mestre, nem com o jornal, carretou com a pequena às costas, e veio com ela caminho de casa, a fazer fiel entrega do infiel traste aos pais chorosos que depois de um grande vozear se puseram imediatamente em paz, como muitas vezes, com uma grande trovoada, cessa a chuva; o que temos experimentado, apesar de aquele sr. filósofo de Sócrates ter dito outra coisa, em respeito à sua pacífica mulher (IG, 1865, n. 9, p. 10 e 11).

A influência da leitura de jornais pode ser notada pelo hábito do professor de música, que quando encontrado junto a Josefina, pelo tio dela de Bombaim, estava lendo um jornal que noticiava justamente o caso da fuga da moça: “Josefina com o mestre amado foram encontrados pelo ditoso tio nas proximidades de S. Pedro, em uma

habitação que se perde aí, entre arvoredos sombrios, lendo um jornal que noticiava curiosamente este curioso ato" (IG, 1865, n. 9, p. 10).

O aparecimento do telégrafo-elétrico e do vapor como energia é tomado como fatos que circundam os personagens da segunda parte do conto, tido como referências de "progresso" e de modernidade.

Os "Contos da minha terra" procuram caracterizar Goa em vários planos distintos, como: na linguagem, na busca de uma representação da língua "própria" de Goa; no espaço geográfico, em que Bombaim era uma cidade tida como solução para aqueles que tinham problemas em Goa, como acontecia na política, em que os canarins, como Bernardo Peres da Silva, exilaram-se; no espaço urbano goês ao tratar do valor de Margão; na profusão de igrejas e de citações que envolvem religiosidade cristã, caracterizando o catolicismo de Goa aos olhos de Portugal e dos indianos; na presença de aspectos da modernidade, como o telégrafo e os hábitos de leitura; nas crenças populares, como podemos notar pela menção a fantasmas, a viandantes, e a deuses pagãos, e historicamente, pela suposta relação com a Conspiração dos Pintos. Tudo é feito com a finalidade de valorizar aquela comunidade no seu aspecto simples, ingênuo e cristão.

2.2.3 Aventuras de um Simplicio

Diferente de "Contos da minha terra", em que os personagens não reaparecem de uma história para a outra, em "Aventuras de um Simplicio", muda-se o cenário, mas Simplicio é o personagem principal dos três episódios "O Fantasma", "Um jesuíta" e "Onde é que está a riqueza".

O episódio "O Fantasma" (IG, 1866, n. 18, p. 4-9), ambientado na cidade de Pangim, narra as aventuras de Simplicio Fernandes, quando jovem, durante sua ida à celebração da "concessão do jubileu", explicada pelo narrador como festa religiosa em que os fiéis fazem jejum para se "purificarem" do mal. O conto privilegia a descrição minuciosa dos arredores da paróquia onde se dará a celebração, citando até mesmo nomes de pontes da cidade, como a de Ribandar. O clímax se dá quando Simplicio tem a impressão de estar sendo perseguido pelo diabo (ou fantasma). Apressadamente se refugia na igreja, rezando e cumprindo o ritual da celebração, como devoto cristão. No final, conclui-se que o fantasma era seu amigo que também se dirigia à paróquia,

valendo notar que o mesmo engano aconteceu com o amigo, assustado com o vulto de Simplicio.

"Um jesuíta" (IG, 1866, n. 19, p. 5-10) passa-se em 25 de novembro de 1829 na velha cidade de Goa, logo após a celebração católica em homenagem à padroeira Santa Catarina, vista como "festa nacional"[142]. Trata-se de uma história misteriosa envolvendo Simplicio, seu amigo Henrique de Sousa, e Manuel de Jesus Ferreira, um jesuíta foragido, que convence os outros dois a procurarem um tesouro deixado por padres durante a perseguição à Companhia de Jesus. O jesuíta ambicioso mata o amigo de Simplicio após conseguir ajuda para escavar o tesouro. Simplicio, por ter ficado de guarda, escapa. O jesuíta, em defesa da Companhia de Jesus, critica as reformas de Pombal como a de um tirano[143], por ter destituído e perseguido os "santos padres". O jesuíta Manuel é descrito como o pior dos caracteres: hipócrita, ambicioso, trapaceiro e assassino. Pela voz do narrador em terceira pessoa, o texto posiciona-se politicamente contra a instituição jesuítica não só portuguesa, como também francesa, criticando-a como usurpadora do poder do Estado:

> [...] daquela companhia que arvorará com o andar dos séculos o estandarte da hipocrisia, e que erguera suas vistas cobiçosas ao domínio de todos os povos, – que velava com Le Tellier à cabeceira de Luis XIV moribundo como velará com os 2 Ferrari sobre o berço de D. Sebastião nascente, para fazer dele um rei escravo dos seus ditames, – daquela companhia finalmente que o marquês de Pombal soubera abominar e destruir, descarregando o último golpe, e mortal, sobre aquele poder imenso que a força de tentar ser grande se fizera absurdo, cruel e impassível (IG 1866, n. 19, p. 8).

O texto é repleto de descrições físicas da cidade[144]. Dedica-se também à contextualização da celebração religiosa, vista como vivificadora de um lugar "desolado", causando movimentação de pessoas nas ruas, de carruagens, de música, da

[142] "A festividade religiosa, que era, poderei bem dizer, ao mesmo tempo uma festa nacional, celebrava-se já então, como até hoje nessa notável capela, que hoje vemos situada no local, onde outrora se achava, segundo algumas notas históricas me o dizem, a antiga porta da ribeira" (IG, 1866, n. 19, p. 5).

[143] "Vós sabeis por que maldoso despotismo o tirano Pombal, aquele altivo ministro do rei D. José I, perseguiu a companhia dos santos padres até extingui-la. A maior parte dos meus companheiros foram presos, e dentre os poucos que puderam escapar, o mais moço de todos, sou eu, que me refugiei em terras estranhas e andei a pedir auxílio de alguns povos que assim como acolheram os jesuítas a exemplo de Portugal, os repeliam igualmente ao brado do déspota, que um capricho insólito colocara atrás do trono dos portugueses" (IG, 1866, n. 19, p. 8 e 9).

[144] "Mestre Simplicio viera andando até as ruínas do colégio de S. Roque, que se estendia até a famosa calçada que leva para o mosteiro da S. Mônica, situado no alto da colina, que ficava sobranceira ao colégio enorme da celebrada companhia de Jesus" (IG 1866, n. 19, p. 7).

presença do vice-rei, cuja chegada era marcada por um tiro de canhão, abrindo assim o desfile de artilheiros próximo à capela.

"Onde é que está a riqueza" narra a viagem de Simplicio a Zanzibar[145], na costa leste africana, próximo a Moçambique, depois de receber uma carta que noticiava o falecimento de seu tio e uma herança de "trezentos mil cruzados". Zanzibar é descrita pelos seus edifícios e pelos habitantes negros – os cafres. Historicamente, verificamos o contato entre Goa (Índia) e Zanzibar (África) pela expressão utilizada por Simplicio: "irmãos indo-africanos" (IG, 1866, n. 21, p. 6). A resposta à pergunta presente no título do conto está na idéia de que a riqueza está no trabalho, conclusão tirada por Simplicio, que, ao voltar a Goa sem a herança, vendo sua casa vendida por sua mulher, recomeça a exercer seu ofício como alfaiate, retomando seus bens pela força do trabalho.

Ao concluir a leitura do último episódio, podemos fazer a caracterização completa de Simplicio e de seu percurso: o personagem é chamado de mestre por causa de sua profissão de alfaiate ("mestre alfaiate"), é gago, residente da cidade de Nova Goa (Pangim), casado com Guilhermina e é católico. Percebemos que os três contos dessa série referiram-se às fases diferentes da vida do personagem: o primeiro, "O fantasma", discorre sobre o início do exercício de sua profissão – "E assim, alfaiate ficou sendo o pobre pequeno", quando tinha vinte anos "Vai coisa de trinta anos, vinte teria então Simplicio" (IG, 1866, n. 8, p. 5) –; o segundo, "Um jesuíta", vem na seqüência do primeiro e caracteriza um período aventureiro, de busca de ganhos fáceis; e o último, "Onde é que está a riqueza", representa uma fase de amadurecimento evidenciada pelo tratamento de "mestre" pelo narrador, confirmada pelo fato de estar casado, e de representar um momento de reflexão sobre a importância do trabalho e de sua responsabilidade social.

Além de notarmos também aqui aspectos do português falado em Goa[146] ao lado da descrição de aspectos culturais de Goa, salta aos olhos nas "Aventuras de Simplicio"

[145] Zanzibar refere-se ao conjunto de duas ilhas da Tanzânia insular (constituída pela ilhas Zanzibar e Pemba) localizadas no oceano Índico aproximadamente a quarenta quilômetros da costa oriental da África. É regida pelo protetorado inglês na África Oriental inglesa (em que o governo é exercido pelo sultão, sob a jurisdição de um residente inglês). Na primeria metade do século XVII, os portugueses tinham nesta ilha uma feitoria, a igreja dos frades de Santo Agostinho e muitas famílias de origem lusitana ali residiam. No século XVIII, passou ao poder de Omã, transformando-se em corte, durante o sultanato de Said Ibn (1805-1856). Zanzibar foi bastante disputada por europeus e árabes, passando por ocupações intermitentes e irregulares. Em 1856, Zanzibar conquistou sua independência, mas ainda passaria por muitas disputas para estabelecer um governo estável (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume XXXVII, Lisboa e Rio de Janeiro, 1936-1960, p. 215 e 216).

[146] "V. mce. manga comigo?", expressão indignada de Simplicio ao encontar o militar na sua casa, vendida por sua esposa, IG, 1866, n. 21, p. 7).

a valorização do trabalho como a forma ideal para um homem enriquecer econômica e moralmente falando. Essa perspectiva de forma matiz burguesa faz desses três contos um libelo do liberalismo goês, que culturalmente não consegue incorporar a revolução de costumes que o liberalismo representou na Europa, mas economicamente não vê nenhum entrave em adotar os princípios liberais de valorização do trabalho e do livre mercado. Representado na figura dos jesuítas, os opositores do liberalismo são retratados como a encarnação da própria corrupção, enquanto os "mestres" liberais como Simplicio encarnam a moralidade e os verdadeiros princípios da família.

Ainda em matéria de prosa ficcional, a *Ilustração Goana* estampou o conto "Uma festa e uma viagem" (IG, 1864, n. 2, p. 9-11), de A. J. Frederico Gonçalves de Figueiredo[147], que foi dedicado a M. J. da Costa Campos, também colaborador da revista. Trata-se de uma narrativa biográfica sobre a viagem de barco de Nova Goa (Pangim) para a cidade de Velha Goa, cujo objetivo era de participar da celebração católica em homenagem ao "apóstolo das Índias" S. Francisco Xavier. Lembra-nos o conto "Um Jesuíta" (de "Aventuras de Simplicio"), de Julio Gonçalves, embasado, como um diário de viagem, em descrições de lugares e de uma cerimônia religiosa. Datado de 3 de dezembro de 1859, o percurso da viagem de cinco horas é analisado minuciosamente: Figueiredo e um grupo de amigos partem de barco, que é comparado à "arca de Noé", do cais da rua de Ourém, em Nova Goa, passando pela ponte de Linhares, por Ribandar e S. Pedro. Ao chegarem, dirigem-se à igreja do Bom Jesus, caracterizada por conter os "restos do santo discípulo de Loiola". A descrição da cerimônia também é feita: abre-se com um "eloqüente panegírico do santo" e encerra-se com "as salvas da artilharia" e com a retirada do governador. A viagem é envolvida por uma atmosfera mística como o cumprimento de um "dever cristão". Notamos a tendência que segue na revista de contextualização dos locais e das cerimônias religiosas sob um tom peculiar.

[147] Antônio João Frederico Gonçalves de Figueiredo (Nova Goa, 1849 – Ibid., -1867) era irmão mais novo de Julio Gonçalves. Dele sabemos apenas que estudava em Bombaim, quando contraiu varíola, vindo a falecer depois de um ano do término da *Ilustração*. Além de ter colaborado na *Ilustração Goana*, em 1865, quando tinha dezesseis anos, com seis ensaios: o conto, "Uma festa e uma viagem", três crônicas estrangeiras, e as traduções, ambas de Lamartine, "Algumas palavras sobre a gruta de Gethsemani" e "Os Metualis", participou da publicação de *Almanaque Literário*, durante os anos de 1865, 1866 e 1867.

O moçambicano José Pedro da Silva Campos Oliveira[148] contribui com o conto "Nem uma nem outra", ao qual não tivemos acesso, por estar localizado nas páginas que nos faltavam.

Classificamos "O réquiem de Mozart", de J. F. de Sequeira[149], como um episódio biográfico por relatar a história da composição do réquiem[150] por "João Wolfango Mozart", que foi feito sob encomenda para servir de homenagem ao aniversário de morte de um homem de posses, mas que, por fim, acabou servindo de réquiem para a própria morte de Mozart.

De um modo geral, os contos da *Ilustração Goana* revelam uma preocupação em ativar a memória local de Goa. Como tema comum, seus contos de caráter original fizeram alusão à cor local goesa, discorrendo sobre personagens, ações quotidianas, descrições de cidades e vilarejos, costumes locais marcados pelo catolicismo. Muitos, de teor histórico ou moral, adotam uma perspectiva bastante peculiar, que revela as contradições e convergências entre as tradições européias e hindus. A presença da linguagem oral e a representação dos costumes goeses nos contos intensificaram as particularidades locais e, até certo ponto, os contos assumem um papel de divulgadores da cultura local.

Quanto ao liberalismo e a monarquia constitucional, questão central na ordem do dia da *Ilustração Goana*, a soma de todos os aspectos acima arrolados geram uma perspectiva liberal muito peculiar, que, como dissemos, privilegia o aspecto econômico e desqualifica, ao menos em parte (naquela parte que entra em choque com a tradição hindu), diversos aspectos culturais. Na soma entre crônicas e textos literários, o historiador e o cientista político encontram vasto material para definir o que foi o liberalismo goês. Para nós, críticos e historiadores literários, esse modo de representar essa peculiar realidade política ainda se revela muito original ou pouco delineado.

---

[148] José Pedro da Silva Campos Oliveira (Moçambique, 1847 – Ibid., 1911). Natural de Moçambique, mas oriundo de Goa, onde estudou e dedicou-se às letras, em prosa e verso, foi diretor de o *Almanaque Popular* nos anos de 1864, 1865 e 1866, impresso em Margão na tipografia de "O Ultramar". Em Moçambique exerceu o cargo de diretor dos Correios. Na *Ilustração Goana*, com apenas dezessete anos quando do início da revista, estampou dezoito artigos, divididos entre "crônicas do mês" e poesia, ocupando o segundo lugar em quantidade, depois de Julio Gonçalves: 11 crônicas do mês, "Ela" (poesia), "Amo-te" (poesia), "Não crês?!" (poesia), "À uma virgem", "Nem um nem outra" (prosa), "Um visão" (poesia), "Amor e Dores" (poesia).

[149] José Francisco de Sequeira estampou, na *Ilustração,* um ensaio biográfico "O Réquiem de Mozart", e em matéria de historiografia, "Relação nominal dos governadores de Macau". Contribuiu também na revista do *Instituto Vasco da Gama* (Nova Goa, jan. 1872 – dez. 1875).

[150] Composição sobre o texto litúrgico da missa dos mortos cujo intróito começa com as palavras latinas *requiem aeternam* - 'repouso eterno' (Fonte: Dicionário Houaiss).

Todavia, interessa acima de tudo ressaltar que essa literatura cumpriu o papel de caracterizar literariamente Goa em língua portuguesa e dar estatuto literário a um espaço que até aquele momento tinha lugar, *grosso modo*, somente nas crônicas do Reino e nos textos da Igreja. Graças aos textos ficcionais da *Ilustração Goana*, e nomeadamente aos textos de Julio Gonçalves, a realidade de Goa ganhou legitimidade para ser representada no âmbito da literatura e, a partir daí, começar a sedimentação do seu pequeno, mas exclusivo lugar no imaginário literário de língua portuguesa.

2.3 Poesia

No que concerne à seção de poesia, com exceção de "Inocência", de Camilo Castelo Branco, o restante é partilhado entre os goeses Manuel Joaquim da Costa Campos e Julio Gonçalves; o moçambicano José Pedro da Silva Campos de Oliveira e o português Antônio Lopes Mendes[151], todos moradores de Goa.

Os poemas eram estampados mais para o final do exemplar, geralmente, antecediam à seção "Crônica do mês". Em relação à forma, os poemas não seguiram um padrão.[152] De acordo com a temática escolhida, os poemas da revista podem ser divididos em dois blocos: os de amor e os saudosistas.

Manuel Joaquim da Costa Campos[153] contribuiu na *Ilustração* especificamente na seção de poesias, cuja temática foi, sobretudo, a amorosa. Em "Um pedido"[154] (IG, 1865, n. 6, p. 17), o eu lírico canta a beleza angelical de Maria, a quem declara seu amor, pedindo para ser correspondido. As primeiras estrofes são:

> Tu sabes que há muito tempo
> Eu te adoro, ó meu amor,
> Que da minha triste vida
> Só tu és a linda flor.

[151]Em "crônica do mês" (IG, 1864, n. 2, p. 19), de autoria de Julio Gonçalves, Antônio Lopes Mendes é mencionado como "filho de Portugal" e morador de Goa.

[152] Os poemas apresentaram-se de maneira variada: uns com sete estrofes de quatro versos, outros com quatorze estrofes de dez versos, e ainda mesmo a alteração, no mesmo poema, do número de estrofes e de versos.

[153] Segundo Devi & Seabra (1971, p. 169), Manuel Joaquim da Costa Campos é visto como "poeta menor": "Um dos verdejantes mais populares da época, que Filinto Cristo Dias muito bem classifica de poeta menor, é Manuel Joaquim da Costa Campos. Foi diretor da revista *Mosaico*, que se publicou em 1848, e não houve praticamente nenhuma revista literária da época onde o seu nome não surja a assinar banalidades como esta: Tu sabes que há muito tempo/ Eu te adoro, ó meu amor/ Que da minha triste vida/ Só tu és a linda flor" (trecho do poema aqui comentado).

[154] O poema estampou a epígrafe de A. Lima: "Um som peço, uma palavra/ Seja a sentença qual for!". "Um pedido" é organizado em sete estrofes de quatro versos.

Maria, crê-me, eu te juro,
Que na terra és o meu Deus,
Que só tu és quem me inspira
Os sentidos versos meus. (IG, 1865, n. 3, p. 17)

"À beira mar"[155] (IG, 1866, n. 24, p. 11-14) estampa a descrição do cenário referido no título, e retrata um pôr do sol à "beira mar", quando o eu - lírico avista pela primeira vez a sua amada. O mar é mencionado como "sítio encantado" e no entardecer, como "mágico, terno cenário". A figura feminina novamente é caracterizada sob um tom angelical, "anjo meu", "mulher tão serena e bela", assim como seu amor por ela: "amor divino", "amor de salvação". "Deus" é o interlocutor do poema:

Ai! Meu Deus! nunca tão linda
Me parece como então!
Que paixão senti infinda!
Mais não sente o coração.
Seus olhos! ... como fulgiam,
Que segredos me diziam,
Que coisas que adivinhei!
E o belo, pálido rosto,
O cabelo ao desdém posto...
Retratá-la assim não sei. (IG, 1866, n. 24, p. 11 e 12)

Ah senhor! Bem sei que à terra
Mandastes encantos mil;
Mas que val quanto ela encerra,
Que val, se a visão gentil,
Se a mulher, minha metade,
Do meu ser, minha ansiedade,
O mundo m'a arranca a mim!
E sem ela eu nada aspiro,
Tudo quanto hoje suspiro
É da minha vida o fim. (n. 24, p. 13)

Este poema, cuja extensão ocupa quatro páginas, aparece como o mais longo poema do autor. Dividido em três partes: a primeira com quatro estrofes de dez versos refere-se à descrição do cenário e do momento que vê a amada na praia; a segunda, com cinco estrofes de dez versos, narra o desejo do eu lírico de vivenciar o amor; a terceira e última parte, também cinco estrofes de dez versos, alude ao encontro dos dois.

Vale aqui lembrar o texto *O mar no quotidiano popular goês,* de Teotônio R. de Souza (1993), no qual o mar aparece atrelado a diversos aspectos de Goa: à economia, através do comércio marítimo; ao hinduísmo, "Vishnu descansa sobre o oceano e tem a

[155] Epígrafe de Garrett: "São nossos tristes amores contados de um modo que os não entenderá ninguém".

concha como um dos símbolos de poder" (SOUZA, 1993, p. 9); ao folclore, pelos provérbios, adivinhas e canções populares. A temática amorosa ligada à visão do mar, portanto, ganha um contexto específico e pode ser lido a partir de uma equação goesa, ainda que fortemente marcada pela retórica romântica. José Pedro da Silva Campos Oliveira contribuiu com o maior número de poemas (num total de seis), todos com o tema amor. Em "Ela"[156] (IG, 1865, n. 5, p. 17 e 18), a beleza da "virgem amada" de quatorze anos é reverenciada. Em "Amo-te" (IG, 1865, n. 9, p. 16 e 17), poema de sete estrofes de oito versos, o poeta discorre sobre a dor do eu lírico que esconde uma paixão de dois anos por uma bela "virgem" que viu em um baile. Em "Não crês?!..." (IG, 1866, n. 15, p. 11-13), cuja extensão é de onze estrofes de seis versos, emprega suas "trovas" para convencer sua amada ("querida virgem") da veracidade de seu amor:

> Um poeta nunca mente,
> Tudo o que no peito sente
> Em versos diz.
> Mentir! Oh! isso é tão feio
> Que, meu bem, deverás creio
> Jamais o fiz. (IG, 1866, n. 15, p. 12)

O poema "À uma virgem (improviso)" (IG, 1866, n. 18, p. 18), de apenas três estrofes de oito versos, relata, na voz do "trovador", o amor que o atormenta há três anos. Já a composição "Uma visão (ao meu amigo A. do Rozário Álvares)" (IG, 1866, n. 22, p. 15-17) é diferente das demais, tanto na organização irregular da quantidade de versos (alternados entre três, quatro e nove), divididos em onze estrofes, quanto no tema tratado, que faz alusão à morte da amada, à descrição de seu cadáver, e à dor do eu lírico; sendo, por fim, revelado ao leitor que era um sonho. Esse poema faz-nos lembrar a morbidez de Álvares de Azevedo:

> Vi o seu corpo esvelto, donairoso,
> — Imóvel e, como a neve, gelado!
> Aqueles olhos meigos, fascinantes,
> Já despidos do seu fulgor divino!
> Os lábios — mudos, sem a cor carminea!
> Desbotadas de todo, as róseas faces!...
> Rodeava-lhe a fronte imaculada
> D'alvas, virgineas rosas uma c'rôa
> Da sua própria mãi pelas mãos posta!
> (IG, 1866, n. 22 p. 15)[157]

[156] Faltou-nos a página 18. Três estrofes de seis estrofes. Epígrafe de L. A. Palmeirim: "Oh! não tem maior belleza/ Essa magica lindeza/ D'um serafim!".
[157] Por se tratar de um poema, mantivemos a ortografia para não modificar sua sonoridade.

Finalmente, em "Amor e dores" (IG, 1866, n. 26, p. 4), temos um poema curto, em que o eu - lírico, mais uma vez, é representado pelo "triste trovador" que canta seu amor pela "virgem querida" e suas vicissitudes. Interessa observar que é estampado no início do último número da revista, o que era atípico. Este último exemplar, de número 26, foi o único a conter dois poemas (o outro, como veremos, trata-se de "Esperança", de Julio Gonçalves), o que revelaria a valorização da poesia ou apenas uma forma de "tapar o buraco" de uma matéria de abertura que por alguma razão não se concluiu ou não foi impressa.

Os poemas de Campos Oliveira mostram regularidade na figura do eu lírico, ora tido como "poeta", ora como "trovador", e da amada, em todos os poemas, designada como virgem, retratando o ideal romântico: bela, pura, etérea e misteriosa. Há, nesse sentido, pouca originalidade ou pouca cor local, mas atestam a presença do ideário lírico romântico em duas facetas bastante conhecidas dessa escola: a da beleza como simplicidade e a da beleza como morbidez.

"À cidade velha de Goa" (IG, 1866, n. 25, p. 17), única contribuição poética de A. L. Mendes, introduz a temática saudosista. Com cinco estrofes de seis versos, canta a beleza e a glória da cidade no passado, como parte da riqueza da história expansionista de Portugal, trazendo, sob um triste tom, referências ao tempo presente em que a colônia se encontra "aniquilada". Na primeira estrofe, Goa é instigada a disputar em glória com Lisboa:

> Porque no pó te revolves
> Velha cidade de Goa?
> Que hás feito? — Por que não ousas
> Rivalizar com Lisboa?
> Que é do teu brilho, o teu nome,
> Que tua fama inda soa?! (IG, 1866, n. 23, p. 17).

A penúltima estrofe revela a decadência da cidade:

> Ai, triste! — negro ferrete
> Em tua fronte poisou! —
> Cruel nódoa d'abandono
> Tuas armas maculou!
> A implacável mão do tempo
> Teu império aniquilou (IG, 1866, n. 23, p. 17).

A temática saudosista é aqui trabalhada de modo bastante peculiar, já que não de "Portugal na balança da Europa", para lembrar o texto de Almeida Garrett[158], mas sim de "Goa na balança de Portugal", que viu no século XIX seu contingente militar reduzido e, portanto, sua situação financeira e seu prestígio simbólico rebaixados. Se nos textos de Garrett, o modelo de Portugal está na Europa, na Revolução Americana e no passado português, no texto de A. L. Mendes, o modelo de Portugal está só no seu glorioso passado. O saudosismo aqui é mais lamento que proposição.

De Julio Gonçalves, temos "Ontem, hoje e amanhã", que é dividido em duas partes, "Ontem e hoje" (IG, 1865, n. 7, p. 18 e 19) com onze estrofes de cinco versos, e "E amanhã?" (p. 20), mais curta, com cinco estrofes de cinco versos. A primeira opõe as glórias do passado luso na Índia e a força da expansão marítima às perdas e ao opróbrio do presente. Abre-se com a seguinte estrofe:

> Vencedoras sempre as lusas quinas
> Transpondo os mares,
> Transpondo-os mares achar-nos vieram
> Pobres, obscuros; e a luz trouxeram
> Aos nossos lares. (IG, 1865, n. 7, p. 18)

A voz poética (primeira pessoa do plural) que glorifica a presença lusa na Índia representa a do português e dos descendentes, tomados como símbolo da "civilização", que levou a Goa a "luz" e combateu a "obscuridade". Os portugueses são caracterizados como "heróis", "soldados aguerridos, valorosos", do passado que triunfaram sobre o inimigo, a quem consideravam os "mouros". A vitória é cantada de forma até cruel, ao invocar o "sangue":

> Onde está o canhão sublime, heróico
> Que de sangue encheu
> Que de sangue encheu poderosos mouros,
> Que ganhou vitórias, palmas, louros
> E nunca tremeu! (IG, 1865, n. 7, p. 19)

Opõe a glória, a grandeza, o poder, a riqueza da representação do povo lusitano no passado, à pobreza, à fraqueza, à debilidade e à tristeza do presente:

> Ontem fomos grandes, poderosos

[158] Texto de produção jornalística, intitulado "Portugal na Balança da Europa: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado", Londres, 1830.

E ricos também.
Ricos também no mundo aparecemos;
Hoje no opróbrio nos entorcemos
E ainda no desdém.

Ontem o brado português temido
No orbe soou.
Hoje? Fraco, débil, pobre, abatido,
O triste nome luso esquecido
No mundo ficou! (IG, 1865, n. 7, p. 19)

A segunda parte expressa a esperança de retomar a glória do passado, invocando a ajuda de Deus, que ajudou ao luso na conquista:

Amanhã, quem sabe! virá um dia
De sorte feliz
De sorte feliz talvez seremos
Venturosos de novo ficaremos
Quem é que o diz?
(...)
Esperança, oh! povo, fé e esperança
Deus grande está,
Deus grande está, que regenere
A nação heróica que o venere
Como adorou já. (IG, 1865, n. 7, p. 20)

Não é à toa que o amor e o saudosismo são temas recorrentes: o primeiro porque tem a ver com a escola romântica à qual os poemas se filiam; o segundo, além de naturalmente seguir a voga saudosista criada por Almeida Garrett na metrópole, tinha fundamentação local na condição delicada em que se encontrava a elite administrativa e militar de Goa no século XIX, cada vez mais desprestigiada e deixada à própria sorte. Para se ter idéia de tal abandono, basta lembrar que, com o decorrer do século, serão os ingleses a dominar economicamente Goa, chegando mesmo a fazer uma proposta de compra da colônia (CARREIRA, 2006). Portanto, a utópica possibilidade de recriar a grandiosidade do passado português era condição necessária para a elite goesa manter seu *status* frente aos ingleses e também frente às elites concorrentes hindus.

Com outras temáticas, de caráter diverso, temos "A cura miraculosa"[159] (IG, 1864, n. 2, p. 14-16), de Costa Campos, de caráter fúnebre. Julio Gonçalves também contribuiu com "A voz do eremita" (IG, 1865, n. 10, p. 10-14) e "A virgem" (IG, 1866,

[159] O título completo é "A Cura Miraculosa que aos pés do bem-aventurado apóstolo das Índias S. Francisco Xavier recebeu minha irmã M. A. Francisca Xavier da Costa Campos na tarde do dia 26 de dezembro de 1859".

n. 16, p. 11-12), ambos de caráter religioso, e "Esperança" (IG, 1866, n. 26, p. 22), com o qual a revista se encerra. Vale ainda observar que pelas epígrafes, pudemos verificar os modelos poéticos selecionados pela *Ilustração*: os portugueses, A. Lima, Garrett e Palmeirim, lembrando-se também do poema de Camilo Castelo Branco, e o brasileiro Gonçalves de Magalhães.

Desse percurso pela poesia, interessa ressaltar que a melancolia, o pessimismo, o amor inalcançável, a morte e a religião aparecem como temática de inspiração romântica mais geral, em contraposição à temática de cor local evidenciada em "À cidade velha de Goa" e "Ontem, hoje e amanhã", que demonstram o estreito vínculo da publicação com a condição de Goa no cenário colonial oitocentista.

2.4 Crítica literária

Em literatura crítica, temos "Bosquejos literários. A literatura e as nações. Ou Quadros históricos da literatura contemporânea dos estados mais cultos da Europa"[160] de Julio Gonçalves, dividido em três ensaios: "I. A França literária – Staël – Chateaubriand – Lamartine – Victor Hugo"; "II. A Inglaterra literária – Byron – Walter Scott[161] – Pope – Thomaz Moore – Roberto Wilson - Anna Radcliffe"; "III. A Itália literária – Monti – Leopardi – Manzoni – Silvio Pellico – Hugo Foscolo – Giacometti – Rossetti – Torquato Tasso – Carrer".

Julio Gonçalves inicia o primeiro "bosquejo", o mais longo deles, com quatro páginas, sob a seguinte justificativa: "Começamos pela França, porque a França literária é a obra-prima de todas as literaturas" (IG, 1865, n. 5, p. 8). Discorre sobre a literatura francesa a partir da revolução de 1789, como a que trouxe "as agitações" à literatura, passando para o "período de paz", pós-revolução, representado pelas poesias líricas de Chenier e a crítica jornalística que prestigiava Racine.

Antes de retomar seu discurso sobre a literatura francesa através de Madame de Staël, sobre quem decorrerá mais demoradamente, apresenta-nos a alemã como exemplo de literatura "altiva e independente", características que, segundo o autor, faltavam à França. Goethe e Schiller são vistos como "críticos sublimes" por "elevar" a estética à classe das ciências filosóficas. Cita Kant, Fichte e Baungarton como discípulos de

[160] Sobre o qual Devi e Seabra (1971, p. 218) afirmam "Os seus *Bosquejos* Literários, por exemplo, constituem a primeira tentativa séria da crítica literária no Estado da Índia", enaltecendo o caráter inovador da *Ilustração Goana*.
[161] Na revista é grafado Walter Scoot.

Goethe, e Kurg, Hugedron, Hiensius, Herder e Engel em relação à "filosofia schellingica". Schlegel é analisado sobre um caráter universal: "as obras de Schlegel parecem abranger todas as literaturas, e manifestam tudo o que há de privilegiado nos espíritos elevados" (IG, 1865, n. 5, p. 9).

Ao falar de "originalidade", como um dos "princípios" herdados da literatura alemã, assim como o drama e a poesia lírica, reintroduz a literatura francesa, citando Madame de Staël como resultado dessa influência, sobretudo no drama, elegendo três obras para exemplificar sua teoria: *Considerations sur la revolution française, La littérature parmi les anciens et les modèrnes* e *Corinne.*

Sobre a primeira, vê um caráter de totalidade demonstrado pelas antíteses e também a "originalidade":

> ela associa o amor da ordem ao amor da liberdade; e expõe com uma eloqüência nova os resultados, o bom e o mau, o útil e o nefando de todas as revoluções. Penetrando tanto no amor como no ódio, ela hostiliza a glória bonapartina, com reticências nos livros, com epigramas nos salões. (IG, 1865 n. 5, p. 10)

O período em que Napoleão foi imperador, segundo o autor, retardou o aparecimento de literatura: "enquanto viveu Napoleão, a literatura não adiantou nada na França; e a fortuna pareceu mortificá-la, dando grandes poetas à sua rival" (IG, 1865, n. 5, p. 11).

Em relação à segunda, apenas comenta a crítica ao classicismo: "superioriza Shakespeare à Racine, e guerreia Boileau". E vê a última, *Corinne,* como sinônimo de "entusiasmo da liberdade" frente à "opressão imperial".

Para discorrer sobre o romance, que segundo o autor, nasceu do drama, escolheu Chateaubriand, visto como "mestre da nova escola". Teceu comentários críticos de *Génie du Christianisme,* como exemplo de beleza; *Atala*, como aperfeiçoamento do romance anterior, e *Martyres,* como exemplo de "poetização" do cristianismo, frente ao que se dá na mitologia pagã. O estilo de Chateaubriand é definido em contraposição ao de Voltaire e de Rousseau: "A sua obra imortal é o destroço dos princípios de Voltaire, é reprimenda à doutrina de Diderot, é uma barreira ao estro de Rousseau, é um sarcasmo aos tresvarios de Raynal. (...) e fez-se de Diógenes para refutar o materialismo" (IG, 1865, n. 5, p. 11).

De Chateaubriand passa a Lamartine, a quem considera "ornamento" da literatura francesa, entre suas obras, destaca: *Meditations poétiques*, pelo seu caráter de

"harmoniosa melancolia" que diz agradar ao leitor; *Histoire de Girondins*, como "produto glorioso", por tratar das agitações políticas do fim do século XVIII sob um ponto de vista "vivificante"; *Voyage en Orient,* pelas "belezas descritivas". Sobre *Histoire de la révolution française*, assinalou a mudança de estilo em Lamartine: "Mostra-se quase cansado de representar toda a sua importância pela pessoa, recolhendo o espírito. Quanto grande o viram na tribuna não o verão na sua história da revolução" (IG, 1865, n. 5, p.11).

De Victor Hugo, o último sobre o qual discorre, seleciona os romances que tratam de "questões sociais e políticas", citando *Notre Dame de Paris, Le jour final d'un condamné, Claude le pauvre,* e *Les Misérables,* visto como romance "imortal".

Victor Hugo, além de romancista, é eleito como "grande poeta" pelos seguintes quesitos: "rompe as cadeias que prendem a língua francesa, arrisca o próprio nome, mostra-se superior na faculdade do colorido, procura e obtém ser original e é lírico até no drama" (IG, 1865, n. 5, p. 11). Ao abordar a "originalidade" nos romances de Hugo, diferente da análise que faz em Staël, a vê como característica "extremista", que conduz à "amoralidade":

> Porém Victor-Hugo é infeliz num ponto. Impondo-se a necessidade de apresentar tudo novo, a sua originalidade o leva a procurar o estranho, o paradoxo, as excitações violentas, a tal ponto que muitos dos seus romances se têm tornado verdadeiros delitos contra a moral e contra a humanidade. (IG, 1865, n. 5, p. 11)

Adota, por fim, Lamartine e Victor Hugo como representantes de "toda atual glória da França", o primeiro no que cabe a emoção ("coração") e o outro com a razão ("inteligência"), como se ambos se completassem. Entre Lamartine e Victor Hugo, somente a este último faz ressalvas, o que aponta para a sua perspectiva conservadora em termos "morais", isto é, em termos de costumes, como já havíamos observado na sua produção literária em prosa.

Lembremos que a imagem de Lamartine estava associada à religião católica e que é um dos dois autores traduzidos na revista, além de Byron, com o maior número de textos. Como veremos, o catolicismo é tomado como a religião em que há concordância entre a razão e o progresso, e cujos preceitos morais irão guiar, via Lamartine, o ideário da revista. Tudo aponta para a adequação do repertório literário ao conjunto de valores vigentes entre descendentes e indianos católicos de Goa, que tinham, como observamos,

no núcleo familiar e no princípio de distinção (já amenizado, mas não aniquilado pelo princípio de igualdade do cristianismo) as pedras fundamentais de seus valores.

O bosquejo "Inglaterra Literária" (IG, 1865, n. 6, p. 15 e 16), estampado em seqüência ao exemplar do de literatura francesa, apresentou-se mais resumido, com duas páginas. Byron e Walter Scott são comentados de forma comparativa, ambos representantes do "tempo de ouro" da Inglaterra. De Byron comenta *Don Juan,* cujo personagem leva o mesmo nome que a obra e é tido como misantropo, representado pela hipocrisia em vários níveis: "da moralidade, da religião, da política e da poesia". Byron é tomado como um poeta de "interesse mundano", visto como sinônimo de ceticismo. É, a um só tempo, visto como fenômeno social, modelo literário e contra-exemplo moral. [162]

Após apresentar Walter Scott como o "primeiro que se nomeou no romance", de quem cita *Wawerley*, detém-se em explicar esse gênero como constituição a partir da religião: "O romance o que é? É uma produção nova da literatura cristã. Conduz a meditar sobre a vida interior. Leva a seguir o desenvolvimento de uma paixão, desde que ela nasce até que triunfa ou sucumbe" (IG, 1865, n. 6, p. 15).

É curiosa a definição de romance como "produção nova da literatura cristã", pois o aspecto religioso não faz sentido nas definições que o gênero ganha na Europa, e sim em Goa, onde a literatura européia aparece como sinônimo de cristã, uma vez que se contrapõe à literatura hindu, à literatura muçulmana, à literatura budista, enfim, na colônia, em vista da diversidade de tradições religiosas que ali conviviam, tal distinção se mostrava significativa.

Não menciona nenhuma obra de Anna Radcliffe, vista como a propagadora do romance de terror, ou de Robert Wilson, o "prosador enérgico", passando rapidamente a Thomas Moore, com *Cantos nacionais da Irlanda*, no qual vê, além do estilo "patriótico", influência das narrações orientais.

Tomados como escritores de prestígio, o autor cita nomes como: Bulwer, Lewis, Jeffrey, Maucaulay, Jorge Baillie, Addisson, Coleridge, Jorge Crabbe (de quem menciona as obras *A vida humana de Rogers* e *Os prazeres da memória*), Canning,

[162] A figura de Byron é assim caracterizada por Garmes (2006, p. 71) ao tratá-lo em *Os Ensaios Literários* (1847-1850), jornal paulista.

Champaell, Wordsworth e Southey.[163] Em comparação à literatura francesa e alemã, toma a inglesa como "decadente", salvo por alguns escritores:

> É certo, porém, que atualmente a Inglaterra está em grande decadência das letras. Aliás mesmo a sua literatura não apareceu muito cheia de belezas atrativas como as da França e da Alemanha.
> Não tendo existido Shakespeare, Byron e Walter Scott, a Inglaterra não poderia aparecer como nação literária no centro ilustre. (IG 1865, n. 6, p. 16)

Depois de afirmar a "decadência" literária inglesa, resolve reconhecer o poder econômico daquela nação, mas ainda aí, tal qual os novos ricos, peca pelo mau gosto:

> Comerciante mestra, rainha monetária, a Inglaterra mostrou-se sempre e continua a mostrar-se nas letras como em tudo luxuosa, mas sem gosto; muito rica; mas pouco bela.
> É força, porém, confessar que tem apresentado nomes vultosos, e talentos sublimes. (IG 1865, n. 6, p. 16)

É difícil não ver no rebaixamento que Julio Gonçalves faz da literatura inglesa uma certa forma de revanche à supremacia econômica que aquela nação tinha em relação a Portugal no território indiano. Já que não pode negar o poderio econômico e bélico inglês, nega-lhe bom gosto e beleza. É uma forma de rebaixar esteticamente aquela que subordinava e rebaixava economicamente Portugal e, por conseguinte, Goa.

O ensaio crítico "Itália Literária" (IG, 1865, n. 12, p. 9-10) foi estampado seis exemplares depois do anterior, com extensão de duas páginas. O Autor iniciou sua análise chamando atenção para a pouca divulgação da literatura italiana em língua portuguesa.

Adota a poesia de cunho patriótico como critério de seleção dos poetas que irá analisar. Sobre o caráter de Vicente Monti, ressalta o político: "impreca contra o sangue das capetos, – canta as vitórias de Bonaparte" (IG, 1865, n. 12, p. 9), não deixando de comentar o seu estilo poético, em que a "forma é tudo". Também comenta a obra de Alessandro Manzoni, visto como defensor da pátria, "revestido de uma solene austeridade, procurando nas reminiscências velhas os motivos da escravidão da pátria, anatematizando os que desalentaram os brios da Itália, – fulmina os que entraram

[163] "Vemos também e finalmente escritores de mérito na Inglaterra em Bulwer, em Lewis, em Godvoin, em Jeffrey, nesse Jeffrey que Byron e Scott proclamaram o maior crítico do século, — em Maucaulay, em Jorge Baillie, em Addisson, em Coleridge, em Jorge Crabbe, que escreveu = *A vida humana de Rogers* = , e *Os prazeres da memória* =, em lord Canning, em Champaell, em Wordsworth, em Sotuhey, e no sapateiro Bloonfield, verdadeiro poeta do povo, — &c. &c." (IG, 1865, n. 6, p. 16).

esmagando o povo infeliz" (IG, 1865, n. 12, p. 9), sendo *Carmagnola* o símbolo do "amor patriótico".

Silvio Pellico e Giacometti são tidos como representante da dramaturgia que soube "conservar as tradições". Cita também os poetas Giacomo Leopardi, com *All'Italia*, e Luigi Carrer com *Il Moro, Sultão* e *Stradella.*

Torquato Tasso, de quem cita *Jerusalém*, é comparado poeticamente a Dante Alighieri — "ao lado de Dante, gloria-se subidamente, e eterniza a reputação da poesia patrícia" (IG, 1865, n. 12, p. 10) — e a Camões, em relação ao modo de vida (aspectos biográficos):

> O que, porém, lhe fez erguer um monumento eterno, no coração do povo, e nas recordações da história, foi a vida desgraçada que levou, como o imortal Camões de nós outros, correndo prisões, arrastando grilhões, e sofrendo todos os martírios, até lhe chegar esse reconhecimento póstumo que quase sempre vem tardio aos heróis literários de tal gênio. (IG, 1865, n. 12, p. 10)

A fim de mostrar reconhecimento sobre o valor dos escritores italianos no quadro geral de literatura mundial, compara-os com personalidades de nacionalidades francesa, portuguesa e inglesa: "A afamada península teve os seus Chenier, e os seus Beranger; os seus Camões, e os seus Milton" (IG, 1865, n. 12, p. 10), abordando representantes de diferentes escolas literárias.

Ainda no final deste ensaio, Julio Gonçalves justifica o porquê do caráter curto de seus "Bosquejos", esclarecendo que não havia espaço na revista, já que cada artigo tinha que contemplar um tamanho determinado, não podendo assim se aprofundar como queria: "Quanto teríamos, porém de andar, se houvéssemos de acumular toda a vastidão que temos diante dos olhos, nos estreitos limites de um fugitivo artigo de jornal?" (IG, 1865, n. 12, p. 10).

Os bosquejos[164], como o próprio nome nos diz, cumprem seu objetivo de apresentar, de forma resumida, nomes renomados do campo literário europeu, muitas vezes apenas citando-os. São ensaios com o explícito caráter de divulgação, mas foram inovadores no âmbito literário daquela colônia. Ao falar brevemente da *Ilustração Goana*, Devi & Seabra, discorreram sobre os bosquejos de Julio Gonçalves:

[164]"Primeiro apontamento de qualquer produção intelectual, descrição vaga ou genérica de qualquer coisa; síntese, resumo" (*Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa,* 1.0.7, 2004).

> Pela primeira vez a literatura da Europa era divulgada entre as novas gerações de Goa. Nas suas crônicas, que intitulava *Bosquejos literários*, J. Gonçalves estuda pormenorizadamente os grandes vultos literários do tempo: de Staël, Chateaubriand, Lamartine, Victor Hugo, Walter Scott, Pope e outros, revelando um mundo novo à média burguesia goesa adormecida ao sol dos trópicos. (DEVI & SEABRA, 1971, p. 144)

Pelo que vimos nos estudos de periódicos oitocentistas que a antecederam, a literatura européia já era divulgada nas duas décadas anteriores. A inovação na *Ilustração Goana* dá-se em fazê-la através de estudos panorâmicos, de forma didática, com caráter de formação.

Outros nomes destacaram-se em matérias de literatura. Em "Rollin. Golpe de vista sobre a sua vida e os seus escritos"[165] (IG, 1865 n.11, p. 9-11), Caetano Francisco de Miranda elege Charles Rollin como escritor "talentoso" do século XVIII. É-nos apresentada uma breve biografia de Charles Rollin:[166] filho de um pobre "cuteleiro", fez seus estudos de filosofia e teologia no Colégio de Plessis (ou Pelessis) onde teve contato com o diretor Charles Gobinet quem tornará seu "protetor" e com o "célebre" professor Hersan. Em 1694, foi nomeado reitor da Universidade de Paris, onde reformou o programa de estudo da língua grega.

O ensaio tenta justificar a escolha de falar de Rollin, avaliando ser ele um homem de "bom-caráter", descrito como detentor de um vocabulário que une harmonia e espiritualidade:

> A candura, a simplicidade, moderação e falta de toda a ambição e vaidade humanas, Rollin associava o gosto especial da leitura da escritura santa, as virtudes suaves do evangelho, a ternura à infância e a afeição à mocidade — eis as qualidades que adornavam este acérrimo defensor dos verdadeiros princípios, no meio de uma vida simples e da pobreza decente. (IG, 1865, n. 11, p. 9)

Qualidades que, segundo o autor, tornaram-no "defensor dos verdadeiros princípios", vendo aí, seu talento. Seu vínculo religioso, que não é explicitado no ensaio, dá-se em relação aos princípios jansenistas, do qual foi defensor, a ponto de ser destituído do cargo de reitor da Universidade e ser-lhe negado um posto na Academia

[165] O ensaio é acompanhado da epígrafe de Mr. Villemain. *Cours de littérature française* : "Sa gloire même, sa gloire, qui nous est chère, est la dernière leçon qu'il nous ait donnée. Elle montre jusqu'a quel point les dons de l'esprit s'acroissent et fructifient par les vertues et quelle puissance l'amour de bien ajoute au talent".

[166] Enquanto no ensaio da revista o ano de nascimento de Rollin é citado como 1681, na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* refere-se a 1661.

Francesa.[167] Mesmo diante de tais aspectos da vida de Rollin, os adjetivos "moderação" e "suave" da citação acima são usados para caracterizá-lo. (IG, 1865, n. 11, p. 11)

Comenta de Rollin a *História Antiga* e *Tratado dos estudos*. Como autor da primeira obra, tida como "monumental", é comparado a Voltaire e Tucídides. Considera a segunda de caráter completo, por mesclar o belo e a razão, vendo-a como obra inovadora em "destruir a base da antiga retórica".

A escolha de Rollin como referência paradigmática de intelectual tem a ver, certamente, com seu vínculo com o pensamento jansenista, apontando para uma cisão dentro do pensamento cristão de Goa, já que o jansenismo trata de um conjunto de princípios estabelecidos por Cornélio Jansênio (1585-1638), bispo de Ipres, condenado como herege pela Igreja Católica, que enfatiza a predestinação, nega o livre-arbítrio e sustenta ser a natureza humana por si só incapaz do bem.[168] É uma das vertentes do que se convencionou chamar de "protestantes" e, portanto, nota dissonante no universo católico goês, revelando certa flexibilidade e tolerância dos editores da revista para estilos literários fundamentados em idéias distintas daquelas ali dominantes.

"Os homens de letras e a glória dos homens" (IG, 1866 n. 24, p. 7-10), de Fernando Cláudio da Cunha Pinto, tem extensão de quatro páginas e promete continuação, mas não a faz, já que depois de dois exemplares a revista se encerra. O autor considera como "homens de letras" os intelectuais tidos como os "mais competentes para arbítrio da glória" (IG, 1866, n. 24, p. 7), posicionando-os frente aos soldados, ou a qualquer outro cargo militar, defendendo que a glória dos primeiros é mais preponderante. Para embasar sua teoria fez uso de uma citação de Luiz XII, que coloca a "eloqüência" e a "escrita" como fundamentos da glória de uma "nação". Para o autor, "homens de letras" são: o historiador, o orador e o poeta, cuja "força" pode levar tanto à "glória" como à "desgraça": "O romance de Quinto Curcio causou talvez a desgraça de Suécia, e o poema de Homero as calamidades da Índia" (IG, 1866 n. 24, p. 9).

É evidente aqui a defesa da casta dos brâmanes, constituída tradicionalmente por sacerdotes e filósofos, em detrimento à casta dos xátrias (ou chatrias)[169], ou chardós,

---

[167] *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1936-1960), v. 26, p. 79 e 80. Fonte internet: sites http://www.evene.fr/celebre/biographie/charles-rollin e http://www.cosmovisions.com/Rollin.htm

[168] Jansenismo também se refere ao movimento político que se originou do jansenismo teológico e que, estimulado pela oposição dos religiosos da abadia de Port-Royal a Luís XIV, prolongou-se por todo o século XVIII (*Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, 2004).

[169] Indivíduo dos xátrias, membros hereditários da casta militar, a segunda da tradicional estratificação social indiana; chatria, chátria, chardó, charodó, quetri. Casta formada pelos descendentes dos guerreiros

constituída por soldados, guerreiros, príncipes. Mantém-se, assim, no âmbito da cultura européia, a disputa hierárquica das castas presentes na cultura hindu, já que brâmanes e xátrias sempre concorreram para ocupar o topo da pirâmide. Lembremos da disputa, comentada anteriormente, entre *O Ultramar* (1859-1941), órgão de imprensa dos brâmanes católicos e *A Índia Portuguesa* (1861- 1950), dos chardós.

2.5 Tradução

Referente à tradução, foram publicadas "Algumas palavras sobre a gruta de Gethsemani (de *Voyage en Orient*[170] de Lamartine)" e "Os Metualis (tradução livre de 'Viagens' de Lamartine)", ambas de Frederico Gonçalves de Figueiredo, que as assinou pelas siglas F. G., e a tradução dos versos em prosa de "Ode a Napoleão Bonaparte (de Byron)", por Caetano Francisco de Miranda.

Ao título "Algumas palavras sobre a gruta de Gethsemani" (IG, 1866, n. 22, p. 5-6) segue-se o cabeçalho: "Jerusalém, 2 de novembro de 1832". A tradução resume-se a duas páginas do número vinte e dois da revista. Discorre sobre o papel da gruta como "templo" e "abrigo" de Jesus, que, em isolamento, pôde meditar e orar, e em uma segunda parte faz uma descrição minuciosa do espaço físico da gruta, assim como de sua localização, mencionando o "rochedo do Cedron", onde a gruta foi cavada. Chamamos atenção para esse detalhe, pois, posteriormente, no número vinte e três, estampou-se uma gravura, entre as poucas, intitulada "Vale do Cedron", que representou os rochedos, onde casas foram escavadas, na entrada de Jerusalém. Essa imagem antecedeu o ensaio "O Juízo Universal" de L***, que retomou o mesmo tema da tradução.

A tradução de "Os Metualis" (IG, 1866, n. 26, p. 12-13) foi estampada no último número da *Ilustração,* e resume-se também a duas páginas. Versou sobre os hábitos e a cultura dos metualis como os "que formam quase um terço da população do baixo Líbano, são maometanos, da seita de Ali, seita dominante da Pérsia". A origem dos metualis é tomada a partir da "cisma" do islamismo, separando-se dos turcos no "36.°

---

arianos invasores da península da Índia, a casta dos xátrias perdeu seu significado estritamente militar no decorrer do processo histórico (*Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*).

[170] Trata-se de relatos biográficos da viagem de Lamartine entre os anos de 1832 e 1833, quando percorreu a região da Palestina. Sua obra foi publicada em 1835 sob o título "Souvenirs, impressions, pensées et paysages, pendant un voyage en Orient ou notes d'un voyageur". Para compor seu texto, Lamartine tomou por modelo os "Itinéraires de Paris à Jérusalem. Et de Jérusalem à Paris" (1806) de Chateaubriand.

ano da hegira". Sua sociedade é apresentada pelo sistema de castas e comparada a dos persas no que tange aos hábitos alimentícios, à purificação, e à maneira de evitar a "impureza":

> Do mesmo modo como os persas, eles não comem nem bebem com os sectários de uma religião que não seja a sua, e quebram o prato ou a taça que serviu a um estrangeiro. Eles se consideram manchados se as suas vestes se tocam com as nossas; porém, como são geralmente fracos, e desprezados na Síria, eles se acomodam com o tempo; e eu tive ao meu serviço muitos deles que não observavam rigorosamente esses preceitos da sua intolerância. (IG, 1866, n.22, p. 12)

Na descrição, percebe-se a semelhança dos metualis com os brâmanes hindus, como podemos ver em Mariano Feio[171] (1979), que relatou o surgimento do hinduísmo na Índia, aludindo aos conceitos de "pureza" e "impureza". Segundo Mariano Feio (1979, p. 31), o brâmane é considerado membro da casta "superior" e por isso é "puro" por nascimento, mas pode tornar-se "impuro" se: "1) ingerir comida impura; 2) comer com pessoa de casta mais baixa; 3) tocar em certos animais ou em pessoas impuras (pertencentes às castas de intocáveis, ou que sejam de outra religião que não o hinduísmo, ou que estejam em determinados estados, como luto etc)."[172]

Voltando à tradução, o "acomodamento" dos metualis é visto como resultado da "fraqueza", do isolamento a eles impingido na Síria e, no que fica subentendido, pelo contato com os ocidentais, no caso o narrador. Talvez os termos "acomodamento" dos metualis e a "adaptação" das castas goesas empregados por Narana Coissoró (1994), como vimos anteriormente, referem-se a processos semelhantes. Contudo o primeiro é visto como depreciativo, pois é apontado como uma fraqueza, enquanto que o segundo é apresentado como positivo e em sua complexidade.

A escolha por Lamartine, selecionado entre vários escritores românticos europeus demonstra certo apego à literatura francesa, mas sobretudo apreço ao aspecto religioso embutido nesses textos, que não só fazem o elogio do cristianismo mas também a detração do islamismo, além de privilegiarem uma visão européia sobre o dito Oriente.

---

[171] FEIO, Mariano. *As castas hindus de Goa*. Junta de investigações científicas do Ultramar, Centro de estudos de antropologia cultural, n. 11, Lisboa, 1979.

[172] Em *As Castas Hindus de Goa,* Mariano Feio, ao falar dos hábitos e costumes dos brâmanes, baseou-se, além de sua experiência própria de viagem, nos "Códigos dos Usos e Costumes", publicado pelas autoridades portuguesas em 1853, 1854, e 1880.

A outra tradução, “Ode a Napoleão Bonaparte (de Byron)” (IG, 1866, n. 23, p. 6-9), é distinta das outras acima citadas, pelo gênero escolhido ser uma ode em prosa, pelo tema ser político e pela nacionalidade do escritor ser inglesa. Sua extensão é de quatro páginas, maior que as outras. O texto é dividido em dezenove partes (I ao XIX) de curtos parágrafos que narram os feitos e a queda de Napoleão, mesclando fatos que concederam sua glória e suas vitórias representadas pelas tantas guerras que ganhou, em oposição à sua final derrota como imperador, a qual é analisada como conseqüência de sua “ambição”. O julgamento sobre o percurso de Napoleão encontra-se resumido em duas estrofes: uma que trata da glória que poderia ter angariado, se tivesse voluntariamente abdicado de seu poder no auge de suas conquistas; outra, da miséria a que ficou reduzido por sua ambição e orgulho desmedidos.

> XVII
>
> Houve um dia, — houve uma hora em que a terra pertencia à França — e a França a ti, — em que a abdicação voluntária deste imenso poder ter-te-ia conferido uma glória mais pura que a que se une ao nome de Marengo, e haveria lançado sobre o teu fim um brilho radiante no longo crepúsculo das idades, apesar de algumas nuvens criminosas.
>
> XVIII
>
> Mas é preciso absolutamente que tu sejas rei e que revistas a púrpura, como se esta vestimenta pueril pudesse, no teu coração, abafar a lembrança. Onde está este traje desbotado? Onde estão os ornatos vãos que gostavas trazer, a estrelinha — o cordão — a cimeira? Orgulhoso! filho pervertido do império! diz-me, roubaram-te todas as tuas jóias? (IG, 1866, n. 23, p. 9)

Esse quadro justifica a imagem heróica de Napoleão por parte dos liberais, ainda que depois se tenha proclamado imperador. No final, George Washington é citado como herdeiro de seu legado.

O texto é elaborado com um tom provocativo, próprio de Byron, o que pode ser comprovado pelas perguntas retóricas, que mostram ser a base do discurso: “Como pode ele sobreviver a si mesmo?”, “É um resto de esperança imperial que te anima a suportar um tal mudança ou será o temor da morte?” (IG, 1866, n. 23, p. 6 e 7), e também pela terminologia carregada de negativismo: “insensato”, “queda”, “ambição”, “soberba”, “imposição”, “morte”, “desprezo”, “atos funestos”, “solidão”, aspectos que definirão o caráter de Napoleão ao se unirem com “glória”, “herói”, “poder”, “triunfo” e “força” – construindo a complexidade do personagem.

Esta tradução se soma ao ensaio "Duas palavras sobre Washington e Napoleão" (IG, 1866, n. 22, p. 7-9), do mesmo Caetano Francisco de Miranda, em que ambos os políticos são vistos como "vultos extraordinários", beneficiados pela "Providência". Contudo, Napoleão é tido como o "vôo mais elevado", pertencente à "raça dos Alexandres e Césares, que excede a estatura da espécie humana", o que vem confirmar a escolha de Napoleão como símbolo para os intelectuais liberais goeses. Porém, ao tratá-lo como imperador, aponta-o como "traidor" desses ideais, enquanto Washington, mesmo considerado "menor", é apresentando como "fiel":

> Cada um deles recebe a sua recompensa segundo os seus feitos. Washington eleva uma nação à independência. Magistrado retirado, dorme sossegadamente, sob o teto pátrio, cercado dos seus compatriotas e venerado por todos os povos.
> Napoleão arrebata a uma nação a sua independência. Imperador decaído, precipita-se no exílio, onde o terror do mundo não o julga abem encarcerado sob a guarda do oceano; e, em quanto luta contra a morte, fraco e encadeado a um rochedo açoutado por todos os lados pelas vagas (...) Washington e Napoleão saíram do seio de uma república. Nascidos ambos da liberdade, o primeiro lhe foi fiel, o segundo traiu-a. (IG, 1866, n. 22, p. 8)

Washington é tomado como símbolo da independência do país "novo", os Estados Unidos, em oposição a Napoleão, representante da "velha terra rodeada de brilho e reputação". Nesse ensaio, a França é citada como "a mais civilizada, a mais inteligente, a mais brava, a mais brilhante" (IG, 1866, n. 22, p. 9) das nações.

Ao discorrer sobre George Washington, revela-se o interesse por parte dos liberais em Goa para além do eixo Índia portuguesa – Europa. Segundo Carreira (2006, p. 117), na década de 1790, logo após a Conjuração dos Pintos (1787), constatou-se a circulação em Goa de livros, até então proibidos, sobre a nova América inglesa, trazidos pelos clérigos de origem indiana após regressarem da Europa, para onde se dirigiam em busca de melhor formação eclesiástica, confirmando o interesse acima mencionado.

As traduções foram estampadas já nos últimos números da revista. A preferência de autores como Lamartine e Byron, entre os representantes do panteão da literatura romântica, um francês e outro inglês, mostra a tomada de um modelo literário europeu marcado, por um lado, pela religiosidade cristã e, por outro, pelo pensamento político liberal e constitucional.

2.6 Crônica

A seção dedicada às "crônicas"[173] tratava de noticiar assuntos literários, políticos, econômicos e temas diversos. Dividiu-se em "Crônica do mês"[174], "Crônica exterior, nacional e estrangeira"e "Crônica Bibliográfica".

2.6.1 Crônica do mês

A "Crônica do mês" apareceu em todos os exemplares, e teve participação de autores como José Francisco de Albuquerque, Julio Gonçalves e José Pedro da Silva Campos de Oliveira[175]. Geralmente, obedecia ao tamanho de duas páginas.

Entre outros assuntos, o andamento literário da colônia e da metrópole recebia maior atenção, o que podemos verificar na segunda "crônica", relativa ao mês de dezembro, de autoria de Julio Gonçalves: "As literárias tem sempre, aqui, o primeiro lugar" (IG, 1864, n. 2, p. 19). Em matéria de literatura, anunciava o surgimento de publicações: obras literárias, almanaques e periódicos[176]. Na maioria das vezes, apenas citava nome e datas, contudo, verificamos algumas passagens que disseram respeito à crítica, em que os comentários foram mais aprofundados e contextualizados, como veremos adiante.

Deu-se atenção especial às produções dos próprios escritores da revista, tais como: *Tribunal de Inquisição em Goa*, de Filipe Neri Xavier (IG, 1864, n. 1, p. 11); *Quadros Históricos de Goa,* de Jacinto Caetano Barreto Miranda (IG, 1864, n. 1, p. 12); *Apontamentos sobre Satary*, de A. L. Mendes[177] (IG, 1864, n. 2, p. 19); *Ensaio descritivo e estatístico de Pangim*, de José Maria Nazareth (IG, 1864, n. 2, p. 19); o folheto "O que fomos e o que somos", de Barreto Miranda (IG, 1866, n. 18, p. 19) e também a publicação de um folheto-resposta ao de Miranda, intitulado "Refutação do

[173] Encontram-se no anexo "Resumo dos artigos da *Ilustração Goana"*.
[174] Uma única vez veio especificada "Crônica de Maio e Junho".
[175] Como consultamos uma coleção que não trazia as capas do exemplar, tanto as seções de abertura, as biografias, como a das crônicas, de fechamento, em alguns casos, não estão completas (faltam as últimas páginas e as exatas referências biográficas de cada um dos textos), mas através de um índice organizado por autor, no último exemplar da revista, observamos que José Francisco de Albuquerque escreveu duas "crônicas do mês"; Julio Gonçalves, dez, e o moçambicano José Pedro da Silva Campos de Oliveira, o maior número delas, onze.
[176] Na primeira "crônica do mês" (IG, 1864, n. 1, p. 11-12), Julio Gonçalves mencionou o surgimento do periódico político *A Sentinela da Liberdade* e do encerramento de *Harmonia* (semanal, 12/04/1862 a 27/10/1864). Verificar anexo.
[177]A quem chama de "filho de Portugal".

folheto *o que fomos e o que somos*, ou antes *desagravo é honra do país, por um Canarim*", anônimo (IG, 1866, n. 18, p. 19). Infelizmente não pudemos ter os textos em mãos, mas tanto esse debate quanto o restante dos textos aqui mencionados denotam o compromisso desses intelectuais com as questões relativas ao universo estritamente goês e indiano.

Em um segundo momento, assuntos diversos ganharam espaço. Discorreu-se sobre economia (agricultura, comércio, indústria) e política, além de assuntos mais pontuais como epidemias, baixa de preço, roubo, suspensão da lei, programação de teatro, escola, universidade, entre outros. Sobre a questão do ensino, vale ressaltar a autorização do governo para o uso, nas escolas, da *gramática marata*, de Suriagi Anandá Ráu, considerado "um dos mais hábeis professores da língua, em Goa" (IG, 1864, n. 2, 19-20), o que demonstra como, nessa altura, o emprego escolar de outras línguas, que não o português, não era algo somente tolerado, mas também um dos focos de atenção dos intelectuais locais.

Reservou-se um espaço para anunciar a programação de teatros em Nova Goa, no que concerne à arte dramática e à recitação de poesia. Ficamos sabendo, por exemplo, que no teatro da rua Nova de Ourém de Nova Goa aconteceu a recitação da poesia "O tasso no hospital dos doidos" e encenou-se o drama *Abençoadas lágrimas* e a cena cômica *O soldado em dia de preto* (IG, 1866, n. 22, p. 20).

Por representar "a pedra de toque das vocações literárias do país" (IG, 1864, n. 2, p. 19), o alamanaque recebeu bastante atenção, cujo caráter foi assim explicado por Julio Gonçalves:

> O almanaque vai sendo, sobretudo, o sítio mais fácil, em que as inteligência nascentes procuram estrear-se com preferência. E o bom é que muitos espíritos cultos, seja por passatempo, seja por desenfado, entretém-se no almanaque, e o povo apesar da sua decidida repugnância às letras, tem acolhido e promete acolhe-lo todo sempre; talvez por lhe dar no gosto aquele *utile et dulci* dos mancebos, que pela vulgaria de linguagem, e correnteza de estilo conseguem levar as sua produções á inteligência do povo. (IG, 1864, n. 2, p. 19)

De publicação anual, o almanaque representava um veículo literário e trazia uma diversidade de informações, compondo-se de "curiosidades" e "conhecimentos úteis". Publicava traduções, trechos de textos literários, poemas, matérias eclesiásticas e de cunho militar, extraídos de fontes portuguesas e européias. Eis alguns de seus títulos de almanaques publicados em Goa: *Almanaque de Lembranças luso-indiano para o ano*

de 1865, Almanaque de Lembranças indo-lusitano, Almanaque de Goa. Muitos desses eram editados pelos intelectuais do grupo da *Ilustração Goana*. Vimala Devi e Manuel de Seabra fazem notar como, no decorrer do século XIX, as publicações de caráter geral e anual ganharam maior espaço em detrimento dos periódicos de cunho literário, devido ao amplo público que buscava alcançar:

> Mas, ao mesmo tempo que os primeiros jornais literários, surgia em Goa outro instrumento de cultura que viria a causar verdadeiro entusiasmo entre os jovens que então despertavam para o mundo das letras e da cultura: os *almanaques,* publicações, geralmente anuais, que, além de publicarem as habituais informações meteorológicas e hagiológicas, foram certos casos importantes repositórios das incipientes manifestações literárias da juventude goesa. Causou verdadeiro entusiasmo em Goa o almanaque. E havia certamente razões para tal. Goa não tinha ainda público suficiente para manter uma revista literária com relativa continuidade, pelo que qualquer publicação de caráter literário estava *a priori* condenada a uma vida muito breve. O almanaque, porém, era um livro, um objeto, um objeto menos efêmero e por isso de venda mais fácil, pois unia também aos textos literários festas religiosas, datas históricas e de sementeiras e outras informações que se supunha serem úteis. (DEVI & SEABRA, 1971, p. 147)

A seção "crônica do mês" tratava especificamente dos acontecimentos em Goa, raramente aludindo a Portugal e, quando o fazia, deixava clara sua referência, como por exemplo: "No teatro, Garrett se destaca, apresentando pela segunda vez em **Portugal**, o drama *Cinismo, Ceticismo e Crença*" (IG, 1866, n. 16, p. 19, grifo nosso).

Como já observamos antes em relação ao termo "nação" ou "pátria", o termo "país" aparece aqui se referindo em muitos casos exclusivamente a Goa. Na primeira "crônica do mês" (n. 1) encontramos o maior número de alusões ao termo "país", talvez se deva ao caso de querer afirmar a especificidade de Goa como espaço central. Abriu-se o seguinte parágrafo: "Graças a espíritos progressistas, os trabalhos literários do **país** vão tomando incremento, vindo à luz publicações substanciosas, e talentos que viviam quase de todo desconhecidos" (IG, 1864, n.1, p. 11, grifo nosso), referindo-se às publicações goesas. Em primeiro lugar, anunciou a futura publicação dos almanaques de *Goa*, do *Cristianismo e* do almanaque *Popular para o ano vindouro de 1865,* e continuou: "O segundo é a estréia do sr. J. P. da Silva Campos e Oliveira, a qual reúne em si a seriedade e variedade de artigos curiosos, sendo alguns elaborados por muitas penas ilustres do **país**" (IG, 1864, n.1, p. 11, grifo nosso), anunciando a estréia do moçambicano em Goa.

Estes exemplos ajudam a comprovar que "país" na *Ilustração Goana* referia-se muitas vezes ao território de Goa, que por sua vez foi tomado como espaço principal da "crônica do mês". No primeiro exemplar, foram mencionadas apenas publicações goesas, como por exemplo, *Sentinela da Liberdade*, *A Harmonia, O Ultramar*, e nomes como o de Felipe Neri Xavier, em relação à parte literária. O mesmo deu-se em economia e política, o que podemos verificar através dos termos "país", "província" e "deste estado":

> A carestia dos gêneros alimentícios está consideravelmente diminuta, e o preço dos cereais vai proporcionalmente baixando com a importação do mantimento, tanto do norte, como do sul. Consta que sobe a 10.000 o número das sacas de arroz, entradas no **país** desde a última abertura da barra.
> A epidemia, que flagelava as **províncias**, está quase de todo extinta, mas fez muitas vítimas pelo desfalecimento de braços e perda de chefes de famílias, pela maior parte na gente da plebe.
> O futuro governador **deste estado** é esperado com alvoroço, que, com tudo, não obsta a que todos os partidos tenham palavras de atenção e homenagem aos dotes superiores do velho liberal. (IG, 1864, n. 1, p. 12, grifo nosso)

O "futuro" governador liberal é José Ferreira Pestana, que ainda não tinha ocupado seu posto. Curiosamente não empregam a palavra "colônia", pois provavelmente teria um sentido depreciativo aos olhos dos próprios goeses. Em contraposição ao "país", Portugal é designado por "metrópole", como podemos ver no seguinte exemplo, estampado na mesma "crônica do mês" (n. 1):

> A imprensa oposicionista entretém-se com a discussão da circular de s. exª rdmª, que suspendeu a lei dos mandatos de casamento. A da situação pugna até hoje pela causa da governação corrente, tentando pô-la a coberto das argüições vindas do jornalismo do **país** e da **metrópole** (IG, 1864, n. 1, p. 12, grifo nosso).

Não há referências à imprensa de "oposição" citada acima, mas trata-se, provavelmente, de um jornal de cunho absolutista. Deduz-se, portanto, a presença de jornais metropolitanos de cunho político circulando em Goa.

2.6.2 Crônica exterior, nacional e estrangeira

A "Crônica exterior, nacional e estrangeira" era de autoria exclusiva de Antônio João Frederico Gonçalves de Figueiredo. Teve vida curta, estampada em apenas três números: segundo, terceiro e quarto. Estruturalmente, abria-se relatando os acontecimentos políticos e econômicos de Portugal e de suas colônias, como Timor, Angola e Cabo Verde. Pelo contexto, no qual não se fala de Goa, percebemos que o termo "nacional" presente no título refere-se a Portugal e seus territórios ultramarinos. O Brasil não é citado.

Depois, através de breves comentários, discorria sobre outros países europeus, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Alemanha e Suíça, cumprindo seu papel de "crônica estrangeira".

Em meio a essa ampla gama de contextos nacionais, tratou de divulgar notícia sobre cargos ministeriais, importações, epidemias, abertura de biblioteca e museus, falecimentos de personalidades políticas etc.

À literatura foi dedicado espaço menor que na "crônica do mês". Restringia-se a anunciar o surgimento de obras portuguesas conforme publicação em Lisboa: *Amor de Salvação, A filha do Doutor Negro* e *No Bom Jesus do Monte*, romances de Camilo Castelo Branco, a quem considera "o príncipe dos romancistas portugueses", assim como *O segredo do abade*, de Arnaldo de Gama, *Tempestades Sonoras*, de Teófilo Braga, *Camões*, de Antônio Feliciano de Castilho, *Poesias*, de Antônio Pinheiro Caldas, e as peças de teatro *O jogo, Os moços e velhos*, e *A vingança,* de Ernesto Biester (sendo esta última em colaboração com Camilo Castelo Branco).[178]

2.6.3 Crônica bibliográfica

A "Crônica bibliográfica" apareceu em dois exemplares prestes ao término da revista. Ambas da autoria de Julio Gonçalves, intituladas "Crônica Bibliográfica: *Narração da inquisição de Goa*, de Mr. de Dellon, versão com notas e acrescentamentos do sr. M. V. de Abreu" (IG, 1866, n. 23, p. 17-20) e "Crônica Bibliográfica: Descrição do coqueiro, arequeira, arroz, e moedas de Goa", pelo sr. Filipe

[178] Esse grupo díspar de obras foi anunciado em um único parágrafo, como um bloco, introduzido pela frase: "Acabam de publicar-se em Lisboa as seguintes obras" (IG, 1864, n. 2, p. 17 e 18).

Neri Xavier" (IG, 1866, n. 24, p.15-17 [?])[179], fizeram, na prática, papel de crítica literária.

A primeira diz respeito à conhecida obra do médico e viajante seiscentista francês Charles Dellon e de sua tradução para o português feita por Miguel Vicente de Abreu. A fim de classificar e explicar o papel social dessa obra, propõe uma divisão em dois tipos: as obras "entusiastas" que educam, divertindo, e as "menos de benquerença e entusiasmo", a quem é atribuída maior responsabilidade, caracterizadas pelo "desejo de contribuírem com o que podem, para a educação literária dos conterrâneos, e ajuntarem uma página, seca mais valiosa, própria ou alheia, mas duradoura ao grande livro da história do país em que nasceram" (IG, 1866, n. 23, p. 19). Seria nessa segunda categoria que se encontrava a obra de Dellon.

Apresenta a *Narração da Inquisição de Goa* como contribuição histórica: "Que o livro, pois, – diga-se em acabando – é uma excelente página para o livro da nossa história, poucos haveria aí que o pusessem em dúvida. Que o ilustre escritor trouxe com o seu livro alguma vantagem às letras e à pátria" (IG, 1866, n. 23, p. 20). Além disso, considera a tradução feita por Abreu como mais aprimorada – pelas correções e acréscimos – que a própria obra:

> Existem, porém, no original de Dellon equívocos multiplicados e mau conhecimento de coisas relativas ao país. É certo. E aqui é que o tradutor da obra melhor patenteia os seus conhecimentos e presta um bom serviço corrigindo, explicando e ampliando, em vista de documentos, opiniões e apreciações dignas de fé (IG, 1866, n. 23, p. 20).

A segunda "Crônica bibliográfica" tem por intuito apresentar o ensaio *Descrição do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Goa,* de Filipe Neri Xavier, tratando cada item do título a partir da importância que teria para a agricultura e para e economia goesas. Na introdução, aborda a vida e a obra de Xavier, tomado como incentivador das produções literárias e históricas, enquanto diretor da Imprensa Nacional de Goa (durante vinte sete anos) e divulgador da tradição e costumes locais:

> Não era só assentado constantemente no seu gabinete, ou manuseando dia e noite os papéis públicos, que o sr. Filipe Neri Xavier podia erguer e erguia o monumento da sua reputação, lançando os alicerces

[179] Faltaram-nos duas páginas do exemplar n. 24, impedindo-nos de dar a referência completa deste artigo.

> à história do seu país. Andava, e andava incessantemente pelas povoações, percorria as aldeias, visitava todos os sítios, recolhia o menor segredo da população, coligia-lhe as tradições, pesquisava a origem e os fundamentos delas, entranhava-se nos lugares os mais inacessíveis, os mais inclementes para a vida, os menos sadios, lugares perigosíssimos, que achasse dever examinar em proveito do nobre intuito que tinha em vista. (IG, 1866, n. 24, p. 16)

Em oposição ao papel representativo da imprensa de Goa sob o comando de Filipe Neri Xavier, comenta brevemente a imprensa portuguesa política de Bombaim, criticando-a como "trivial", por estar sempre relacionada às disputas partidárias, vista como obra que não contribuía para o "proveito do povo, da posteridade e da história". Ao tratar das obras de Xavier, comenta seu *Bosquejo Histórico* e os cinco volumes do *Gabinete Literário*, além de mencionar outros trabalhos literários de sua autoria.

2.7 História e política

Em matéria de História, há variadas rubricas que aparecem na revista: "Notícia histórica", "historiografia", "documentos históricos", além de transcrições de documentos, como cartas e requerimentos, que tratam de fatos históricos, econômicos e políticos, contemplando o Estado português e outras colônias, países europeus, regiões em períodos diversos.

2.7.1 Notícia histórica

Como exemplo de "notícia histórica", estampou-se ali "Bocage. Notícia da sua vinda à Goa, e volta à Lisboa por Macau" (IG, 1865, n. 3, p. 7-9) e "A Manteigui. Notícia histórica sobre o poema de Bocage, que leva este título, e sobre a vida e relação da sua heroína" (IG, 1865, n. 4, p. 14-16 e n. 5, p. 12-14), ambos de Filipe Neri Xavier, em que encontramos literatura mesclada com relatos detalhados de viagem.

"Bocage" teve como objetivo, segundo o autor, o de servir como "nota ao estudo biográfico e literário"[180], chegando a fazer citação de algumas produções do poeta. Em tom de descrição, discorreu sobre o período de permanência de Bocage em Goa, que

[180] Como podemos ver no título do texto: "Bocage. Noticia de sua vinda a Goa, e volta a Lisboa por Macau. Para servir de nota ao estudo biográfico e literário do poeta, pelo sr. Luiz Augusto Rebello da Silva, publicado no primeiro volume das obras de Bocage, editadas pelo sr. I. F. da Silva".

conta como dois anos, mencionando o cargo ocupado por ele como tenente do regimento da Praça de Damão em 1787.

Detendo-se aos aspectos políticos da época, fez de seu texto uma alusão aos nomes de "governadores", "secretários" e "generais" de Goa e Macau. Dedicou um pequeno espaço para literatura ao citar "Manteigui", sobre a qual escreverá um ensaio histórico no quarto exemplar da *Ilustração,* e "O Canto da Bêba" de Bocage, além de alguns de seus sonetos (sem referência bibliográfica), os quais classificou de "poemas satíricos".

Em "A Manteigui", publicada em dois números, explica a origem do título do poema homônimo de Bocage, acreditando que o poeta tenha se baseado em Ana Jacques Mondtegui, para construir sua "heroína". Além da apresentação de Ana, nascida em Damão, e de seu marido, Jacques Filipe de Mondtegui, oficial do regimento entre 1773 a 1786, cargo que ocupou em Goa, Damão e Surrate, a contextualização histórica feita pelo autor serve-nos de relato sobre cargos políticos e militares da época, além de apresentar uma lista de embarcações. O título do poema é explicado como adaptação do sobrenome Mondtegui (ou Mondotegui), a fim de ser mais melódico.

A presença de Bocage em Goa é tomada por Xavier de forma a valorizar a colônia aos olhos da metrópole e aos olhos dos próprios goeses, já que a heroína do poema de Bocage é uma mulher nascida na Índia, o que vem reforçar o vínculo entre Goa e Portugal e, portanto, a legitimidade da comunidade indo-portuguesa.

Mais próximo do tema político, com o mesmo subtítulo "Notícia histórica", estampou-se "O Conde do Rio Pardo. Notícia histórica" (IG, 1866, n. 25, p. 5-6), de Julio Gonçalves, que lhe faz um texto em favor e honra do conde, o que se evidencia logo no início:

> Um dos vice-reis da Índia que abrilhantaram o seu governo, extirpando as velhas sinecuras, cortando grande número de abusos, e proporcionando ao povo uma justiça pronta e imparcial, que ele mais aprecia e mais que tudo deseja, foi sem contradição D. Diogo de Sousa.
> Sua governação não é ainda esquecida, muito mais pelo triste limite que lhe deram, traindo-o aqueles em quem talvez, ele confiava mais. Cinco anos durou esse governo, e a história desses cinco anos, estudada não simplesmente em contos tradicionais, mas em documentos preciosos e em todas as pecas oficiais que lhe dizem respeito, é digna de ser transmitida à posteridade, que deve conhecer, mais fiel e minuciosamente retratadas, as épocas que passaram mais ou menos notáveis e gloriosas no nosso país. (IG, 1866, n. 25, p. 5)

Nota-se que no final da citação, a palavra "país" refere-se à Índia portuguesa, onde D. Diogo de Sousa governou, sob o título de 1º conde de Rio Pardo, durante cinco anos, entre os anos de 1816 a 1821, ocupando o 82º lugar de governador e o 49º de vice-rei.[181] Lembremos que o conde do Rio Pardo foi deposto em 1821 pelos oficiais canarins, com a participação de Bernardo Peres da Silva, quando da chegada da notícia do estabelecimento do liberalismo em Portugal.

O ensaio chamou-nos atenção pela posição do autor a favor do ex-governador. Visto que Julio Gonçalves era brâmane católico, defensor do liberalismo, e sustentava Bernardo Peres da Silva como símbolo político, pensamos que ao tecer elogios ao ex-governador pode se tratar de um ato contraditório. Isso, entretanto, não ocorre, quando levamos em conta que o conde do Rio Pardo favoreceu seu grupo social: durante seu governo foi criada a Academia Militar que formava oficiais locais e ministrava aulas de artilharia, marinha e engenharia, e houve maior abertura aos membros da elite local, que ascenderam às formações militar, teológica e médica (CARREIRA, 1998, p. 688-689). O fato é que o mesmo liberalismo que deu poder aos canarins, reduziu o contingente administrativo e militar em Goa, cuja constituição era na sua grande maioria dos próprios canarins. Daí o elogio tanto a Peres quanto ao Conde do Rio Pardo.

A maior parte do ensaio trata da transcrição de um texto de autoria do "bom amigo" Miguel Vicente de Abreu, que por sua vez se baseou em documentos trazidos de Portugal, que relatavam notícias do "distinto" vice-rei. Entre os cargos ocupados pelo vice-rei e capitão general da Índia D. Diogo de Sousa, que era descendente nobre de Afonso III de Portugal, estão os de: "general em chefe nas campanhas de Montevidéu", "grã-cruz e comendador da ordem de Cristo", governador de "três capitanias gerias de Moçambique, Maranhão e Rio Grande de S. Pedro do Sul", o que faz notar sua presença em outros domínios portugueses.

Por fim, comenta sobre a importância do papel da imprensa na divulgação da "própria história" da Índia, aproveitando mais uma vez para ressaltar o caráter "nobre" de tal personalidade:

> Todas estas rápidas notas nos dão a conhecer bastantemente a nobreza, o caráter e a posição pública de D. Diogo de Sousa; e delas poderão deduzir quão brilhante deverá ter sido o período do seu governo na Índia — Quaisquer estudos, pois, que venham à luz da

[181] Classificação feita por Lopes e Matos (2006, p. 204). Depois de 1821, segundo Carreira (1998, p. 712 e 713), o título de vice-rei é substituído pelo de "governador", não aceitando as duas nomenclaturas.

> imprensa, são valiosos, e formarão uma boa página para o grande livro da nossa história. (IG, 1866, n. 25, p. 6)

O autor dedica tal "notícia" à mocidade, assumindo o papel de mensageiro e de contribuidor para a formação da história indo-portuguesa.

Ainda sob o título de "Notícia", estampou-se um artigo de José Maria do Carmo Nazareth, "Notícia das tentativas de assassínios políticos, promovidos desde 1850" (IG, 1866, n. 23, p. 10-11), que trata de tentativas e assassinatos de personalidades políticas internacionais, contextualizando com datas o acontecido, e mencionando o nome e, às vezes, o motivo do agressor. A cada um é dedicado aproximadamente um parágrafo de cinco linhas. Discorreu sobre a rainha Vitória da Inglaterra que no ano de 1850 foi agredida a paulada por Roberto Pata, ex-tenente do regimento inglês; o rei da Prússia que sofreu dois atentados a tiro em 1850 e 1861 de manifestantes que pediam "liberdade" e "união da Alemanha"; o imperador da Áustria, Francisco José I, que foi ferido por um corte de "navalha" em 1853; o duque de Parma, Fernando Carlos III, que em 1854 foi assassinado por um golpe de punhal; a rainha Isabel da Espanha que em 1856 escapou de um atentado a tiro; o rei de Nápoles, Fernando II, que em 1856 foi atingindo por uma baioneta. Ao imperador da França, Napoleão III, é dedicada a maior descrição: os anos de 1852, 1853, 1855, 1857 e 1863 são citados como de tentativas de conspirações contra o imperador. Sobre a rainha da Grécia, comenta apenas que em 1862 foi ferida por um jovem quando voltava ao palácio a cavalo; sobre o rei da Itália, Victor Manuel II, menciona que sofreu um atentado em 1858, e por fim, relata o assassinato do presidente dos Estados Unidos da América, Abraham Lincoln, em 1865, no teatro de Washington. Esse tipo de artigo histórico, que relaciona uma série de fatos a partir de um tema que instiga a curiosidade do leitor, era muito comum nas publicações da época, em especial nos almanaques. Menos que notícia, temos aqui curiosidades históricas. Revela, sobretudo, a tentativa da publicação de se mostrar mais informal, apresentando matéria que visava mais a comentário fácil do que a reflexão.

2.7.2 Historiografia

A rubrica "Historiografia" estava associada a levantamentos de dados, relações de nomes e datas referentes, sobretudo, a cargos políticos (como governadores, por exemplo) de Diu, Damão e Macau, acompanhadas de cifras, notas, observações, em

forma de um ensaio descritivo. Entre seus colaboradores, destacamos Filipe Neri Xavier, grande estudioso da história de Goa, que contribuiu com "Historiografia. Série dos capitães, castelhões, e governadores da praça de Diu" e "Historiografia. II. Relação das pedras e padrões que há na fortaleza de Diu. Pedras e padrões de dois até cinco palmos de cumprido, e de dois até três de largo com letreiros seguintes. No castelo" (dois exemplares); José Mariano de Abreu[182], "Historiografia - Série dos governadores da praça e cidade de Damão em ordem cronológica", e também José Francisco de Sequeira, "Historiografia – Relação nominal dos Governadores de Macau" (2 exemplares) e "Historiografia. Relação nominal dos Governadores de Macau".

Como se constata pelos próprios títulos, tais artigos revelam o esforço de sistematizar a historiografia goesa, tentando fazê-la responder a um esforço mais objetivo e "científico", que fixava nomes, lugares, datas e que acreditava na possibilidade de se chegar à verdade dos fatos, colocando de lado a historiografia que privilegiava o elogio e a glorificação de homens e feitos. Era continuidade no âmbito daquela colônia do esforço iniciado na metrópole por Alexandre Herculano e levado para Goa na figura de Cunha Rivara, ainda que o goês Filipe Neri Xavier já estivesse atuando em sentido semelhante antes mesmo da chegada de Rivara.

2.7.3 Documento histórico

Os "Documentos históricos" são reproduções de cartas do século XVIII de cunho religioso e político. O primeiro deles, intitulado "Documentos Históricos. Interessantes e Inéditos. Carta do P.^{e} Francisco Ferreira de Sousa, conhecido pelo nome de P.^{e} CHICU, ao arcebispo D. Francisco de Assunção e Brito", trata de um conjunto de três cartas, que foram publicadas em exemplares seqüenciais (IG, 1866, n. 16, p. 13-15, n. 17, p. 15-16, n. 18, p. 10-11).

A carta de abertura é datada de 11 de setembro de 1779. Notamos que apenas a primeira das três cartas apresentou nota de rodapé, usada para contextualizar, brevemente, quem foi o padre Chicu, representando o único momento de interferência no texto. Não consta o nome do organizador.

É explicado ao leitor, em nota, o motivo da seleção desse tipo de documento, o que justificará o título da seção - "Documentos Históricos e interessantes e inéditos":

[182] José Mariano de Abreu publicou, na *Ilustração* apenas uma matéria "Série dos governadores de Damão". Não encontramos referências biográficas.

> Tivemos a mão três cartas do P.[e] Chicu, uma mais curiosa que a outra, assim como mais alguns documentos curiosíssimos, tão antigos que se rompem entre as mãos, e os quais salvaremos das ruínas, publicando-os nestas páginas. É difícil conserva-lhes a ortografia; só lhes guardaremos, portanto, a pontuação. (IG, 1866, n. 16, p. 13)

Também em nota de rodapé, o leitor é levado a saber que pode consultar informações sobre a vida do padre em um artigo de J. M. de Abreu que foi publicado no *Almanaque Literário*, informação que vem confirmar a presença dos almanaques em Goa.

As únicas referências sobre a vida de Padre Chicu dizem respeito ao seu lugar de origem, Damão, e a seu círculo de contatos, ligado a uma família de prestígio em Goa, os Mourões de Ribandar, pelo casamento de sua sobrinha com um dos membros da família, o chefe da esquadra Cândido. O padre é mencionado como "admirável filho da Índia".[183] Lembremos da dificuldade de um padre natural de Goa ocupar um cargo eclesiástico na Índia, reservado para os portugueses e descendentes, daí sua representabilidade na revista.

O destinatário das cartas era o arcebispo D. Francisco de Assunção e Brito, sendo que a primeira carta discorre sobre o sentimento de culpa e arrependimento, sob uma visão moralista, necessários para que o indivíduo alcance o perdão divino. Os personagens bíblicos usados nos exemplos são: Jacob, Saul, Daniel e Jesus Cristo.

A segunda carta, datada de 20 de Dezembro de 1779, trata da fé, da justiça e da "boa vontade", em que são mencionados mais uma vez nomes bíblicos como os de Cristo e de Sara. Para confirmar seu preceito moral sobre a "boa vontade", utiliza-se, como exemplo, da história de um fidalgo português que foi chamado para realizar ordens do Rei Filipe, "possuidor naquele tempo, de Cetro Lusitano" (IG, 1866, n. 17, p. 16), e que ao demorar a cumpri-las, demonstrando certo descaso, foi punido, não sendo remunerado pelo serviço e perdendo seu título de nobreza perante o rei.

A terceira carta, datada de 2 de janeiro de 1780, refere-se à ambição como o "vício mais vil", não só entre os homens, mas também no mundo dos Anjos, exemplificado por Lúcifer. Nesta carta, ao relatar as funções que realizou juntamente com o arcebispo D. Francisco de Assunção e Brito, dá-nos referências do espaço goês no qual transitava:

[183] Fora do texto, não encontramos referências do padre e nem da família dos Mourões.

> (...) desde que V. Ex.ª chegou a esta Metrópole, exercitei as mais laboriosas fadigas em distinguir nos obséquios de V. Ex.ª, já acompanhando-o em quase todas as ocasiões em que saiu do seu Palácio para algumas funções públicas como foram a da sua entrada na Cidade de Goa; a de Missas Pontificais na Sé; a da sagração dos Santos Óleos na Quinta de Endoenças de cada ano; e já em três ocasiões que foi a Mapuçá; já nas visitas das Igrejas de Salcete e Bardez, tudo com despesas precisas para o pagamento de duas carruagens por mar, e outra por terra. (IG, 1866, n. 18, p. 11)

O termo "metrópole" utilizado na citação acima se refere a Goa, como sede do Reino de Portugal nas Índias. Antes de ir para Goa, exerceu seus ofícios como padre em Malaca, localizada no sudeste asiático, que servia como base estratégica para a expansão portuguesa nas Índias orientais subordinada ao Estado português da Índia.

Através dessas cartas notamos mais uma vez o vínculo que a revista vai construindo com o catolicismo e, neste caso, particularmente, com a ascensão dos canarins na ordem eclesiástica, assim como com a manutenção do cultivo da imagem de Goa como sede do Reino no Oriente.

Nessa seção, a vida eminentemente política também foi contemplada, como podemos ver em "Documentos Históricos. Interessantes e Inéditos. Carta do Governador Veiga Cabral, ao seu valido Ayres José Gomes" (IG, 1866, n. 20, p. 12 e 13). O documento, datado de 18 de junho de 1809 e escrito no Rio de Janeiro, é uma carta de recomendação: "Remeto inclusa a tua Patente de Mestre de Campo das ordenanças da província de Salsete, para exercitares este emprego, logo que ela for apresentada ao V. Rei do estado como nela determina o Augusto Príncipe" (IG, 1866, n. 20, p. 13).

O tom da carta é de intimidade, o que pode ser identificado pelos termos "compadre" e o uso do pronome na segunda pessoa "tu": "Meu Ayres e querido compadre do meu coração. Conservo efetivamente na minha memória o amor, fidelidade e desvelo que por tantos anos experimentei na tua conduta" (IG, 1866, n. 20, p. 12).

A correspondência entre Veiga Cabral e Gomes é feita através de um "Ajudante General". Sobre aspectos de sua vida pessoal, Veiga Cabral, que é o remetente da carta, comenta sobre o bom desempenho de seu mordomo, por sua vez cunhado de José Gomes, que está com ele no Brasil, sobre as embarcações Rainha dos Anjos e a Nau da

Viagem Conceição, que naufragou durante sua ida ao Brasil, e com isso perdeu objetos de valor.

O português Francisco Antônio da Veiga Cabral, sob o título de 1º visconde de Mirandela, foi o 80º governador da Índia portuguesa, entre os anos de 1794 e 1807. Terminado seu mandato, dirigiu-se ao Brasil como governador da Capitania de Santa Catarina, sob as condições decorrentes do Tratado de Santo Ildefonso[184], quando da disputa entre Portugal e Espanha no sul da colônia.

Outra referência que temos de Veiga Cabral na *Ilustração* é a "Cópia da carta que o Marechal de Campo dos Exércitos de S. Majestade na Índia Francisco Antonio da Veiga Cabral escreveu ao desembargador secretário Feliciano Ramos Nobre Mourão, para ser apresentada ao sr. governador D. Frederico Guilherme de Sousa" (IG, 1866, n. 25, p. 14-15). Trata-se de um documento ambientado em Goa, escrito por Veiga Cabral, quando já não era mais governador e sim "marechal de campo" (cargo equivalente ao de comandante do exército), para D. Frederico Guilherme de Sousa Holstein, que governou Goa entre os anos de 1779 e 1786. Nele se evidencia o conflito entre os dois, que resultará na prisão de Francisco Antônio de Veiga Cabral por um ano na praça de Mormugão a pedido do governador, fato que ficamos sabendo pela única curta nota de rodapé publicada no final.

A carta é datada de 1785, antecedendo dois anos à Revolta dos Pintos (1787), e dá-nos, através do discurso descontente de Veiga Cabral, evidências do desmantelamento que se fazia sobre o exército português na Índia. Segundo Carreira (2006), a "decomposição" do exército foi um dos fatores que levaram à insurreição de 1787, mencionando o desentendimento de Francisco Antônio da Veiga Cabral com o governador, como reflexo desse processo:

> A situação explica este pânico: o estado-maior do exército português encontrava-se em plena decomposição. Os dois coronéis da infantaria tinham falecido, o brigadeiro francês Jacques Milles de Noyers encontrava-se já aposentado e senil. O marechal de campo Francisco Antônio da Veiga Cabral encontrava-se desconsiderado por ter passado anos de conflito com o governador Frederico Guilherme de Sousa, e o coronel do único regimento de artilharia, Hercules de Chermont não se

[184] "Tratado assinado entre os soberanos de Portugal e Espanha a 1º de Outubro de 1777, em Santo Ildefonso (Espanha), que de certa maneira reafirmava os pontos constantes do Tratado de Madrid. Os dois países acordaram no estabelecimento dos limites das suas colônias na América do Sul. Portugal cedeu a colônia do Sacramento, as missões da margem esquerda do Rio Uruguai e a soberania sobre o Rio da Prata. A Portugal foi restituída a Ilha de Santa Catarina (Brasil)" (site: http://www.infopedia.pt).

> entendia com o novo governador Francisco da Cunha e Menezes (CARREIRA, 2006, p. 115).

Portanto, o documento publicado tem relação direta com os interesses dos canarins na história do exército português em Goa, do qual eram o principal contingente.

Entre outras cartas, estampou-se "Documentos Históricos Inéditos. O Ministro de Portugal ao V. Rei Conde de Ega" (IG, 1866, n. 22, p. 12-14) que foi escrita por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 2 de abril de 1761, assinada em Nossa Senhora de Ajuda, Portugal, destinada a Manuel de Saldanha e Albuquerque, 1º conde da Ega, vice-rei[185] da Índia portuguesa entre os anos de 1756 e 1765.

A carta régia anuncia o decreto em relação à participação de naturais nas atividades militares. A carta foi escrita sob orientação do reinado de D. José I (1750-1777), que teve como primeiro-ministro Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que comandou a política e a economia portuguesa, incentivado um projeto de participação dos goeses como "sipais", ou seja, soldados, contrariando as "Câmaras Gerais das comunidades de aldeia" que criticavam esta participação, alegando a "debilidade" dos goeses:

> Illm.º e Exm.º Sr. À S. Majestade foi presente a Carta de V. Ex.ª da data de 28 de Janeiro, do ano próximo passado, em que referiu parecendo lhe útil à esse estado formar corpos auxiliares dos Naturais do mesmo Estado: E considerando as dificuldades que se encontraria a execução deste projeto, pelo abatimento do espírito dos sobreditos, causado pela má educação que costumam ter e pela soberba com que são tratados pelos Europeus, que frequentemente os insultam iniquamente com palavras ignominiosas, e castigam com crueldade: Para evitar estes inconvenientes mandará V. Ex.ª publicar um bando, em que defende debaixo de graves penas que nenhuma pessoa cometesse os referidos insultos, contra os naturais desse Estado, fazendo-lhes ver ao mesmo tempo que V. Ex.ª os estima como aos mais vassalos de El-Rei Nosso Senhor, e mostrando-lhes a utilidade que lhes resultaria de se fazerem capazes, não só de defender a sua pátria e bens; mas de se habilitarem como os mesmos Europeus para servirem os Ofícios e Cargos da República e Milícia, e gozarem de todas as mais honras que se conferem aos Europeus beneméritos. E ponderando o mesmo senhor o conteúdo na referida carta foi servido resolver. (IG, 1866, n. 22, p. 12-13)

A década de 1760, em que a carta foi datada, foi marcada pelo estabelecimento de um novo quadro estratégico-militar em Goa, visto a necessidade da ampliação do

[185] Segundo Lopes e Matos (2006, p. 204), conde da Ega foi o 47º vice-rei e 74º governador.

exército para dar conta das Novas Conquistas[186], que quadruplicaram a área de Goa (3611 km²). A carência de soldados na Índia portuguesa justificava a solicitação de estimular a inclusão de naturais nas armadas e no "terço militar". O terço militar dizia respeito ao auxílio militar de Goa, Bardez e Salsete, com "mestres-de-campo, capitães, alferes e sargentos, naturais da terra" (ou "naturais do País"), e "sargentos-mores, naturais do Reino", estabelecidos no governo do conde de Sandomil (1732-1741). Sob as reformas pombalinas, foram dadas ordens régias de retomar as atividades do terço.[187]

Há índices anteriores que mostram que o incentivo ao ingresso dos naturais nas fileiras militares já havia sido proposto durante o governo do vice-rei de D. Pedro Antônio de Noronha de Albuquerque, conde de Vila Verde (1692-1698) e do vice-rei Francisco Assis de Távora, o marquês de Távora (1750-1754), comprovando que não se tratava de um investimento novo por parte da Coroa (Lopes e Matos, 2006, p. 44).[188]

Na carta, o Conde da Ega recebe ordem de combater os jesuítas, vistos como "tiranos", o que acorda com os preceitos do governo de Pombal de colocar fim na Companhia de Jesus:

> Pelo que pertence às diferenças entre reinóis e naturais, que sendo contrárias ao direito Divino, natural e das gentes, à política de todas as nações civilizadas, que fizeram conquistas, e aos sólidos estabelecimentos dos primeiros heróis da primitiva Índia, não só foi justo e necessário o bando que V. Ex.ª mandou publicar, mas que agora mais solenemente confirmado pela Lei que V. Ex.ª receberá nesta Monção, e estabelecida para excitar a observância das antigas, que foram promulgadas ao dito respeito e reduzidas ao esquecimento pela tirânica influência com que os jesuítas procuravam sempre semear discórdias, promover divisões, e envilecer os homens tirando-

[186] O território goês estava dividido em províncias das Velhas Conquistas que datam da época quinhentistas, abrangendo a das Ilhas (Ilha de Goa, Ilha Chorão, Ilha Piedade), e as de Bardez e Salsete, e em províncias das Novas Conquistas: Perném, Bicholim e Satari (ou Saquelim), que pertenceram a um príncipe marata, o Bhonsle, assim como Pondá, Canacona, Zambaulim, e a jurisdição de Cabo da Rama, provenientes do antigo reino de Sunda (CARREIRA, 1998, p. 659).

[187] Em nota de rodapé, Lopes e Matos (2006, p. 45, nota 69) fazem referências a uma carta datada de 24.7.1761, três meses depois da carta transcrita na *Ilustração Goana*, comentando que o conde da Ega executou as determinações régias, formando um "terço" de auxiliares nas Ilhas, que seguiu o modelo do Reino, recrutando 500 naturais. Além da data, não nos dá outras referências.

[188] Para fundamentar esses exemplos, os autores basearam-se nas seguintes cartas: "Carta do vice-rei conde de Vila Verde para o rei", datada de 6 de novembro de 1694 e na "Resposta do rei", de 30 de janeiro de 1697; "Instrução do m. de Távora ao capitão-de-mar-e-guerra da Coroa, Antônio de Brito Sanches", de 8 de fevereiro de 1751, e na "Carta do marquês ao rei, de 6.2.1751, sobre os mapas das fortalezas, postos, embarcações e tropas". Na do marquês de Távora, verificou-se que ordens foram dadas aos naturais para embarcarem, visto a falta de europeus, na Carreira da Índia e nas naus do Reino e da Armada do Sul, assim como o envio de militares goeses para Moçambique, justificado pela "capacidade de adaptação ao clima e ao ambiente, a pouca fiabilidade da gente da terra e a carestia das expedições do Reino, pese embora opiniões em contrário e até mesmo uma certa animosidade dos governadores de Goa no seu envio" (LOPES e MATOS, 2006, p. 44).

> lhes a liberdade e cabedais e os sentimentos de honra, para assim os dominarem mais facilmente, como sempre fizeram todos os mais tiranos por estes mesmo idênticos e reprovados meios. (IG, 1866, n.22, p. 12 e 13)

A carta régia determina "igualdade" no tratamento com os naturais:

> Para mais animar aos Naturais da terra a desejarem e bem servirem os postos dos sobreditos Terços e para lhes dar um claro conhecimento de que S. Majestade não distingue os seus vassalos pelas cores, mas sim pelos merecimentos: com esta receberá V. Ex.ª uma carta assinada pela Real Mão do mesmo Senhor pela qual determina que os Capitães e Mestres do Campo dos referidos Terços sejam despachados como o são os Capitães e Coronéis dos Regimentos de Infantaria, dispensando S. Majestade para esse efeito o Decreto do ano de 1706, que proíbe que sejam remunerados pela Secretaria do Estado das Mercês os oficiais de Terços de Auxiliares e Ordenanças. Também vai declarada na mesma Carta-Régia que os oficiais dos sobreditos Terços poderão usar de uniformes e de carréis de ouro ou prata nos chapéus; não obstante que isto se não permite aos auxiliares e ordenanças do Reino. (IG, 1866, n. 22, p. 14)

Não há precisão da origem étnica dos "naturais". Sabemos que os chardós, da casta dos xátrias, eram os guerreiros, afirmar alguma coisa a partir daí seria fazer simples suposições. Segundo Lopes e Matos (2006), que organizaram um estudo sobre os grupos sociais e as profissões, houve projetos de incluir membros da "casta superior" nas companhias militares, como brâmanes, que parecem ter sido resistentes, pela aversão à carreira, e chardós, numa tentativa de vincularem-nos à defesa da sua "própria terra", dedicando-lhes cargos de prestígio, como incentivo, através de regalias, promoções e títulos de nobreza aos que se apresentassem como voluntários.[189] Os brâmanes da família Pinto, Antônio João Pinto, Inácio Pinto e José Antônio Pinto, em 1778 ofereceram-se ao serviço militar, e Antônio João Lobo, no ano de 1743.[190] Em geral, o incentivo ao ingresso de brâmanes nas fileiras militares teve pouco resultado, visto que não havia, por parte de sua casta, identificação com tais cargos, chegando mesmo a ter "horror". Entre eles, era comum profissões como a do sacerdócio e de escrivão, entre outras, de aspecto liberal, como medicina e advocacia.

Constatou-se que a política regida pelos militares locais e aquela estabelecida pelo decreto de 1761, descrita na carta aqui comentada e que cedia aos naturais o

[189] Lopes e Matos (2006, p. 45) basearam-se na "Carta do vice-rei para o Rei", de 25.9.1703, de onde retiraram a seguinte citação: "Considerava que escolhendo os da casta mais alta e os mais abastados, motivar-se-iam para ascenderem aos postos mais altos e para se tornarem soldados valorosos".
[190] Nomes citados por Matos e Lopes (2006, p. 45, notas de rodapé 68 e 71).

mesmo direto adquirido pelos descendentes, entraram em conflito, que desembocou na Conjuração dos Pintos em 1787, em que os conjurados, como sabemos, eram, na sua maioria, indianos cristãos de Goa. Os quinze réis que foram enforcados sob ordem do vice-rei Francisco da Cunha e Menezes[191], eram, sobretudo, militares goeses. O nome da Conjuração refere-se aos treze oficiais goeses pertencentes à família Pinto, que teve vários membros assassinados durante a inconfidência (CARREIRA, 2006, p. 116).

Carreira (2006), que investigou os aspectos que levaram à eclosão da conspiração através de documentos, incluindo confissões dos réus, do Arquivo Histórico Ultramarino[192], afirma que a conjuração "aparece antes de tudo como um descontentamento de militares frente a uma hierarquia incompetente", vendo na insatisfação social interna a causa principal: "trata-se da reação de uma elite indígena – quase todos brâmanes – que considerava ser vítima da segregação imposta pelas autoridades locais", tanto portugueses, quanto descendentes (CARREIRA, 2006, p. 115 e 116).

Vemos assim que o proposto na carta terá conseqüências conflituosas na Índia Portuguesa. A escolha da *Ilustração Goana* por esse assunto evidencia a predominância ali de brâmanes católicos e o desejo deste grupo em conquistar maior espaço frente aos portugueses e descendentes.

Entre outros documentos transcritos, estampou-se o "Requerimento que fez o Físico-mor Portugal ao sr. D. José da Câmara, e o despacho deste governador" (IG, 1866, n. 26, p. 9-11). É datado de 1779, último ano, dos cinco, do governador D. José Pedro da Câmara[193] (1774-1779) em Pangim, capital de Goa. Trata-se de um pedido de transferência para Moçambique pelo "físico-mor" Luís da Costa Portugal ao governador, alegando que sua presença em tal "estabelecimento português de África" (IG, 1866, n. 26, p. 10) seria de maior utilidade do que em Goa.

[191] Segundo carta enviada de Francisco da Cunha e Menezes a Lisboa em 1787, a conspiração era encabeçada por padres locais e militares que tentavam convencer a população a se posicionar contra os "brancos", ou seja, portugueses e descendentes (CARREIRA, 2006, p. 113).

[192] Consta que o primeiro estudo sobre o inquérito da inconfidência foi feito pelo historiador Cunha Rivara, através de uma cópia conservada no Arquivo Histórico Ultramarino, assumindo interpretações, segundo Carreira (2006, p. 13), "politicamente corretas", concebendo-a como uma conspiração política cujo objetivo era o de expulsar os portugueses com o apoio de sultanato de Maiçur, governado pelo sultão Tipu, que representava uma das maiores potências indianas do século, sob a suposição de que os goeses dariam preferência ao poder indiano. Cunha Rivara fundamentou sua análise da conjuração como conseqüência da política internacional, representada pelo sultanato de Tipu, e também pela influência francesa, até então "aliada" ao sultanato. Em 1875, Julio Gonçalves produziu um artigo "Notas à árvore genealógica da família Pinto, de Candolim", para o livro *A Conjuração de 1787 em Goa*, organizado por Cunha Rivara (Pangim, p. 142-162), comprovando a importância deste tema para os intelectuais da época. (COSTA, 1997, v. II, p. 108).

[193] É classificado como o 77° governador da Índia (MATOS e LOPES, 2006, p. 204).

Moçambique é tomado como um "presídio", terra de "bárbaros", "feras" e "escravos", os quais o senhor físico-mor pretende "salvar" da "ignorância", levando-lhes o conhecimento científico, representante da razão, e o "Evangelho", como sinônimo de justiça divina. Apresenta sua solicitação de transferência de Goa a Moçambique caracterizada como sacrifício em prol de sua missão civilizadora, apontando a religião católica como harmonizadora da razão e progresso.

Tomados em seu conjunto, os textos de história e política acima arrolados procuram criar um inventário dos feitos dos portugueses em Goa. Fazem parte de um movimento iniciado pela atuação de Cunha Rivara junto ao Arquivo Histórico de Goa[194], que procurava organizar dados para que fosse possível escrever a história dos portugueses no Oriente até o século XIX.

Mas, se o conjunto de textos eleito para ser publicado na *Ilustração* revela o predomínio dos interesses dos canarins, mais especificamente dos brâmanes católicos, faltou ainda para coroar essa perspectiva um documento que nos chamou bastante atenção, pelo seu teor político, e que vem nos interessar para confirmar o ideário dos colaboradores da revista : o "Governo Constitucional – Utopias" (IG, 1866, n. 6, p. 10-14). Trata-se de uma carta de José Francisco de Albuquerque, um dos colaboradores do periódico, ao redator Julio Gonçalves, na qual defendeu o "governo monárquico constitucional" como o melhor "sistema" político conhecido até então.

Na introdução, dedicou-se a falar da importância da imprensa particular para a produção e divulgação de periódicos literários:

> Meu caro redator, a introdução da imprensa particular neste torrão tem sido indubitavelmente uma alavanca, que tem operado uma transformação rápida e notavelmente lisonjeira para as letras. A prova aí a tens em tantas publicações, que todos os dias estão aparecendo, e atestam que o país avulta em talentos literários, que morriam esquecidos por falta dos necessários elementos. Hoje o amor às letras está sendo muito mais pronunciado, e a leitura é já uma necessidade indispensável. (IG, 1865, n. 6, p. 10)

[194] Os Arquivos Históricos de Goa localizados em Panjim (Pangim) foram criados em 1596 para guardar os documentos do antigo Estado Português da Índia, conhecidos anteriormente como Torre do Tombo do Estado da Índia. Estavam ligados à Casa do Vice-Rei da Índia e faziam parte da Secretaria do Estado. A partir de 1953, seus arquivos foram organizados de maneira especializada sob o nome de Arquivo Histórico do Estado da Índia. Após a independência eles o trocaram para Goa Purabhilekha / Historical Archives of Goa (em concanin e em inglês). Entre os arquivos, há documentos da história de Goa, da expansão européia na Ásia, e das ligações com o Brasil e o Oriente, principalmente com a Índia. Os documentos de maior interesse sobre o Brasil são: "Estabelecimento de uma colônia de tecelões no Pará", "Transplante e cultura de especiarias e árvores frutíferas no Brasil", "Envio de tropas brasileiras para Goa", "Insurreição Pernambucana de 1817", "Estabelecimento de ligações comerciais entre o Brasil e o Estado da Índia", e "Comércio do tabaco" (http://www.supergoa.com/pt/ e www.artedata.com/).

Através de *O Ultramar,* tido como primeiro periódico de imprensa particular, e de seu caráter duradouro (com sete anos quando da publicação desse texto), discorreu sobre o desenvolvimento da imprensa goesa, citando a *Ilustração* como exemplo inovador pelo seu caráter literário e de divulgação de conhecimento:

> (...) Tua *Ilustração*, que é uma publicação puramente literária, já vai convergindo para si as atenções, e promete vida. Tudo isto é bastante agradável, e prova que há aqui grandes tendências para a cultura do espírito, a qual era até ao presente completamente descurada. Parabéns à nossa fortuna! (IG 1865, n. 6, p. 10)

Preparando o terreno para introduzir o assunto sobre o governo constitucional, justifica o papel social da imprensa e o dever da *Ilustração* em estampar um artigo como o seu:

> Entendo, que um dos deveres imperiosos da imprensa é semear os bons princípios. A *Ilustração*, o próprio nome o está dizendo, destina-se a espalhar e a vulgarizar a ilustração do espírito, e o melhor meio de se obter este resultado, é expondo cada um os seus pensamentos, as suas idéias, com moderação e decência. (IG 1865, n. 6, p. 11)

Após discorrer da importância da imprensa na divulgação de conhecimento, retoma o tema apresentado no título do ensaio, comprovando sua tendência política, em que o constitucionalismo é visto como ideal "utópico":

> Tratando agora do objeto que me propus; de todos os sistemas da administração pública, o governo monárquico constitucional é, sem dúvida, o que oferece menos inconvenientes. Digo *oferece menos inconvenientes,* porque a perfeição não é partilha do homem, e por conseguinte todas as instituições humanas, tudo quanto sai da mão do homem há de necessariamente participar da imperfeição da sua natureza. (IG, 1865, n. 6, p. 11, grifo do autor)

Parte então do caráter defeituoso do homem para justificar sua escolha de governo, chegando a afirmar que, se o homem fosse "perfeito", o despotismo seria a melhor solução. Cita nomes de personalidades como o de Alexandre Magno, "grande conquistador do universo" e o do rei israelita "Achab", e algumas imperfeições de seus governos: o primeiro deixou-se corromper pela paixão, ao se relacionar e ser "subjugado" por "fracas mulheres", e o segundo levantou a ira de Deus por ter perseguido um fiel. Vê-se novamente a mescla entre política e religião.

Seu principal argumento em defesa do constitucionalismo é que, com uma Constituição, não se depende apenas de um homem, como no absolutismo, mas sim das leis, que são regidas, segundo o autor, sob o parâmetro de igualdade: que são as mesmas para o "fraco" e para o "poderoso", às quais está "submetido" também o "poder público". Por fim, justifica o subtítulo "utopias", afirmando que mesmo o governo monárquico constitucional, na prática, possui seus defeitos.

Através do presente ensaio vem se confirmar o ideário político liberal dos colaboradores da revista, pois faz eco a tudo que vimos até o momento nos vários gêneros textuais que a publicação estampa.

2.8 Jornalismo

"Algumas palavras sobre a imprensa," de Julio Gonçalves, é o único ensaio que se propõe a tratar do jornalismo. Em forma de um panorama da história da imprensa no mundo, detém-se no período do século XV até meados do XVI. Discorre sobre a época antes do surgimento da imprensa, baseada no trabalho da cópia manual como modo de reprodução textual, chamando atenção para o fato de que esse processo facilitava a alteração dos originais. Disserta sobre o nascimento da imprensa na China em 926, sob o caráter de edições "rudimentares", em que as letras eram gravadas manualmente às avessas em pranchas de madeira. Comenta também a impressão de "estereótipos", aplicada somente em objetos de divertimento como carta e jogos. À Lourenço Coster, natural de Harlem (Holanda), atribui a invenção da imprensa e à João Gutenberg, a primeira substituição de pranchas de madeira por caracteres móveis de metal, e à *Bíblia Mazarina* publicada entre os anos 1450 e 1455, a primeira impressão com esses caracteres. O autor acredita que a imprensa só ganhou importância a partir do "despertar para as Letras", isto é, a partir do século XIX.

Não é por acaso que Julio Gonçalves, ao falar da imprensa, irá escolher se reportar às suas origens. Se lembrarmos que Goa recebeu uma máquina impressora já no século XVI, temos na escolha do editor da *Ilustração* uma tentativa de inscrever aquela colônia na origem da imprensa portuguesa. Assim, a imprensa goesa, além de ser uma das ramificações da portuguesa, integrou-se ao fenômeno do estabelecimento e da expansão da imprensa de Gutenberg no mundo.

2.9 Religião

A religião aparece, como vimos, associada à literatura, à política, à filosofia. Todavia, há também artigos voltados mais exclusivamente à religiosidade, como, por exemplo: "O Beato João de Brito", de Filipe Neri Xavier; "Um religioso erudito", de Barreto Miranda; "A Lei do Sinai e a Lei do Gólgota", de J. F. de Albuquerque; "O Juízo Universal", de L.; "Exéquias – Ao finado general Conde de Torres – Novas na Igreja da Conceição" e "Cristo e a Redenção (Carta escrita a J. F. de Albuquerque)", de Julio Gonçalves.

"O Beato João de Brito" (IG, 1865, n. 12, p. 11-12), de Filipe Neri Xavier, trata de quatro trechos transcritos do Livro das Monções do Reino[195], que é a maior coleção do Arquivo Histórico de Goa. Os trechos fazem referências às correspondências do vice-rei Conde de Vila Verde, que governou o Estado da Índia portuguesa entre os anos de 1692-1698, à rainha D. Catarina, viúva de Carlos II da Inglaterra, a quem avisava que João de Brito, padre da Companhia de Jesus, recebera, depois de morto, como homenagem a "Coroa do martírio", pela sua missão nos Malanares, em Cochim. É também relatada a ordem dada ao padre procurador de Cochim para enviar a Goa as "relíquias" de João de Brito, que mais tarde serão transferidas, pelo menos em parte, para Lisboa, seguindo pedido da rainha.

"Um religioso erudito" (IG, 1866, n. 16, p. 9-10) de Barreto Miranda discorre sobre cartas que foram encontradas no convento de S. Domingos em Goa, da autoria do dominicano Fr. Manuel de Divina Providência, datada de 1779, que serviam, segundo o autor, como reveladoras do elevado nível de instrução literária e de ciências alcançado pelos dominicanos. Nas cartas ficou registrado o desempenho de Manuel da Divina Providência em divulgar as publicações européias, especialmente francesas, dentro do convento, assim como seu interesse pela língua chinesa e línguas locais da Índia, como instrumento para o estudo da "religião bramínica". As cartas do religioso dominicano serviram, para Barreto Miranda, como "investigadoras" da história de Goa, por narrar fatos peculiares daquela colônia.

[195] Trata-se de uma coleção de 456 "livros-fls" do período de 1568 a 1914. "Contém relatórios, cartas, instruções, que chegavam de Lisboa (e durante certo tempo da Espanha) durante a monção de junho-setembro, e que eram enviados de Goa entre dezembro e março. A partida e a chegada da frota que transportava esta correspondência era inteiramente dependente da monção. A correspondência recebida e a cópia daquela enviada cada ano eram guardadas juntas com o nome de Monção do Ano." (site: http://www.supergoa.com/pt/).

"A Lei do Sinai e a Lei do Gólgota"[196] (IG, 1866, n. 17, p. 11-14), de J. F. De Albuquerque, refere-se à lei de Moisés e à de Cristo, ambas consideradas "puras" e "divinas". Indica as diferenças entre as duas leis, considerando a de Cristo mais humanitária, no sentido de caridosa, enquanto que a de Moisés é mais "severa". Tomadas como "regeneradoras do universo", essas leis combateriam a corrupção e a prostituição que imperava, segundo o autor, na Roma Antiga de Augusto César, referido como tirano. Critica acirradamente o despotismo como sistema opressor, apontando os preceitos de Cristo como escape:

> Hoje, os oprimidos da terra, as vítimas do despotismo e da força vão acolher-se tranqüilas à sombra dos teus divinos preceitos; e a resignação e a confiança no céu para que sempre apontas, é o seu único refúgio contra as perseguições que o crime lhes suscita, e as quais não têm o poder de lhes perturbar a paz da alma, a despeito de todos os baldados esforços da iniqüidade! (IG, 1866, n. 17, p. 14)

"O Juízo Universal" (IG, 1866, n. 23, p. 15-16), de L.; é antecedido pela gravura já citada "Vale do Cedron", mencionado anteriormente, como o lugar onde se realizará o juízo final, segundo o livro de Joel. A descrição da gravura é explicada no próprio ensaio: "Jerusalém a leste, e o monte das Oliveiras a O. e tem perto de 30 quilômetros de extensão" (IG, 1866, n. 23, p. 16). Discorre sobre a fé cristã, o purgatório, aspectos morais, justificando sua crença no "juízo final".

Julio Gonçalves estampou dois ensaios de tema religioso: "Cristo e a Redenção", (IG, 1865, n. 5, p. 5-7) que trata de uma carta destinada a José Francisco de Albuquerque, a quem se remete intimamente por "Josinho". É antecedida pela gravura "Cristo ao Calvário" (IG, 1865, n. 5, p. 4), que retrata Jesus carregando a cruz.

Sua mensagem está carregada de elementos morais que levarão o homem a Deus: "Qual é a porta do céu? É a virtude. A virtude representada na humildade, na liberdade, na castidade, na paciência, na temperança, na caridade, e na diligência, e na esperança e na fé" (IG, 1865, n. 5, p. 6). Jesus Cristo é mencionado como "mártir do Calvário" e como "Deus humilde, um Deus liberal, um Deus caridoso, um Deus sóbrio, um Deus diligente, e um paciente raro, heróico, adorável desde a própria ação das

[196] Epígrafe de Rebello da Silva, Fastos da Igreja: "A antiga sucede a nova época! As trevas, que vestiam de escuridão a sociedade velha rasgam-se; e a claridade do novo astro ilumina a terra e aponta o céu. A religião do amor substitui as falsas seitas e os terrores, e o homem, que de antes morava na sombra da morte, vê no mundo o seu desterro, e pela imortalidade vê o paraíso a verdadeira pátria."

provações" (IG, 1865, n. 5, p. 6), características que se oporão à tirania do homem, mas especificamente a do judeu, que não acreditou ser Jesus o messias:

> Não. Os judeus não souberam o que faziam. Disse-o o próprio Jesus, à sua hora final. Como poderia haver um drama, sem atores, e um sacrifício sem sacerdotes? Tudo aquilo preparou Deus antes de ser homem. Á seu tempo, a ordem superior, transmitida pela boca da tirania, verificou-se. (IG, 1866, n. 5, p. 7)

Pelos termos escolhidos: liberal ("Deus liberal") e tirania (ímpio), vistos já em outros textos da revista relacionados a tipos opostos de governo, temos aqui uma mescla entre o vocabulário religioso e o político, o que faz muito sentido no espaço social goês, no qual o vínculo entre religião e político era de natureza identitária – definindo grupos distintos em todos os aspectos – e não como na Europa, em que essas instâncias tinham certa independência e se aproximavam ou se afastavam a depender somente de interesses de classe.[197]

O outro ensaio da autoria de Julio Gonçalves é "Exéquias – Ao finado general Conde de Torres-Novas na Igreja da Conceição" (IG, 1866, n. 25, p. 7-8), que diz respeito à cerimônia fúnebre realizada em Goa na Igreja da Conceição de Pangim, em homenagem ao português Antônio César de Vasconcelos Correia, que foi general do exército português na Índia e governador, sob o título de 1.º conde de Torres Novas, nos anos de 1855 até 1863, quando faleceu.

Trata-se de um assunto coevo à revista, visto a data de morte do conde e a da publicação do artigo, com três anos de intervalo entre elas, como poucas vezes aconteceu nos textos apresentados até agora. A cerimônia de exéquias realizada na igreja foi minuciosamente resumida: a data e hora de início, o nome do cônego que regeu a missa, a presença do atual governador da época, José Ferreira Pestana, os sufrágios, a oração fúnebre, e seu encerramento com a salva de tiros e canhões da artilharia, e o tocar dos sinos. A cerimônia durou mais de quatro horas: começou às 10 horas da manhã e às 14 horas fez-se a oração fúnebre. O tipo de descrição faz lembrar as

[197] Para concluir seu texto, cita um trecho de um poema de Camilo Castelo Branco, cujo autor é caracterizado como "o inimitável poeta, romancista e moralizador" (IG, 1865, n. 5, p. 7), que fala da situação depreciativa em que se encontra a cidade de Jerusalém, descrita sobre o tom de culpa de ter sido palco da condenação de Jesus: Descalça vai sobre sarças / Ninguém lhe cobre a nudez / Cai no triste desalento / Recorda o crime que fez ... / Ninguém diz à desgraçada / "Ergue a face, ó malfadada, / "Olha o céu, espera o perdão!"/ Todos vão no seu caminho / Rindo-lhe o seu desalinho / Rindo-lhe a sua aflição! (CASTELO BRANCO, Camilo, "Lamentações de Jeremias", n. 180, in: *Duas épocas da vida,* Porto, 1854). Trata-se da última estrofe do poema. Julio Gonçalves, em sua carta, apenas apresentou a referência do nome do poeta.

cerimônias religiosas descritas na série de contos "Aventuras de um Simplicio", também de Julio Gonçalves.

Observa que o discurso lido por um dos alferes no fim da cerimônia foi publicado em vários "periódicos do país", e aqui se refere a Portugal, fato que comprova a representabilidade de tal personalidade na colônia e na metrópole. Com muito pesar, o autor lamenta a morte do conde de Torres Novas. Seu discurso, em primeira pessoa do plural, dá-se por parte dos portugueses e descendentes:

> Em 12 de novembro se efetuaram na igreja da Conceição as exéquias ao general Torres-Novas, falecido em Lisboa, aos 11 de novembro do ano p. p., dia para **nós** fatal e de tristíssimas recordações, e em que o povo português perdeu um rei virtuosíssimo e sábio, e mais de um varão notável para Portugal. (IG, 1866, n. 25, p. 7, grifo nosso)

Relata também o sentimento do "povo" indiano, que não participou de tal cerimônia, reservada a "funcionários públicos" e às "pessoas distintas". Pela descrição, percebemos a oposição entre dois grupos sociais:

> Ataúde que ao povo da Índia, não lhe foi dado — e ainda bem que assim sucedeu — vê-lo e abraçá-lo, o que de certo lhe seria muito penoso, a ele que ainda há pouco vinha de assistir aos folgares, e não poderia, sem lhe cortar o coração, afrontar uma cena mais viva. (IG, 1866, n. 25, p. 8)
>
> O general Torres Novas não deixara inimigos na Índia, e a sua perda inesperada viera magoar indistintamente todos os corações. (Ibid., p. 8)
>
> Todos os funcionários públicos, todas as pessoas distintas da comarca, apareceram também a darem a última demonstração do seu pesar, e o povo, ao som do dobre dos sinos e dos tiros de canhão mortuário, não cessou de elevar seus votos ao céu pelo descanso eterno daquela grande alma no seio dos justos. (Ibid., p. 8)

Notamos que a reverência ao conde, por mais que tenha sido apresentada como característica comum na sociedade goesa ("indistintamente todos os corações"), evidencia o discurso da elite, da qual Julio Gonçalves fazia parte.

O conde de Torres Novas é mencionado como o "velho camarada" de José Ferreira Pestana "nas lutas da liberdade" (IG, 1866, n. 25, p. 8), confirmando a tendência liberal do ex-governador, do governador que então estava no poder e do próprio Julio Gonçalves, o que vem justificar a produção e a seleção deste texto na revista.

O governo de conde de Torres Novas e o de José Ferreira Pestana estão relacionados à estabilidade política, reflexo do que acontecia na metrópole a partir da segunda metade do século XIX. A política externa de Torres Novas tinha como perspectiva o estreitamento das relações com a colônia britânica vizinha, o que aponta para a relação ambígua que estabeleciam com os ingleses – ora acusando-os, como decadentes (ao menos na literatura), ora procurando uma aproximação que lhes valesse vantagens econômicas e políticas.

Quando da publicação da revista, José Ferreira Pestana cumpria seu segundo mandato (1864-1870). O primeiro foi entre os anos de 1844 a 1851, quando procurou criar uma dinâmica econômica juntamente com a comunidade nativa, com o grupo mais ativo e rico, sendo a sua maioria formada pelos brâmanes católicos. Sua política baseou-se na igualdade de tratamento entre os naturais e os portugueses e descendentes. Foi um dos primeiros a propor uma reforma de estrutura social em Goa, "denunciando" a hierarquia das castas, à qual não foi dada seguimento no fim do seu segundo mandato. Foi tido como um dos raros governadores do século a conseguir se impor frente ao governo britânico, que ganhava cada vez mais poder. Considerado um governador popular, foi apelidado de "Tito" da Índia (CARREIRA, 1998, p. 668 e 669).

As decisões do governo começaram a apoiar os canarins. Agora, eles ocupavam todos os cargos coloniais, menos os de governador, arcebispo e presidente da Relação, reservados aos metropolitanos. Puderam mesmo adquirir títulos de nobreza, outorgados pelo rei. Essa ascensão implicava o sacrifício progressivo dos interesses da comunidade de descendentes, como podemos ver pelo corte de verbas do exército, que lhes prejudicou e causou revolta. No período de 1859 a 1894, em que eclodiu a imprensa política e de informação[198] regida pela elite canarim, que era abastada e culta, evidenciou-se a força que esse grupo ia tomando frente à minoria de descendentes, que estava cada vez mais empobrecida pela decadência do exército.[199]

2.10 Filosofia

Em ensaio de cunho filosófico, colaboraram José Gerson da Cunha, com "A Mulher e o Mundo"; Caetano Francisco de Miranda, com "Homens Grandes da

[198] Carreira (1998, p. 672 e 673) menciona cerca de quarenta jornais de informação e políticos que surgiram nesta época, sendo a maioria de curta duração.
[199] Situação que culminará com a extinção do exército goês em 1870 (CARREIRA, 1998, p. 674 e 675).

Antigüidade - Sócrates", e Jacinto Caetano Barreto de Miranda, com "O País e a Civilização".

"A Mulher e o Mundo" (IG, 1865, n. 8, p. 5-9) chamou-nos a atenção pelas referências bibliográficas, já pela epígrafe de Herculano, retirada do livro *Eurico, O Presbítero,* "...convertei o mundo em paraíso, mas tirai dele a mulher; e o mundo será um ermo melancólico", além dos comentários sobre a mulher para Bernardin de Saint Pierre, Bossuet, Abercombie, Bastos e Bomare, citando figuras históricas conhecidas como Mme de Staël, Joana d'Arc, Maria Stuart, Hannah Moore, e mesmo bíblicas como Judith e Ester.

As mulheres ali referidas teriam pouca probabilidade de serem modelares para a cultura indiana. O descompasso dessa concepção da mulher com o efetivo lugar da mulher goesa, mesmo aquela considerada indo-portuguesa, faz do texto uma espécie de ficção, de cópia de um modelo europeu sem eco na realidade, tal qual o discurso anti-escravagista no Brasil oitocentista. Assim só se pode deduzir que funcionava primordialmente como forma de afirmar a diferença da comunidade indo-portuguesa no seio da comunidade goesa. Funcionava como uma forte estratégia de distinção entre indo-portugueses e indianos e um fraco discurso de igualdade entre os sexos.

Em "Homens Grandes da Antigüidade - Sócrates" (IG, 1865, n. 7, p. 12-15) [200] (acompanhado pela epígrafe de Delille: "La pureté des moeurs est le premier des biens"), percebemos um pouco mais sobre o estilo biográfico de Caetano Miranda, em ressaltar característica da "moral" do escritor como justificadora da obra, como vimos em Rollin, cujo talento artístico se dá, sobretudo, em relação a sua estirpe.

Nesse ensaio, discorre sobre a personalidade de Sócrates, visto como "virtuoso e santo" (novamente a espiritualidade presente como aspecto justificador de "talento"), símbolo da moral e como um grande estudioso do "coração humano". Cita Xenofonte, Artistipo e Platão como seus discípulos e retoma no final, como aspecto de "virtude", a crença em Deus por Sócrates, em oposição ao paganismo: "Cria em único Deus, e repelia as fábulas dos poetas, a superstição dos povos e as divindades de seu tempo".

É evidente a tentativa de cristianizar a cultura clássica grega, que nada tinha de cristã. De qualquer modo, o conjunto desses artigos aqui rubricados como filosóficos refletem sobre embates que faziam muito sentido no contexto goês: civilização *versus* barbárie, feminismo *versus* machismo, racionalismo pagão *versus* racionalismo cristão.

[200] Faltam-nos as páginas 14 e 15.

O embate vivido cotidianamente pelo cidadão goês, dividido entre a tradição hindu e a cristã, entre duas noções do que deve ser uma sociedade (civilizada e tecnológica ou religiosa e espiritual), dois modelos distintos de comportamento para o homem e para a mulher, duas formas de conceber a razão, enfim, era um homem que conscientemente se constituía no embate entre dois mundos muito distintos e precisa dos dois para ser quem era.

Em "O País e a Civilização" (IG, 1866, n. 20, p. 6-9), de J. C. Barreto de Miranda, identificamos e comprovamos o perfil dos colaboradores da *Ilustração,* evidenciado já pela própria epígrafe: "Não é de pequena evidência (da civilização) a circunstância de se poder deixar inteiramente nas mãos dos indígenas a administração de semelhante estabelecimento (asilo dos inválidos)", segue-se a referência: "Discurso de sir. Batle Frere, governador de Bombaim, feito por ocasião do lançamento da primeira pedra de asilo fundado por David Sasson." (IG, 1866, n. 20, p. 6).

Lembrando que em Aleixo Manuel da Costa (1997, v. II, p. 107), Julio Gonçalves foi mencionado como de origem indígena, entendemos que a citação acima se refere justamente ao canarim e seu esforço para conquistar um lugar simbolicamente de poder na sociedade goesa frente ao domínio da aristocracia portuguesa.

Neste ensaio, a política, a história e a imprensa aparecem sintonizadas. Esta última é tomada como veículo de "civilização" e "progresso", como vemos no primeiro parágrafo:

> Enquanto a apatia e a indolência se esforçam por trazer condenados os povos à vida pacífica e estacionária que está em oposição com as idéias de cometimentos de elevado alcance e de rasgada concepção, enquanto a tendência para a quietação levando o adormecimento aos ânimos preparados para a realização das cruzadas da civilização parece querer perpetuar o legado simbólico de repouso, vindo dos séculos que já lá volveram, enquanto tudo isto se empenha pela continuação do passado, o trabalho lento do progresso lavrando no seio da pátria vai brotando frutos abençoados da civilização, que são a vitória do futuro contra o pretérito, a conquista da idéia nova contra os hábitos decrépitos, e o penhor seguro da ilustração do país, onde se opera essa grande e notável transformação. (IG, 1866, n. 20, p. 6)

.

O autor se vê em uma "época de transição", entre um presente influenciado pelas Luzes, em contraposição a um passado "apático" e "indolente", contra o qual o intelectual ainda está lutando. A Europa e América são tomadas como representantes do

conceito de civilização. Há uma invocação, em nome do coletivo evidenciado pelos termos "compatriotas" e "irmãos", para a luta em realizar tal influência na prática:

> [...] essas revoluções, cujos resultados estamos vendo todos os dias abalarem a Europa e a América, já firmando a igualdade, já arvorando o acabamento da escravidão, jamais hão de vir regenerar o nosso país, enquanto acolhendo este a luz nova no terreno do ideal não tiver coragem para chamá-la ao terreno de realidade, enquanto a desconfiança das suas próprias forças prevalecer sobre o interesse das concepções, que lhe rasgam novos e brilhantes horizontes, e enquanto o preconceito rotineiro for o único argumento do clamor que constantemente se ouve entre nós, dizendo 'pára' contra o entusiasmo patriótico que no atrito diz 'avante.'" (IG, 1866, n. 20, p. 6 e 7)

Aqui é retomada a mesma idéia da introdução da *Ilustração*, de que o intelectual, através do jornalismo literário e político, coloca-se em função da "pátria" (num sentido geral) como um lutador por um bem comum, representado pelo progresso, o que vem confirmar a influência do liberalismo na política.

Ao explicar que está a falar de uma luta ideológica, em contraposição às guerras sangrentas, é curioso notar que novamente o vocabulário cristão aparece no mesmo contexto do pagão, quando cita "Deus" e "Hércules" de uma forma não-contraditória:

> A vitória, contudo, se registra, e na hora do ensarilhamento das armas, ambos os adversários se reúnem em estreito abraço, ambos dão ao Deus do triunfo a ação de graças, ambos repartem os despojos, ambos se retiram com os frutos do combate.
> Mas o verdadeiro vencedor desta pugna não é senão muitas vezes um único homem, que se substancia em uma idéia e em um verbo; que se faz de Hércules para prostrar a hidra de mil embaraços que empece o progresso; que se converte em Antheu para da própria queda tirar novas forças para a cruzada cheia do venturoso porvir" (IG, 1866, n. 20, p. 7).

Isso faz transparecer a relação entre âmbitos diferentes e ao mesmo tempo comuns da sociedade goesa, trabalhando o cristão e o pagão, mesclado à idéia de progresso.

A referência a Bombaim, citada logo na epígrafe, é confirmada como espaço no seguinte parágrafo:

> A imprensa erguendo-se donairosa, e fazendo importantes serviços às letras e à liberdade, canta entre nós a glória do seu fundador. Os prêmios pecuniários de Bombaim despertando a emulação dos alunos

> para o estado vão provocar hosanas ao homem cujos serviços os criaram. (IG, 1866, n. 20, p. 8)

Lembrando que Bombaim, parte do território inglês, foi palco de publicações literárias e políticas, regidas por canarins que lá estiveram exilados, principalmente durante os momentos de transição política em Goa.

Por fim mostra-se um texto de incitação à luta no coletivo, de formação de um grupo de "irmãos" e de "patriotas" contra um passado de "abuso". A influência americana (citada através do fim da escravidão e da igualdade) e européia (do ideário do Iluminismo) é tomada como bandeira do discurso de Barreto Miranda, contudo, mostrou-se adaptada a um grupo específico de Goa, que pretendia, através desse discurso, legitimar seu lugar diante das "autoridades", representada pelos portugueses e descendentes, e indianos.

2.11 Ciências naturais

O que designamos de "seção de ciências naturais" tratava de estudos de âmbito geral, englobando química, física, economia, geografia e história natural. A única menção explícita a se tratar de uma seção pode ser encontrada no título de alguns artigos que traziam a expressão "palestras científicas", como, por exemplo, "Palestras Científicas: Química", de Aleixo Justiniano Sócrates da Costa[201], que na *Ilustração* contribuiu apenas com esse artigo estampado em dois exemplares, e também "Palestras Científicas. A luz artificial nos séculos passados, e o seu aperfeiçoamento nos 64 anos deste século", de autoria de Antônio Ferreira Martins[202], que contribuiu também com "Uma idéia concisa do telégrafo elétrico". Encontramos também a expressão "palestras artísticas" no artigo "Palestras Artísticas. A Tintura", de Antônio João de Quadros. O restante dos artigos que envolviam ciência de um modo geral não possuía nenhuma especificação no título, anunciando apenas a matéria tratada, como "A Agricultura em Goa" e "História Natural", de Antônio Lopes Mendes (além de um poema), "Duas

[201] Aleixo Justiniano Sócrates da Costa (Assolná, concelho de Salsete, ? – Lisboa, jan. 1907), diplomado pela Escola Médica de Goa em 1870, foi nomeado médico em Cabo Verde em 1871, e delegado de saúde na Guiné em 1874. Estreou como jornalista quando estudante, colaborando em *O Recreio*, *A Índia Portuguesa*, no semanário *Boletim Colonial,* em Lisboa, no *Arquivo popular* (1865), e como redator principal em *Almanaque de lembranças luso-indiano* (1865). Publicou vários ensaios médicos entre os anos de 1875 e 1886. Na *Ilustração Goana* contribuiu na área de ciências naturais com "Química", artigo publicado em dois números: 1 e 5.

[202] Não encontramos referências biográficas do escritor.

palavras sobre a estrutura do Globo Terrestre", de Bernardo Francisco da Costa, que também contribuiu com duas biografias. Em comparação com o total de artigos por seção da revista, a de ciências naturais mostrou-se pequeno, estampando apenas sete.[203]

Percebemos que a seção se desenvolveu mais no primeiro volume (até dezembro de 1865), depois vai escasseando, aparecendo até fevereiro de 1866, abrindo maior espaço para a história e as narrativas de viagem. Os artigos dessa seção não seguiram uma ordem específica dentro da organização de cada exemplar, alternando entre a segunda e a sexta posição, ora antes, ora depois da seção de poesia.

Pela natureza das matérias tratadas, percebemos não haver um foco de interesse claro da revista no âmbito da ciência e da tecnologia. Química, iluminação, telégrafo, tintura, agricultura, história natural e geografia demonstram um leque de temas de interesse genérico para o leitor oitocentista. Interessa apenas destacar a presença aí dos artigos sobre iluminação e sobre telégrafo, pois se tratava de abordar as novas tecnologias, tema caro à Europa do século XIX e que a colocava em condições de matérias privilegiadas. Era uma forma de afirmar a superioridade européia e, portanto, uma maneira de legitimar a dominação colonial. Metaforicamente, falar dessas novas tecnologias era afirmar o quanto os indianos encontravam-se "atrasados" na escala da evolução humana e, portanto, o quanto deviam agradecer a presença portuguesa em Goa.

Descrevemos e classificamos as matérias da *Ilustração Goana*, ressaltando na sua totalidade o que a revista apresentou de literário, que muitas vezes mostrou-se junto com as matérias de cunho histórico, político ou sócio-cultural, atuando assim num âmbito bastante vasto. É visível a preocupação com temas, questões e debates regionais, quer goeses, quer indianos, ainda que a metrópole portuguesa não seja perdida de vista.

A revista cumpriu o programa como espaço legitimador dos canarins em Goa, fazendo do projeto literário a afirmação ideológica de sua identidade, numa dimensão interna, representada pela luta de poder em relação aos metropolitanos e descendentes, e também frente aos outros indianos. Seus colaboradores elegeram Bernardo Peres da Silva como mentor, colocando a revista a serviço da apresentação do movimento liberal em Goa, que por sua vez foi tomado como história desse grupo, que buscava se afirmar

[203] Ver anexo **Índice Geral da *Ilustração Goana***.

culturalmente, na política e na literatura, particularmente como indo-português dentro do espaço goês.

Na última parte deste trabalho voltaremos a fazer uma apreciação mais detida do conjunto da publicação goesa, então em comparação com a *Minerva Brasiliense*, da qual passamos a tratar no capítulo que se segue.

Capítulo 3

A *MINERVA BRASILIENSE* (1843-1845) NA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA

3.1 Um paradigma da sedimentação do romantismo no Brasil

A *Minerva Brasiliense* surgiu após trinta e cinco anos do aparecimento da imprensa oficial no Brasil[204] e destacou-se pelo seu grupo de literatos e seu projeto literário, que contribuiu para solidificar o ideário da primeira geração romântica no Brasil. Foi a primeira revista de importância nesse período, já que suas antecedentes, *Revista Nacional e Estrangeira* (1839-1840), *O cronista* (1836-1839), e a *Niterói - Revista Brasiliense* (1836), entre outras, não se apresentaram tão completas como ela, principalmente no que concerne à crítica literária.

Com a implantação da Imprensa Régia, muitas revistas literárias propagaram-se, como por exemplo, *O Patriota* (1813-1814), publicada no Rio de Janeiro pela Imprensa Régia. Revista científico-literária que teve em Silva Alvarenga, portador de discurso clássico mesclado de "tons românticos", sua principal voz. Contribuíram também Antônio Diniz da Cruz e Silva e o português Domingos Borges de Barros. Publicou poesia de Tomás Antônio Gonzaga e de Cláudio Manuel da Costa.

No ano da independência, surgiram *O compilador constitucional, político e literário brasiliense* e os *Anais fluminenses de ciências, artes e literatura* (1822). Segui-se *O jornal científico, econômico e literário* (1826), que, como as outras duas acima citadas, teve curta duração. A *Revista da Sociedade Filomática* (1833), que resultou em apenas seis números, e cujo teor literário mantinha ainda relações com o neo-classicismo, teve em Justiniano José da Rocha um dos fundadores da crítica literária no Brasil (LOPES, 1978), intelectual que criará mais tarde *O cronista* (1836-1839), considerada prolongação da *Revista da Sociedade Filomática.* Aqui já haveria um contributo para a implantação do romantismo no Brasil.

[204] A Imprensa Régia no Brasil surgiu em 8 de maio de 1808, na cidade do Rio de Janeiro, e teve *A Gazeta do Rio de Janeiro* (início em 10 de setembro de 1808) como primeiro órgão oficial, e *As variedades ou ensaios literários* (1812), na Bahia, como a primeira revista com "intuito literário" (LOPES, 1978, p. 9).

A *Niterói - Revista Brasiliense* (1836) publicada em Paris apresentou apenas dois números e teve como colaboradores: Pereira da Silva, Manuel de Araújo Porto Alegre, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales Torres Homem, que com exceção do primeiro, participarão, nove anos depois, da *Minerva Brasiliense.* A *Niterói*, segundo Alfredo Bosi (1994, p. 97), foi a revista que deu início à teorização de "reforma nacionalista e espiritualista" da literatura brasileira, temática que se fortificará com a *Minerva.* Sem a pretensão de ser um grupo de literatos, seus colaboradores agregaram-se ao Instituto Histórico da França. Na *Niterói*, Magalhães colocou-se como redator-chefe, Porto Alegre dedicou-se principalmente às artes plásticas e Torres Homem à economia e a política. Ali já se nota o orgulhoso patriotismo, a vontade de difundi-lo e a busca de se criar uma tradição literária que justificasse a existência de uma literatura brasileira.[205]

A *Niterói,* juntamente com as sucessoras, *Minerva Brasiliense* e *Guanabara,* são tomadas por Antônio Cândido, em a *Formação da Literatura Brasileira*, como representantes do jornalismo literário da primeira metade do século XIX. São analisadas como um trio, unidas pela temática: "Os primeiros românticos principiam a sua atividade na revista *Niterói* (1836), consolidam-na com a *Minerva Brasiliense* (1843-1845), despedem-se na *Guanabara* (1849-1855). Daí por diante continuam a produzir, mas perdem terreno como grupo." (CÂNDIDO, 1981, p. 47).

Precedida por revistas que tiveram, na sua maioria, pouca duração ou publicação fora do Brasil, a *Minerva Brasilense*, impressa no Rio de Janeiro, manteve-se ativa entre novembro de 1843 e junho de 1845. Em suas páginas, a literatura ganhou em importância, se comparada à *Niterói,* pois os artigos de ciências e de economia tinham mais força. Era patrocinada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que foi fundado por D. Pedro II em 1838, acolhendo os interesses dessa primeira geração romântica voltada para o "progresso" intelectual e incentivado o culto ao espírito nacional, o que é confirmado por Cândido:

> Por isso, toda produção de espírito era bem-vinda e a *Minerva Brasiliense* publica tanto as poesias de Dutra e Melo quanto as odes de Alves Branco; acolhe o poema tumular de Cadalso e um impagável ditirambo de Montezuma. Sobre o terreno comum do nacionalismo, abraçavam-se as boas intenções. (CÂNDIDO, 1981, p. 48)

[205] O "Ensaio sobre a história da literatura do Brasil" e a publicação de *Suspiros poéticos e saudades*, de Magalhães retratavam, de acordo com Lopes (1978, p. 23), já traços de um "programa de reforma ambiciosa".

Em um período estável da imprensa, se comparado aos dois primeiros decênios do século[206], quando o campo literário ganhava repercussão, assegurado por um órgão apoiado pelo imperador, a *Minerva* estampou-se, segundo Sodré (2002, p. 266), como "publicação literária dos românticos" e "empreendimento cultural" encabeçado por Gonçalves de Magalhães, destacando, ao falar da revista, a publicação de poesias de Araújo Porto Alegre sob o título de *Brasilianas***,** a participação do chileno, naturalizado brasileiro, Santiago Nunes Ribeiro, a de outro estrangeiro, o francês Emílio Adet, e a do brasileiro Dutra e Melo, como responsável pela introdução-crítica de uma das edições de *A Moreninha* de Macedo.

José Veríssimo (1998, p. 212), ao tecer comentário sobre a revista, menciona sua importância para a época e, como Sodré, relaciona-a com as *Brasilianas* de Porto Alegre, o que considera um "programa literário". A *Minerva* é ainda lembrada por ser responsável pela primeira publicação, pelo menos em fragmentos, de *Três dias de noivado* (1843) de Teixeira e Sousa[207]. Veríssimo chama atenção para outro poema, "Hino à tarde", de Odorico Mendes, que foi escrito em Portugal e publicado pela primeira vez no Brasil através da revista em 1844, vendo na *Minerva* um espaço de divulgação de obras inéditas que contribuíram para a formação do romantismo brasileiro, e também para a crítica, de cunho patriótico:

> A crítica ali, aliás, oscilou sempre entre o panegírico e o vitupério, a louvaminha e a diatribe. Com a mesma índole passou ao Brasil, e os que fizeram aqui, nos nossos primeiros jornais e revistas, como o *Patriota*, a *Minerva*, o *Guanabara*, a *Niterói*, movidos do sentimento presumido patriótico de encarecer os nossos valores intelectuais, ainda lhe exageram aquela tendência atávica. A crê-los, esses nossos começos de literatura nacional seriam um acervo de obras-primas. (VERÍSSIMO, 1998, p. 284)

A *Minerva Brasiliense* também foi mencionada por Sílvio Romero (2001, p. 612), junto ao seu corpo de escritores:

> O estudo das revistas do tempo, nomeadamente a *Revista do Instituto Histórico*, a *Minerva Brasiliense* e a *Guanabara*, facilita a reconstrução narrativa do romantismo brasileiro. Foi o tempo em que Magalhães, Porto Alegre, Varnhagen, Torres Homem, Pena, Macedo,

[206] Referente a essa época, Sodré (2002, p. 263) cita dois jornais de cunho político que tiveram curta duração: *Diário do Rio de Janeiro* (1821) e o *Jornal do Comércio* (1827).
[207] "[...] o primeiro a fazer do nosso selvagem tema de uma ficção em verso e a tomar índios para suas personagens principais" (VERÍSSIMO, 1998, p. 220).

> Gonçalves Dias, Nunes Ribeiro, Adet, Burgain, Norberto Silva, Melo Morais, Pereira da Silva, Inácio Acioli, Abreu e Lima, Joaquim Caetano e vinte outros conheciam-se, relacionavam-se, encontravam-se no Instituto Histórico, em casa de Paula Brito, ou na *Petalógica* do Largo do Rocio.
> Monte Alverne ainda vivia e era uma força atrativa para essa gente. Não existia naquele grupo nenhum gênio de primeira grandeza, mas achavam-se ali alguns dos mais valorosos talentos que este país tem produzido.
> O decênio anterior (1830-40) foi dos primeiros ensaios daquela plêiade de escritores. Todo este período é o que se poderia chamar a escola fluminense na literatura brasileira.[208]

Sílvio Romero teceu comentários sobre o poema "O canto do Marinheiro", de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, sobre os poemas "Manhã na Ilha dos Ferreiros e da Noite", "Uma Manhã" e "Noite", de Antônio Francisco Dutra e Melo, e sobre a crítica feita à *Moreninha*, já referida.

Estudada por Hélio Lopes (1978), em *A divisão das águas*, do qual este trabalho é devedor em grande escala, a *Minerva Brasilien*se é avaliada pelo crítico como uma publicação exemplar na tarefa de informar e atualizar seu público no que concerne à literatura, mas também no âmbito dos conhecimentos gerais:

> Fora o aspecto literário, mesmo a parte científica dessas duas revistas, por nós sucintamente lembrada, deverá merecer a atenção de quem quiser fazer o balanço do panorama cultural da época. Seguindo os moldes das publicações do tempo, tanto pelo número de colaboradores como pelos meses de vida, a *Minerva Brasiliense* impõe-se como a melhor delas na primeira metade do século. Nenhuma de maior riqueza de informações, nenhuma, em seus anos, de maior atualidade. O leitor moderno poderá ir a ela e nela encontrar os dados para a história do desenvolvimento dos vários ramos da ciência como a Medicina, a Botânica, a Zoologia e os afins das ciências exatas. (LOPES, 1978, p. 234)

Na voz de grande parte da crítica literária brasileira, temos, portanto, a *Minerva Brasiliense* como uma referência incontornável da sedimentação do romantismo no Brasil. Acreditamos ficar claro, portanto, nesse percurso, o papel central que a *Minerva Brasiliense* desempenhou no estabelecimento da estética romântica no Brasil e no da própria noção de literatura nacional brasileira, o que nos levou a elegê-la como referência paradigmática desse processo.

[208] Em relação à citação de Sílvio Romero, na *Minerva*, Martins Pena passou despercebido.

3.2 Os propósitos da *Minerva Brasiliense*

A *Minerva Brasiliense* revelou-se um periódico de ciências, letras e artes, que teve seu primeiro número estampado em 1° de novembro de 1843, pela tipografia de J.E.S. Cabral, com oficina à Rua do Hospício, n° 66, Rio de Janeiro. Revista bimensal que saía no dia 1° e no dia 15 de cada mês, teve seu último número publicado em 15 de junho de 1845.[209] Foi publicada durante um período de efervescência literária no Brasil, tendo sido Francisco de Sales Torres Homem[210] seu fundador e primeiro redator-chefe. Quando iniciou seu terceiro volume, em 15 de novembro de 1844, Santiago Nunes Ribeiro[211] assumiu a direção da revista, que passou a ser impressa na Tipografia Austral, Beco de Bragança, n° 15, na mesma cidade. Apresentaram perfis diferentes: enquanto o primeiro ateve-se à seção de ciências, economia e noticiário, o segundo dedicou-se à literatura.

A *Minerva Brasiliense* foi minuciosamente estudada por Hélio Lopes em *A Divisão das Águas: contribuição ao estudo das revistas românticas*[212], juntamente com sua sucessora *Guanabara* (1849-1856), que além de ter analisado a parte que concerne às letras (literatura, poesia, teatro, crítica, jornalismo) e artes, propôs detalhadamente

---

[209] Segundo Nelson Werneck Sodré existiu outra revista, por sua vez, baiana, com o mesmo nome, datada de 1821, publicada entre abril e dezembro. *In: A história da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 51.

[210] Sales Torres Homem contribuiu com o texto de abertura da *Minerva:* "Introdução. Progresso do século Atual" e com o ensaio "Lutero". Colaborou na seção de ciências, discorrendo sobre medicina, química e economia, e na de noticiário.

[211] Santiago Nunes Ribeiro contribuiu com ensaios: "Da nacionalidade da literatura brasileira", publicado nos exemplares de n. 1 4 de 1843); "Parnaso brasileiro, ou seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros, desde o descobrimento do Brasil, precedida de uma introdução histórica e biográfica, sobre a literatura brasileira por J. M. P. da Silva. Em casa de Ed. E Henr. Laemmert", "Introdução. Grandes fases da civilização brasileira: antecedentes e caráter dos professores literários e sociais: jornalismo: novas vistas da *Minerva,* etc."; "Concurso à cadeira de Filosofia", com o manifesto "A *Minerva brasiliense* no seu 2. ano. O Brasil insultado pela *Revista dos Dois Mundos*. Aos nosso colaboradores e assinantes"; e a resenha "Bibliografia. Viagem da cidade de Cusco ao Grã-Pará pelos rios Vilcamayo, Ucayli e Amazonas, por D. José Manuel Valdez y Palácios, 1842". Em matéria de poesia: "Fragmentos de um poema intitulado Inauguração do Quinto Império. I. O novo século" (épica); "A saudade e a despedida" (lírica); "O dia 6 de abril de 1831" (lírica); "O dia 7 de abril de 1831" (lírica). Na seção de noticiário: "Napoleão e o Senhor D. Pedro I"; "Prière à Dieu pour Son Altesse Impériale. Poésie d'Emílio Adet et musique de Noronha, Rio de Janeiro, 11 de março de 1844 (Aniversário de S. A. I.)", discorreu a propósito da enfermidade da princesa, de seu estabelecimento e do aniversário, utilizando de tal notícia para defender o sistema monárquico (LOPES, 1978); "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", em que teceu elogios à instituição (LOPES, 1978, p. 273); "Ateneu Fluminense"; "Abertura do Ateneu"; "Literatura. Ao belo sexo em geral e às senhoras brasileira em geral". No que concerne às artes: "Belas Artes. A dança entre os antigos e modernos"; na de história,"História (1º de novembro de 1844). Comemoração do horroroso e para sempre memorável terremoto de 1. de novembro de 1755, que destruiu em grande parte a cidade de Lisboa". Contribuiu também em matéria de ciência.

[212] LOPES, Hélio. *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*, São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, (Coleção Ensaio n.88), 1978.

um estudo da poesia publicada na revista, dividindo-a em épica, lírica, didática, heróicômica e dramática, além da prosa poética. Já a parte relacionada à crítica foi menos focada. Preparou ao final um "índice classificado de assunto e autores" (LOPES, 1978, p. 243-339), que muito nos ajudou a localizar as matérias, e também na leitura, pois é acompanhado de um resumo. O "índice remissivo dos colaboradores" (LOPES, 1978, p. 341-345) foi bastante usado.

No que concerne à prosa, além de Lopes, baseamo-nos no estudo de Ivan Marcos Ribeiro, *A imprensa romântica do Brasil: O Minerva Brasiliense (1843-1845) e seu segmento literário*[213].

Nosso objetivo, assim, não é o de apresentar algo inédito detidamente descrito, como fizemos com a *Ilustração Goana*, mas de termos uma visão geral do ideário da revista, a fim de tomá-la como contraponto para se pensar a especificidade da revista indiana, e talvez, através dessa relação, trazer um novo contexto e enfoque para o estudo da revista brasileira. Em anexo, encontram-se resumidos alguns artigos da revista, principalmente de cunho crítico, empregados para a compreensão e organização do nosso estudo.

A *Minerva* caracterizou-se por sua coerência ideológica, baseada no aperfeiçoamento do intelectual brasileiro por intermédio do estudo e divulgação de ciência, literatura e crítica literária nacionais, na busca da legitimação do campo intelectual brasileiro frente ao contexto internacional. A coleção completa da *Minerva Brasiliense* constitui-se de trinta e um números, divididos em três volumes, os dois primeiros volumes contêm doze números cada, enquanto que o último, sete, sendo números ímpares até o 11 (1, 3, 5, 7, 9 e 11, fechando-se com o 12). Esses intervalos devem-se à *Biblioteca Brasílica*, que se caracterizou como publicação, pela *Minerva,* de obras consideradas raras, cujos temas eram o Brasil e cuja finalidade era a de "despertar o amor à leitura e ao estudo, para que só assim a sociedade atual recuperasse sua força, através do conhecimento",[214] idéia pioneira de Santiago Nunes Ribeiro, através da qual um dos objetivos da *Minerva* transparece, referente ao estudo do passado. Assim avalia Hélio Lopes:

---

[213] RIBEIRO, Ivan Marcos. *A imprensa romântica do Brasil: O Minerva Brasiliense (1843-1845) e seu segmento literário,* Universidade Estadual Paulista, Assis, 2001.

[214] Palavras de Santiago Nunes na introdução da coleção *Biblioteca Brasílica* vinculada à *Minerva Brasiliense.*

> Na realidade, *Minerva Brasiliense* não faz profissão manifesta de reatar a tradição literária com as revistas precedentes, mas pelos vários estudos de revisão do passado com o intuito de descobrir, afirmar e provar a existência de uma literatura nacional, em artigos de subido valor, marca o instante em que o passado se consorcia com o presente" (LOPES, 1978, p. 34).

Foi pioneira em criar uma seção como a da *Biblioteca Brasílica*, que inaugurou sua programação com o poema *Uraguai* de José Basílio da Gama, e teve, entre outras, *O Morgado,* conto de Hoffmann, e as *Cartas Chilenas*, de Tomás Antonio Gonzaga. As obras foram acompanhadas de comentários críticos de Santiago Nunes Ribeiro. Consideradas obras de difícil acesso e custo alto, o leitor da *Minerva* tinha que pagar uma assinatura à parte caso quisesse adquiri-las. [215]

No campo das ciências, a *Minerva Brasiliense* apresentou "bom êxito" (LOPES, 1978) em: astronomia, medicina, botânica, zoologia, química, física e geologia, em que se destacaram Francisco Freire Alemão, Pedro de Alcântara Bellegarde, Cândido de Azevedo Coutinho e, sobretudo, Emílio Joaquim da Silva Maia, maior colaborador em ciências. Mas foram as seções dedicadas às letras o sustentáculo da publicação.

Publicada por uma associação de literatos, reuniu: Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, Emílio Joaquim da Silva Maia, Francisco Bernardino Ribeiro, Francisco José Pinheiro Guimarães, Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Caetano da Silva, Joaquim Manuel de Macedo, entre outros colaboradores que já tinham participado da *Revista Niterói - revista brasiliense* (1836), como Domingos José Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Torres Homem. Com exceção destes três últimos nomes, tratava-se de nomes pouco conhecidos do público da época, que acabaram exercendo um importante papel na formação de nossa literatura (LOPES, 1978).

Constituíram um grupo que "amadureceu" durante o período da Regência[216] e os primeiros anos da Maioridade, e que, ao introduzir no Brasil a estética romântica, buscou reformar a poesia, inaugurar o romance e a crítica literária. Vistos como "medianos"[217], prepararão o terreno que ganhará maior consistência na segunda geração romântica (CÂNDIDO, 1981).

---

[215] Não tivemos acesso à *Biblioteca Brasílica.* Baseamo-nos em Hélio Lopes (1978).
[216] A Regência deu-se no período de 1831 a 1840, iniciada quando da abdicação do trono por D. Pedro I em favor de seu filho D. Pedro II, que tinha apenas cinco anos. Foi regido por figuras políticas em nome do imperador até sua a maioridade antecipada em 1840. É caracterizada por uma época agitada e de instabilidade política, pela luta liberal contra o poder centralizado, que resultou em várias revoltas.
[217] Termo usado por Cândido (1981, p. 49), em comparação com os da segunda geração.

Curioso notar que entre as contribuições profícuas na área de literatura brasileira da revista, cujo tema principal era a afirmação da nacionalidade literária, há dois nomes de origem estrangeira: o chileno Santiago Nunes Ribeiro,[218] que debateu sobre literatura e identidade nacional, sobre a adoção da língua portuguesa no Brasil, sobre o "desenvolvimento" intelectual brasileiro, e o francês Emílio Adet,[219] que além de se posicionar como crítico teatral, particularmente de literatura francesa, produziu textos sobre literatura brasileira, literatura portuguesa e contribuiu na seção de poesia e de prosa.

O já renomado Gonçalves Magalhães contribuiu com o romance *Amância*[220], o ensaio da seção de filosofia "A origem das palavras"[221], um poema dedicado a Caxias, "Ode à paz da Província do Rio Grande do Sul"[222], e a lírica "Derradeira homenagem tributada a memória de Antônio Pereira de Araújo Pinto por seu amigo Gonçalves de Magalhães. Última prova de gratidão. Nênia". Araújo Porto-Alegre publicou vários artigos na seção de Belas-Artes, discorrendo sobre arquitetura, pintura e também literatura. A colaboração de Joaquim Manuel de Macedo resumiu-se ao poema "Campesina. A ilusão do beija-flor".[223]

Da disposição de suas matérias, abria-se com a seção de ensaio (cujas subdivisões eram: literatura, artes plásticas, religião, jornalismo, filosofia), seguido de noticiário (notícias e resenha); poesia (épica, lírica, didática, herói-cômica e dramática[224]); ciência (medicina, química, física, fauna, estatística, geografia, astronomia, economia); narrativa de viagem; fechando-se com a seção de humor. A de

[218] Chileno de nascimento, chegou ao Brasil quando criança. Naturalizou-se brasileiro.
[219] Ou Émile Adet, nascido em Paris, veio para ao Brasil aos nove anos. Naturalizou-se brasileiro. Discorreu sobre áreas diversas: em matéria de crítica literária francesa, dedicou-se, sobretudo ao teatro: "Teatro Francês", Revista Dramática - Teatro Francês", "Literatura contemporânea francesa". Publicou duas biografias de personalidades francesas, a de "Julio Janin" e "Clara Mollart". No que concerne à crítica brasileira, colaborou com "Resposta ao artigo da *Revista dos Dois Mundos*, intitulado – *Do Brasil em 1844*; situação moral, política, comercial e financeira", e "Algumas palavras sobre uma nova publicação", em parceria com Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Escreveu um artigo denominado "Os Lusíadas", noticiando a tradução feita para o francês pelo Ragon. Na seção de poesia, contribuiu com "Prière à Dieu pour Son Altesse Impériale. Poésie d'Emílio Adet et musique de Noronha", "Ode à une rose", "Ode à un lis" e "Ode. A Mademoiselle Francisca de Paula Menezes". Dedicou-se a outros temas como "Geografia do Sr. F. Nunes de Sousa", "Decifração dos hieróglifos", "Representação da Norma", "Bibliografia. A escola dos príncipes" (resenha), "A leitura de uma tragédia inédita" (notícia), "Poesia grega. Safo" (literatura). Em matéria de prosa, colaborou com a novela "Um ofício de defunto e uma benção nupcial" e o romance *Amélia.*
[220] Publicado em dois números: n. 9, 1844, vol. I, p. 267-75 e n. 10, 1844, vol. I, p. 291-4, seção ficção: romance.
[221] MB, n. 9, 1844, vol. I, p. 255 e 256, seção ensaio: filosofia.
[222] MB, n. 12, 1845, vol. II, seção poesia: lírica.
[223] MB, n. 16, 1844, vol. II, p. 496-498, seção poesia: lírica.
[224] Divisão proposta por Lopes (1978).

ficção (novela, conto e romance) e prosa poética, quando presentes, antecediam à de poesia.

A revista apresentou notas de caráter científico e histórico, geralmente traduzidas de revistas inglesas e francesas, quando não simples transcrições de livros portugueses. Entre as ciências, destacaram-se a medicina e a mineralogia.

Faltou-lhe o recurso das ilustrações, que era essencial para uma publicação do seu porte. Apareceram alguns bicos de pena, ilustrando artigos sobre botânica, além de uma estampa colorida de dois beija-flores, e um desenho da igreja da Candelária no Rio de Janeiro.

Hélio Lopes aponta para o fato de a *Minerva Brasiliense* não ter tido uma seção especial para comentários de obras publicadas. "Em seus trinta e um números, são poucas as resenhas bibliográficas. E neste pouco mais se destacam obras de caráter científico" (LOPES, 1978, p. 108). Menciona, como uma das mais importantes, a resenha publicada por Laemmert, em 1843, sobre José Inácio de Abreu e Lima, autor de *Compêndio da história do Brasil desde o seu descobrimento até o majestoso ato da coroação a sagração de D. Pedro II*.

Trabalhos de escrito histórico não foram tão abundantes, pois a história do Brasil já tinha o seu próprio órgão na revista do Instituto, contudo, apareceram pequenas notas, narrativas e fatos anedóticos de caráter histórico, algumas vezes enaltecendo heróis nacionais e outras vezes com intenções reivindicatórias.

Em matéria de narrativa de viagem, gênero literário que para Hélio Lopes (1978, p. 121) expressa "o sonho e a nostalgia, a busca do pitoresco e do exótico em terras distantes", a revista estampou *O Itinerário da viagem que fez a Nápoles o cônego Manuel Joaquim da Silveira,* de Manuel Joaquim da Silveira (1807-1874), que ocupou seis números seguidos.

3.3 O programa da revista

A fim de compreendermos a proposta do projeto literário da *Minerva Brasiliense*, comentaremos seus três textos introdutórios: "Progressos do século atual", de Francisco de Sales Torres Homem, de abertura da revista; "Da nacionalidade da literatura brasileira", de Santiago Nunes Ribeiro, que introduziu a seção de literatura; e "Grandes fases da civilização brasileira: antecedentes e caráter dos progressos literários e sociais: jornalismo: novas vistas da Minerva, etc.", de Santiago Nunes Ribeiro, ensaio

introdutório do segundo ano, quando assume a direção em 15 de novembro de 1844, iniciando seu terceiro volume.

"Progressos do século atual" (MB, 1843, n. 1, vol. I, p. I-VI), de Francisco de Sales Torres Homem[225], abre a revista assumindo papel de manifesto introdutório, logo seguido pela seção de Ciências. Trata-se de um discurso sobre o "progresso" em diversas áreas do conhecimento. Discorreu sobre astronomia (do sistema solar, com Laplace, e sideral, com Herschell), zoologia, geologia e arqueologia (cita Cuvier e sua "história das revoluções do globo"), medicina influenciada pela Alemanha e França (Coster, Laennec, Bichat, Bonnet, Morgagni, Broussis, Lavoisier, entre outros), química, física, filosofia e política.

Segundo Torres Homem, a filosofia, por exemplo, de Sócrates, "popularizou-se" no século XIX, o que é visto como progresso[226]. Gutenberg (1398-1468) é citado como "benfeitor" da humanidade por inventar a imprensa - "descobrimento sublime" – comentando mais uma vez a "popularização" das letras:

> A velocidade da retiração abaixando o custo das obras, a imprensa tornou em nossos dias a leitura popular, o pensamento universal; continuou a revolução que o Evangelho tinha começado; deu a todos, o que outrora só aos grandes e aos ricos se distribuía; foi procurar no abatimento e na solidão o pobre, o pequeno, o desvalido, e sacudiu sobre eles o ramo da árvore da ciência carregado de orvalho, de frutos e de flores. (MB, 1843, n. 1, p. II)

Em tom de reverência, cita a descoberta e os benefícios da navegação a vapor, como colaboradora da "comunicação dos povos e contato entre as nações" (MB, 1843, n. 1, p. II) e do desenvolvimento da indústria e da "civilização". Vê os avanços das "ciências políticas e morais" como resultado de transformações do final do século XVIII, citando a independência dos Estados Unidos, em 1776, e principalmente a

[225] Francisco de Sales Torres Homem (Rio de Janeiro, 1812 - Paris, 1876) estudou medicina no Rio e direito em Paris. Entre os anos de 1833 e 1837, em Paris, foi adido de legação, encarregado de negócios e integrou o movimento da *Niterói*, cabendo-lhe prefaciar S*uspiros Poéticos* de Magalhães. De volta ao Brasil, fez sua carreira política: foi deputado, senador, e ministro, recebendo em 1872 o título de Visconde Inhomirim. Ingressou na Sociedade dos Patriarcas Invisíveis (1842), entidade secreta, de caráter revolucionário, contra a monarquia, o que lhe valeu o desterro, em Portugal, durante alguns meses. Ao regressar, em 1843, fundou a *Minerva Brasiliense*. Foi autor, sob pseudônimo de Timandro, de *O Libelo do Povo*, 1849, que representou uma das oposições mais avançadas do liberalismo da sua geração. Por volta do decênio de 50, mudou de postura política, passando a defender o governo centralizado. Como jornalista, colaborou no *Jornal dos Debates Políticos e Literários* (1837-1838), no *Despertador (*1838-1841) e no *Maiorista* (1838-1841). (CÂNDIDO, 1981, p. 373 e 374).

[226] "Mas popular hoje em dia, ela não vive exclusivamente no recinto das academias; percorre os cantos, visita as oficinas, e vem presidir até os modestos arranjos da vida doméstica" (MB, 1843, n. 1, p. II)

Revolução Francesa[227], em 1789, como exemplos provindos de "nações cultas": "Mas a revolução da França veio dar o sinal de que uma grande mudança se havia operado nas idéias dos povos" (MB, 1843, n. 1, p. II). A adesão ao ideário do liberalismo e do constitucionalismo, portanto, é patenteado já nas primeiras páginas da revista.

Ao falar de literatura e das belas artes, chamou atenção para um momento transitório, que, segundo o autor, justificava seu horizonte ainda não tão definido. Tratou da imitação como forma artística, e do abandono do tema pagão em substituição ao cristão, da substituição do clássico pelo moderno:

> Nas belas artes, e em todos os ramos da literatura, longo tempo se havia reduzido a imitar invariavelmente tipos antigos de admirável beleza, mas cuja reprodução contínua vinha a ser monótona. Deixando as vestes e as cores do politeísmo, a que nada correspondia em nossas crenças e sentimentos, a moderna poesia voou sobre as asas da musa cristã, através de regiões misteriosas, até a fonte suprema do belo e do santo. Espíritos independentes, deixando a trilha batida do gênero clássico, se aplicaram a estudar, e a pintar a natureza sob novos aspectos. Arredando-se dos modelos de convenção eles encontraram às vezes monstros; mas é lícito, que se desvairem um tanto, os que saem das sendas ordinárias e conhecidas. (MB, 1843, n. 1, p. V)

A literatura "oriental", exemplificada pela chinesa e a sânscrita, é considerada "iluminadora", como a grega, no campo da erudição, e constituintes, através de traduções, de um programa geral de conhecimento:

> Demais, ela [a erudição] já não se ilumina somente com as luzes, que lhe fornecem as letras gregas, mas ainda com as que pedem emprestadas às letras orientais. Reproduzem-se hoje em alemão, inglês, e francês, romances chineses; explicam-se epopéias sânscritas; e fizeram-se felizes tentativas para interpretar as inscrições dos monumentos Egito, dos templos de Persopolis. (MB, 1843, n. 1, p. V)

No que concerne à filosofia, vista como "os domínios da ciência da alma", posicionou-se contra o "empirismo materialista" do século XVIII, apoiando-se em nomes como Ficht (e sua filosofia do eu), Schelling (naturalismo) e Hegel (junção de "racionalismo, psicologia, moral e história").

[227] Essas revoluções influenciaram a temática da primeira geração romântica no Brasil, na prática, em rebeliões coloniais como a Inconfidência Mineira, em 1789, a Conjuração Carioca, em 1794 e a Conjuração Baiana, em 1798.

Dedicou parte de seu discurso a falar da "reabilitação" do cristianismo, referindo-se aos "ataques" do século XVIII, que segundo o autor, só será possível pelo aparecimento de "novas idéias". Como veremos, a religião é conceitualizada pela idéia do progresso, com quem se harmoniza:

> Vemos o cristianismo abrindo as fontes da antiguidade, conservando a tradição das letras no meio do dilúvio da barbaridade, e das sombrias revoluções da Europa moderna, estabelecendo a civilização com as artes; a política e humanidade, girando o universo precedido do archote de uma luz divina, que domina o tempo (...) Em conclusão, compreendeu-se, que o cristianismo considerado em sua doutrina, em sua moral, em suas instituições, em seus benefícios e na sua história, oferece em tudo com riqueza inesgotável santas máximas para a viagem da vida, sentimentos para o coração, e a verdadeira solução do destino humano. (MB, 1843, p. V e VI)

Para concluir, retomou o século V, construindo uma linha cronológica até o XIX, apontando as áreas do conhecimento, de forma resumida, em uma carreira evolutiva:

> E com efeito desde o meado do século V, em que o mundo romano desmorona-se no ocidente aos golpes dos Hérulos de Odoacre, o dos Ostrogodos de Theodorico, o homem nos países do progresso não tem feito mais do que construir-se atribuladamente, estabelecer-se com indizíveis angústias, e desenvolver os elementos comprimidos de sua natureza. Do quinto ao décimo século ele leva a lutar contra a inundação, que o submerge, da barbaridade invasora, daí ao décimo quinto, consome-se em esforços sanguinolentos para libertar-se do julgo da feudalidade (...) O século XVI foi o do desenvolvimento do elemento religioso; o XVIII, o do elemento político, e o nosso o é incontestavelmente do elemento industrial. (MB, 1843, p. VI)

Ao analisar as "conquistas", o faz considerando as "crises" e os "holocaustos", como elementos necessários para atingi-las, justificadas pela "ordem providencial do mundo", em que nada se obtém sem "sacrifício", para assim justificar a sua mensagem de trabalhar (sacrificar-se) pela geração futura: "para nós portanto, os tormentos de uma época crítica, a fadiga da construção, os ardores da luta: para as gerações vindouras, as flores da primavera, o orvalho do céu, a fruição não disputada de sua herança!" (MB, 1843, p. VI). O autor toma para si e seus compatriotas essa responsabilidade. O artigo assume assim as diretrizes gerais da revista.

Na *Minerva,* Francisco de Sales Torres Homem não colaborou literariamente, mas sim em seções de notícia, ensaio e ciências (medicina, química e economia).[228] Analisando o caráter geral de sua obra, Torres Homem dedicou-se mais à política. Em literatura, podemos citar apenas seu artigo crítico sobre os S*uspiros poéticos* de Magalhães, na *Niterói,* que de acordo com Hélio Lopes (1978, p. 34), sua crítica assumiu mais um caráter de amizade do que literário.[229] Também participou de uma comunicação no Instituto Histórico de Paris, em 1834, cujo tema foi o Brasil e sua cultura (e também ciências), apresentação feita juntamente com Magalhães, que tratou da literatura e Porto-Alegre, de belas-artes (CÂNDIDO, 1981, p. 11 e 12).

Torres Homem está entre o grupo de jovens, liderados por Magalhães, que de 1833 a 1836, em Paris, ajudaram a promover a "literatura nova"[230] no Brasil. Em suas publicações há marcas políticas de tendência liberal, cujo maior símbolo foi o panfleto *O Libelo do Povo*[231] (1849), em que se verificou a atitude antimonárquica, democrática e favorável às conquistas populares. Escrito sob o pseudônimo de Timandro, atacou a política dos conservadores. Por esses motivos, é considerada por Cândido (1981, p. 53 e 54) "a crítica mais forte e bem articulada contra o nosso coronelismo imperial, encimado pelo coronel-mor de coroa e cetro." Mais tarde, quando os conservadores derrubaram o gabinete liberal Olinda-Souza Franco, com o apoio do imperador, o visconde de Abaeté passa a chefiar o governo e convida Torres Homem para a Fazenda. Ao aceitar o convite, concordou também em mudar de lado, incorporando-se ao Partido Conservador, o que redundará no recebimento do título de visconde de Inhomirim. Sua inconsistência política e ideológica assim como a de outros podem ser justificadas como

---

[228] "Da hidroterapia, ou novo método de curar pela água fria" (1843, n. 3, v. I, p. 63-65, seção de ciências: medicina); "Universidade. Notícias cronológica e estatística das principais universidades atualmente existentes na Alemanha" (1843, n. 4, v. I, p. 95-98, seção de noticiário); "Química orgânica. As plantas, os animais não são senão o ar atmosférico condensado" (1844, n. 5, vol. I, p. 127-129, seção de ciências : química); "Medicina. Emprego da música como meio curativo da loucura" (n. 5, p. 129-130, seção de ciências: medicina); "Economia industrial. Vias de comunicação nos Estados Unidos" (n. 5, p. 130 e 131, seção de ciências: economia); "Do sistema penitenciário nos Estados Unidos" (n. 5, . 131 e 132, seção de noticiário) e "Universidades alemãs" (n. 5, p. 132 e 133, seção de noticiário); "Lutero" (1844, n. 8, v. I, p. 282-300, seção de ensaio: religião); "Economia política. Inconvenientes da emissão de notas. (Extrato de um trabalho inédito)" (1844, n. 9, v. I, p. 261 e 262, seção de ciências: economia).

[229] "Percebe-se nessa crítica não lhe faltarem discernimentos para julgar, mas aquela página ficou para nós como tributo mais de amizade ao amigo do que amor à literatura" (LOPES, 1978, p. 34). Sobre o mesmo artigo, Cândido (1981, p. 334), apesar de apontar as repetições feitas por Torres Homem das idéias de Magalhães, dá-lhe crédito pelo significado da obra para a nossa literatura, mencionando-a como "indicação inteligente dos temas e estados de espírito que, nele, representavam orientação nova, destinada a servir de modelo aos jovens brasileiros."

[230] Adquirida através da "consciência da transformação e claro intuito de promovê-la intencionalmente" (CÂNDIDO, 1981, p. 11).

[231] Torres Homem posicionou-se contra D. Pedro II, os Bragança que o antecederam, e a Imperatriz Tereza Cristina, do ramo Bourbon de Nápoles. Fonte: http://www.academia.org.br

características próprias dessa geração, que viveram as mudanças da Regência para o Segundo Reinado.

"Da nacionalidade da literatura brasileira"[232] (MB, 1843, n. 1, vol. I, p. 7-23), de Santiago Nunes Ribeiro, ensaio introdutório da seção de literatura da *Minerva Brasiliense*, é considerado pelos críticos atuais como o principal ensaio por ele escrito.[233] Seu início lembra o manifesto-introdutório de Sales Torres Homem, quando discorre sobre o "progresso" nos campos do conhecimento, caracterizando o século XIX. O objetivo aqui é, todavia, literário, pois ao tratar dos avanços tomados pelas ciências, menciona o estado "lamentável" de "instrução" da literatura, "prejudicada" pela "doutrina deletéria" do século passado. Como reação a esse triste quadro, propõe defender nossa literatura e "elevar seu sentimento moral", o que encabeçará o propósito da revista:

> Se porém algum tanto satisfatório é o estado da instrução científica, lamentável nos parece o da instrução literária, ao menos pelo lado teórico. Ela portanto exige de nós um estudo consciencioso e sistemático. Devemos proceder à exposição dos princípios, à apreciação das obras nacionais e estranhas, ao estudo comparativo, enfim das literaturas antigas e modernas. Estes e outros pontos de vista oferecem outras tantas teses cheias de interesse e novidade. A *Minerva* as irá desenvolvendo, pois que entre os seus redatores conta abalizados literatos. Nós os seguiremos de longe, como cumpre aos talentos inferiores, mas emularemos com eles em ardor e zelo sempre que se trate da defesa dos princípios, e do crédito literário do país. (MB, vol. I, n. 1, p. 7 e 8)

O autor lança questões a seus leitores a partir das quais justifica seu estudo, apontando os tópicos que serão discutidos e, entre eles, vale destacar o vínculo da literatura brasileira com a literatura portuguesa: "O Brasil tem uma literatura própria e nacional, ou as produções dos autores brasileiros pertencem à literatura portuguesa, já em virtude dos vínculos que uniam ambos os países, já em conseqüência de serem escritas na língua lusitana?" (MB, 1843, n. 1, p. 8)

A tese de Santiago Nunes Ribeiro é de que o Brasil tem literatura própria desde a colônia, pois considera a literatura expressão de um povo, de suas condições físicas e sociais. Nesse sentido, rechaça os que não aceitam sua autonomia como Abreu e Lima, que não a reconhece separada da portuguesa, ou Gama e Castro, que alega não poder

[232] Terá continuação, em outro, homônimo, porém mais curto, n. 4, 1843, vol. I, p. 111-115.
[233] "(...) escrito com ordem e lógica, sem as lacunas dos predecessores, com muito mais discernimento e informação teórica." (CÂNDIDO, 1981, p. 336).

haver duas literaturas dentro da mesma língua, ou ainda os que a consideravam imitadora de estrangeiras como Denis e Garrett e, entre estes, mesmo seus companheiros Magalhães, Norberto e Torres Homem.

Recapitulando seus objetivos no texto, temos:

> Como a poesia é a mais viva e fiel expressão da sociedade, nós quisemos apreciar a nacionalidade da arte brasileira; mas, antes de fazê-lo, preciso foi desfazer os argumentos de dois críticos que tinham considerado a literatura deste país, já como nula, já como pertencente a outro. Em seguida procuramos examinar outra opinião emitida por alguns literatos eminentes que só concedem ao Brasil uma literatura imitativa, transplantada, exótica. Em terceiro e último lugar tentamos provar que os poetas brasileiros tinham cantado os sentimentos e crenças nacionais (MB, 1843, n. 1, p. 23)

Depois da epígrafe de seu ensaio ser um trecho de *Hamlet* de Shakespeare "*Poets are abstract and brief chromickle of the time*", como primeira citação escolhe uma de Frederico Schlegel sobre a qual embasa sua análise de reconhecimento do caráter nacional literário, que se constrói e se justifica através de um conjunto de fatores, e não só pela língua ou qualquer outro caráter isolado: "A literatura (diz Fred. Schlegel) é a voz da inteligência humana, o complexo dos símbolos que representam o espírito de uma idade, ou o caráter de uma nação." (MB, 1843, n. 1, p. 8).

A primeira crítica é direcionada a José Inácio de Abreu e Lima[234], referente ao "Bosquejo histórico, político e literário do Brasil"[235], que foi publicado na revista *Niterói*. Para Santiago Nunes Ribeiro, Abreu e Lima desmoraliza Portugal, e conseqüentemente, o Brasil no que tange à literatura e às ciências, países estes que são colocados como um mesmo "corpo", ou seja, como uma única "nação", o que é radicalmente antagônico à ideologia política e literária de Ribeiro:

> Depois de fazer justiça plena à grande cultura intelectual dos Americanos espanhóis e de louvar os esforços que a metrópole fez para ilustrá-los, o autor passa a tratar do estado das ciências e das letras no Brasil, e, começando pela apreciação da literatura portuguesa, se explica deste modo: - "Se por literatura entendemos *o*

[234] O brasileiro José Inácio de Abreu e Lima, capitão de artilharia, viveu treze anos na Colômbia e na Venezuela. Caracterizado como um intelectual polêmico, ficou preso alguns anos por questões políticas. Foi redator do órgão liberal pernambucano. Colaborador da revista *Niterói*, (Recife, 1796 – id., 1869). Fazia parte do grupo pernambucano "empenhado antes na luta ideológica que na crítica literária, e que representa a ponta de lança do progressismo liberal romântico", juntamente com Pedro Figueiredo (BOSI, 1994, p. 155).

[235] ABREU E LIMA, José Inácio de. "Bosquejo histórico, político e literário do Brasil. In: *Niterói, Revista Brasiliense*, Niterói, 1835.

> *corpo de doutrinas que professa uma nação,* podemos assegurar que os portugueses nunca possuíram nenhuma das ciências de utilidade." Em seguida o autor cita um grande número de poetas, historiadores e eruditos portugueses, observando que numa classificação bibliográfica Portugal pode ter literatura, por isso que possui muitos livros que entram na classe de belas letras. Mas pouco adiante pondera novamente a falta de obras sobre as ciências de utilidade e conclui que assim mesmo escassa e nula, como é a literatura portuguesa, é a única que os brasileiros têm. - "*Se rejeitarmos a literatura portuguesa ficaremos reduzidos a uma condição quase selvagem.*" - Este juízo estranhíssimo se funda no engano, em que o autor está sobre a natureza e constituição da literatura propriamente dita. Entende ele, como se vê de tudo quanto avança, que o essencial numa literatura consiste na cópia, variedade e originalidade de obras relativas às ciências exatas, experimentais, e positivas; e que a poesia, a eloqüência, a história apenas são acessórios, apêndices de pouca monta. A prova disto é que o autor insiste de contínuo na penúria de obras portuguesas e brasileiras sobre as referidas ciências, e isto para mostrar que Portugal não tem *um corpo de doutrinas*, etc. (MB, 1843, n. 1, p. 8)

Em linhas gerais, Abreu e Lima fundamentou sua análise sobre a literatura brasileira considerando a quantidade dos intelectuais brasileiros em comparação com a de países europeus. Sobre esse ângulo, afirmou que não alcançamos o mesmo estágio cultural destes, já que representávamos números menores. Como causa primordial da situação precária do Brasil (altos índices de analfabetismo, poucas instituições de ensino) apontou o tipo de colonização portuguesa, cujo caráter foi de exploração,[236] como causas da situação em que se encontrava o Brasil.

No que tange à política, Abreu e Lima era liberal, defensor da descentralização política, cujo ideal parecia se opor ao de Santiago Nunes Ribeiro, e do grupo da *Minerva*, o que notamos pela sua ligação com o Instituto Histórico e Geográfico, patrocinado por D. Pedro II. Verificaremos, aos poucos, se sua tendência era conservadora, visto que, nesta época, instigou-se se havia de fato diferença entre os dois partidos, que pareciam estar separados apenas por rivalidades pessoais.

Os conservadores optavam pela centralização do poder, enquanto que os liberais diziam optar pela descentralização, o que não foi comprovado por parte do segundo grupo, pois quando do "regresso" do poder centralizador, com a maioridade de D. Pedro II, os liberais apoiaram-no, não sustentando sua defesa. A tomada da força descentralizadora por parte dos liberais amadurecerá a partir da década de 1860. (FAUSTO, 2000, p. 180 e 181).

[236] RIBEIRO, Ivan Marcos, *O Minerva Brasiliense (1843-1845) e seu segmento literário*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2001, p. 102.

Vale notar que não podemos confundir a oposição que aqui fizemos entre "liberalismo" e "absolutismo" na história de Portugal com a oposição "liberal" e "conservador" da política brasileira do Segundo Império, já que, neste último caso, tanto um quanto outro se pautavam pelo modelo do liberalismo e pela monarquia constitucional, já adotada pelo país. Tratava-se, portanto, no Brasil do grau de centralização e descentralização de poder que se pretendia exercer nesse modelo político liberal.

A segunda crítica de Santiago Nunes Ribeiro foi dirigida ao português Gama e Castro[237], em resposta a um artigo[238] publicado no *Jornal do Comércio*, em que tomou a língua como aspecto preponderante da caracterização de uma literatura, posicionando-se contra a identidade nacional da literatura brasileira, uma vez que escrita em português. Santiago Nunes Ribeiro, em defesa, justifica que a literatura faz parte de um "sistema", em que o fator "língua" está incluso, mas não é o único que deve ser aceito:

> Não é princípio incontestável que a divisão das literaturas deva ser feita invariavelmente segundo as línguas em que se acham consignadas. Outra divisão talvez mais filosófica seria a que atendesse ao espírito, que anima, à idéia que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro, de um foco de vida social. (...) As condições sociais e o clima do novo mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa (...) A escola histórica de Hegel tem posto a questão dos climas na sua luz verdadeira, com a superioridade de vistas que distingue. As influências que ela chama exteriores, o clima, as raças, etc., são outras tantas fatalidades naturais com as quais

[237] José da Gama e Castro (Coimbra, 1795 – Paris, 1873) formou-se bacharel em medicina e doutor em filosofia pala Universidade de Coimbra. Colaborou em jornais brasileiros e europeus em que mostrou sua tendência absolutista e sua posição ativa como partidário de D. Miguel, que em 1828 proclamou-se rei de Portugal. Gama e Castro chegou a ser nomeado físico-mor do exército português. Em Portugal, fundou o jornal miguelista *A Águia* (mais tarde *A Águia do Ocidente*); na Itália, publicou o jornal *Precursor*, em que criticou as instituições liberais, e na Suíça, estampou o *Apocalipse político*. Em 1838, no Brasil, foi redator chefe de o *Despertador*, jornal católico, e também de o *Exorcista*. Dez anos depois, mudou-se para Paris. Mesmo na França, colaborou em o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, quando foi criticado por Santiago Nunes Ribeiro. Participou também de *União e Opinião Pública*, de Portugal, do *Observador austríaco* e do *Jornal de Constantinopla.* (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, v. 12, p. 117 e 118, 1936-1960).

[238] Santiago Nunes Ribeiro não nos passa a referência bibliográfica do artigo: "Não temos podido achar o n°. do jornal em que esse artigo apareceu; mas se a memória nos não mente, reproduziremos fielmente as suas razões" (MB, 1843, n. 1, v. I, p. 9). Sabemos que Gama e Castro foi expatriado de Portugal por razões políticas e, no Brasil, colaborou na *Niterói* e no *Jornal do Comércio* (1841-1842). Em "Inventos dos portugueses", publicado *Jornal do Comércio*, faz um resumo das "invenções" de Portugal, para mostrar sua importância frente ao desenvolvimento tecnológico mundial, reclamando que muitos desses feitos foram tidos como invenções erroneamente dedicadas a outros países. Sobre os brasileiros, diz que exageravam na atitude antilusitanista e que a busca por uma literatura nacional era apenas "um excesso de patriotismo" (RIBEIRO, 2001, p. 97). Podemos avaliá-los através das citações feitas pelos escritores da *Minerva*, como Santiago Nunes Ribeiro, e também Norberto.

> a humanidade travou a luta que os séculos contemplam. (...) Agora perguntaremos se um país, cuja posição geográfica e constituição geognóstica, cujas instituições, costumes e hábitos tanto diferem da sua metrópole de outrora, não deve ter sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber, dimanante destas diversas causas, modificadas umas pelas outras; se, numa palavra, não deve ter caráter nacional. Sim, nos dirá todo aquele que estiver desprevenido. A literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época. A poesia é a mais subida forma de literatura: ela procura compreender e exprimir por meio da linguagem o que há de mais belo, puro e santo na vida exterior do século, ou na vida misteriosa da íntima consciência: as outras artes são formas secundárias desta. (MB, 1843, n. 1, p. 9 e 10)

Antônio Cândido e Alfredo Bosi comentaram sobre essa parte do discurso de Santiago Nunes Ribeiro, reconhecendo a "superioridade do seu 'tom'" (CÂNDIDO, 1981, p. 337) e o "nível mais alto que os dos contemporâneos" (BOSI, 1994, p. 156).

Santiago Ribeiro argumenta que a identidade lingüística não gera a identidade literária e que, no Brasil, em razão de suas condições geográficas e sociais, criou-se uma expressão literária diversa daquela de Portugal. Para ele, a índole de um "povo" é justificada não só pela língua, mas pelo meio físico, social e histórico, apontando as diferenças "profundas" entre Brasil e Portugal.

Ao relacionar o "nacional" com a "pátria" – "Ora, se os brasileiros têm seu caráter nacional, também devem possuir uma literatura pátria." (MB, 1843, n. 1, p. 10) – parece preocupar-se mais com o passado literário na tentativa de provar a "brasilidade" de escritores ainda o período colonial, sem se ater ao presente, caracterizado como um país que já havia alcançado a independência política há duas décadas.

Para fundamentar a questão de autonomia da literatura brasileira em língua portuguesa, inaceitável a Gama, embasa-se em *Considerações sobre o gênio dos homens, dos tempos e das revoluções,* de Chateaubriand, no que concerne a existência de quatro literaturas em língua inglesa: irlandesa, inglesa, escocesa e americana, e também em *Cours de litterature portugaise et brésilienne,* ministrado por Monglave na Universidade Sorbonne em Paris, que tratou das diferenças entre as literaturas lusa e brasileira. Santiago Nunes Ribeiro finalizou sua crítica argumentando sobre a autenticidade da literatura dos Estados Unidos e do México, da qual "ninguém duvida", declarando: "À vista disto o Sr. Gama deve contentar-se em apregoar (e não se envergonhe de ser, como o grande Camões, *pregão do ninho seu paterno*) que a língua portuguesa tem duas literaturas – a lusitana e a brasílica." (MB, 1843, n. 1, p. 10).

Após se posicionar contra Gama, discorreu sobre Ferdinand Denis, fazendo referência ao *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du Resumé de l'histoire littéraire du Brésil,* e sobre Almeida Garrett, em seu *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa,* e também sobre Magalhães[239], para justificar a sua tese da brasilidade da poesia já no período colonial, defendendo-a das "acusações" de imitadora de estrangeiras feitas pelos intelectuais citados. Analisou alguns autores do passado sob o seguinte prisma: que os poetas anteriores à Independência, os clássicos brasileiros, não podiam fugir às contingências da época e não podiam ser românticos antes da hora:

> A poesia brasileira da época anterior à independência foi o que devia ser. Porventura poderia ela ser a expressão das idéias e sentimentos de outros tempos? (...) Ninguém pode sentir inspirações completamente estranhas ao seu tempo.(...) O erro pois que se abriga neste modo de fazer a crítica dos autores de outros tempos e países é imenso. Pensar que era muito fácil ao poeta compreender ou representar o belo de outro modo que não daquele que a sua época e tendências individuais exigiam, é querer o impossível. Julga-se de ordinário que o grande uso da mitologia nas melhores obras da poesia clássica e romântica dos modernos, é um simples efeito de mau gosto individual. Engano manifesto! Todas as formas sociais, a cultura inteira desses tempos contribuía para isso. É assim que no grande *poema* de Miguel Ângelo, o Juízo Final, aparecem seres mitológicos. É assim que Milton, Camões e o Dante *aformoseiam* suas grandes concepções cristãs com as reminiscências gregas e romanas. Veja-se como explica o Sr. Villemain esta aliança do espírito da antigüidade com o gênio da idade média. (MB, 1843, p. 12).

Declarou seu objetivo: "Nós queremos provar que a acusação de imitadora, de estrangeira, de cópia de um tipo estranho, feita à poesia brasílica, é mal fundada, injusta e até pouco generosa" (MB, 1843, n. 1, p. 11), frente ao discurso de Ferdinand Denis e mais diretamente ao de Garrett:

> Os Srs. Ferdinand Denis e Garrett pensam de outro modo. Este último deplora que os poetas brasileiros não empregassem a cor local para dar vivacidade aos seus painéis. Em Gonzaga especialmente nota esta falta de nacionalidade e acrescenta que, em vez de metamorfosear a sua Marília numa pastora, deveria fazê-la descansar à sombra das palmeiras, e orná-la com grinaldas de roxos martírios, ou com as cândidas *flores dos bagos do lustroso cafezeiro.* (MB, 1843, p. 11 e 12, grifo do autor)

[239] "O Sr. Dr. Magalhães diz que a poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, e sim uma virgem do Hélicon que, sentada à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuidando ouvir o doce murmúrio da Castália, o trépido sussurro do Lodon e do Ismeno" (MB, 1843, n. 1, p. 12).

Não pára por aí, seu trunfo, como crítico, é de apontar a influência dos fatores locais na literatura brasileira, salvando-a da simples "passividade" da imitação, da qual é acusada, analisando-a na sua complexidade: não considera apenas o aspecto lingüístico, como o faz Gama e Castro, mas também o social, o físico (geográfico e climático), e o cultural de um povo, o que entende como um conjunto de hábitos, costumes e crenças:

> Este princípio literário e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua. As condições sociais e o clima do novo mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa. (MB, 1843, n. 1, p. 9)

Em defesa às "reduções" feitas à poesia colonial brasileira como reprodutora de estrangeiras, qualifica como uma "brilhante Plêiade", que contribuiu para "honra e glória do Brasil", nomes como: Cláudio Manoel da Costa, Santa Rita Durão, J. Basílio, os dois Alvarengas, Gonzaga, A. P. de Sousa Caldas e o Padre Fr. Francisco de S. Carlos. A fim de provar que "imitação" era "lei universal" da moda clássica, analisará "que espécie de originalidade reinava na literatura de outros países" (MB, 1843, n. 1, p. 14), através de um panorama em que se apontam as coincidências da literatura francesa, espanhola, inglesa e portuguesa.

Dirigindo-se à crítica de Denis e Garrett, o crítico da *Minerva* reconhece que os poetas anteriores à independência do Brasil (Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa) beberam em obras portuguesas, dando como justificativa a impossibilidade de "fugir às contingências da época", em um tempo em que essas obras lusitanas representavam o "belo artístico". E continua sua defesa afirmando que esse empréstimo feito pelo Brasil em relação à literatura de Portugal era comum entre outros países: a literatura espanhola sofreu influências da grega e da romana, e a Inglaterra imitou a literatura italiana e a francesa. Aconselha os leitores a não criticar, e sim louvar a "moderação" com que os brasileiros imitaram os portugueses no passado e, sobretudo, as novas direções que os escritores estavam tomando no que se referia à originalidade nas obras brasileiras.

Não nega a imitação feita por esses escritores, mas a aponta como um fator comum, para mais tarde colocá-los no mesmo nível dos portugueses de "mérito" (como considera Garção, Diniz e Francisco Manoel (MB, vol. I p. 17). Chama a poesia de

"musa brasileira", considerando-a a mistura de "filha da floresta" (considera aspectos de clima e solo) "educada na velha Europa, onde a sua inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação de ciências e natureza estranha" (para onde foram muitos escritores, incluindo alguns de seus contemporâneos), em contraposição à idéia de ser "uma bela estrangeira, uma virgem da terra Helênica, transportada às regiões do novo mundo". Ao analisar a presença, vista como inevitável, dos escritores na Europa para a formação da poesia brasileira, o faz sob o prisma de que eles, mesmo fora, catalizaram "os sentimentos e crenças nacionais", mas, ao mesmo tempo, não deixa de mostrar que lhes faltou certa reflexão, justificada pelas agitações européias[240]:

> Ora, se ela (a musa brasileira) se lembrou tanto do Brasil é por que o tinha por sua pátria e assim experimentava o sentimento da sua nacionalidade. Sem dúvida algumas vezes esta saudade só se revelou em duas palavras, ou num ai sentido: mas cumpre atender ao estado em que o espírito do brasileiro está na Europa. Oprimido pelas sensações, tentado a ver tudo quanto a arte fez de grande, e engrandecendo mais as coisas pelo seu gênio entusiasta, nem sempre tinha ocasião de recolher-se e meditar. (MB, 1843, n. 1, p. 17)

Este ensaio de Santiago Nunes Ribeiro fala por si só, e nele está resumido o ideário literário da *Minerva.* Ao discorrer sobre "Da nacionalidade da literatura brasileira", Antônio Cândido vê em Santiago Nunes Ribeiro "o único a levar às conseqüências lógicas o realce dado pelos românticos à ação dos fatores locais", (CÂNDIDO, 1981, p. 336), de maneira, porém, "extremada", se comparada a de outros de sua geração.

Em seu discurso, Santiago Ribeiro cita nomes como os dos alemães: Schlegel, cuja teoria é tomada sobre o aspecto do caráter nacional, e dos franceses Madame de Staël e Chateaubriand, representantes da teoria romântica[241], nos quais beberam nossos

[240] "Sente apesar de tudo, em face deles, uma espécie de nostalgia por não terem sido mais ousados; não que pudessem ter sido românticos antes da hora (como queriam Denis e Garrett os seus seguidores brasileiros); mas porque lhe parecia com certeza, conforme Schlegel, que o Neoclassicismo – o Classicismo nos modernos – é sempre imitação de um passado que não encontra correspondência nas condições atuais; portanto uma renúncia à originalidade criadora." (CÂNDIDO, 1981, p. 338)

[241] A união desses três nomes no ensaio de Santiago Nunes Ribeiro é comentada por Cândido. Sobre o ponto da crítica, Schlegel se destaca como mentor do romantismo alemão, sistematizando o estudo do Classicismo e do Romantismo. "Para ele, o Classicismo repousa sobre uma concepção equilibrada do homem em paz com a natureza, vendo-a como sistema de signos, e estilizando-a segundo normas traçadas pela razão (...) O romantismo, ao contrário, repousa sobre a poesia eterna dos povos; vem de baixo para cima, das tradições e da inspiração popular para a estilização erudita. Embora os povos primitivos tenham poesia autêntica, o Romantismo aparece realmente como Cristianismo: com a noção do pecado, os dramas da consciência, o dilaceramento interior. E a literatura medieval, o drama de Calderon e Shakespeare devem ser o rumo da literatura moderna, de que alemã é o paradigma". Madame de Staël,

primeiros românticos, destacando a eloqüência de Staël e o cristianismo em Chateaubriand.[242]

Baseando-se na relação entre literatura e "existência social de um povo", a quem atribui a Chateaubriand, Santiago Nunes Ribeiro justifica o classicismo "estreito" dos brasileiros, instigando criticamente o Romantismo a ser mais ousado e completo.

> Esta escrita estreita foi a do século passado. Foi preciso que ela desaparecesse e cedesse o seu lugar a outra mais ilustrada, liberal e compreensiva para que justiça fosse feita a Homero, Dante, Shakespeare e Calderon, em cujas obras se acham certas formas que parecem imperfeitas e até monstruosas aos que tudo querem referir a um tipo. Mas o romantismo que muito contribuiu para que essa crítica liberal predominasse, terá razão em pretender que as literaturas das outras épocas carecem de beleza neste ou naquele dos seus aspectos, só porque nele não se acha a forma que nos agrada? Não; isto seria voltar aos princípios acanhados da crítica dos clássicos. [...] Quem quiser estudar a literatura fora de tudo quanto forma ou contribui à existência social de um povo, criará uma *espantosa mentira*, como Chateaubriand lhe chama, e além disto ficará privado de uma fonte de prazeres. Tudo o que tende a circunscrever-nos no finito acanha e comprime a nossa existência moral. (MB, 1843, n. 1, p. 12 e 13).

Ao colocar em uma única "linha", Homero, Dante, Shakespeare e Calderon, mostra que, embora estivesse imbuído na tendência contemporânea dos últimos, não deixa de manter no horizonte o classicismo, o que pode ser atribuído a Schlegel e sua compreensão do sentido histórico do clássico e romântico, libertando-se da rigidez "anti-clássica" de sua geração (CÂNDIDO, 1981, p. 338).

---

em *Da Alemanha*, (impresso pela primeira vez em 1810, mas censurado, voltou em 1813), "aceita vários pontos fundamentais da teoria de Schlegel, ou coincide com eles, temperando, porém, os arroubos do misticismo germânico com acentuada fidelidade aos modelos clássicos franceses. Através dela, a maioria dos escritores tomou conhecimento da distinção clássico-romântico, bem como da contribuição alemã ao pensamento moderno." Chateaubriand, em *O gênio do Cristianismo* (1802), influenciado por Schlegel, considera "a religião cristã o principal fator de grandeza das obras de arte, mostrando a sua influência nos sentimentos, nos temas, no estilo; valorizando o medievo; opondo os modernos aos antigos" (CÂNDIDO, 1981, p. 320 e 321).

O romantismo na Alemanha é considerado o "único" que se estrutura como movimento, conscientemente, a partir de uma posição filosófica. A cultura alemã foi basicamente romântica, já que os outros movimentos ali não ganharam tanta força. Conseqüentemente, foi o país que mais influenciou os demais nessa tendência. Destacaram-se dois grandes "acontecimentos" que contribuíram muito para o destaque da filosofia alemã diante do mundo: o *Aufklaerrung*, que foi um movimento que teve como objetivo reintegrar a Alemanha na Europa, e, sobretudo reabilitar seus valores; e o *Sturm und Drang*, uma das primeiras manifestações da cultura alemã, indispensável para a compreensão do romantismo, constituindo um movimento que se rebelou contra o classicismo francês e despertou o valor germânico. (BORNHEIM, Gerd, *O Romantismo,* org. J. Guinsburg, São Paulo, Editora Perspectiva, 2002, p. 76)

[242] "As mais belas, que só de per si valem por uma literatura inteira, são a dessa mulher sublime que no débil organismo do seu sexo, abrigava a alma enérgica de um herói romano, e a inflamada eloqüência de um profeta (...) e a 'desse homem que buscava a faísca do fogo sacro nos destroços do santuário, nas ruínas ainda fumegantes dos templos cristãos; imaginação homérica lançada no meio das convulsões sociais' Mme. de Staël, enfim, e o Sr. de Chateaubriand!" (MB, 1843, n. 1, p. 14).

No final, propõe uma divisão histórica de nossa literatura, a fim de caracterizar a poesia nacional e suas épocas, considerando as "evoluções íntimas da literatura e seu princípio", propostas, segundo o autor, não atendidas anteriormente por se tratarem de análises restritas à história política. Sua divisão constitui-se em três períodos:

> O primeiro abrange os tempos decorridos desde o descobrimento do Brasil até o meado do século XVII; Cláudio Manoel da Costa faz a transição desta época para o segundo que termina em 1830; os Padres Caldas e S. Carlos, bem como o Sr. José Bonifácio, formam a transição para este terceiro em que nos achamos.
> A primeira época pode ser representada por Manoel Botelho de Oliveira; nela reina o pensamento da literatura espanhola da decadência.
> A segunda dificilmente pode achar representante, mas julgamos que Silva Alvarenga é o mais próprio, é o que mais idéias mostra filhas da influência então dominadora. Esta época é regida pelo espírito das literaturas do século de Luís XIV, e de Voltaire.
> Terceira época. O seu representante legítimo e natural é o Sr. Dr. Magalhães. (MB, 1843, n. 1, p. 23)

Essa divisão, em linhas gerais, é seguida ainda hoje, pois estabelece "zonas e autores de transição e o sentimento muito mais firme dos blocos de produção literária". (CÂNDIDO, 1981, p.336)

Com esse ensaio introdutório da seção de literatura da *Minerva Brasiliense*, um dos ensaios mais longos da revista, ocupando dezessete páginas, Santiago Nunes Ribeiro, segundo Antônio Cândido, ajudou a reforçar a teoria inicial do nacionalismo literário brasileiro, visto como um "momento decisivo na elaboração de uma teoria geral da literatura brasileira como algo independente" (Cândido, 1981, p. 338), contribuindo para fortalecer os intelectuais brasileiros em relação ao aspecto nacional de suas produções.

De Santiago Nunes Ribeiro, também temos "Grandes fases da civilização brasileira: antecedentes e caráter dos progressos literários e sociais: jornalismo: novas vistas da Minerva, etc." (MB, 1844, n. 1, v. III, p. 1-4), ensaio da seção de literatura que serviu de introdução ao terceiro tomo da revista, em seu segundo ano, quando assumiu a direção como "Redator em chefe" no lugar de Sales Torres Homem. Neste, não retomou a tese da nacionalidade da literatura brasileira[243], apresentando novo objetivo, o de escrever uma introdução geral, própria do novo cargo. Retomou a introdução de Torres

[243] O que para Hélio Lopes (1978, p. 82) "funciona como subjacente certeza. Qualquer nova discussão a propósito do assunto parece completamente desinteressante."

Homem, como o fez no anterior, ao narrar sobre os "progressos" no Brasil, partindo do século XV, do início do sistema colonial, do período de descobrimentos e de navegações feitas por Vasco da Gama, Colombo e Pedro Álvares Cabral, tidos como "heróis e gênios", para chegar em 1822, com a emancipação política do Brasil, visto como plano de Deus: "Tudo estava preparado por Deus para que o Novo Mundo se erguesse do seio dos oceanos, e em três séculos subisse à emancipação, à iniciação do dogma e do mistério humanitário."[244] (MB, 1844, n. 1, v. III, p. 1).

As relações entre Brasil e Portugal são vistas como "trocas", o primeiro como contribuinte de riquezas e "refúgio de seus reis", e o segundo com "venturas" que levaria à emancipação: "a emigração da família real, a resolução de ficar, tomada pelo Sr. D. Pedro I, foram as maiores, com as suas conseqüências naturais" (MB, 1844, n. 1, v. III, p. 2).

As "grandes fases da civilização brasileira" iniciaram-se, segundo o autor, no trabalho dos jesuítas, vistos como formadores do povo brasileiro, em contraposição ao comércio, como causador do desmantelamento do poder religioso, processo que resultou na "profanação" da cultura. E o racionalismo é visto como uma derivação da reforma luterana: "Desde então a filosofia, nascida do princípio do livre exame, proclamado por Lutero, invadiu todas as idéias e modificou-as." (MB, 1844, p. 2).

Sobre o jornalismo brasileiro, o autor comentou do seu aperfeiçoamento em diferentes áreas, como ciências e literatura, tomando *O Patriota* como exemplo:

> A imprensa periódica apareceu e mostrou-se noticiosa, literária, científica, mais do que o tem sido em tempos bem recentes. O *Patriota*, jornal publicado nesta corte, abona esta observação. Posteriormente o jornalismo político se apoderou da imprensa, deixando raramente que aparecesse alguma publicação, destinada à ciência e letras, se excetuarmos as que consignam os trabalhos das sociedades sábias. Assim devia acontecer numa época de demolição e construção social. (MB, 1844, n. 1, v. III, p. 2).

Como já foi observado, *O Patriota* foi um jornal científico e literário dirigido pelo baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, voltado, como a *Minerva,* para o ideário de ilustração. O fim da Regência, que representou um período de instabilidade

[244] Há outro trecho em que a independência do Brasil é colocada como "vontade de Deus": "No Brasil, quase nos mesmos dias se opera uma revolução, a da passagem deste país da infância à adolescência, à emancipação política: esforço algum pôde impedi-la, porque Deus dissera: *separai-vos*, e separaram-se." (MB, 1844, n. 1, v. III, p. 2).

política, e a subida ao trono de D. Pedro II é visto como retorno da ordem política do país, o que aparece relacionado com a efervescência literária. Vê-se assim que política e literatura estão intimamente ligadas:

> Com a investidura do Augusto Monarca Brasileiro nos seus poderes majestáticos, cessou o provisório, e a política entrou nos seus limites naturais, conservando, todavia, toda a influência e predomínio que exerce em nossos tempos. Tinha-se operado, de um modo latente, uma revolução nos espíritos: haviam renascido os gostos literários, quem também contribuiu para o alargamento do público literário no Brasil: Hoje porém, além destas que o tem em maior grau, o gosto da leitura se acha na parte sã de todas as classes. (MB, 1844, n. 1, v. III, p. 3)

Através de Santiago Nunes Ribeiro, que assume o papel de *porte-parole* do grupo da *Minerva Brasiliense,* como redator chefe, a ligação e a reverência à figura do monarca, que assume um papel de protetor do meio literário, vêm à tona.

Ao servir como abertura do terceiro volume, este ensaio fortalece o objetivo da revista de abranger um público de diferentes matizes, que se faz quase sob um tom universal. Para isso, deve não só contribuir para a realização de "uma instrução sólida e substancial", mas também apresentar algum caráter de recreio, saindo dessa mescla a receita para abarcar tipos variados de leitores. São elas: o bloco de negociantes (comerciantes) e fazendeiros, que se identificarão com a seção "mais variada e recreativa", sem cair na superficialidade de *Magazines*, e o bloco representado pelos professores, que apreciarão as matérias de ciência e erudição.

Diz-se pretender diminuir a quantidade de poesias publicadas nas páginas da *Minerva*, a fim de reservar um espaço maior para os "escritos de mais positiva utilidade", como considera ser o teatro, isto é, "literatura dramática do país" (MB, 1844, p. 4). Tece breve comentário sobre o surgimento da *Biblioteca Brasílica*, que foi idéia sua, aproveitando para explicar ao leitor sobre o tipo de publicação que era: "reimpressões" de obras consideradas raras, e por sua vez, de difícil acesso, e de sua intenção de incentivar a leitura, chamando atenção para o menor preço destinado aos assinantes da *Minerva,* se comparado ao das livrarias:

> Observando a escassez de algumas obras e o preço exorbitante delas, entendemos conveniente dar em 12 n.ºs. alternados da *Minerva*, reimpressões das ditas obras ou traduções de novelas, viagens, ou quaisquer outras que preencham nossos fins. Todas quantas pessoas temos consultado sobre esta idéia de um de nossos colegas mais ilustrados e zelosos, lhe dão assenso e louvor sem restrição. Resulta

> disto que os nossos assinantes terão por 340 réis um volume de 56 páginas dos que se vendem de 1$000 a 2$000 nas livrarias. (MB, 1844, n. 1, v. III, p. 4)

Finalizou seu discurso comentando a saída de Sales Torres Homem, sem se deter em explicações, mencionando o fato de ter assumido o cargo. Avisa aos leitores da permanência dos outros colaboradores e da chegada do mais novo integrante do grupo, o peruano Araújo Coutinho e Valdez.

3.4 As matérias literárias da *Minerva Brasiliense*

Vale determo-nos nas matérias literárias da revista com o intuito de averiguarmos qual foi o seu perfil, o que privilegiaram e discutiram, o quanto se adequaram ao projeto proposto por seus idealizadores e diretores. Tal qual fizemos com a *Ilustração Goana*, vejamos aqui as matérias literárias a partir dos gêneros ali presentes.

3.4.1 Prosa

Em matéria de prosa, temos como primeiro "romance-folhetim"[245] *Um ofício de defunto e uma benção nupcial*, de Emílio Adet, cujo enredo baseou-se na história de amor não correspondido de um jovem pobre que era poeta e que acabou morrendo pela impossibilidade de tal amor justamente no dia que sua amada se casou com um jovem rico. O cenário subentendido é o da cidade do Rio de Janeiro. Este romance veio anunciar uma série de outros que surgiriam na *Minerva.*

De autoria de Emílio Adet, estampou-se também o romance *Amélia,* que novamente recorreu à temática do amor impossível: a jovem Amélia foge de casa com a ajuda de Francisco, que nutria grande sentimento por ela, pois foi prometida, por seu pai, em casamento a alguém que não amava. A moça acaba apaixonando-se pelo amigo do jovem, Luís, mas acaba se casando com Francisco, renunciando a seu amor para evitar mais confusão e não decepcioná-lo depois da ajuda recebida, respeitando os princípios morais.

[245] De acordo com a definição de Ivan Marcos Ribeiro (2001, p. 77-81) os romances da *Minerva* são assim intitulados por seguirem a estrutura francesa em estilo e tema, originalmente *feuilleton.*

O romance *Amância,* de Gonçalves de Magalhães, trata da história de amor entre Jorge e Amância, e seus percalços a partir do momento que a moça é prometida em casamento por seu pai, tido como "materialista", a um senhor abastado. Um médico intercederá pelo casal junto ao pai de Amância. No final, o pai é convencido a permitir o casamento entre os jovens. É um romance de temática urbana e na descrição inicial, o autor utilizou-se da cor local, ao abordar a paisagem carioca anunciando o cenário da trama.

Já a narrativa *Maria ou vinte anos depois,* de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, tem um enredo trágico e de suspense envolvendo adultério, estupro, e morte. Com intriga rocambolesca, vale registrar sua adesão ao romantismo de viés mais *noir*, que caracterizará a segunda geração romântica.

Segue-se o conto "Proveito do trabalho"[246], traduzido do autor francês Arnault, sem referência do tradutor. É uma espécie de fábula, ambientada na França, sobre a importância e dignidade do trabalho. Também de tradução francesa, estampou-se "Um homem de bem", que apareceu sem referência do tradutor. Trata-se de um conto curto ambientado em Paris, sobre um cidadão que lutou a favor de mudanças políticas e religiosas, mas que foi punido pelas suas idéias, ao ser aprisionado na Bastilha e condenado à morte. No final é louvado como herói.

Foi estampado, do francês Auguste de Saint-Hilaire, que esteve no Brasil entre os anos de 1816 a 1822, o conto "Henriqueta ou os últimos dias de Napoleão Bonaparte" em que Napoleão é tomado como um homem bondoso em ajudar, quando exilado, uma pobre jovem. Não há referência que diga se tratar de uma tradução.

A tradução *Noites Lúgubres,* de José Cadalso, como o título já anuncia, representa uma narrativa mórbida e pessimista como resultado de um amor não realizado, acompanhando a tendência do texto de Joaquim Norberto de Sousa.

"Os dois anéis", cuja única referência é "narrativa imitada por S.", é um conto ambientado na França que trata de um enredo trágico, narrando a morte acidental (por um trem) de um casal de recém-casados, que passaram por percalços para poderem ficar juntos, visto que o pai do moço não aceitava o casamento de seu filho com a jovem de classe pobre. Mais uma vez o amor impossível está em foco.

[246] Tanto em Lopes (1978), como em Ribeiro (2001) a matéria de prosa da *Minerva* encontra-se resumida. No anexo deste trabalho, em **Resumo das Matérias da *Minerva Brasiliense*** também se pode ver a descrição de crítica literária, jornalismo, noticiário e algo de prosa, como os contos "Proveito do trabalho", "Um homem de bem", e "Os dois anéis".

Tiohang. Novela chinesa de J. C. V. T. R é uma narrativa ambientada em Pequim discorrendo sobre o seqüestro de uma jovem por um mandarim. A mãe, com a ajuda de um "letrado chinês", dirige-se ao imperador em busca de justiça e do resgate de sua filha.

Vemos que o cenário selecionado pela prosa na revista deu-se de forma variada, foi ambientado no Brasil, na França (as traduções) e na China. Os temas apresentados acordaram à tendência romântica como: o amor impossível ou a dificuldade de realizá-lo, a morte, o adultério, o sofrimento, a morbidez, e a renúncia, em prol da moral. O elemento nacional fica por conta da ambientação dessas narrativas, sem que nada de mais programático apareça, como o indianismo da poesia. A escolha de um lugar inusitado como Pequim, vem representar o imaginário romântico construído em torno do Oriente. Vale ressaltar, no entanto, a presença de dois textos de teor político: a tradução de "Um homem de bem", fazendo a defesa dos ideais liberais, e o de Auguste de Saint-Hilaire, que tece elogios a Napoleão, um dos ídolos do liberalismo, como já foi anteriormente observado. No seu conjunto, os textos revelam uma vontade de adequação a temas do romantismo que visavam a fantasia e o entretenimento, deixando entrever os ideais liberais que os norteavam.

3.4.2 Poesia

Nas páginas da *Minerva,* ficamos sabendo que no ano de 1844, Emílio Adet e Joaquim Norberto de Sousa Silva[247] publicaram uma coletânea de versos intitulada *Mosaico poético,* antologia que proclamava a nacionalidade da literatura brasileira. Foram publicadas, obras como: *Suspiros poéticos e saudades*, de Magalhães, o poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, e poemas de Basílio da Gama, Santa Rita Durão, de Sousa Caldas, São Carlos, José Bonifácio, Natividade Saldanha, Evaristo da Veiga e outros ilustres poetas brasileiros.

Sobre *Mosaico poético*, seus próprios organizadores, em "Algumas palavras sobre uma nova publicação" (MB 1844, v. II, n. 13, p. 392-394), revelam que seu

[247] Joaquim Norberto de Sousa e Silva contribuiu com ensaio na seção de literatura: "Estudos sobre a literatura brasileira durante o século XVII", publicado nos exemplares de n. 2 e n. 3 de 1843), e "Considerações gerais sobre a literatura brasileira". Sobre literatura internacional, escreveu "Indagações sobre a literatura argentina contemporânea", tratando Esteban Echeverria como o reformador da poesia argentina, e a geração poética argentina como imitadora de modelos europeus. No que concerne à poesia, foi estampada de sua autoria uma série de poemas com o subtítulo "Balata". Em prosa, colaborou com o romance "Maria ou Vinte anos depois. Romance brasiliense".

intento era o de publicar em vários volumes[248] algumas produções poéticas brasileiras do passado, definindo-o como uma antologia "na qual mais se patenteia a nacionalidade da sua literatura, pois que sempre nos trabalhos do pensamento esparsos, primitivos, espontâneos dos povos pretende a obra levar além fronteiras um melhor conhecimento da literatura brasileira, ainda insuficientemente conhecida pelos europeus" (MB 1844, v. II, n. 13, p. 392).

A poesia foi dividida em épica, lírica, didática, herói-cômica e dramática por Hélio Lopes (1978). Os responsáveis pela seção foram Antônio Francisco Dutra e Melo, Araújo Porto Alegre, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa.

Antônio Francisco Dutra e Melo[249] contribui, sobretudo, com poemas líricos. Dedicou dois deles a amigos: "A melancolia, inspiração poética oferecida ao meu amigo o Sr. Santiago Nunes Ribeiro" e "O amor. Inspiração poética oferecida ao meu amigo o Sr. D. G. Jardim Júnior".

Manuel de Araújo Porto Alegre[250], além de ter contribuído junto à seção de Belas-Artes, discorrendo sobre arquitetura, pintura e também literatura, e com um ensaio crítico, "*Revista dos Dois Mundos* – Uma palavra acerca do artigo do Sr. Chavagnes intitulado O Brasil em 1844". Colaborou na seção de poesias com a série "Brasiliana": "Brasiliana. Dedicada ao Ilmo. Sr. Inácio Dias Pais Leme"; "O caçador. Brasiliana dedicada ao Ilmo. Santiago Nunes Ribeiro", "Brasiliana. Ao faustíssimo consórcio da Sereníssima Princesa Imperial a Senhora D. Januária com Sua Alteza Real o Senhor D. Luís de Bourbon, conde de Áquila", "O voador. Brasiliana a Bartolomeu Lourenço Gusmão: dedicada ao último dos três", e também o "Canto genetlíaco ao faustíssimo dia 23 de fevereiro de 1845. Dedicado a Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II", que como podemos ver pelo título, dedicou-a em homenagem a

[248] *Mosaico poético* acabou sendo publicado apenas em um volume.
[249] Antônio Francisco Dutra e Melo contribuiu na seção de poesia com: "O macaco e as bananas" (poesia didática), "Uma manhã na ilha dos Ferreiros" (lírica); "O caleidoscópio" (prosa poética), "O amor. Inspiração poética oferecida ao meu amigo o Sr. D. G. jardim Júnior" (lírica), "A melancolia, inspiração poética oferecida ao meu amigo o Sr. Santiago Nunes Ribeiro" (lírica), "Uma manhã na ilha dos Ferreiros" (lírica), "A esperança na morte. Cântico de um solitário (prosa poética) e "O cometa de 1843. Inspiração poética" (lírica), " Os cedros do Líbano" (prosa poética), "A fé" (prosa poética). Na seção de literatura com "Ateneu Fluminense", e a crítica literária "A moreninha". Na de arte, com "Belas Artes. O mosteiro de N. S. do Monserrate do Rio de Janeiro, da Ordem do Patriarca S. Bento". E também na seção de noticiário e de ciências.
[250] Manuel de Araújo Porto Alegre colaborou na seção de noticiário com "Festas imperiais. II. Festas da cidade. III. Teatro de São Pedro", na de artes: "Fragmentos de notas de viagem de um artista brasileiro. Arquitetura", "Belas Artes. Exposição pública"; "Exposição de 1843", "Uma palavra ao Ilmo. Sr. Brasileiro nato", em que fez uma crítica ao *Jornal do Comércio*; "A Igreja paroquial de N. S. da Candelária (Veja-se a estampa)", ensaio publicado nos exemplares de n. 26 e n. 27 de 1845.

personalidades, principalmente políticas da época, nota-se que entre elas está D. Pedro II.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva já se mostrava envolvido com a poesia, como vimos pelo *Mosaico Poético*. Na *Minerva*, além de ter contribuído na seção de literatura e crítica, na poesia, colaborou com uma série intitulada "Balata": "A morte do bispo, Balata", "O mendigo. Balata", "O suicida. Balata", "A vítima da saudade. Balata", "O filho do pescador. Balata", "O canto do marinheiro". Balata", D. Úrsula. Balata", além da lírica "O último abraço (1649). À minha irmã D. Cândida Carolina da Silva".

Na *Minerva,* Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa colaborou apenas na seção de poesia, em que teve oportunidade de publicar partes de sua obra *Três dias de um noivado* como: "Retrato de Miriba", "A tempestade e o náufrago", "O canto do estrangeiro", "O ressentimento do indígena e a declaração de amor", "Fim da narração de Corimbaba", "Episódio do menino Caçador", "Episódio de um noivado. Sonho de Miriba", "Corimbaba na caçada", "Episódio do velho solitário", "O estrangeiro", "Morte de Miriba e de Corimbaba", em que cantou o índio, seu costume, hábito e religião. Estampou também as líricas "Aos anos de uma menina" e "A sensibilidade".

Notamos que, no geral, a poesia na *Minerva* formalizou-se em torno do nacional, como podemos constatar na presença de Teixeira Sousa, que traz para a revista o incipiente indianismo, ou poemas dedicados à família real, nomeadamente a D. Pedro II, abordando dois aspectos distintos do que poderia ser entendido como nacional: a referência ao elemento da terra e, portanto, ao índio e à natureza; a referência ao poder que simboliza o Estado e, portanto, à família real brasileira.

3.4.3 Crítica literária

A *Minerva Brasiliense* primou, entretanto, pela publicação de crítica literária, que girou em torno da nacionalidade, da independência e autonomia de nossa literatura. As questões tratadas em seu conteúdo refletiram o momento histórico, político e social vivido pelo Brasil. Passados o Primeiro Reinado de D. Pedro I e o período da Regência, que durou até 1840, era a primeira vez que o Brasil era governado por um imperador nascido no próprio país e a *Minerva Brasiliense* tornou-se uma publicação literária paradigmática do Segundo Reinado. Regida pelo espírito desse momento histórico, a crítica literária ali se pautou pela criação de uma concepção literária independente de

Portugal, fundamentada no orgulho patriótico e na busca de construir uma simbologia nacional (CÂNDIDO, 1981, p. 11).

Santiago Nunes Ribeiro retomará sua introdução à seção literária com um ensaio homônimo "Da nacionalidade da literatura brasileira"[251] (MB, 1843, n. 4, v. I, p. 111-115), que, de extensão menor, serviu como um complemento ao primeiro. Voltou a defender o aspecto nacional da literatura brasileira, notadamente no que concerne à poesia e a reivindicar seu reconhecimento, ou seja, sua "glória" perante outras literaturas no âmbito internacional.

É um ensaio-resposta às críticas feitas ao primeiro número da *Minerva* por parte de um colaborador do jornal *Sentinela,* que assina pelo nome O Arquivista*,* sobre quem não nos é revelada a identidade. Santiago afirma que este colaborador mostrou-se "enjoado ou insensível a tudo quanto se encontra na *Minerva*" (MB, 1843, n. 4, p. 111).

De acordo com Santiago Nunes Ribeiro, O Arquivista escreveu desmerecendo os ensaios da seção noticiário de Porto-Alegre, "Festas imperiais. II Festas da cidade. III. Teatro de São Pedro", que diziam respeito às homenagens festivas preparadas para a chegada da Imperatriz no Rio de Janeiro; afirmando ser "vago e superficial", assim como o de E. J. da Silva Maia, na área da ciência, intitulado "Ornitologia brasileira. Duas espécies novas de beija-flores", sobre o qual afirmou tratar de um assunto sem utilidade.

Recorrendo novamente à idéia de que a formação da literatura se dá por um conjunto de fatores (contrapondo o coletivo ao individual), Santiago Nunes Ribeiro procura contra-argumentar O Arquivista*,* que por sua vez, defende que apenas a língua e a religião são preponderantes na definição de tal literatura, colocando a de Portugal e do Brasil no mesmo espaço:

> Termina o *Arquivista* alcunhando de futilidades os artigos do 1°. número da *Minerva*; assim pode ser, mas nenhuma será tamanha como a seguinte: "A literatura está de tal sorte ligada com a linguagem e a religião, que enquanto esses objetos não forem diversos, não se poderá bem distinguir uma de outra (a portuguesa da brasileira)." E não sabe o autor que a França, a Espanha e Portugal tem a mesma religião, e todavia possuem literaturas diferentes? (MB, 1843, n. 4, p. 112).

[251] É acompanhado de duas epígrafes: a primeira de Petrarca "Piacemi aver vostre questioni udite, ma più tempo bisogna a tanta lite", e a segunda, de Boileau: "Venez Pradon et Bonnecorse/ Grands écrivains de même force/ De vos écrits recevoir le prix".

Santiago Nunes Ribeiro argumentou, em um segundo momento, contra outro intelectual, agora do *Jornal do Comércio,* a quem se refere como "Sr. Crítico", e caracteriza como "positivo, direto e categórico" (MB, 1843, n. 4, p. 113), diferentemente do outro. Defenderá Abreu e Lima em relação a opinião de tal "Crítico", que afirmou ser seu *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil* uma obra fútil e "ignorada fora do Brasil".

Santiago manteve seu mesmo argumento, do primeiro ensaio, contra o de Abreu e Lima sobre o não reconhecimento da nacionalidade da literatura brasileira, contudo, defende a importância de seu *Bosquejo,* utilizando-se de comentários de *O Panorama*[252]*,* conhecido jornal português, para argumentar a seu favor, legitimando o lugar de tal obra e de tal intelectual frente à literatura européia:

> À vista destes fatos erra o nosso adversário quando afirma que o Sr. Abreu e Lima por míngua de conhecimentos julga desfavoravelmente a literatura lusitana. Quanto a ser desconhecida fora do Brasil a obra do dito senhor, nada prova contra ela, porque é sabido que em Portugal raro é o livro que aparece impresso no Brasil: disto dão fé as seguintes palavras do *Panorama*: "pela raridade das obras *brasílicas* no continente... resulta daqui serem desconhecidos entre nós escritos *importantes* e *estimáveis*." (MB, 1843, n. 4, p. 113).

A autonomia literária do Brasil frente à portuguesa continua a ser defendida e, no campo mais geral, frente à européia. Outros trechos de *O Panorama*, com o mesmo objetivo, serão citados por Santiago como forma de legitimá-la.

Santiago combaterá novamente os conceitos de Gama e Castro, aqui chamado de "adversário", que se utiliza do aspecto lingüístico e também do passado colonial para afirmar sua incredibilidade em relação as aspecto nacional da literatura brasileira. Para Gama e Castro, de acordo com Santiago: "São as línguas que dão nome às literaturas: para que existisse literatura brasileira, preciso era que estivesse consignado em outra língua que não fosse na portuguesa" (MB, 1843, n. 4, p. 113), o que será rebatido pelo seguinte argumento: "a literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo, ou de uma época: ora o Brasil tem uma índole, um caráter e uma inteligência social própria, isto é, há uma literatura brasileira" (MB, 1843, n. 4, p. 113).

Ao tratar do clima como especificidade, a fim de embasar seu discurso contra o "adversário", Santiago apoiar-se-á em Ferdinand Denis e Garrett, outrora por ele criticados:

[252] Cf. GARMES (1999).

> Não só julga o Sr. Garrett que era possível que o clima do Brasil inspirasse uma poesia particular e diversa da portuguesa no seu colorido e feições, não só admite esta possibilidade, como até estranha muito, e nisto vai com o Sr. Ferdinand Denis, que os poetas brasileiros não fossem mais nacionais, não enriquecessem as suas produções com a poesia especial que este clima respira. (MB, 1843, n. 4, p. 113)

Este ensaio "Da nacionalidade da literatura brasileira", estampado três números depois do primeiro, veio reforçar as teses de Santiago. Vimos que intelectuais a quem se dirigiu criticamente, como Abreu e Lima, e mesmo o francês Denis e o português Garrett, são retomados sobre outro ângulo, o de defesa, demonstrando uma seleção bem estruturada em argumentos a favor da autonomia literária brasileira diante da literatura de Portugal e da européia em geral.

Fecha seu texto com um trecho do poema "Hino à tarde", do brasileiro Odorico Mendes, que é tomado como exemplo de poesia romântica brasileira, o que se evidencia, para o autor, pela presença ali da natureza do Brasil, da "floresta", "da ave o gorjeio", e de aspectos históricos, como o "escravo" e a referência à "África". Segue-se a parte citada:

> Ó compassiva tarde! Olha-te o escravo
> Sopeia em si os agros pesadumes:
> Aos sons dos ferros o instrumento rude
> Tange, bem vomo em África adorada,
> Quando (tão livre!) o filho do deserto
> Lá te aguardava; e o eco da floresta,
> Da ave o gorjeio, o trépido regato,
> Zunindo os ventos, murmurando as sombras,
> Tudo em cadência harmônica lhe rouba
> A alma em mágico sonho embevecida. (MB, 1843, n. 4, p. 115)

Outros ensaios foram estampados posicionando-se a favor da autonomia da literatura brasileira, envolvendo novamente Santiago Nunes Ribeiro, como "*A Minerva Brasiliense* no seu 2° ano: O Brasil insultado pela *Revista dos Dois Mundos*" (MB, 1844, n. 22, v. II, p. 667-668). Como o título já apresenta, o autor faz de seu texto uma resposta a um suposto insulto presente no artigo do francês L. de Chavagnes, o conde de Suzanet, publicado na *Revista dos Dois Mundos*[253], detratando a imagem da *Minerva*

[253] *Revue des Deux Mondes* iniciou sua publicação em 1829, tendo François Buloz como diretor. Fez-se um jornal de ampla temática, abordando literatura, história e política. No âmbito internacional, discorreu

Brasiliense, e a do Brasil, por ser um país atrasado política e culturalmente. Lembramos que o discurso é de Santiago Nunes Ribeiro e que não nos dá referências bibliográficas sobre o artigo francês e nem faz citações diretas de tal texto.

A *Minerva*, de acordo com Santiago, foi desqualificada como revista: não oferecendo produções de "mérito" e nem tendo forças para "competir com as boas publicações européias deste gênero" (MB, 1844, n. 22, p. 667). Em defesa da *Minerva,* da imprensa local e do Brasil, Santiago Nunes Ribeiro partiu do argumento de que o país é novo, justificando que estava começando a caminhar apenas depois da independência política. Partindo do conceito de "desenvolvimento", elabora uma comparação de publicação de uma revista de cultura em um país novo e em um mais antigo:

> E de mais pretexto de que podem lançar mão, é tão frívolo como anti-brasileiro: pois todos sabem que nos países mais adiantados não é nos primeiros anos que uma empresa destas se aperfeiçoa. Para não citar senão um exemplo, mas de muito peso, diremos a esses inconsiderados indiferentistas que a *Revista Enciclopédica*, publicação que tinha por seus colaboradores os Cuviers, os Fleureas, os Franceou, os Dupies, era chegada ao seu 1°. ano de existência, e ainda não tinha podido cumprir todas as suas promessas.
> Se no país mais abastado em recursos literários, e nos meios materiais que os tornam producentes, trabalhos desta natureza não chegam à perfeição senão passando por graduais, e às vezes vagarosas melhorias, como exigir de nós, que lutando com os estorvos mais tenazes, demos pronta satisfação às precisões morais e literária do país e da época! E quem pode dar-nos cargo de não fazê-lo, quem pode inculpar-nos senão a crítica da inveja ou da ignorância! Sim, é a crítica de homens que nada fazem, que de nada são capazes, e a de outros que têm a galante habilidade de enterrar empresas criadas, cheias de vida e de futuro: é a crítica dos zoilos finalmente, que se atreve a abocanhar-nos. (MB, 1844, n. 22, p. 667)

Santiago Nunes Ribeiro explica aos leitores que, com seu discurso, não tem como objetivo criticar a França, um país que tanto admira, mas sim o artigo de Chavagnes, citando, para isso, Voltaire:

> Não confundamos, portanto, a França com Messieurs les faquins, polissons, gredins, chevaliers d'industrie, charlatães que tudo sabem e aquele que
> *...distille à longs traits son absurde malice*

---

sobre países do continente europeu, americano, africano e asiático, sendo considerada uma "revista de voyage." É ainda hoje publicada em Paris (site: www.revuedesdeuxmondes.com).

nem mesmo
...ce frippier d'écrits que l'intérêt dévore
Qui vend au plus offrant son enere et ses fureurs.
Voltaire. (MB, 1844, n. 22, p. 668, grifo do autor)

A figura de Chavagnes como provocador rendeu outros dois ensaios publicados no mesmo exemplar, em seqüência, como o de Araújo Porto Alegre, com "*Revista dos Dois Mundos*. Uma palavra acerca do artigo do Sr. Chavagnes intitulado *O Brasil em 1844*" (MB, 1844, n. 23, vol. 2, p.711-719), e o de Émílio Adet, "Resposta ao artigo da *Revista dos Dois Mundos*, intitulado – *Do Brasil em 1844*; situação moral, política, comercial e financeira" (MB, 1844, n. 23, vol. 2, p.719-725). Ambos são uma continuação aos argumentos de Santiago Nunes Ribeiro, mostrando-se como uma tentativa dos colaboradores da *Minerva* de legitimar o trabalho intelectual que ali realizavam.

Porto Alegre contextualiza, melhor que Santiago, a relação de Chavagnes e o Brasil. Diz que veio ao Brasil em 1844, onde passou poucos dias, acompanhando o ministro da França Langsdorff. Vê-se pelo ano da visita que se tratava de um acontecimento recente. Já naquela altura, Chavagnes parecia ter tratado a cidade do Rio de Janeiro sobre um tom sarcástico, ao abordar a falta de organização na alfândega. Para Porto Alegre, as críticas de Chavagnes abordaram aspectos irrelevantes, como o de não ter recebido ajuda com as bagagens ao desembarcar no porto (MB, 1844, n. 23, p. 711), entre outras, assim citadas:

> Espantei-me assaz das vexações impostas aos viajantes pela série de minuciosas formalidades das alfândegas. Surpreendeu-me logo que desembarquei, depois de meio dia, num dia santo, de não encontrar empregado algum que visitasse (sic) minha bagagem. O barão de Langsdorff, ministro da França, foi menos feliz na sua chegada ao Rio de Janeiro. Desembarcando com a sua carteira debaixo do braço, foi preso por um guarda da alfândega que lha queria tirar à força. O Sr. Langsdorff resistiu; não se ouviram suas observações, e sem a intervenção de alguns brasileiros que explicaram a posição do Sr. Langsdorff, os papéis do nosso ministro teriam sido submetidos ao exame de um agente das alfândegas brasileiras. (MB, 1844, n. 23, p. 711)

Diferentemente de Santiago Nunes Ribeiro, Porto Alegre faz usos de citações diretas de Chavagnes, apresentadas entre aspas, sem referência exata. Frente à afirmação de cunho nacional: "os Brasileiros não podem compreender uma Pátria séria e elevada em suas instituições" (MB, 1844, n. 23, v. II, p. 712), Porto Alegre dedica

parte de seu discurso de "evolução" do Brasil como "pátria", partindo do pressuposto de Santiago Nunes Ribeiro de que se trata de país jovem, que ainda não pode ser comparado às "grandes civilizações", como as da Europa.

O ensaio de Emílio Adet, "Resposta ao artigo da *Revista dos Dois Mundos*, intitulado – *Do Brasil em 1844*; situação moral, política, comercial e financeira", também critica a opinião de Chavagnes como "severa" e "mal-fundamentada", por se basear em um curto tempo de estadia no Brasil e pelo ínfimo conhecimento da língua e de seus habitantes:

> Como é que o autor do artigo, no pouco tempo que gastou para explorar o Brasil, tanto a corte como o interior, pôde examinar minuciosamente os estabelecimentos, as instituições, tudo aquilo enfim do que fala? Como pôde também conhecer a fundo as pessoas sobre as quais se pronuncia inconsideradamente? Tomando conhecimento de uma nação somente por alguns habitantes do país, estrangeiros e naturais, que dele não sabem senão generalidades, poucas vezes se consegue dizer coisas exatas, acontece então como com um geógrafo que coloca a igreja da Candelária no Corcovado (a Candelária é igreja que talvez não conheça, Sr. autor do artigo, pois não falou senão da Glória e de Santa Teresa como podendo avistar-se da Bahia, não mencionado nem S. Sebastião, nem o convento de S. Bento, etc). (MB, 1844, n. 23, p. 719)

Emílio Adet parte da idéia geral de que tanto os franceses quanto os ingleses depreciam a imagem dos países que visitam. Considerando o processo de colonização e a recente Independência, Adet afirma: "O Brasil para chegar ao ponto em que se acha, em tão pouco tempo, deve ter marchado a passos de gigante" (MB. 1844, n. 23, p. 720). Novamente verifica-se que utiliza do mesmo conceito de evolução de Santiago Nunes Ribeiro e de Porto Alegre para argumentar a favor da imprensa no Brasil.

Lembramos que Emílio Adet é de origem francesa, o que não o impediu de colocar-se contra seu conterrâneo, e mesmo de, em nome do Brasil e do Rio de Janeiro, apropriar-se de comparações "negativas" com a França e Paris:

> Queixa-se o autor da justiça; diz que não há; que a impunidade é excessiva, que famílias têm assassinos à sua custa. Sobre isto direi que em toda parte há juízes venais e descarados, que não devem confundir os costumes regulares, a menos de não se lembrar de 1789, com o espírito partido, e as dissensões que ocasiona; direi que os países onde há mais justiça é porque a necessita a grande quantidade de abusos e delitos. (MB, 1844, n. 23, p. 720)

> Queixa-se também o autor do asseio das ruas. Não falarei eu das de Paris, sempre, pelo grande trânsito, e a temperatura em que se acha situado, muito mais enlameadas. (MB, 1844, n. 23, p. 721)

Verifica-se assim que Adet, como os outros citados acima, quer legitimar seu lugar como intelectual no Rio de Janeiro, e numa esfera maior, no Brasil. Sem deixar de ocupar o seu lugar de um intelectual francês no Brasil, apoiou-se na autonomia e na nacionalidade, incentivando o brasileiro a se orgulhar e alimentar sua consciência patriótica como, segundo autor, fizeram Napoleão e Alexandre, o Grande.

No que concerne à literatura, os escritores brasileiros também foram equiparados aos franceses por Adet, chegando mesmo a comparar as poesias de Magalhães com as de Victor Hugo e Lamartine:

> Acaso ouviu falar do Sr. Magalhães, este poeta em que se acha muitas vezes alguma coisa da profunda poesia de Victor Hugo, da sagrada unção de Lamartine, e da força poética de Byron? Acaso ouviu falar do Sr. cônego Januário, grande literato, bibliotecário da Biblioteca Imperial, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de muitos outros que já têm nome, ou que vão se elevando com o Brasil e a nova geração? (MB, 1844, n. 23, p. 723).

Segundo os tópicos apontados, Chavagnes discorreu negativamente sobre o papel do clero no Brasil, o dos políticos, o de D. Pedro II, e até sobre a mulher brasileira, de acordo com o trecho:

> (...) está também muito enganado quando diz que muitas poucas sabem ler; deveria ter dito, ao contrário, que muito poucas o não sabem, e que quase, até os de parentes muito ricos, sabem tocar piano, falam francês, têm as prendas de todas as mulheres, e além disso algumas desenham, e muitas se dedicam à poesia. (MB, 1844, n. 23, p. 724)

Para finalizar, como Santiago Nunes Ribeiro, esclarece o leitor que seu ensaio não tinha a intenção de atacar a França, e sim a um indivíduo apenas, Chavagnes.

O trecho acima citado apresenta relação com o ensaio de Santiago Nunes Ribeiro, intitulado "Ao belo sexo em geral e às senhoras brasileiras em especial" (MB, 1844, n. 1, v. III, p. 22-23), publicado posteriormente, em que se deixa evidenciar o interesse da *Minerva* com tal público. Ao dedicar-lhes tal artigo, tinha como objetivo incentivá-las como leitoras da revista. Segue um trecho do início do texto, em que a figura feminina é louvada:

> Resolvidos como estamos a tornar os artigos da *Minerva* tão interessantes e variados quanto seja possível, preciso é que enderecemos duas palavras ao bom senso e ao fino e delicado gosto do sexo amável, pois que alguns de nossos trabalhos têm de ser-lhes dedicados. Permiti pois, ó belas filhas e sucessoras de Eva, que ao vosso recreio destinemos várias colunas da *Minerva*, ocupando a vossa atenção com notícias sobre a vida de heroínas, poetisas, rainhas e imperatrizes célebres; com os exemplos admiráveis do amor, constância e virtude que nos deixaram em todos os tempos e entre os povos todos, as mulheres ilustres, êmulas dignas dos varões assinalados. (MB, 1844, n. 1, v. III, p. 22)

Se não serve como resposta a Chavagnes, mostra-nos, entretanto, o interesse da revista com o público feminino. Veremos através de outros ensaios, que os intelectuais da *Minerva Brasiliense* apoiarão, como um grupo, as idéias de Santiago Nunes Ribeiro.

Januário da Cunha Barbosa, por exemplo, contribuiu com outro texto: "Da nacionalidade da literatura" (MB, 1844, n. 6, v. I, p. 168-172), que se trata da transcrição de parte de um texto do francês Eduardo Mennechet, datado de 1843, escrito para o Congresso Histórico de Paris. As palavras de Januário da Cunha Barbosa só aparecem no parágrafo introdutório, explicando tal seleção: "Ele pode servir na presente ocasião de esclarecimento à questão que fora suscitada pela *MINERVA*, e de que muitos literatos se ocupam, sem contudo assentarem as verdadeiras bases em uma satisfatória definição" (1844, n. 6, p. 168, grifo do autor).

Evidencia em Eduardo Mennechet, as palavras usadas no discurso de Santiago Nunes Ribeiro, de que a literatura de um país forma-se a partir de um complexo: clima, religião, costumes e história:

> A literatura é nacional quando está em harmonia perfeita com a natureza e clima do país, e ao mesmo tempo com a religião, costumes, leis e história do povo que o habita. A natureza é o primeiro espetáculo que se oferece ao homem à sua entrada na vida; o clima é a primeira sensação que ele experimenta; a religião, depois das afeições de família, é o primeiro amor que se lhe dá; os costumes formam o primeiro laço social que o liga a seus concidadãos; as leis são o primeiro jugo a que é forçado a submeter-se; a história é a primeira glória de que pode ufanar-se. Onde pois o poeta que quer ser nacional irá procurar suas inspirações, a não ser no que vê, no que sente, no que crê, no que sofre, no que ama e no que espera? (MB, 1844, n. 6, p. 168).

Discorrerá detalhadamente sobre cada item acima citado. Primeiramente trata da peculiaridade dos costumes de cada "povo", que, por sua vez, determinarão o que é

moral dentro de uma sociedade. Parte do princípio que a poesia é um reflexo da experiência vivida nessa sociedade, dando importância aos traços locais. O passado deve ser tomado como parte da história e fundamento das "glórias" do futuro. A natureza é para Mennechet o principal tema de inspiração nacional de um poeta. Mennechet considera que mesmo a poesia, tida como gênero "universal", pode modificar sua expressão sob influências de causas específicas de cada país, o que é aproveitado pela revista para impor a idéia de brasilidade sobre a nossa poesia.

Neste ensaio, a religião é um dos principais tópicos abordados, tema também constante nas páginas da *Minerva* e aqui empregado como mais um aspecto de determinação nacional, tomado em comparação à literatura:

> Deus é uma figura comum a todos os povos, mas cada religião o vê de uma maneira diferente. Assim é também a literatura que além de ser universal, é própria de cada país. (MB, 1844, n. 6, p. 169)

A ênfase se dá por uma visão cristã, em comparação à "religião de Brama", o hinduísmo, caracterizada pela imaginação, e também, mais adiante, às literaturas grega e hebraica, sendo que esta é caracterizada como centrada no plano divino e aquela no plano material (terreno). O cristianismo é analisado de acordo com um conjunto de preceitos morais que coordenaria as nações. A moral é tomada como universal, no sentido de se manifestar entre todos os "povos", em oposição à especificidade dos costumes, que se apresenta sobre diferentes aspectos, pois depende da caracterização de cada um: "A moral é uma e a mesma coisa em todos os povos, porque é, como a religião, uma verdade que emana de Deus. Mas em todos os povos os costumes diferem, como todas as criações dos homens" (MB, 1844, n. 6, p. 169).

As religiões, literaturas e nacionalidades são tratadas em prol da liberdade de culto e da aceitação de diferenças e peculiaridades, ao mesmo tempo em que se revela a supremacia da sociedade cristã, que aparece como tolerante:

> Assim a idéia de um Deus criador e remunerador é uma idéia comum a todos os povos; mas vejam-se quantas loucas e absurdas transformações não sofre ela na religião de Brama, e que sábia admirável unidade não conserva na religião de Cristo? Porque se dará uma tal diferença entre estas duas religiões? A razão é que uma abandonou-se à imaginação dos homens, e que a outra encerrou-se na palavra de Deus. Interrogai os outros cultos em que se tem desvairado o espírito humano, e achareis em todos um mesmo princípio com caracteres diferentes. (MB, 1844, n. 6, p. 169)

Mennechet acredita que a religião é o aspecto mais determinante no poeta, que dela depende sua produção artística de caráter nacional: "O culto, quaisquer que sejam a sua extravagância e absurdo, será pois um dos primeiros elementos de sua poesia; ele se fará logo poeta nacional pela religião, a fim de o ser depois pelos costumes, porque sabe que a religião impera nos costumes" (MB, 1844, n. 6, p. 169).

Os artigos até agora analisados comprovam a finalidade da revista, intensificando cada vez mais a necessidade de provar e de formar uma literatura nacional.

Como vimos na introdução apresentada por Santiago Nunes Ribeiro e também no ensaio transcrito de Mennechet por Januário da Cunha Barbosa, o passado foi tomado como um fator de sedimentação literário, para mais uma vez justificar a autonomia diante de literaturas no âmbito internacional, principalmente em relação a Portugal. Os colaboradores da *Minerva* tiveram como um dos objetivos recuperar as obras literárias desde o período colonial, para mostrar aos seus leitores as produções já existentes.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva foi outro dos responsáveis por este tipo de estudo estrutural do passado brasileiro, o que pode ser analisado em "Estudos sobre a literatura brasileira durante o século XVII" (MB, 1843, n. 2, v. I, p. 41- 45 e n.3, p. 76-82) publicado em dois exemplares.

Discorreu sobre literária e política, a fim de demonstrar que estão intimamente ligadas. Mencionou as invasões holandesas no período colonial, analisando como esse fato refletiu-se na obra de Antônio de Sá, Eusébio de Mattos, Lourenço Ribeiro, tidos como os primeiros passos da poesia no Brasil.

Trata-se de um texto panorâmico sobre a literatura barroca. Elege Bento Teixeira Pinto (Porto, 1561 - Lisboa, 1600), Gregório de Matos, (Bahia, 1623 - Recife, 1696), Manoel Botelho de Oliveira (Salvador, 1636 – 1711) e Bernardo Vieira (1619-1697)[254] como os escritores mais importantes do século XVII, tecendo comentários gerais de suas obras. Sobre "Prosopopéia", de Bento Teixeira, o poema épico considerado um marco literário do Brasil, escreveu:

> De todas as suas obras apenas pudemos ver esta última, e o único mérito que lhe damos é o ser ela produção do mesmo antigo literato

[254] Datas apontadas pelo autor.

> do Brasil; o estilo é chão, e peca por falta de concisão, a muita redundância de que se acha sobrecarregado, assaz entorpece a sua leitura; a dicção é pobre, o autor parece conhecer melhor que ninguém os seus defeitos. (MB, 1843, n. 2, p. 41).

De Gregório de Matos, cuja obra, segundo Norberto de Sousa, foi caracterizada pela "originalidade de pensamento", pela maneira "graciosa" de abordar o "ridículo", e pela ousadia de satirizar personalidades políticas da época, transcreveu a sátira *Marinícolas,* referente ao governador da Bahia, cuja publicação resultou na prisão do poeta e exílio em Angola. Não teceu apenas elogios, mas também crítica a obra de Gregório de Matos, dizendo que ele não cultivava a sátira como deveria, pois fazia muito uso de obscenidades e infâmia em seus versos.

De Botelho de Oliveira citou o conjunto de poesias intitulado *Música do Parnaso,* o qual transcreveu alguns trechos, e de Bernardo Vieira, *Guerra Brasílica.* Organizou panoramicamente apresentações de estudo biográfico dos dois poetas, como o fez com Gregório de Matos.

Para o autor do ensaio, Botelho de Oliveira e Bernardo Vieira são considerados os prediletos do gongorismo e do maneirismo, mas "barbarizaram a índole do idioma português" e exageraram em metáforas, criticando a tendência barroca. O primeiro, diz-se exagerar no uso de metáforas e trocadilhos, resultando em um estilo "fofo e alambicado", que "cansa e enoja". Já sobre o segundo, vê "elegância" na métrica e "fineza de pensamentos".

Comentou vagamente sobre Gonçalo Ramo Cavalcanti de Albuquerque e João Mendes da Silva, como parte do grupo de representantes dos primeiros poetas do século XVII no Brasil, aludindo à censura do governo colonial e do tribunal do Santo Ofício como atraso literário.

Justifica no último parágrafo o objetivo de seu ensaio, de buscar no passado traços que comprovem o caminho percorrido pela literatura no Brasil, para assim embasar a afirmação de brasilidade:

> Assim pois já um novo povo começava a aparecer; competidor do gênio dos antigos portugueses, se elevava e crescia per si mesmo, segundo a asserção do abalizado Sismonde de Sismondi; assim pois caminhávamos lenta e vagarosamente retidos pelos grilhões do governo colonial e pelos pavores que inspirava o tribunal do Santo Ofício, esses dois cancros que faziam calar a verdadeira fonte da inspiração tolhendo a liberdade do gênio e lançando-lhe peias! E

> contudo caminhávamos; eram os primeiros passos de nossa infância! (MB, 1843, n. 2, p. 45)

Ao citar Sismonde de Sismondi refere-se à epígrafe: "Ainsi une nation nouvelle, qui probablement héritera seule du genie des anciens portugais, commençait déja à croite et à s'elever au de la des mers,"[255] que serve para fundamentar o objetivo de seu texto. O século XVII, o barroco, é tomado como o período de "infância" literária do Brasil.

Há outros textos de Norberto de Sousa que serviram como referência da formação e afirmação de uma literatura própria como, por exemplo, "Considerações gerais sobre a literatura brasileira" (MB, 1844, n. 14, v. I, p. 415-417), em que exaltou a natureza brasileira e o índio, visto como o nativo possuidor de uma ideologia, de uma história, de costumes e de uma religião. Fez considerações sobre Cláudio Manuel da Costa, José Basílio da Gama, Frei José de Santa Rita Durão e Gonçalves de Magalhães, tratados como grandes colaboradores da constituição da literatura brasileira.

Na crítica literária da *Minerva,* pouca coisa foi falada do índio como elemento simbólico da brasilidade da literatura. Podemos citar apenas Norberto e Sousa e os fragmentos da obra poética *Três dias de um noivado*, de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa.

Assim como fizera Norberto de Sousa e Emílio Adet, com o já referido *Mosaico poético*, Santiago Nunes Ribeiro publicou um ensaio de crítica literária intitulado "Parnaso Brasileiro",[256] que serviu de introdução ao livro que levava o mesmo nome, de autoria de João Manuel da Silva (1817-1894), cuja obra consiste em uma antologia que reúne poemas do período colonial. Ali, Santiago Nunes Ribeiro discorreu sobre as necessidades literárias que se multiplicavam cada vez mais no Brasil, corroborando com o aumento das atividades comerciais relacionadas aos livros, ou seja, com a divulgação da literatura, porém, segundo o autor, o preço ainda não era acessível a todos.

Sobre o *Parnaso Brasileiro*, de João Manuel da Silva, afirmou: "é uma obra que vulgariza as cópias de muitas das belas produções dos poetas nacionais, algumas das quais são escassas, ou adulteradas em manuscritos e confinadas em raros exemplares" (MB, 1843, n. 2, p. 53). Criticou-o pela omissão de algumas poesias que deveriam ser

[255] Sismonde de Sismondi. De la litérature du midi de l'Europe, tom. 4º: referências dadas pelo texto.
[256] O título completo é "Parnaso brasileiro, ou seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros, desde o descobrimento do Brasil, precedida de uma introdução histórica e biográfica, sobre a literatura brasileira por J. M. P. da Silva. em casa de Ed. e Henr. Laemmert", 1843, vol.1, n.2. pp. 53-54.

acrescentadas na antologia, em razão de sua importância, como, por exemplo, algumas traduções dos Salmos, as poesias de padre Antonio Pereira de Sousa e Caldas (1762-1814) e o poema satírico de Tomás Antonio Gonzaga (1744-1810) intitulado "Feiticeiras", e ainda pela eleição de algumas poesias tidas como "medíocres", que não deveriam ser estampadas. Com esse estudo do passado, uma das finalidades era recuperar obras caracterizadas como coloniais, no intuito de divulgá-las e tomá-las, como já foi dito, como os primórdios da literatura brasileira.

Emílio Adet em "Os Lusíadas" (MB, 1844, n. 13, vol. 2, p. 389-392) noticiou a tradução para o francês da obra épica de Camões por M. de Ragon como a primeira tradução completa naquela língua. Mostrou preferência pela tradução em prosa, em oposição à em verso, alegando ter vantagem em relação à manutenção da forma. Em seu texto, a *Ilíada*, a *Divina Comédia* e *Jerusalém Libertada* são mencionadas como obras épicas obrigatórias, visto a "ação" e a "variedade" de eventos que elas contemplam. Já *Os Lusíadas,* de Camões, cuja temática é referida como "exclusivamente" patriótica, não teria o mesmo alcance que as outras:

> Não sucede porém o mesmo com os *Lusíadas*, que, por assim dizer exclusivamente cheios de patriotismo, tornam-se muito interessantes para os portugueses, e algum tanto frios para os estrangeiros, para os quais é uma espécie de hino nacional. O poema de Camões é sem contradição alguma cheio de belezas primas; mas, comparando na sua totalidade com outras grandes produções épicas, duvidamos que sustentar possa o paralelo. Se o autor tivesse tratado o seu grandioso assunto aproveitando tudo quanto lhe oferecia sua vida de viajante, de guerreiro e de poeta cheio de aventuras e desgraças, que aproveitasse a rica natureza e os costumes brilhantes que lhe oferecia o oriente à ardente imaginação, que até às vezes sacrificasse um pouco esse amor nacional que tanto o inspirava, por certo que teria produzido obra mais perfeita, quiçá de maior mérito para os estrangeiros, que não de maior interesse para os seus compatriotas.(MB, 1844, n. 13, p. 391)

O nacional é tomado como específico/individualista em oposição à totalidade/universalidade, num discurso em que estas últimas características são mais valorizadas. Para Adet, *Os Lusíadas* é uma obra de temática exagerada. Essa crítica demonstra a vontade de desqualificar o maior clássico da literatura portuguesa frente a outros textos clássicos europeus, no sentido, provavelmente, de a literatura de referência para a brasileira deveria ser a européia e não a portuguesa.

No que concerne à crítica literária brasileira de sua autoria, além do supracitado texto estampou-se "Da arte dramática no Brasil", a já citada "Algumas palavras sobre

uma nova publicação", que escreveu em parceria com Joaquim Norberto de Sousa e Silva, "Resposta ao artigo da Revista dos dois Mundos" e o "O último discurso do Sr. Santiago", que saiu em dois exemplares.

Adet foi um dos responsáveis por trazer da França uma companhia de teatro para o Rio de Janeiro, com o intuito de aperfeiçoar a arte dramática no Rio de Janeiro, como podemos notar no ensaio "Teatro Francês" (1843, n. 1, v. I, p. 27-28), em que comentou as dificuldades da companhia para se estabelecer em um espaço fixo. Apresentou detalhadamente os principais artistas que a compõem, elogiando-os. Anunciou que cada número da *Minerva* seria acompanhado de uma simples revista teatral para inteirar o público sobre a companhia. Emílio Adet assumiu o papel de crítico teatral dessa companhia. Contribuiu para a divulgação de literatura francesa, elegendo-a como modelo literário para o Brasil, o que podemos verificar em "Literatura contemporânea francesa" (MB, 1843, n. 2, v. I, p. 37). Segundo o autor, a França é a "nação" que mais contribuiu, no século XIX, para o "rápido progresso civilizador" do Brasil.

Portugal, enquanto metrópole, é citado como figura opressora, por impôr à ex-colônia sua dominação literária. Contudo, defende que a partir da independência política a literatura seguiu o mesmo caminho da política:

> Sacudindo a independência brasileira, o jugo da antiga Lusitânia, com o mesmo golpe com que feriu o seu sistema político quebrou as últimas cadeias do sistema literário, desde muito alterado, e para logo se viu despontar no horizonte o crepúsculo de uma aurora nascente, formando-se pouco tempo depois uma nova época da literatura brasileira, havendo já hoje alguns talentos trilhados esta nobre vereda. (MB, 1843, n. 2, p. 37)

No que concerne à literatura romântica, citada como "nova escola", afirmou que tanto a do Brasil como a de Portugal tomou a francesa como paradigma. No mesmo ensaio, apresentou um estudo panorâmico, abordando obras e poetas desde a Idade Média até os poetas contemporâneos franceses, como Alfredo de Vigny e Edgar Quinet. Citou as tragédias de Corneille e de Racine em contraposição à "nova literatura dramática" de caráter nacional, apresentada como fruto da sociedade moderna francesa, que saía da revolução. Da mesma maneira, tratou do gênero comédia, citando a de Molière, tida como "simples" e "profunda", e a de Kegnard, "jovial" e "verdadeira", montando um contraponto com a comédia contemporânea, cujo caráter, segundo Adet, não se "acha determinado".

Na crítica, ao mesmo tempo que compartilhou das idéias de Santiago Nunes Ribeiro, como vimos em "Resposta ao artigo da *Revista dos Dois Mundos*, intitulado – *Do Brasil em 1844*; situação moral, política, comercial e financeira", posicionou-se, não diríamos contra, mas criticamente em "O último discurso do Sr. Santiago" (1845, n. 7, v. III, p. 103-106 e n. 9, p. 125-134), publicado no último ano da revista. Trata-se de um ensaio-resposta ao de Santiago Nunes Ribeiro, que foi estampado no jornal *O Mercantil,* do Rio de Janeiro, comentando seu discurso pronunciado no colégio D. Pedro II, na presença do imperador, no qual, segundo Adet, criticou a "França literária".[257] Motivo este, que o fará revidar.

Na primeira parte, tratou da necessidade da crítica e de sua prática no Brasil, transcrevendo em aproximadamente três páginas o discurso de Santiago Nunes Ribeiro, suas observações foram feitas numa segunda parte, estampada no número seguinte[258]. Posicionou-se em defesa da literatura francesa, contra as ditas "irreverentes faltas" de Santiago Nunes Ribeiro. A maior parte do texto de Adet está relacionada com a suposta afirmação de que a França é "um laboratório de plagiatos", o que contestou, argumentando que sua "pátria" é "renovadora" e "progressista", e o "centro do crescimento literário", que não pode ser assim tratada por causa de escritores como Cousin e Alexandre Dumas, que são ali citados como plagiadores. Segundo Adet, o plágio existe desde os períodos clássicos, não sendo exclusivo da França. Na conclusão, demonstra sua intenção de não querer ofender Santiago, a quem se refere como amigo, apregoando a fraternidade cristã.

Como conterrâneo de Emílio Adet, também publicou na *Minerva* Luís Antônio Burgain, que, quando da publicação da revista*,* vivia no Brasil há mais de catorze anos, e dizia ter forte relação com o país, como podemos ver em seu ensaio crítico intitulado "Cornélia": "Amo o Brasil como a terra em que achei uma existência honrosa, como a terra que vi nascer minha mulher e meus filhos, como a terra em que descansarei um dia". (MB, 1844, n. 24, v. II, p. 751). Chegou a se considerar brasileiro, deixando-se influenciar pela cor local e incluindo-a em suas peças teatrais, visto que era dramaturgo.

"Cornélia, tragédia em 5 atos de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa" (MB, 1844, n. 24, v. II, p. 751 – 756) refere-se à peça teatral do também colaborador Teixeira e Sousa, que convidou Burgain para analisá-la. Mostrou receio em fazê-lo, pois, como escritor, dizia encontrar-se na mesma condição do autor:

[257] Não tivemos acesso ao ensaio de Santiago Nunes Ribeiro.
[258] Lembrando que o n. 9 era o próximo número. A intercalação deve-se à *Biblioteca Brasílica.*

> Depois que conferiram o muito honroso título de colaborador da *Minerva Brasiliense*, um amigo convidou-me a analisar a *Cornélia* do Sr. Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa; o meu primeiro movimento foi escusar-me, visto que eu me acho numa posição excepcional, seguindo a mesma carreira, e até tratando da publicação de algumas peças minhas. Como, disse eu, poderei analisar, criticar as obras de outrem, erigir-me eu em juiz, eu que, animado pela excessiva indulgência do público, abalancei-me a escrever para a cena brasileira, e numa língua estranha? (MB, 1844, n. 24, v. II, p. 751).

Didaticamente, apresentou o enredo da tragédia ato por ato. Chegou mesmo a transcrever seus trechos mais notáveis, ressaltando "defeitos e virtudes". Apontou a idade de Teixeira e Sousa, que tinha dezoito anos, e o fato de ter sido sua primeira peça, como desculpas para suas críticas, fazendo observações estilísticas.[259]

Em crítica literária também se destaca Antônio Francisco Dutra e Melo, que já vimos ter contribuído com poesia e folhetins, tendo sido colaborador de outras revistas como a *Sociedade Filomática* e a *Guanabara*. Publicou um ensaio crítico intitulado *A Moreninha* (MB, 1844, n. 24, v. II, p. 746-751), sobre a obra homônima de Joaquim Manoel de Macedo[260], que acabava de ser publicada. No início do texto, teceu comentários sobre o romance europeu, visto como a "nova forma literária", elegendo Walter Scott como seu principal representante. No Brasil, segundo Dutra e Melo, tal gênero estava dando seus primeiros passos:

> Entre nós começa o romance apenas a despontar: temos tido esboços, tênues ensaios ligeiros que já muito prometem; mas ainda ninguém manejou, que o saibamos, o romance histórico nem tampouco o filosófico (MB, 1844, n. 24, v. II, p. 746).

Acredita que o romance tem caráter efêmero, o que seria explicado como próprio da modernidade. Mostra sua preferência pelos gêneros a que chama de "tradicionais" como a tragédia, a epopéia e o drama, pois os considera de longa duração.

---

[259] Contribui também com duas peças de teatro o "Monólogo de Inês de Castro", que segundo Hélio Lopes (1978, p. 262), extraiu-se de sua tragédia *A Quinta das lágrimas,* ainda inédita, e "Fragmentos de Fernandes Vieira, drama em 4 atos e em verso, oferecido e dedicado ao Ilmo. Sr. J. B. L. D. Sénechal, doutor em Medicina, presidente da Sociedade de Beneficência Francesa, cavaleiro da Legião de Honra, etc, etc", publicado em cinco exemplares, e a tradução em verso de "Napoleão, canto elegíaco", de Casimire Delavigne.

[260] A colaboração de Joaquim Manuel de Macedo resumiu-se ao poema, "Campesina. A ilusão do beija-flor" (MB*,* 1844, n. 16, v. II, p. 496-8).

Depois da introdução, inicia sua análise sobre *A Moreninha,* apresentando o enredo, seus personagens, e transcrevendo trechos. Dutra e Melo acredita que tal obra é a estréia do romance brasileiro, a partir do qual sairiam outros "frutos": "Recapitulemos. – A Moreninha, produção que em verdade honra seu autor; é uma aurora que nos promete um belo dia, uma flor que desabrocha radiosa donde vingaram pomos saborosos; uma esperança com todos os laivos de certeza" (MB, 1844, n. 24, v. II, p. 750). Considera-a uma obra-prima, um "mimo", vista também como um livro de passatempo, "agradável", sem exagero em relação ao conflito existencial e por isso de "alta qualidade".

Dutra e Melo colaborou também com "Ateneu Fluminense – Alguns extratos do discurso apresentado pelo Senhor Diretor em sessão solene de abertura" (MB, 1844, n. 3, v. III, p. 34-36), em que comentou a respeito do discurso de João Batista Calógeras, grego de nascimento e diretor do colégio Ateneu Fluminense, pronunciado na ocasião de sua abertura. Santiago Nunes Ribeiro também contribuiu com um ensaio do mesmo tema intitulado "Ateneu Fluminense" (MB, 1844, n. 23, v. II, p. 727 e 728), que foi estampado anteriormente, e que noticiou a futura fundação do colégio, que teve o apoio de D. Pedro II, transcrevendo detalhes como o programa de matérias, os nomes dos professores, e o horário das aulas. Através deste, ficamos sabendo que Dutra e Melo era o secretário do *Ateneu.* Deteve-se nos comentários sobre o curso de literatura, que pelo que consta na transcrição, seguiu os preceitos defendidos pela *Minerva,* como a necessidade de analisar a literatura dentro de um contexto histórico e social:

> "Cada nação tem o seu caráter particular, que é o resultado da diferença dos climas, dos interesses locais da organização individual, das tradições, das crenças, e até mesmo dos prejuízos populares" (MB, 1844, n. 3, p. 35)[261].

E de precisar a autonomia da literatura brasileira em relação à portuguesa, estudando-as separadamente:

> Quanto à literatura brasileira: segundo uma opinião que não foi seriamente contestada, e que mereceu a adesão de alguns literatos distintos, diremos que esta jovem literatura fornece um assunto interessante para a crítica, em razão das suas belezas particulares e das influências que a separaram da literatura portuguesa. Um curso desenvolvido debaixo deste ponto de vista é trabalho ainda não feito

[261] O trecho refere-se à transcrição das palavras do diretor, por isso mantivemos as aspas.

> em ambas as literaturas, e nós pensamos que o ensaio, que vai ser feito pelo nosso hábil colega, será de importância tanto pela sua novidade, como pelas vantagens que dele colherão nossos ouvintes. (MB, 1844, n. 3, p. 36)

Outro aspecto em comum com o ideário da revista é o de tomar o cristianismo como religião fundamentada no nacional e no progresso:

> Pouco a pouco o cristianismo, que bem longe está ainda de ter acabado de exercer a sua influência salutar, reúne os homens, as famílias, as nações. Foi depois de começarmos a compreender esta idéia de humanidade lançada do alto da cruz sobre o mundo, que consideramos a grande família humana, como um só e único ser, cuja totalidade se acha no passado, no presente e no futuro. Sentimos o laço que ligava a humanidade de todos os lugares e de todos os tempos, e quisemos conhecer a herança que nos tinham legado as gerações anteriores, para sabermos o que deviam esperar de nós as gerações vindouras. Nisto cifra-se a importância que anexamos aos estudo históricos; importância imensa, porque pedimos contas ao passado dos meios com que foi levada a civilização ao grau em que a encontramos, para assim melhor conhecer nossos deveres para com a posteridade. (MB, 1844, n. 3, p. 35)

Vemos que a religião era a base do curso de história do *Ateneu*, aparecendo como instrumento de resgate de um passado e fundamental para construir um futuro, lembrando o que dizia Joaquim Norberto de Sousa e Silva em seus "Estudos sobre a literatura brasileira durante o século XVII".

Para que se institucionalizasse uma literatura nacional, os colaboradores da *Minerva* acreditavam que a imprensa, através da divulgação de novas publicações, tinha um papel fundamental, por isso a preocupação com sua situação atual, como podemos ver em um artigo de Pandiá H. de Tautphoeus Castello Branco, intitulado "Origem e progresso da imprensa periódica" (MB, 1844, n.19, vol. 2, p. 587-589), que a tratou como ferramenta para o progresso. O autor citou periódicos europeus do século XVI e XVII como as *Actas Diurna* de Roma (século XVI), considerado o primeiro periódico mundial, seguido pela *Gazeta Veneziana*, de 1570, *The British Mercury* e a *Gazette de France.* Entre os países aludidos, o jornalismo inglês é tomado como o mais "desenvolvido". Usou dos modelos acima mencionados, para justificar a necessidade do Brasil de investir na imprensa.

Como temas esporádicos, estamparam-se textos de crítica referentes à literatura chinesa,[262] indiana[263] (do Industão) e argentina,[264] formando um quadro peculiar das relações literárias que interessavam intelectuais brasileiros. Isso pode indicar que os brasileiros procuraram relações literárias a partir de duas estratégias: ou por relações históricas, como eram os casos da Índia ou da China, se pensarmos nas colônias portuguesas Goa e Macau; ou por relações de proximidade geográfica, como era o caso da Argentina. De qualquer maneira, revela-se aqui uma preocupação em procurar novos parâmetros literários, para além dos europeus, que tivessem algum vínculo com a nação brasileira.

Verificamos que a proposta de Santiago Nunes Ribeiro, apresentada na introdução da seção de literatura da revista, cujo lema era o de proclamar a brasilidade da literatura e legitimá-la diante do âmbito internacional, vai sendo cumprida em sua prática na crítica, na poesia e na prosa. Na tentativa de produzir uma literatura nacional, verificaram-se, pela escolha dos temas, a preocupação e a necessidade de legitimar também o espaço do intelectual brasileiro.

3.4.4 Tradução

Além do texto em prosa que já mencionamos traduzido do francês, o conto "Proveito do trabalho", de A. V. Arnault, sem indicação do tradutor, a *Minerva* estampou as seguintes traduções: a já citada peça teatral "Noites Lúgubres", do espanhol José Cadalso, traduzida por Francisco Bernardino Ribeiro; o poema "Napoleão, canto elegíaco", do francês Casimire Delavigne, traduzido por L. A. Burgain; o poema "Três dias de Cristóvão Colombo", também de Delavigne, traduzido por José Nicolau da Costa Ferreira; o poema lírico "Meditação. A Elvira", de Lamartine, traduzido por Teixeira e Sousa; a "Ode à une rose", de Emílio Adet, traduzida para o português e para o italiano por L. V. de Simoni; o "Hino à Polônia", de Lamennais, traduzido por Dutra e Melo; o poema herói-cômico "O roubo da madeixa", de Alexandre Pope, traduzido por Francisco José Pinheiro Guimarães.

---

[262] Artigo de crítica literária de Z., T., intitulado "Literatura chinesa" (n. 2, 1843, v. I, p. 54-56), que discorre sobre a obra *O Pranto inconsolável da senhora Keaou-Lwan-Wang*, composta pelo Chinês Num-Chong.

[263] Artigo anônimo, intitulado "Descoberta literária em Benarés" (n. 6, 1844, vol. I, p.188), que trata da descoberta de um manuscrito precioso na biblioteca do colégio dos brâmanes de Benarés (Industão).

[264] Artigo de Joaquim Norberto de Souza e Silva, "Indagações sobre a literatura Argentina contemporânea", (n. 10, 1844, vol. I, p. 295-301)

Entre os ensaios, temos a de "Influência do espiritismo sobre o gênio literário", de Adolphe Muzure, traduzido por Januário da C. Barbosa, que trata do paralelo entre Lamartine e Byron, definindo o materialismo e discorrendo sobre a necessidade da filosofia "espiritualista" na poesia, no teatro e na eloqüência (LOPES, p. 255). Também traduziu-se o ensaio de filosofia "Ciências morais e política. O gosto da sólida glória e da verdadeira grandeza", retirado da obra francesa *Traité des études*, de Rollin, cujo tema era os aspectos morais, a espiritualidade, em detrimento do material, e o combate ao paganismo (LOPES, p. 275).

Noticiaram as seguintes traduções: *Os Lusíadas,* para o francês feita por Félix Ragon[265]; a nova tradução da epopéia de Vergílio feita por Manuel Odorico Mendes[266]; a do romance *Nossa Senhora de Paris*, de Victor Hugo, que em artigo homônimo à obra (MB, 1845, n. 11, v. III, p. 159-161), Santiago Nunes Ribeiro, diz que, apesar de já haver outras feitas, pretende traduzir tal obra, pois acredita que ainda pode ser melhorada. No mesmo ensaio, discorreu criticamente sobre o romance (LOPES, p. 304-305).

A presença dos colaboradores de origem francesa, como Adet e Burgain, já explicaria, no interior da revista, o maior número de traduções do francês. No entanto, é sabido o quanto a França funcionou para os brasileiros como modelo literário alternativo ao português (que por sua vez também tinha na França sua referência literária). Portanto, não é de espantar o maior número de traduções do francês, o que pode apontar para o desejo dos brasileiros de beber na mesma fonte que bebiam os portugueses.

3.5 O final feliz da *Minerva Brasiliense*

A primeira geração, no que concerne à atitude social e concepção literária, comparada à segunda é "equilibrada e comedida", apresentando ainda traços neoclássicos da tendência anterior.

Tiveram no apoio de D. Pedro II e no espaço intelectual criado em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sua base de sustentação econômica e

[265] Ensaio intitulado "Os Lusíadas" de autoria de Emílio Adet, (MB, 1844, n. 13, vol. 2, p. 389-392).
[266] "Eneida portuguesa de Manuel Odorico Mendes, ou nova tradução da epopéia de Vergílio Públio Maro. Livro I" (épica), publicada nos exemplares de n. 3 e n. 4 de 1843.

ideológica. Essa geração e sua ligação com o Instituto foram assim representadas por Antônio Cândido:

> Foi, portanto, um grupo *respeitável*, que conduziu o Romantismo inicial para o conformismo, o decoro, a aceitação pública. Nada revolucionário de temperamento ou intenção, e além do mais sem qualquer eventual antagonismo por parte dos mais velhos, poucos e decadentes, o seu principal trabalho foi oficializar a reforma. Amparados pelo Instituto Histórico, instalados nas três revistas mencionadas [*Niterói*, *Minerva Brasiliense*, *Guanabara*], deram-lhe viabilidade, aproximando-a do público e dos figurões, aos quais se articularam em bem montadas *cliques*, nelas escudando a sua obra e a sua pessoa. (CÂNDIDO, 1981, p. 48)

O patriotismo representava para esse intelectual não só um estímulo, mas também um dever como cidadão. Foi aí que tentaram impor à literatura brasileira o caráter de servidora e construtora da identidade nacional, atitude que pode ser justificada como reflexo das mudanças a partir de 1822. O Romantismo "completo", segundo Cândido (1981), ao qual nos habituamos a pensar, estará presente na segunda geração, iniciando-se com Gonçalves Dias, que conseguirá fundir tema e forma, pois até então, os temas eram representados, entre eles, a pátria, a religião e a melancolia, e não a forma em si. Os traços que determinam o primeiro período romântico, principalmente no que concerne à dissociação de teoria e prática literária, são justificados pelo momento político transitório, oscilante na dualidade de tendências, o que resulta em uma geração "vacilante" e contraditória.

Oscilavam entre a tendência liberal, enquanto nacionalistas, "antilusitanistas", "autonomistas", aversão ao governo absoluto, amor ao progresso, amor à liberdade, e a tendência monárquica, como funcionários públicos a favor da monarquia, fiéis a dinastia (CÂNDIDO, 1981, p. 50).

Os intelectuais da primeira geração romântica no Brasil assumiram em relação ao sentimento político, papéis de "reformadores" e "herdeiros legitimadores" do nosso passado, justificando assim a concepção de nacionalismo na literatura[267].

[267] Em momentos posteriores a *Minerva*, seus colaboradores, como Teixeira e Sousa, influenciado pelo Instituto Histórico, em um momento de radicalismo liberal, legitimou a Inconfidência Mineira no romance *Gonzaga ou A Conjuração de Tiradentes* (1848), tratou da defesa das conquistas populares, posição progressista em relação à Igreja e o poder real, exaltação da Revolução Francesa, simpatia pela República, liberalismo nítido. Norberto, outro exemplo da mesma tendência e tema, publicou *A cabeça de Tiradentes,* "canto épico" e a História da Conjuração Mineira (1860). Magalhães apresentou acentuado "civismo" nas odes juvenis, tinha interesse pela vida política, foi deputado liberal entre 1846-47, e secretário de governo, em Maranhão e no Rio Grande do Sul (como pacificador Caxias). Influenciado por sua vida política, escreveu e leu no Instituto Histórico, em 1847, a *Balaiada*. Joaquim Manuel de Macedo

Entre os do grupo da *Minerva*, podemos encontrar posturas diametralmente opostas em relação à política, que muito pouco interessava Porto Alegre, mas que exaltava Torres Homem. Os "vaivéns" políticos desses escritores, tendo por efeito a "relativa inconsistência ideológica e a fragilidade das suas posições", devem-se à passagem do Primeiro Reinado à Regência, momento de "formação", que refletirá na literatura, na oscilação entre Classicismo e Romantismo, definição posteriormente alcançada com a segunda geração. (CÂNDIDO, 1981, p. 54)

A concepção adotada pelos colaboradores da *Minerva Brasiliense* fundamenta-se no tradicional culto à monarquia e ao apego às doutrinas católicas. Por esta razão, não ousavam desrespeitar nem a Igreja e nem o Imperador D. Pedro II, ao qual ofereciam pomposas dedicatórias. Além disso, o protecionismo governamental comprometia o programa da revista. Havia, assim, certa inibição dos colaboradores da *Minerva* em relação às manifestações "rebeldes" do romantismo. Eles mantinham referências neoclássicas, que, de certa maneira, tornariam menos eficiente a sua ação (LOPES, 1978).

Compreendidos dentro do contexto histórico, não podemos simplesmente criticá-los com olhos do que sabemos que virá depois. Como diz Hélio Lopes (1978, p. 236): "se eles não criaram grandes obras tiveram o mérito de nos ter aberto largas perspectivas para o estudo dos gêneros literários". Acima de tudo, fizeram parte de um grupo que incentivou o caráter de formação literária nacional.

Cumpriram aquilo a que se propuseram a fazer. O ideal da revista era o de incitar os intelectuais a se posicionarem a favor da afirmação de uma literatura que particularizasse a identidade nacional. Não foi só a crítica literária que seguiu esse caminho, a poesia e a prosa ficcional mostraram traços de cor local, tentando ressaltar as maravilhas naturais do Brasil, assim com seus costumes e religião. Por meio de vários estudos de revisão do passado, procuraram descobrir, afirmar e provar a existência de uma literatura nacional. Tudo fizeram para facilitar e preparar o terreno para a geração futura.

Portanto, consideramos que a *Minerva Brasiliense* cumpriu o seu programa e serviu como um espaço legitimador de escritores brasileiros que lhe eram

---

foi deputado do Partido Liberal. (CÂNDIDO, 1981, p. 50 e 51). Gonçalves Dias e Torres Homem são apontados por Cândido como "as maiores expressões políticas da primeira fase romântica, com *Meditação* (1845-1846) grande parte publicado na *Guanabara,* do primeiro e *O Libelo do Povo,* do segundo, publicado com o pseudônimo de Timandro, crítica ao coronelismo imperial. (CÂNDIDO, 1981, p. 52 e 53).

contemporâneos, quanto daqueles do passado, para assim formar um corpus literário que poderia ser chamado de brasileiro.

Capítulo 4

COMPARANDO AS DUAS REVISTAS
À GUISA DE CONCLUSÃO

4.1 Convergências e divergências

Vimos até aqui como a *Ilustração Goana* e a *Minerva Brasiliense* cumpriram o papel de sedimentar no âmbito do publicismo a estética romântica em Goa e no Brasil. Ambas foram marcadas pelo pensamento liberal e ambas apresentaram uma série de contradições próprias das localidades submetidas ao expansionismo colonial europeu. Vejamos agora em que aspectos no âmbito da produção literária elas se aproximaram ou se afastaram e como podemos ler de forma distinta o modo como cada uma trabalhou suas contradições.

Na *Ilustração Goana* o texto crítico que se destaca e do qual fizemos uma apresentação detalhada é aquele de Julio Gonçalves, "Bosquejos literários. A literatura e as nações. Ou Quadros históricos da literatura contemporânea dos estados mais cultos da Europa", que apresentou um panorama das literaturas de países como França, Inglaterra e Itália. Como vimos, a literatura francesa aparece francamente privilegiada, funcionando de forma evidente como o paradigma literário dos goeses.

Isso também se dá com a *Minerva Brasiliense*, que tem igualmente na literatura francesa seu principal modelo. Se não bastasse a presença de dois franceses no corpo de colaboradores da revista, Emílio Adet e Burgain, aparece ainda uma infinidade de referências a autores franceses no interior dos vários textos críticos que vêm afirmar a supremacia do paradigma francês.

Isso não causa espanto tendo em vista que a literatura francesa foi a literatura de referência no século XIX não só no espaço colonial, mas mesmo na própria Europa. Portugal, que seria a referência literária mais próxima de Goa e do Brasil, também via na França seu modelo exemplar de prática literária. Vale observar, entretanto, que se em Goa esse paradigma significou a reprodução de uma ordem e de uma escala de valores literários já presentes na literatura portuguesa e mesmo européia, no Brasil funcionou como uma tentativa de enfraquecer a referência da literatura portuguesa e passar a

beber, como já afirmamos, na própria fonte em que bebiam os portugueses. Constatamos, portanto, que, mesmo tratando-se de um fenômeno idêntico, não podemos lê-lo da mesma forma em Goa e no Brasil.

Outro aspecto relevante de ambas as revistas é a reflexão sobre o papel social da crítica e da própria literatura. Na *Ilustração Goana* observamos que no texto "Os homens de letras e a glória dos homens", de Fernando Cláudio da Cunha Pinto, se faz a defesa da figura do escritor e do intelectual como aquele capaz de transformar a realidade de modo mais contundente e radical que os próprios exércitos e as guerras. Portanto, o papel da crítica e da literatura seria o de realizar grandes transformações sociais. Em certa medida, isso também está presente no modo como Julio Gonçalves apresenta seu panorama literário europeu, tomado como um movimento revolucionário em plena efervescência na Europa. No entanto, sabemos que a escolha da França, nesse momento, era sinônimo da escolha do pensamento liberal (que na revista goesa também aparece associado à figura de Napoleão), assim como a defesa de Cunha Pinto da supremacia do intelectual frente ao combatente militar tinha fundamentação na disputa entre brâmanes e chardós. Portanto, o papel que definem para a literatura e para o escritor dizia respeito ao lugar político e social que então ocupavam os brâmanes católicos em Goa.

Já na *Minerva Brasiliense,* o papel social da crítica e da literatura está todo voltado para a afirmação da identidade nacional da literatura brasileira. Concebendo a nação como um indivíduo, o Brasil e sua literatura estariam ainda na primeira infância e cabia, portanto, ao crítico e ao escritor, primeiramente afirmar sua existência e identidade e, consequentemente, cuidar para que a nova nação e literatura seguissem os melhores modelos, donde advém a sedimentação do romantismo e do liberalismo no Brasil, ambos de verve francesa. Esse papel tem a ver com o lugar de prestígio que a intelectualidade brasileira tentava angariar no cenário internacional, evidenciado pelo debate com a *Revue des Deux Mondes*.

Portanto, o papel da crítica e da literatura em Goa e no Brasil se revelam bastante distintos, pois os goeses estão voltados para questões internas, ainda que, como veremos, também se voltavam para Portugal, enquanto os brasileiros estavam preocupados com sua inserção e aceitação no cenário literário internacional.

O cristianismo, tanto na *Ilustração Goana* quanto na *Minerva Brasiliense,* se mostra como tema importante, associado à literatura. Na *Ilustração,* o cristianismo, visto como religião que não se contrapõe à razão e condizente com o progresso, é

sobretudo um elemento distintivo dos canarins, que assim se diferenciavam dos hindus, dos muçulmanos, dos budistas e dos judeus presentes em Goa. O cristianismo servia para caracterizar tal grupo, o que legitimava e garantia seu lugar na administração portuguesa da colônia, ainda que nem sempre em pé de igualdade com os portugueses de origem.[268]

Na *Minerva Brasiliense* o cristianismo é tomado como representante de um "conjunto de preceitos morais" que ordena uma nação. Dentre outras religiões, a cristã é tomada como a mais tolerante e acessível às idéias de razão, progresso e liberalismo, aspectos que são considerados necessários para o aperfeiçoamento do país e da literatura. O vínculo entre identidade literária e literatura aparece, como vimos, em mais de um debate, sugerindo em alguns casos a sobreposição entre identidade nacional e religiosa.

Em ambas as revistas, portanto, o cristianismo pugna pela idéia de razão e progresso, colocando-se como a religião mais adequada às inovações de toda natureza promovidas no decorrer do século XIX. Todavia, novamente temos peculiaridades na interpretação dessa aparente igualdade, uma vez que, no contexto goês, o cristianismo é um elemento de distinção social, enquanto que no contexto brasileiro, é um elemento de homogeneização social. Enquanto no primeiro caso marca a suposta supremacia de seus adeptos frente às outras religiões, no segundo marca a integração nacional.

No que concerne às narrativas de viagem, vimos que as da *Ilustração Goana* podiam ser divididas entre as de cunho local, ambientadas em Goa e na vizinhança, como em Bombaim e Diu, e as do sudeste asiático, representando lugares em que os portugueses estiveram. Já na *Minerva Brasiliense* não há narrativas de viagem. Isso é sintomático, pois, lembrando do papel que esse gênero de narrativa cumpriu na Europa no período expansionista, como forma de retratar e dar a conhecer os novos mundos, a

[268] Sabemos que entre os naturais cristãos o sistema de casta permaneceu, mas "esvaziado" do sentido religioso (LOPES; MATOS, 2006, p. 38), assim determinado pelas autoridades portuguesas, tendo sido utilizado pelos canarins como forma de adentrar ao espaço da elite portuguesa que governava aquela região. Podemos ter uma breve idéia do que era ser um natural cristão em Goa sob os preceitos determinados pelo governo metropolitano, através da descrição do "Édito da Inquisição de Goa", de 1736, transcrito por Lopes e Matos (2006, p. 197-202), que tratava de regras dirigidas aos naturais cristãos a fim de controlar, ou melhor, de proibir a manifestação de hábitos e rituais hindus. Aparecem minuciosamente descritos os objetos, os trajes, as canções, os nomes, e os rituais que eram proibidos. Esse documento com as proscrições vem mostrar o grau de condenação do hinduísmo na sociedade goesa pelas autoridades portuguesas, cujo objetivo era de anular o valor da prática de hábitos e rituais hindus, mesmo que a Igreja tenha se apropriado de algumas festas, como as das colheitas e permitido algumas manifestações de rituais (LOPES; MATOS, 2006, p. 196). A interdição suplantava o espaço público, alcançando o do cotidiano da vida doméstica. A religião aqui aparece como "habitus", termo de Bourdieu, infiltrada como prática cultural e complexa dessa sociedade.

presença desses textos em Goa apontam para a manutenção de uma visão exótica daquela realidade aos olhos do europeu, o que já não se passava no Brasil, pois a revista não tinha por interlocutores diretos os europeus, como era o caso da *Ilustração Goana*.

No que concerne à prosa ficcional, vimos como os contos ambientados em Goa ou mesmo abordando aspectos do cotidiano daquela colônia, como eram os casos de "Traição-Romance Original", "Os Contos da minha terra" e "Aventuras de Simplicio", revelam uma Goa cristã, nada hindu, que procura conciliar os temas tradicionais do romantismo, como o casamento por amor e as crenças populares com o cenário goês, acabando por encenar um modo de vida em Goa muito semelhante ao do europeu, como a dizer que o romantismo podia acontecer em Goa nos mesmos moldes que acontecia na Europa.

A prosa na *Minerva Brasiliense* envolve vários cenários: Rio de Janeiro, Paris e Pequim. O do Rio de Janeiro aparece mais detalhadamente em *Amância*, de Gonçalves de Magalhães. O de Paris, como cenário mais cotado, vem dos textos franceses. Pequim é usado como cenário representativo do Oriente. Portanto, há maior diversidade de ambientação nos textos brasileiros do que nos textos goeses. Todavia isso não é suficiente para marcar diferenças entre eles, já que o tratamento que tais localidades recebem e o restante das características formais das narrativas são de caráter romântico. No romance *Amância,* de Gonçalves de Magalhães, por exemplo, o pai da moça, que se revela o grande obstáculo para a realização do amor do jovem casal, faz lembrar os dois contos da *Ilustração Goana*, "Traição" e "Era uma noite de maio", de Julio Gonçalves, em que a figura paterna, em relação ao casamento, aparece como castradora. Assim como essa, outras diversas relações poderiam ser estabelecidas entre as narrativas ficcionais da *Ilustração* e da *Minerva*, relações que atribuímos ao estreito diálogo que ambas as revistas e seus respectivos colaboradores estabeleceram com o repertório romântico e sua estética.

Em matéria de poesia, vimos que a revista goesa estampou poesia de caráter romântico que podia ser agrupada em dois grandes temas: amoroso e o saudosismo. O tema amoroso é uma constante no romantismo e reforça o vínculo da revista com aquela estética. Já o tema saudosista tem um vínculo direto com a tradição portuguesa, apontando para a vontade dos colaboradores de se aproximarem do gosto metropolitano.

Já a poesia na revista brasileira pugnou pelo cunho patriótico. Tanto a temática indianista de Teixeira e Sousa, quanto os poemas em louvor à Família Real vinha enaltecer e legitimar a identidade nacional. Portanto, quando comparada à poesia

publicada na *Ilustração*, constamos que a publicação goesa revela o ávido desejo de compartilhar com a metrópole temas e gosto, enquanto que a brasileira pretendia fazer o contrário: afirmar sua diferença em relação à literatura européia.

No que concerne às traduções publicadas na *Ilustração Goana*, vimos o quanto a literatura francesa foi também aí privilegiada, o mesmo acontecendo com a *Minerva Brasiliense*, ainda que nesta última notemos maior variação de gêneros traduzidos. Enquanto na *Ilustração,* vimos a tradução de narrativa de viagem e de poesia em prosa, na revista brasileira, apareceram a tradução de prosa ficcional, ensaio filosófico e literário, e poesia.

No confronto entre as duas publicações, notamos que textos de Lamartine e de Byron foram selecionados por ambas, o que aponta para uma intersecção bastante curiosa, já que o primeiro é um paradigma da crença na literatura, sendo o segundo o paradigma do ceticismo. Vemos, portanto que houve certa coincidência de escolha no interior do vasto repertório romântico que pode indiciar o quão importante a questão da religiosidade se revelava para ambas as publicações, quer funcionando como elemento de distinção na sociedade goesa, quer como elemento de integração na sociedade brasileira.[269]

4.2 A *Ilustração* à luz da *Minerva*: liberalismo e identidade literária

No confronto entre as duas revistas, procuraremos finalmente compreendê-las à luz de algumas formulações de Albert Memmi, Homi Bhabha, Serge Gruzinski e Pierre Bourdieu que, apesar de realizarem reflexões de natureza diversa, muito do que afirmam vale para os conflitos identitários que vimos se configurar no o século XIX em Goa e no Brasil.

A cultura dita indo-portuguesa gerada em Goa como resultado do conflito entre portugueses e a heterogeneidade da população local, tomou Portugal como símbolo de autoridade, de progresso, de superioridade e, portanto, modelo a ser imitado. Essa tendência pode ser verificada no século XIX na quase completa ausência da cultura indiana nos periódicos aqui estudados e no enaltecimento que fazem de tudo aquilo que era proveniente da Europa e, especialmente, de Portugal.

[269] Em anexo, encontra-se um **Índice Onomástico Comparativo** que consta uma relação de nomes que se repetiram em ambas as revistas.

Lembremos que o texto de Cunha Rivara na introdução do segundo ano da revista pode ser visto como escrito pelo colonizador (português) para o colonizado (goês), relação sobre a qual encontramos fundamentos na obra *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador,* de Albert Memmi, que, ao discorrer sobre o retrato dos sujeitos coloniais e a ligação conflituosa de dependência entre eles, aponta, ao construir o "retrato" do colonizador, o papel de missionário da civilização embutido no seu perfil. Negando essa concepção ideológica de que o colonizador leva consigo a civilização para salvar o colonizado, nota que:

> Os motivos econômicos do empreendimento colonial estão, atualmente, esclarecidos por todos os historiadores da colonização; ninguém acredita mais na *missão* cultural e moral, mesmo original, do colonizador. Em nossos dias, ao menos, a partida para a colônia não é a escolha de uma luta incerta, procurada precisamente por seus perigos, não é a tentação da aventura, mas a da facilidade. (MEMMI, 1967, p. 22)

Todavia, procura analisar o aspecto que denomina de "auto-absolvição", mecanismo empregado pelo colonizador para reconstruir sua própria imagem, assim como a do colonizado, a fim de justificar seu papel e aniquilar os aspectos negativos de sua empreitada, como o da própria "servidão", colocando-se mais uma vez como comandante de uma missão civilizatória e histórica, para assim legitimar seu domínio através do "mérito de iluminar as trevas infamantes" do colonizado:[270]

> Aliás, achando-se inscrita a servidão na natureza do colonizado e a dominação na sua, não haverá problema. Às delícias da virtude recompensada, acrescenta a necessidade das leis naturais. A colonização é *eterna,* pode encarar seu futuro sem nenhuma inquietação.
> Após o que, tudo tornar-se-ia possível e assumiria novo sentido. O colonialista poderia permitir-se viver quase descansado, benevolente e mesmo benfeitor. O colonizado só lhe poderia ser *reconhecido* pelo abatimento que recebe naquilo que lhe é devido (MEMMI, 1967, p. 72, grifo do autor).

Nesse discurso, para Memmi, o colonizador reveste-se de uma carapuça de "benfeitor", instaurando uma ordem moral baseada no "paternalismo"[271], colocando-se

[270] MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador,* 1967, p. 72. "Que esse papel lhe traga vantagens e respeito nada mais justo: a colonização é *legítima*, em todos os seus aspectos e conseqüências".

[271] Para Memmi, a atitude paternalista está baseada no racismo e na desigualdade, mas não é qualquer tipo de racismo, é sim um "racismo caridoso - que não é nem o menos hábil nem o menos rendoso. Pois o paternalismo mais generoso se irrita desde que o colonizado *reclame,* seus direitos sindicais, por

simultaneamente como "senhor" e "inocente", pela estratégia de alcançar sua absolvição. Lembra-nos que, para que essa estratégia tenha êxito, é necessário que o colonizado não a questione como tal.(MEMMI, 1967, p. 72 e 73).

Baseado no papel do sujeito colonial do século XIX como missionário civilizador, podemos afirmar que Cunha Rivara, enquanto colonizador, não escapou a essa ideologia de servir como portador do "progresso" e da "civilização" aos goeses, papel esse que só se concretiza a partir do momento que é tomado pelo colonizado como verdade. Se isso não diminui sua contribuição aos estudos historiográficos, literários e lingüísticos realizados em prol de Goa, ao menos deixa claro o teor de sua produção e o papel modelar que representou naquela colônia.

Vimos, no entanto, que a *Ilustração Goana* foi uma publicação de afirmação do poder intelectual dos canarins, historicamente concorrentes dos portugueses e descendentes. Isso significava que os goeses que produziam a *Ilustração Goana* se viam em alguma medida como portadores de uma identidade específica em relação ao modelo metropolitano, ainda que o elegessem como referência identitária.

Essa ambigüidade presente no processo colonial é tratada por Memmi quando fala da imitação que o colonizado faz do colonizador. Tal imitação é um ato de "submissão" do colonizado frente ao colonizador, podendo ser caracterizada em vários níveis: hábitos, costumes, festas religiosas, vestimenta, arquitetura, literatura, entre outros.[272] Ao imitar, para Memmi, o colonizado procura esconder suas tradições de origem, o que, a longo prazo, teria como resultado condenar-se ao completo desaparecimento. Todavia, o autor mostra que nesse processo de imitação há certa "ambigüidade", que serve para explicar a condição do colonizado frente à impossibilidade de sua completa assimilação pelo colonizador:

> Procuram [os colonizados], assim, parecer-se com o colonizador, na esperança confessada de que deixe de reconhecê-los diferentes dele. Daí seus esforços para esquecer o passado, para mudar de hábitos coletivos, sua adoção entusiasta da língua, da cultura e dos costumes ocidentais. Mas, se o colonizador nem sempre desencoraja

exemplo" (MEMMI, 1967, p. 72 e 73, grifo do autor). O colonialista não admite ter "deveres", pois não aceita que o colonizado tenha direitos, construindo assim, como saída, esse "paternalismo generoso" baseado na negação, em que o "dom" é tomado em substituição do dever do colonizador para com o colonizado: "Se perdoa sua dívida, se sua mulher cuida do colonizado, trata-se de dons, jamais de deveres" (Ibid., p. 73)

[272] "Seus hábitos, suas roupas, seus alimentos, sua arquitetura, são rigorosamente copiados, mesmo sendo inadequados. O casamento misto é o termo extremo desse impulso nos mais audaciosos" (MEMMI, 1967, p. 107).

> abertamente esses candidatos à sua semelhança, jamais lhes permitiu também realizá-la. Vivem assim em penosa e constante ambigüidade; recusados pelo colonizador, participam em parte da situação concreta do colonizado, têm com ele solidariedade de fato; por outro lado, recusam os valores do colonizado enquanto pertencentes a um mundo decadente, do qual esperam escapar com o tempo. (MEMMI, 1967, p. 30)

Desse processo surge o "recém-assimilado", assim descrito por Memmi:

> Os recém–assimilados situam-se geralmente muito além do colonizador médio. Praticam uma supercolonização; ostentam orgulhoso desprezo pelo colonizado e lembram com insistência sua nobreza de empréstimo, desmentida freqüentemente por uma brutalidade plebéia e pela sofreguidão. Deslumbrados ainda com seus privilégios, os saboreiam e defendem com avidez a inquietação. E, quando a colonização corre perigo, fornecem-lhe seus defensores mais dinâmicos, suas tropas de choque, e, algumas vezes, seus agentes provocadores. (MEMMI, 1967, p. 30)

Se é verdade que não podemos dizer que os canarins eram "recém-assimilados", já que remonta ao século XVI a colonização de famílias brâmanes e chardós ao cristianismo, o certo é que jamais deixaram de se comportar do modo acima em relação à população hindu de Goa. A ambigüidade, segundo Memmi, dá-se na impossibilidade do colonizado de se colocar na mesma posição do colonizador, ao mesmo tempo que adota suas convicções:

> Os representantes da autoridade, quadros, "caides", policiais, etc., recrutados entre os colonizados, formam uma categoria de colonizados que pretende escapar à sua condição política e social. Mas, tendo escolhido, devido a isso, colocar-se a serviço do colonizador e defender exclusivamente seus interesses, acabam por adotar sua ideologia, mesmo em relação aos seus e a eles próprios. (MEMMI, 1967, p. 30)

O embate entre canarins e descendentes é a expressão dessa ambigüidade, já que, feitos todos os esforços para se tornarem culturalmente europeus, o que inclui desprezar a tradição hindu, os canarins continuam na condição de hindus aos olhos dos descendentes. Vivem, portanto, o paradoxo de adotarem uma ideologia que faz com que descriminem a si mesmos.

No caso do Brasil, essa ambigüidade se manifesta de modo contrário: na tentativa de afirmar uma identidade própria em relação ao colonizador, vê-se acusado de imitador. Já não se trata do recém-assimilado, mas daquele que nega, ao menos em

parte, a cultura do colonizador, mas é flagrado colocando-a em exercício em sua plenitude. O paradoxo aqui engendrado é o de quererem ser alçados à categoria de iguais quando reconhecem a superioridade do modelo do colonizador. Presos à pecha de imitadores culturais, os colaboradores na *Minerva Brasiliense* fazem o que podem para demonstrar que existe uma identidade literária brasileira distinta da portuguesa ou da européia. Enquanto o colonizador, quer português ou europeu em geral, pretende manter seu *status* de referência modelar para a literatura brasileira, o brasileiro reivindica o direito de ser tratado como igual, vivendo o paradoxo de querer ter o estatuto de um europeu pela negação, ao menos em parte, da cultura européia. O debate que acompanhamos entre o crítico da *Revue des Deux Mondes* e os da *Minerva Brasiliense* tem nesse dilema seu lugar e significação.

Homi K. Bhabha também trata dessa noção de ambigüidade. Segundo o crítico indiano, legitimação das estratégias do colonizador e do colonizado dá-se através da produção de conhecimento (BHABHA, 2005, p. 111.). O discurso colonial fundamenta-se na "mímica colonial", definida como:

> [...] o desejo de um Outro reformado, reconhecível, *como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente.* O que vale dizer que o discurso da mímica é construído em torno de uma *ambivalência*; para ser eficaz, a mímica deve produzir continuamente seu deslizamento, seu excesso, sua diferença. A autoridade daquele modo de discurso colonial que denominei mímica é portanto marcada por uma indeterminação: a mímica emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa. A mímica é, assim, o signo de uma articulação dupla, uma estratégia complexa de reforma, regulação e disciplina que se "apropria" do Outro ao visualizar o poder. A mímica é também o signo do inapropriado, porém uma diferença ou recalcitrância que ordena a função estratégica dominante do poder colonial, intensifica a vigilância e coloca uma ameaça imanente tanto para os saberes "normalizados" quanto para os poderes disciplinares. (BHABHA, 2005, p. 130)

Com o sério risco de estarmos reduzindo a uma equação bastante simples a complexa formulação de Bhabha, a produção oitocentista de jornalismo e de literatura em Goa parece se enquadrar perfeitamente à noção de "mímica colonial", uma vez que os goeses imitam o discurso europeu, mas, para torná-lo eficaz, produzem seus excessos (fazendo-os mais patriotas que os próprios portugueses), geram seus deslizamentos (deslocando o que era um debate entre liberais e absolutistas em Portugal para um debate entre canarins e descendentes), afirmando diferenças que visam marcar seu lugar

de enunciação no âmbito do colonizador (gerando a consciência dessa diferença). Essa "ambivalência" do discurso colonial se faz sistematicamente presente em toda a produção aqui contemplada.

Isso tudo geraria a presença "parcial", "incompleta", "virtual" do sujeito colonizado: "O desejo de emergir como 'autêntico' através da mímica – através de um processo de escrita e repetição – é a ironia extrema da representação parcial" (BHABHA, 2005, p. 133). Ao descrever esse "desejo", assim diz Bhabha:

> Um desejo que, por meio da repetição da *presença parcial*, que é a base da mímica, articula essas perturbações da diferença cultural, racial e histórica que ameaçam a demanda narcísica da autoridade colonial. É um desejo que reverte "em parte" a apropriação colonial produzindo agora uma visão parcial da presença do colonizador, um olhar de alteridade que compartilha a acuidade do olhar genealógico que, como descrito por Foucault, libera elementos marginais e abala a unidade do ser do homem através do qual ele estende sua soberania. (BHABHA, 2005, p. 134)

No início da história da expansão portuguesa na Índia, os vice-reis e a administração colonial eram enviados diretamente da metrópole para Goa, assim como os eclesiásticos e militares, ou seja, os que detinham o poder eram todos portugueses. Aos poucos, como vimos, foram surgindo os luso-descendentes, nascidos em Goa, do casamento entre portugueses (o que era raro, pela falta de mulher portuguesa na colônia) e, na sua maioria, do casamento entre pai português e mãe hindu (mestiços e castiços), originando o grupo dos descendentes. A conversão ao cristianismo e a colonização de estratos da comunidade hindu goesa, especialmente de brâmanes e chardós, gerará os chamados canarins, que, como vimos, dividirão (ou mesmo, disputarão) o poder com os primeiros.

Seguindo as noções de "mímica", "ambivalência" e "presença parcial" propostas por Bhabha, podemos ver especialmente neste segundo grupo (ainda que mestiços e castiços do primeiro grupo também participem em grau menor desse processo) o imitador que, em sua ambivalência, gera essa "presença parcial". Como aspecto exemplar dessa presença parcial podemos tomar o paradoxal amálgama entre os dogmas cristãos e a estrutura de castas, que serviu ao colonialismo como forma de controle social, não permitindo que os princípios igualitários do cristianismo fossem utilizados pelos colonizados como forma de reação à dominação. A ambigüidade aqui está, entre outras coisas, no fato de que a simples existência do brâmane cristão no interior do que poderíamos chamar de "comunidade cristã" desestabiliza a imagem que o cristianismo

tem de si mesmo, gerando fortes polêmicas no interior da Igreja. Portanto, não se trata de um brâmane (essência) disfarçado de cristão (aparência) na busca de privilégios coloniais, mas sim de um sujeito que, pelo próprio lugar que ocupa, rejeita mas mantém vive a identidade hindu e legitima mas, sem o pretender, questiona a identidade colonial cristã.

No caso do Brasil, as noções de Bhabha podem ser bem aplicadas aos ideais liberais e a manutenção do sistema de escravidão, debate que sintomaticamente está ausente das páginas da *Minerva Brasiliense*, já que silenciar tal paradoxo era condição *sine qua non* para sua existência. Ao adotar a ideologia do liberalismo e não abolir a escravidão, a elite intelectual brasileira passou a viver em forte ambivalência, gerando a presença parcial na figura do intelectual escravagista e liberal. De novo, vale dizer que não se trata de um sujeito com essência escravagista e aparência liberal, mas sim de um sujeito que rejeita idealmente, mas mantém viva a escravidão e legitima mas, sem o pretender, questiona a ideologia liberal. Se o liberalismo pode existir num país escravagista, então o liberalismo deve se perguntar sobre seus fundamentos, isto é, à revelia de sua vontade, a elite brasileira coloca em xeque a própria noção de liberalismo.

Outro aspecto que chama atenção nas duas publicações e que merece algum comentário nesse desfecho do trabalho é a representação da própria língua portuguesa falada em Goa e no Brasil. De Goa, retomemos aqui o a definição do "português mascavo" de Dona Rosa, no conto *Traição*, utilizando-se da teoria crítica de Bhabha[273] sobre o hibridismo. O processo de hibridismo de Bhabha dá-se contra as "totalidades estáveis e homogêneas" da cultura colonial dominante imposta sobre o colonizado, na busca de "verdades únicas e objetivas", como de uma "língua única e transparente" (além da imposição de seus próprios símbolos e cultura), que aqui no texto pode ser representado pela imposição dos "verdadeiros senhores da língua".

A língua do colonizador determina a hierarquia dos membros da sociedade em Goa, como podemos ver pelo lugar marginalizado que ocupa Dona Rosa, contudo, essa relação não se dá de forma pacífica. Bhabha analisa o contexto colonial sobre o processo de "ironia", que representa o "terceiro espaço", ou melhor, o espaço "intersticial" (*in between*), que marcará uma "coexistência pouco pacífica de mais de um conjunto de valores, de culturas, de signos, de línguas", ou seja, do hibridismo e da

[273] BHABHA, *O Local da Cultura,* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

heterogeneidade.[274] A partir desse discurso, podemos tomar o "português mascavo" de Dona Rosa, como exemplo claro do hibridismo de Bhabha.

Segundo Homi Bhabha, o híbrido na representação colonial resulta de um raciocínio "duplo" e "contraditório", considerando os efeitos discriminatórios do discurso do colonialismo cultural. O hibridismo constitui-se pela estratégia de recusa do "puro da autoridade", tornando-se uma "mutação"[275] e um "desvio"[276] da parte em relação ao todo, ou seja, do colonizado em relação ao colonizador.

No tratamento que o narrador dá ao "português mascavo", verificamos o processo que Bhabha chama de "estereótipo discriminatório", que é caracterizado por rejeitar as diferenças, assumindo uma concepção "pura" da língua, aqui no caso, do português do colonizador. Bhabha vê esse processo como falso, por ser simplificado, não considerando a relação "agonística" e "antagonística" embutida no híbrido.[277] Seu hibridismo é abordado sobre a perspectiva da linguagem e da identidade, a fim de responder à representação do sujeito, criado ou pelo colonizador ou pelo nativo na literatura.[278]

Partindo do ponto de vista de Bhabha (2005, p. 174) que vê no hibridismo "simultaneamente um modo de apropriação e de resistência do disciplinado para o desejante", e como um processo "natural" a toda linguagem, como sobrevivência histórica, [279] podemos entender o "português mascavo" de Dona Rosa, que representa o nível de português de um grupo feminino entre os colonizados (visto como menos estruturado que o masculino), como uma "terceira escolha", entre o desaparecimento da língua nativa deste grupo e o português do colonizador, buscando na "ambivalência" sua fonte, resultando na "camuflagem" como signo de resistência, de desobediência, e tendo no hibridismo o signo bélico, subalterno do nativo.[280] O hibridismo é tido como

[274] MENEZES DE SOUZA, Lynn M. T., "Hibridismo e tradução cultural em Bhabha", in: *Margens da Cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas,* org. Benjamin Abdala Junior, São Paulo: Boitempo, 2004, p. 129.
[275] BHABHA, 2005, p. 162 e 163.
[276] Ibid., p. 165 e 166.
[277] Ibid., p. 123.
[278] Ibid., p. 167.
[279] Seguindo a teoria de Bakhtin (MENEZES DE SOUZA, 2004, p. 130).
[280] Lynn Mario Menzes de Souza (2004, p. 131), estudioso da teoria de teoria colonial de Bhabha, discorre sobre o hibridismo da linguagem, verificando que esse processo dá-se através da perspectiva do "subalterno" e não a do dominante, vendo "a língua e as linguagens dominantes (antes consideradas como norma) a partir da língua e das linguagens do subalterno colonizado". O processo híbrido aparece assim como constituinte de ambas as linguagens, a fim de valorizar a heterogeneidade. Segundo o crítico, a teoria crítica de Bhabha não procura simplesmente substituir o discurso hegemônico do marginalizado, "mas sim instaurar uma processo 'agonístico e antagonístico' no qual a autoridade e as certezas

uma problemática que reverte os propósitos coloniais, de forma que os "negados" infiltram o discurso dominante, tornando a autoridade estranha.[281]

Também poderíamos pensar a linguagem de Dona Rosa com uma linguagem mestiça. Serge Gruzinski, em *O pensamento mestiço*,[282] define mestiçagem como sinônimo de "indeterminação", metamorfose, continuidade, incoerência e contradição, adotando a idéia de "espaços *in between*"[283], ou seja, as fronteiras e as sensações de inacabado, para compreender a mestiçagem em sua complexidade. A mestiçagem também é tomada como estratégia de sobrevivência dos vencidos, onde obviamente poderíamos colocar Dona Rosa.[284]

Em Bhabha e em Gruzinski a mestiçagem em Dona Rosa (tanto racial, como fruto do casamento misto, como cultural, através do uso do "português mascavo") aparece como uma estratégia de sobrevivência cultural, mas sem que isso implique um enaltecimento dessa identidade. Ao pensarmos no trecho de "Traição" em que o autor define o "português" falado de Dona Rosa, mostra-se a tendência de "apuramento", tratado como curso "natural" da linguagem do colonizado: "De então a hoje, vai alguma coisa apurado; mas ainda o *ell´outro,* o *mãi-Deus,* e outras frases peculiares não estão abolidas de todo".[285] Parece aqui que a "homogeneização", é mais forte que as resistências local, apontando, de acordo com Hélder Garmes (2002, p. 185) para a mestiçagem como "renovação do conflito cultural cada vez mais próxima do modelo dominante, ainda que este também se altere, num nível infinitamente mais baixo, em decorrência desse conflito".

No caso brasileiro, o incipiente indianismo e a inserção de termos indígenas nas narrativas talvez tenha sido a forma mais contundente de ação que se conseguiu formular para marcar a identidade nacional no interior da língua portuguesa. Como

---

permanentes do discurso hegemônico são subvertidas, questionadas e desestabilizadas para produzir um novo discurso híbrido e libertário" (MENEZES DE SOUZA, 2004, p. 131 e 132).

[281] BHABHA, 2005, p. 165.

[282] Publicado em 2001, Serge Gruzinski, historiador francês, paleógrafo e professor *d'École des Hautes Études* em Ciências Sociais, desenvolve um pensamento profundo da mestiçagem. Seleciona o México Renascentista (século XVI) como objeto de estudo, analisando as imagens (desenho, gravura, quadro, afresco e tela pintada) encontradas nos conventos e nas igrejas católicas (principalmente a dos Franciscanos), e também um manuscrito de versos épicos intitulado *Os Cantares*, originários do período de "choque" entre a população autóctone e os espanhóis, pela colonização. Gruzinski, na contemporaneidade, aborda a mestiçagem a partir do México Renascentista, mas em busca de um espaço mais amplo, mediante a mundialização, discorrendo sobre *Macunaíma,* de Mário de Andrade e sobre a obra de 1990 do cineasta de Hong Kong, Wong Karwai.

[283] GRUZINSKI, 2001, p. 48

[284] "(...) por todas essas razões, índios, negros e espanhóis tiveram de inventar, dia após dia, modos de convívio ou, especialmente os primeiros, soluções de sobrevivência" (GRUZINSKI, 2001, p. 78).

[285] IG, 1864, n.3, p. 4 (grifo do autor).

nessa altura ainda não surgira um Alencar para defender o estilo nacional de se empregar a língua portuguesa, as marcas escolhidas para tanto eram inspiradas no exotismo europeu e, portanto, respondiam mais uma vez às demandas do colonizador e não do colonizado. A ambigüidade aí presente, entretanto, levará o indianismo ao extremo da apologia da mestiçagem promovida posteriormente por Alencar em *O guarani* e em *Iracema*, redundando no impasse sempre renovado sobre o caráter mestiço da identidade nacional brasileira.

Esses críticos da cultura tratam da própria natureza do sujeito gerado pela condição colonial e nos deixam claro o quanto havia de ambigüidade no modo de conceber e produzir literatura de um goês ou de um brasileiro no século XIX. Todavia, interessa ainda se perguntar sobre o papel social que cumpria a literatura produzida nessas duas localidades junto aos contextos colonial, nacional e internacional.

Em texto intitulado "O mercado de bens simbólicos", ao fazer a análise da autonomia do campo intelectual europeu, Pierre Bourdieu observa que:

> Pode-se medir o grau de autonomia de um campo de produção erudita com base no poder de que dispõe para definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtos, e portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento. Em outros termos, quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como a arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, ou seja, pela consagração propriamente cultural e pelo poder propriamente cultural de concedê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irredutíveis a todos os princípios externos de divisão, por exemplo os fatores de diferenciação econômica, social ou política, como a origem familiar, a fortuna, o poder (no caso de um poder capaz de exercer sua ação diretamente sobre o campo), bem como às tomadas de posição políticas. (BOURDIEU, 2005, p. 106).

Se transplantarmos tal processo para Goa e para o Brasil oitocentistas, veremos que ali estão presentes formas distintas de autonomização do campo de produção erudita. Em Goa, vimos como a *Ilustração Goana* serviu para realizar a apologia da sedimentação do poder dos canarins na política local a partir do enaltecimento da figura de Bernardo da Silva Peres. Todavia, concomitante a essa afirmação, podemos constatar também uma evidente tentativa de inaugurar um espaço de debate intelectual em língua portuguesa naquela colônia que, em parte afirmasse sua supremacia junto às outras comunidades lingüísticas goesas (como os falantes de concanim, maratas, inglês etc.), e,

em parte, indiciasse para a metrópole que havia naquela colônia um verdadeiro campo de produção erudita. Esse segundo propósito não vislumbrava qualquer intuito de autonomização em relação à metrópole, obviamente, mas sim o de passar a integrar o campo erudito que gradativamente se autonomizava em Portugal e fugir da tutela da Igreja e da aristocracia dos portugueses e descendentes, setores que até então monopolizavam o saber erudito em Goa. Serão, portanto, os canarins que irão possibilitar que se desenvolvesse em Goa um campo de produção erudita com autonomia em relação à Igreja e à aristocracia, marcado ideologicamente, como vimos, pelo liberalismo e pelo constitucionalismo.

No caso do Brasil a equação foi outra. Apesar de o campo intelectual no Brasil ser fortemente tutelado pelo Estado, na figura do Imperador D. Pedro II, em função do discurso liberal adotado oficialmente desde a independência, o campo de produção erudita tinha certa autonomia no Brasil. Mas o movimento de autonomização da elite erudita brasileira se deu mais fortemente em relação à elite erudita européia, nomeadamente à portuguesa. A afirmação de uma literatura nacional, ao lado dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eram elementos centrais dessa busca dessa autonomização, marcada veementemente não por acaso pelo discurso liberal, então hegemônico na elite erudita européia. Demonstrar a peculiaridade da literatura brasileira, fazendo-a distinta da européia era a forma mais eficaz de capitalizar simbolicamente toda a elite erudita nacional, já que, na concepção romântica, a literatura media o grau de civilidade de um povo e sua simples existência nacional tornava possível a "civilização brasileira". Foi, portanto, pela adoção do discurso liberal e de suas teses relativas ao que se pode designar de identidade de um povo (nas quais se fundamentavam os argumentos de Santiago Nunes Ribeiro) que se buscou afirmar a autonomização do campo erudito brasileiro em relação ao europeu.

O fato é que em ambos os casos aqui tratados o pensamento liberal cumpriu o papel de auxiliar na autonomização do campo intelectual em relação à Igreja e à aristocracia, no caso de Goa, e em relação à aristocracia e ao campo intelectual europeu, no caso do Brasil. Também em ambos esse pensamento liberal esteve em franca contradição com a ordem social, já que em Goa convivia com a estratificação rígida das castas e, no Brasil, com a estratificação inflexível da modelo escravagista. Portanto, parece que na ex-colônia americana e na então colônia indiana a colonização portuguesa gerou uma série de contradições que obrigou seus respectivos campos de produção erudita a se constituírem sob forte e diversificada ambivalência.

Apêndices

I. RESUMO DAS MATÉRIAS DA *ILUSTRAÇÃO GOANA*[286]

ILUSTRAÇÃO GOANA (1864-1866*). Periódico Literário,* publicado primeiramente na Imprensa Nacional e depois na imprensa do Ultramar, em Margão.

GONÇALVES, Julio – "Crônica do mês" (1864, n.1, p. 11-12)

A primeira parte do artigo é dedicada às publicações de cunho literário goês, ou seja, do que o autor chama de "trabalhos literários do país". Anuncia a futura publicação, em 1865, dos almanaques goeses *Cristianismo* e *Popular*. Comenta a participação de J. P. da Silva Campos de Oliveira e de Filipe Neri Xavier na "imprensa nacional". Sobre o primeiro, diz apenas que se trata de sua estréia (não nos dá detalhes), já sobre segundo, cita a obra "Memórias do Tribunal de Inquisição em Goa". Menciona a publicação de "Quadros históricos de Goa", sem referir-se ao nome do autor, diz apenas que se trata de um jovem. Na segunda parte, discorre sobre economia, política e imprensa. Comenta a baixa nos preços dos cereais, entre eles o arroz, devido à importação; a queda do índice de uma certa epidemia nas "províncias"; o crescimento de roubos; a espera de um futuro "governador de estado", e a suspensão da lei de mandatos de casamento. Sobre a imprensa goesa, fala do surgimento de *A Sentinela da Liberdade*, do término de *Harmonia*, e também da chegada de um cilindro na imprensa de *O Ultramar* que "imprime 800 exemplares por hora". O Autor tratou, sobretudo, dos acontecimentos das "províncias" de Goa. Selecionamos alguns textos em que aparece o termo "país": 1. Graças a espíritos progressistas, os trabalhos literários do país vão tomando incremento (p. 1); 2. "O segundo é a estréia do sr. J. P. da Silva Campos e Oliveira, a qual reúne em si a seriedade e variedade de artigos curiosos, sendo alguns elaborados por muitas penas ilustres do país" (p. 11); 3. "Estão nos prelos da imprensa nacional, algumas obras do sr. Filippe Nery Xavier, um dos velhos e hábeis escritores goanos" (p. 11); 4. Consta que sobe a 10.000 o número das sacas de arroz, entradas no país desde a última abertura da barra" (p. 12); 5. "A da situação pugna até hoje pela causa da governação corrente, tentando pô-la a coberto das argüições vindas do jornalismo do país e da metrópole" (p. 12).

[286] Nem todas as matérias foram aqui resumidas.

GONÇALVES, Julio – "Biografia- Bernardo Peres da Silva" (1864, n. 1, p. 4-5; n. 2, p. 1-4; n. 3, p. 1-2).

Em 1821, destaca-se no meio goês, um brâmane que teve papel crucial na política liberal, Bernardo Peres da Silva. Sua história é narrada em meio a transtornos: quando eleito deputado, segue para Lisboa. Ao chegar a Portugal, depois de uma viagem longa, já estava estabelecido o regime absolutista. Frente ao fato, regressa à Goa. Em 1827, restabelecido o liberalismo, é reeleito deputado. De volta o governo absolutista, é obrigado a exilar-se. Passa pela Inglaterra, depois pelo Brasil e regressa a Portugal em 1834 no reinado de D. Pedro IV. Em 1835, com a vitória dos liberais em Portugal, Bernardo Peres da Silva é nomeado governador dos Estados da Índia. Este momento é tomado pelo autor como de suma importância para os brâmanes católicos goeses, mas fugaz, por ter durado dezessete dias.

FIGUEIREDO, A. J. Frederico Gonçalves de, "Crônica exterior, nacional e estrangeira" (1864, n. 2, p. 17-18).

De Portugal, fala sobre Lisboa, Porto, Algarve, relatando diversos assuntos: falecimentos, administração bancária, clima e comemorações. Menciona a nomeação de um bacharel para Timor e de empreendimentos de navegação para a África Ocidental. Em matéria de literatura, anuncia as publicações de obras literárias em Lisboa, como: *Amor de Salvação, A filha do Doutor Negro* e *No Bom Jesus do Monte*, romances de Camilo Castelo Branco, a quem considera "o príncipe dos romancistas portugueses", assim como *O segredo do abade*, de Arnaldo de Gama, *Tempestades Sonoras*, de Teófilo Braga, *Camões*, de Antônio Feliciano de Castilho, *Poesias*, de Antônio Pinheiro Caldas, e as peças de teatro *O jogo, Os moços e velhos*, e *A vingança,* de Ernesto Biester (sendo a última de colaboração com Camilo Castelo Branco). O autor tece comentários sobre política e economia, como alteração de cargos ministeriais, tratados, políticos, importações, entre outros, de países como a Espanha, França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Suíça, Dinamarca e Rússia.

GONÇALVES, Julio – "Crônica do mês" (1864, n. 2, 19-20) .

O primeiro parágrafo diz respeito à diferença entre romance e crônica, que segundo o autor, está entre a imaginação e os fatos: "O romancista quando não sabe, imagina, cria. O cronista, quando imagina, desreputa-se, cai" (p. 19). O autor dá destaque ao campo literário: "As literárias tem sempre, aqui, o primeiro lugar" (p. 19),

evidenciando a importância literária dos almanaques goeses como divulgação e contribuição literária, que por ser de "fácil" acesso, alcança não só os intelectuais, como também o "povo":

> O almanaque vai sendo a pedra de toque das vocações literárias do país. O almanaque vai sendo, sobretudo, o sítio mais fácil, em que as inteligências nascentes procuram estrear-se com preferência. E o bom é que muitos espíritos cultos, seja por passatempo, seja por desenfado, entretém-se no almanaque, e o povo apesar da sua decidida repugnâncias às letras, tem acolhido e promete acolhê-lo todo sempre; talvez por lhe dar no gosto aquele *utile et dulci* dos mancebos, que pela vulgaria de linguagem, e correnteza de estilo conseguem levar as suas produções à inteligência do povo (p. 19, grifo nosso).

Apresenta uma lista deles: *do Cristianismo*, *Popular, Literário, Instrutivo, do Povo, de Goa, de Lembranças luso-indiano,* e *da Ilustração*. Recomenda aos leitores, "homens e mulheres", o *Almanaque de Lembranças indo-lusitano,* que até o momento não tinha sido publicado, mas prometia "resumir em 125 páginas em 8º além do *factotum calendárico* as suas 365 *lembranças* para o ano 1866" (p. 19, grifo do autor). Em matéria de obras literárias, publicado em forma de folheto, cita *Apontamentos sobre Satary*, de A. L. Mendes. Assumindo um tom crítico, dá seu parecer sobre a obra e o autor: "O cronista julga-a uma obra de apreço. Bastaria, para julgá-lo, o nome do autor, que é felizmente, um dos poucos filhos de Portugal, cultos em letras, que demoraram no país, e , o que vale mais, pouco alardeador da sua erudição" (p. 19). Elogia a colaboração de Miguel Felipe de Quadros no periódico político goês *Sentinela da Liberdade*, por divulgar conhecimento científico de qualidade, assim como a participação de Antônio Quadros, seu sobrinho. Em seu discurso, divide as notícias da capital e das províncias. Anuncia a publicação de "Ensaio descritivo e estatístico de Pangim", de José Maria de Nazaré, "um mancebo da capital", trabalho que merece mérito, segundo o autor, por prestar "serviço ao país". Recomenda-lhe que atualize a referência "Pangim" por "Nova-Goa". Anuncia a autorização do governo para o uso, nas escolas, da *Gramática marata*, de Suriagi Anandá Ráu, considerado "um dos mais hábeis professores da língua, em Goa" (p. 20). Trata da abertura do curso de "sistema métrico-decimal" nas escolas; de uma bolsa cedida pela universidade de Bombaim ao estudante de medicina José Gerson da Cunha; das férias escolares até dia 6 de janeiro, devido à passagem do ano. Em uma nota final, explica que, por falta de notícias, não tratou das de cunho político e comercial. Citações em que aparecem os termos: "país",

"capital" e "patrício" (grifos nossos): 1. "O Almanaque vai sendo a pedra de toque das vocações literárias do país" (p. 19); 2. "Bastaria, para julgá-lo, o nome do autor, que é felizmente, um dos poucos filhos de Portugal, cultos em letras, que demoraram no país, e, o que vale mais, pouco alardeador da sua erudição" (p. 19); 3. "Não se tem publicado obra alguma de importância, nem na cidade, nem nas províncias. Um mancebo da capital anunciou a publicação de um *Ensaio descritivo e estatístico de Pangim*. O cronista espera com brevidade a estréia do sr. José Maria de Nazaré; mas desejaria ver que ele trocasse o = Pangim = por Nova-Goa =, e seria então um trabalho perfeito, com que o autor teria mesmo prestado um grande serviço ao país"(p. 20); 4. "A cadeira da capital foi confiada aos conhecimentos, e cuidados do ser. Joaquim J. F. Arez" (p. 20); 5. "(...) o nosso patrício o sr. José Gerson da Cunha" (p. 20); 6. "Fecharam-se as escolas do país, para até o dia 6 de janeiro" (p. 20).

XAVIER, Filipe Neri, "Biografia de Bocage" (1864, n. 3, p. 7-9).

Descrição histórica da vida do escritor português Bocage e sobre sua vinda à Goa, onde permaneceu por dois anos e se tornou tenente do regimento da praça de Damão em 1787. O autor detém-se aos aspectos políticos de Goa, citando vários nomes de governadores, secretários e generais da Índia. Referente à poesia, menciona o poema satírico "Manteigui", "O Canto da Bêba" e os sonetos de descrição e crítica que Bocage escreveu sobre Macau e os fidalgos.

FIGUEIREDO, Antônio João Frederico Gonçalves de, "Crônica Exterior, Nacional e Estrangeira" (1865, n. 3, p. 55-57).

A primeira parte diz respeito a Portugal e às suas colônias. Inicia o artigo de noticiário com comentários sobre a "boa saúde" da Família Real portuguesa e o estado do Reino, que se encontra em "paz". Comenta da aprovação, pela câmara municipal de Lisboa, de uma lápide comemorativa em homenagem a Camões, que será instalada na "casa onde se supõe ter falecido" (p. 55). Sobre Luanda, menciona que o índice de "epidemia das bexigas" diminuiu, e que já havia matado 4.000 pessoas, prejudicando o comércio e a agricultura. Como tentativa de remediar os problemas causados, diz que nomearam uma associação mercantil, uma comissão para "instituir" uma biblioteca e um museu público. Comenta o falecimento do "soba"[287] de Coma Dom Nembamba,

[287] Chefe de povo ou de pequeno Estado africano (*Dicionário eletrônico Houaiss*).

substituído, em eleição, por Dom Paulo, "que prestou, segundo o estilo, vassalagem ao rei de Portugal" (p. 55). De Cabo Verde, fala da queda do índice da "epidemia das bexigas" e da ajuda de "800 moios de milho que foram remetidos do reino", para a população (p. 56). A segunda parte trata de noticiar acontecimentos de países europeus e asiáticos. Menciona o encontro na França, em Nice, entre Napoleão e Alexandre da Rússia; a destruição causada por um furacão em Calcutá; as atitudes do governo italiano para diminuir as despesas públicas; as disputas entre partidos políticos na Espanha e as ameaças de revolta do "partido progressista"; o tratado de paz entre Áustria, Prússia e Dinamarca; as notícias políticas de eleição presidencial nos Estados Unidos (disputa entre Mac-Clelan e Lincoln), e a política de "descolonização" da Inglaterra na América: "O governo inglês projetou dar os primeiros passos para a emancipação das suas colônias, e para constituir a autonomia; e começou já a realizá-lo respectivamente às colônias inglesas na América" (p. 56). Discorre sobre a presença francesa no México: "Continua a conquista do México. Os franceses obtiveram vantagens em Matanioros, e estão sitiando Saxaca" (p. 57). Por fim, fala da insurreição na Tunísia ("Tunis") e do combate de esquadras francesa, inglesa e holandesa com os japoneses.

XAVIER, Filipe Neri, "A Manteigui" (1865, n. 4, p. 14-16, n. 5, p. 12-14).

Notícia história sobre o poema de Bocage, "A Manteigui" e sobre a vida e relações do escritor com Anna Jacques Manteigui, sua heroína.

FIGUEIREDO, Antônio João Frederico Gonçalves de, "Crônica Exterior, Nacional e Estrangeira" (1865, n. 4, p. 17-20).

O autor fala sobre da "superioridade" da qualidade dos periódicos europeus, criticando a própria *Ilustração Goana*, que comparada aos grandes, se torna ínfima. Esta crítica não desmerece o papel da *Ilustração* na cultura goesa, que é muito significante no desenvolvimento jornalístico local.

GONÇALVES, Julio – "Bosquejos Literários: A Literatura e as Nações ou Quadros históricos da literatura contemporânea dos estados mais cultos da Europa I. A França Literária: Staël, Chateaubriand, Lamartine, Victor-Hugo" (1865, n. 5, p. 8-11). É um panorama referente aos escritores franceses citados acima. O autor comenta sobre a agitação que a revolução francesa trouxe para todos: "modernizou os jornais e a literatura no mundo". Na Alemanha, a literatura é vista como a que apelava para a

natureza e para o sentimentalismo. Goëthe e Schiller, tidos como "críticos sublimes", são mencionados como os que elevaram a estética à classe das ciências filosóficas. As obras de Schlegel como as que abrangiam todas as literaturas e manifestavam o que havia de privilegiado nos espíritos elevados. A "revolução literária" na Alemanha produziu: o drama e a poesia lírica, e em seguida, instigou a "originalidade". Madame de Staël é vista como influenciada por tais "princípios" alemães. A partir de Staël, o autor comenta sobre outros escritores franceses e sobre suas obras, afirmando a "superioridade" da literatura francesa. Madame Staël "procurou fazer com que a sociedade francesa revivesse". Em sua obra *Considerations sur la revolution française*, diz que a autora associa o amor da ordem ao amor da liberdade e expõe com uma eloqüência nova os resultados: o bem e o mal, o útil e o nefasto de todas as revoluções. Em *La litterature parmi les anciens et les modèrnes*, afirma que Staël superioriza Shakspeare à Racine, e ataca Boilea, defendendo a liberdade, criticando a opressão imperial, e hostilizando a glória bonapartista. Sobre Chateaubriand, tomado como o "mestre da nova escola", afirma que "procurou os dogmas no fundo do coração, restituiu à imaginação a fé, e fez-se de Diogenes para refutar o materialismo". No que concerne a obra *Martyres,* comenta que Chateaubriand demonstrou que a mitologia pagã não era mais que o cristianismo. Outras obras também são citadas, como, *Atala* e *Genio*. Lamartine é considerado "O ornamento da literatura francesa". Ele tem o "sentimento da solidão". Sua obra *Meditations poètiques* possui uma harmoniosa melancolia que agrada a todos. O autor discorrer sobre "a imaginação fecunda" do poeta, que também aparece como historiador. Ainda sobre Lamartine, menciona "*Histoire de Girondines",* obra tomada como descrição de "os horrorosos sopros revolucionários" de Danton, de Marat, de Saint-Juxt, de Lameter, de Barnave e de Robespierre. Trará brevemente de *Viagens en Orient*, caracterizando-a pela "beleza descritiva". Victor Hugo é considerado um dos poetas que se preocupa com as questões sociais e políticas. *Notre Dame de Paris, Le join final d'un condamné, Claude de pauvres e Les Misérables* são obras elogiadas no ensaio. Victor Hugo representa o intelectual que rompe as "cadeias que prendem a língua francesa" e se torna, por isso, um grande poeta original. Porém ao impor-se à necessidade de inovar, segundo o autor, sua originalidade o leva a procurar o estranho, o paradoxo, a tal ponto que muito dos seus romances se tornam delitos contra a moral e contra a humanidade. No fim do artigo, o crítico afirma que Lamartine e Victor Hugo constituem a atual glória da

França, e que o primeiro domina os espíritos e o coração, e o outro, o poder da inteligência.

ALBUQUERQUE, José Francisco de – "Governo Constitucional- Utopias" (1865, n. 6, p.10-14).

Na introdução, o autor discorre sobre o papel da imprensa particular em Goa, inclusive o da *Ilustração Goana*, como veículo de valorização da literatura e da cultura, indispensável ao desenvolvimento intelectual mundial. Trata-se de um ensaio a favor do governo monárquico constitucional.

GONÇALVES, Julio. "Bosquejos Literários: A Literatura e as Nações ou Quadros históricos da literatura contemporânea dos estados mais cultos da Europa II. A Inglaterra Literária: Byron, Walter Scoot, Pope, Thomaz Moore, Roberto Wilson, Anna Radcliffe" (1865, n. 6, p.15-16). O autor considera Byron "o anatômico terrível da sociedade patrícia". Sobre a temática da obra *Don Juan,* de Byron, descreve-a como a que abrange a hipocrisia da moralidade, da religião, da política e da poesia e "intenta fazer secar a mais bela das virtudes, a caridade social". Para o autor, o mundo tomou gosto pelo luxo, pela poesia, pelas mulheres e pelas viagens do "ilustre" poeta, que por sua vez enfraqueceu a sociedade com seus pensamentos "mundanos e materialistas". Ao tratar do gênero do romance, o fará por Walter Scott. O romance é definido como "a produção da nova literatura cristã que conduz a meditar sobre a vida interior, inclusive sobre a paixão", conceito que, segundo o autor, agradou aos ascéticos e aos satíricos. Walter Scott é visto como o escritor que gosta pouco das análises do coração, que lança mão do belo, que é vigoroso no colorido e que evita a afetividade. Anna Radcliffe é tomada como introdutora do horror na literatura inglesa; Roberto Wilson como prosador e defensor de "os *torys*"; Pope como brilhante e inteligente; Thomaz Moore como o que levou para a pátria as narrações orientais, aplicou palavras patrióticas a seu país, a Irlanda, em seus *Cantos nacionais da Irlanda*. Cita outros nomes como merecedores de mérito: Bulwer, Lewis, Godvoin, Jeffrey, Maucaulay, Jorge Baillie, Addisson, Coleridge, Jorge Crabbe, lord Canning, Champaell, Sotuhey, Bloonfield. Para o autor, a Inglaterra estava passando por uma grande decadência nas letras e sua literatura não era tão bela como a da França e da Alemanha, e se não existisse Byron, Scott e Shakespeare, a Inglaterra não poderia parecer como nação literária no "centro ilustre".

MIRANDA, Jacinto Caetano Barreto – "P. Manuel Agostinho Lourenço" (1865, n.7, p. 1-5).

Biografia do Padre Manuel Agostinho Lourenço, do século XVIII. Discorre sobre a vocação que tinha para o magistério, filosofia, e sobre sua valorização para com a formação intelectual de Goa. Segundo o autor, o padre foi influenciado pelas obras modernas dos pensadores europeus.

MIRANDA, Caetano Francisco – "Homens Grandes da Antigüidade - Sócrates" (1865, n.7, p. 12-13).

É um artigo biográfico sobre Sócrates, visto como símbolo da moral. Menciona que o filósofo estudou o coração humano e ensinou a ciência a seus discípulos. De Sócrates, diz ter enfrentado perseguições, diz ser crente em um Deus único, e que repelia as fábulas dos poetas, a superstição dos povos e as divindades do seu tempo.

CUNHA, José Gerson da, "A mulher e o mundo" (1865, n. 8, p. 5-11).

Este artigo relata o papel da mulher na sociedade do século XIX. É introduzido com um epígrafe de Herculano, retirada do livro *Eurico, O Presbítero,* "...convertei o mundo em paraíso, mas tirai dele a mulher; e o mundo será um ermo melancholico". O autor do artigo desenvolve suas idéias baseadas em Herculano, Bernardin de Saint Pierre, Mme de Stäel, Joana d'Arc e Maria Stuart. Discorre sobre a manutenção da moralidade feminina diante à sociedade: o celibato e a honra. Defende mulheres justas, puras e doces, como as da bíblia. A mulher é definida pela frase "o vigor dos músculos e o poder graúdo da inteligência não os tem a mulher, mas tem em contrapeso a elevação de sentimentos e a nobreza do instinto". Recorre à autores como de Bossuet, Abercombie, e Bastos para tratar louvar a mulher.

GONÇALVES, Julio – "Crônica de Maio e Junho" (1865, n. 8, p.17-20).

O autor elogia os textos de caráter literário produzidos em Goa e comenta sobre o caráter dos almanaques de Goa e de Portugal, que se apresentam "com muita literatura e chalaça".

GONÇALVES, Julio – "Crônica do mês" (1865, n.10, p. 18-20).

Recomenda aos seus leitores uma gramática portuguesa. Mostra a insatisfação de ter em Goa, tão poucos jovens literatos.

MIRANDA, Caetano F. – "Rollin - Golpe de vista sobre a sua vida e os seus escritos" (1865, n. 11, p.9-11).

De caráter biográfico, este artigo fala da importância do escritor francês para o século XVIII. Segundo o autor, Rollin associava à sua obra o gosto pela escritura sagrada, a fé na Providência, a ternura à infância e afeição à mocidade. De Rollin, faz a seguinte descrição: de origem pobre, sobressaiu-se nos estudos e chegou a se tornar reitor da universidade em que estudou, dedicou-se aos estudos gregos e teve contato direto com o príncipe da Prússia, além disso, foi aceito pela academia de letras. A afirma que na obra *Traité des études*, Rollin destrói a base da antiga retórica que os gregos tinham sistematizado e substitui estas regras pela inteligência e admiração dos grandes modelos.

GONÇALVES, Julio – "Bosquejos Literários. III. Itália Literária - Monti Leopardi, Manzoni, Silvio Pellico, Hugo Foscolo, Gioconetti, Rossetti, Torquato Tasso, Carrer." (1865, n.12, p.9-10).

Discorre sobre a literatura italiana, que segundo o autor, soube conservar o cunho da sua nacionalidade. Cita autores que cantaram as tristezas da pátria, e que conservaram o "fogo patriótico". Entre outros, Vicente Monti, é considerado como clássico principalmente por dar importância à forma, e Manzoni é visto como um escritor que "trata da escravidão da pátria e fulmina os que esmagaram seu povo".

RIVARA, Cunha – "Palavras de Recomendação" (1865, n.15, p.1-2).

Através de uma carta à *Ilustração Goana*, o autor a elogia por estar conforme os bons princípios, assim como seus jovens colaboradores, incentivando-os a estudarem e praticarem o "exercício da escrita".

GONÇALVES, Julio, "Crônica do mês" (1866, n. 15, p. 17-20).

No que se refere às letras, o autor anuncia a publicação do *Almanaque* do *Arquivo* do sr. Sócrates, e da *Hydrotarpia*, obra de Monteiro. Sobre o primeiro, diz ser uma "obra curiosa" e bibliográfica. Do segundo, escreve sobre o autor Monteiro, apresentando-o orgulhosamente como goês e residente no Rio de Janeiro, no Brasil. Cita também, entre os jornais, O *Chronista do Tissuary* e *A Goa Sociável*.

MIRANDA, J.C. Barreto - "Um Religioso Erudito" (1866, n.16, p. 9-10).

Cabe ao autor do artigo apenas a introdução, em que explica que no convento de S. Domingos em Goa, segundo o autor, foram encontradas algumas cartas escritas pelo dominicano Fr. Manuel de Divina Providência a um amigo seu, em 1779, que merecem espaço nas páginas da revista por revelar "valiosas" informações sobre a história literária e social de Goa. O restante trata-se da transcrição de uma das cartas. Manuel de Divina Providência lamenta a ignorância em que Goa se encontrava. Empenha-se em dar notícias dos livros mais importantes da Europa, especialmente da França, para que os goeses dedicados às Letras os comprem e divulguem o conhecimento. Segundo consta no documento, a Igreja católica da Índia controlava o monopólio literário e não permitia que a população tivesse contato com o conhecimento das ciências especiais, já que a ignorância ajudava na manipulação do poder. Apenas os padres (ou jesuítas) que ficavam confinados nos conventos tinham acesso aos livros. Comenta que os estrangeiros também ajudaram a piorar as coisas, pois tomaram dos indianos a maioria dos acervos literários, colocando-os na posição humilhante de pesquisarem sobre seu próprio país nos livros Europeus. O Fr. Manuel de Divina Providência explica alguns acontecimentos e promete tomar providência em relação à essa "grande perda", censurando os que não fizeram nada para evitá-la, que deixaram parar em mãos estranhas, a maior riqueza deles, os livros: "o tesouro de valor superior, que se compra e não se vende". Na carta, fica evidenciado o esforço do "erudito religioso" no que cabe aos estudos da língua chinesa e dos dialetos da Índia, usados como instrumento para compreensão da "religião brâmica" e de investigação da cultura e sociedade goesa.

GONÇALVES, Julio, "Crônica do mês" (1866, n. 16, p. 17-20).

Sobre o teatro, o autor noticia que será apresentado pela segunda vez em Portugal, o drama *Cinismo, Scepticismo e Crença* de Garrett. É anunciada a publicação da "Bibliografia Goana", de Miguel Vicente de Abreu e também a futura publicação de "Ramalhetinho", do mesmo autor, que aparece caracterizada como uma coletânea de folhetos mensais sobre versos, canções e modinhas Cita também a publicação do livro de cunho religioso, *A vida de Jesus*, do sr. Salvador Lobo.

GONÇALVES, Julio – "Sebastião Salvador Baptista Canã" (1866, n. 17, p.1-6).

Ensaio biográfico que trata das tendências progressistas de Canã, que diz ter se empenhado em estabelecer uma associação de literatos. É considerado um grande intelectual da época por defender o "patriotismo" em Goa.

GONÇALVES, Julio – "Crônica do mês: Escolas, Letras, Espetáculo, Novas Marítimas, Memórias Quaresmais" (1866, n.17, p.17-20).

Trata-se de um noticiário sobre os temas levantados no título. Selecionamos a referência à fundação de uma associação literária portuguesa em Bombaim, denominada, *Sociedade Estudiosa Luso-Indiana de Bombaim* e o apelo do autor para que a "sociedade" desperte um maior interesse pelas Letras.

GONÇALVES, Julio - "Crônica do mês ", (1866, n 18, p. 19-20).

Anuncia aos leitores a publicação de dois números do periódico literário *A Goa Sociável*, redigido por M. J. das Costa Campos, o qual é caracterizado pela linguagem "singela, inteligente e ao mesmo tempo elegante". O autor anuncia a publicação de um folheto crítico social intitulado "O que fomos e o que somos", de Barreto Miranda.

CUNHA, José Gerson da - "Luiz Caetano de Menezes", (1866, n. 19, p. 1-4).

Biografia de Luiz Caetano de Menezes que se destacou como jornalista na época. Este artigo é um apanhado crítico da vida e da obra literária de Menezes, que em 1835, como prefeito de Bombaim, escreveu a "Carta a Tullio", revelando seu "patriotismo". Segundo José Gerson da Cunha, o autor da biografia, Menezes é considerado "um ilustre escritor que não se limitou a defender os direitos portugueses no estrangeiro", e que mesmo distante de Goa, em território britânico, contribuiu para os estudos literários de Goa e de Portugal.

GONÇALVES, Julio. – "Algumas Palavras sobre a Imprensa" (1866, n.19, p. 11-14).

Para o autor, a imprensa ganhou importância a partir do momento que se despertou um interesse maior pelas Letras. Antes do surgimento da imprensa, o trabalho da cópia manual era o único modo de reprodução textual, o que muitas vezes facilitava a alteração dos originais. Pretende contextualizá-la desde o seu nascimento, afirmando que a imprensa surgiu na China em 926, que suas primeiras edições eram rudimentares, que as letras eram gravadas às avessas em pranchas de madeira, que o método era

manual, e que tempo depois "evoluiu" para a impressão por estereótipos, aplicada somente em objetos de divertimento como carta e jogos. À Lourenço Coster, natural de Harlem (Holanda), atribuiu a invenção da imprensa. João Gutenberg é tido como o primeiro a substituir as pranchas de madeira por caracteres móveis de metal. Considera como primeiro livro impresso com caracteres de Gutenberg a *Bíblia Mazarina* publicada entre os anos 1450 e 1455. O autor constrói um panorama a fim de facilitar a compreensão da história da imprensa de 1400 a 1500, explicando ano por ano todas as descobertas em cada país. Por fim, afirma que se estabeleceram 142 imprensas na segunda metade do século XV e que a Itália foi o país que mais progrediu no desenvolvimento da imprensa.

GONÇALVES, Julio - "Crônica do mês", (1866, n. 21, p. 18-20).

No que se refere à arte, o autor cita alguns espetáculos como a "Honra e a Desonra", "O último Ato" e "Uma criada impagável", que foram levados em cena com êxito. Não cita o nome dos autores das peças.

MIRANDA, Caetano Francisco - "Duas palavras sobre Washington e Napoleão", (1866, n. 22, p. 7-9)

O autor apresenta-os como "dois extraordinários capitães do nosso século", e mostra as diferenças entre os dois: Washington, o americano, é visto como o "pacífico" e o que estima a honra acima de tudo, e Napoleão, o francês, como "guerreiro" e "soldado ousado".

ALBUQUERQUE, J. F. de - "Crônica do mês", (1866, n. 22, p. 18-20).

Anuncia a publicação de um folheto crítico intitulado "Refutação do folheto *O que fomos e o que somos*, ou antes Desagravo é honra do país, por um camarim", anônimo, como resposta ao folheto "O que fomos e o que somos", de Barreto Miranda. Menciona também a publicação do tratado de "Honras Canônicas", do padre Marinho da Silva. Cita o teatro da Rua Nova de Ourém de Nova Goa como "verdadeiro palco" para os festivais de poesia e literatura. Noticia a programação teatral da semana.

GONÇALVES, Julio – "Crônicas Bibliográficas: Narração da inquisição de Goa, de Mr. de Dellon, versão com notas acrescentamentos do Sr. M. V. d'Abreu", (1866, n.23, p.17-20).

Acredita haver dois grupos de escritores: "aqueles que divertem, educam e cativam seus leitores, e aqueles para quem todas as expressões de beleza e todas as graças românticas não significam nada diante da autenticidade da matéria, e que não visam entusiasmar os leitores, mas contribuir para uma educação literária". Para o autor, os dois tipos são importantes desde que haja um impulso patriótico envolvido. Afirma que é responsabilidade dos governadores a de proteger e remunerar esses escritores, para que só assim as obras literárias sejam difundidas no país. Discorre sobre *Narração da Inquisição de Goa*, de Dellon. Defende a valorização da tradução de textos literários.

PINTO, F. C. da Cunha – "Os homens de Letras e a Glória dos Homens" (1866, n.24, p.7-10).

O artigo mostra a importância que os escritores têm na formação de opiniões, afirmando que "a glória das nações está em suas mãos". Aproveita para alertar os leitores de prestarem atenção na seleção de suas leituras, visto haver escritores de caráter "destrutivo".

ALBUQUERQUE, J. F. de – "Crônica do mês", (1866, n. 26, p.14-16).

Comenta a suspensão da *Ilustração Goana* e justifica que seus dois anos de sobrevivência não foram poucos para um periódico literário estampado em Goa, onde há pouco interesse em incentivar as gerações futuras às Letras.

GONÇALVES, Julio – "Agradecimentos e Despedidas", (1866, n.26, p.17-20).

O redator despede-se de seus leitores e colaboradores. Justifica que seu objetivo era o de prestar serviços à mocidade, para que assim, ela pudesse continuar a desenvolver o seu trabalho. Comenta as várias dificuldades que todos tiveram para que as publicações fossem editadas.

II. RESUMO DAS MATÉRIAS DA *MINERVA BRASILIENSE* [288]

Minerva Brasiliense, Jornal de Ciências, Letras e Artes, publicado por uma associação de literatos, N° 1, 1° de novembro de 1843.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales, "Introdução: Progressos do século atual", (1843, v. I, n. 1, p. 1-6).

O autor introduz o ensaio discorrendo sobre o progresso científico da área médica, química e física, dando ênfase no aprimoramento da eletricidade no mundo atual. Cita nomes de vários cientistas que foram responsáveis por tal "progresso". Comenta sobre as diversas mudanças que o progresso científico causou, lembrando aos leitores da precariedade dos tempos passados. Elege o "caminho de ferro" como fenômeno primordial para a manifestação da revolução industrial, menciona os benefícios trazidos pela navegação a vapor. O autor faz suas considerações sobre as ciências políticas e morais como responsáveis pelo progresso da humanidade. Cita a França e a Inglaterra como países como "desenvolvidos". Discorre sobre a ideologia capitalista que prevalece no mundo moderno. O cristianismo é nomeado como "a economia política cristã", necessária para amenizar o poder da ciência materialista. O autor prega a reabilitação do cristianismo. No que se refere às Belas Artes, a literatura (cristã) é reverenciada. Há uma quebra com o clássico e uma preferência pelo divino – literatura "antipagã". A literatura é chamada de "ciência da alma" que reage contra o empirismo materialista do século XVIII.

Coloca-se como um ensaio que introduz o caráter político, moral e literário da revista, trata sobre ciências em geral, filosofia e letras. Discorre sobre a questão da nacionalidade brasileira, temática que acompanhará a *Minerva* até o fim, colocando em evidência a importância dos periódicos para o progresso intelectual brasileiro.

RIBEIRO, Santiago Nunes, "Da nacionalidade da literatura brasileira", (1843, v. I, n.1, p.7-22).

O autor trata da instrução científica no país, que, segundo ele, se encontra em estado satisfatório, no entanto, a situação da literatura é lamentável (ao menos no âmbito da reflexão teórica). Exige um estudo conscienciosо e sistemático da literatura:

[288] Privilegiamos as de cunho crítico.

deveria haver maior apreciação das obras nacionais e do estudo comparativo das literaturas antigas e modernas. Lança questões a seus leitores: "O Brasil tem ou não uma literatura nacional?", "As produções literárias dos autores brasileiros pertencem à literatura portuguesa?" Faz uso de uma frase de Fred Schlegel – "A literatura é a voz da inteligência humana, o complexo dos símbolos que representam o espírito de uma idade, ou caráter de uma nação" – como forma de intensificar sua problemática em torno do caráter nacional da literatura. Critica o General Abreu e Lima, que além de supervalorizar a literatura portuguesa, afirma que é a única que os brasileiros têm. Segundo o autor, Abreu e Lima considera que o essencial numa literatura é a cópia, e que a poesia, a eloqüência e a história são inferiores a ciências exatas positivas e experimentais. Menciona o nome do português Gama e Castro, quem em um de seus artigos supostamente defendeu que os intelectuais brasileiros pertenciam à "pátria de Camões", afirmando "que a literatura brasileira só existiria de fato se estivesse consignada em outra língua que não fosse à portuguesa". O autor posiciona-se contra tais argumentos, primando pela existência de uma literatura nacional. Acredita que o princípio literário e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças e costumes peculiares de cada país, e que estas características podem ser muito diferentes entre os povos, embora falem a mesma língua. Aponta aspectos distintos entre o Brasil e Portugal em matéria de geografia, clima, instituições, e costumes. Para o autor, "a literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época. A poesia é a mais subida forma de literatura: ela procura compreender e exprimir por meio da linguagem o que há de mais belo, puro e santo na vida interior do século". Como base de seu argumento contra Gama e Castro, diz se apoiar em Visconde de Chateaubriand, que defende que "a língua inglesa possui quatro literaturas diferentes: a irlandesa, a inglesa, a escocesa e a americana". A partir dessa referência, o autor defende que a língua portuguesa tem também duas literaturas diferentes: "a lusitana e a brasileira", com a mesma razão que os irlandeses "fazem timbre da sua origem oriental, cabe aos brasileiros ufanar-se das reproduções de obras de caráter lusitano".

Numa segunda parte do artigo, o autor quer provar que as "acusações" feitas à poesia brasileira, de ser imitadora e estrangeira, são mal fundamentadas. Segundo o autor, Ferdinand Denis e Garrett (não cita o nome das obras) afirmaram que os poetas brasileiros não empregaram o caráter local em seus poemas, faltando assim nacionalidade em suas obras. O autor em tom de defesa da nacionalidade poética, parte da justificativa que os poetas anteriores à independência do Brasil (Gonzaga e Cláudio

Manuel da Costa) "não podiam fugir às contingências da época". Afirma que o empréstimo que o Brasil fez de Portugal em relação à literatura era fato comum entre outros países, que a literatura espanhola sofreu influências da grega e da romana, e que a Inglaterra imitou a literatura italiana e a francesa. Para finalizar, aconselha os leitores a não criticar, e sim, a louvar a moderação com que os brasileiros imitaram os portugueses e, sobretudo, as novas direções que os escritores estão tomando no que se refere à originalidade nas obras brasileiras.

PORTO ALEGRE, M. de Araújo, "Festas imperiais", (1843, v. I, n. 1, p. 23-26).

O artigo ironicamente trata do entusiasmo do "povo brasileiro", tomado como exarcebado, na espera da preparação de artefatos para o recebimento da imperatriz do Brasil, Tereza Cristina, visto como "Dia tão desejado pelos brasileiros". Diz que a maioria dos jornais relatou tal cerimônia que se deu na cidade do Rio de Janeiro, descrevendo detalhadamente como o teatro, a praça, a Igreja e a galeria comercial se enfeitaram para a chegada da Imperatriz.

ADET, Émile, "Teatro Francês", (1843, v. I, n. 1, p. 27-28).

Trata-se de uma companhia de artistas franceses presentes no Rio de Janeiro que com muita dificuldade conseguiu se estabelecer num teatro. O autor apresenta detalhadamente os principais artistas que a compõem, elogiando-os num primeiro momento pelos seus méritos. Anuncia que cada número da *Minerva* acompanhará uma simples revista teatral para inteirar o público da companhia. O autor coloca-se como crítico teatral desta companhia, se sentindo no dever de apontar os defeitos e as virtudes de suas peças, numa tentativa de aprimorá-las.

ADET, Émile – "Literatura contemporânea francesa. Artigo I". (1843, v. I, n.2, p. 37-41).

O autor inicia seu ensaio afirmando que a França é a nação que mais contribui no século XIX para o "rápido progresso civilizador" do Brasil. Observa que Portugal, como colonizador, havia a princípio imposto à colônia a sua dominação literária, mas a partir do momento que o Brasil se tornou independente politicamente, a literatura também seguiu o mesmo caminho: "sacudindo a independência brasileira, o jugo da antiga Lusitânia, com o mesmo golpe com que feriu o seu sistema político quebrou as últimas cadeias do sistema literário, desde muito alterado, e para logo se viu despontar

no horizonte o crepúsculo de uma aurora nascente, formando-se pouco tempo depois uma nova época da literatura brasileira, havendo já hoje alguns talentos trilhados esta nobre vereda." O autor trata da divisão que há entre a literatura antiga e a moderna e afirma que toda literatura da nova escola está relacionada com a literatura contemporânea francesa. E que a nova literatura portuguesa provém em parte da França, assim como a brasileira no período nascente. Mostra a dificuldade de delimitar a separação da literatura antiga e da moderna. Discute se a França possui ou não o gênio épico. Analisando a poesia épica, comparada com os grandes poetas anteriores, Dante e Virgílio, afirma que Alexandre Soumet foi o último francês a representar esse gênero. No entanto, se tomada de outro ponto de vista, o de não encarar a literatura isoladamente, mas sim, interligada à história, aos costumes, à política e a religião, a França tem então sua poesia épica. Cita as principais obras e poetas que representaram a épica na Idade Média e os poetas modernos, destacando Alfredo de Vigny e Edgar Quinet como representantes da épica contemporânea da França. Considera "sublime" a obra de Soumet, colocando em paralelo com Dante, Milton e Klopstock. Comenta que a sociedade moderna francesa, que saía do caos das duas revoluções, consegue recuperar o seu caráter nacional e produz uma nova literatura dramática. A França já não possui a tragédia de Corneille e de Racine, mas tem uma tragédia nova que vingará. Também não possui mais uma comédia simples e profunda de Molière, a jovial e verdadeira, de Kegnard, mas sim, uma comédia cujo caráter não se acha determinado.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e – "Estudos sobre a literatura brasileira durante o século XVII", (1843, v. I, n.2, p. 41-45).

Relembra, durante o século XVII, as "invasões" holandesas, afirmando que o Brasil lutava por sua liberdade. Menciona que na literatura durante tal século surgiram nomes como o de Antônio de Sá, Eusébio de Mattos, Lourenço Ribeiro, que cultivaram os primeiros passos da poesia no Brasil. Segundo o autor, certos escritores amadores modificaram algumas das melhores composições portuguesas, na tentativa de transformá-las em modelo da literatura nacional brasileira, mas acabaram envergonhando o Brasil: "freiras e casquilhos substituíram as raízes de Bernardim Ribeiro, de Camões, de Sá de Miranda, de Ferreira, de Caminha, e de tantos outros insignes engenhos, e abundaram a literatura portuguesa de uma *abundante esterilidade* de obras de ridículos títulos e medíocres assuntos, proclamaram-se regeneradores do gosto pervertendo o gosto, e quando pensavam mais e mais realçar a poesia nacional,

mais e mais a rebaixavam com essa abastança de antíteses a cada frase, de trocadilhos a cada verso". Após Beato Ferreira Pinto, tido como o primeiro dos literatos brasileiros, dá destaque para Gregório de Mattos, que é considerado um dos mais satíricos poetas brasileiros, cuja obra ficou conhecida pela "originalidade de pensamento", pela maneira "graciosa com que trabalhava com o ridículo" e pela "facilidade" com que se expressava.

T. - "Bibliografia. Obras sobre Geografia e História do Brasil. O Compêndio do Senhor General J. I. Abreu e Lima", (1843, v. I, n. 2, p. 51-53).

O autor inicia o artigo criticando a falta de nacionalidade dos brasileiros que ignoram o próprio país e reverenciam a grandeza européia. Discorre sobre a necessidade de se desenvolver mapas de qualidade para um melhor conhecimento do próprio território. Critica os brasileiros pela ausência de amor pelo Brasil, mostrando que até os mapas que temos, foram feitos na maioria por estrangeiros, e menciona que os mapas brasileiros são "precários e demasiadamente incompletos". Por fim, trata da obra de J. I. de Abreu e Lima que acaba de ser publicada, intitulada, "Compêndio de História do Brasil", que diz abranger a história brasileira desde o período do "descobrimento" até a maioridade de D. Pedro II, em 1840. O autor elogia Abreu e Lima pela iniciativa e incentiva novos estudos da mesma área.

RIBEIRO, Santiago Nunes – "Parnaso brasileiro, ou seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros, desde o descobrimento do Brasil, precedida de uma introdução histórica e biográfica, sobre a literatura brasileira por J. M. P. da Silva. em casa de Ed. e Henr. Laemmert". (1843, v. I, n.2. p. 53-54).

Segundo o autor, as necessidades literárias se multiplicam no Brasil, e o comércio de livros se torna mais ativo. O país recebe uma considerável porção de livros da Bélgica, da França e de Portugal. O autor critica que esses livros são tão caros quanto às obras impressas no próprio país. O artigo trata da imprensa brasileira, e diz que ela ainda tem muito a se desenvolver, principalmente em relação ao preço final do livro, que não é acessível para a maioria da população. Fala também sobre o *Parnaso Brasileiro*, que segundo o autor "é uma obra que vulgariza as cópias de muitas das belas produções dos poetas nacionais, algumas das quais são escassas, ou adulteradas em manuscritos e confinadas em raros exemplares". A introdução histórica e biográfica que antecede esta obra é de autoria do Dr. J. M. Pereira da Silva, ele afirma que a literatura

brasileira é "cópia, imitação da portuguesa", mas acrescenta que "reconhece-se, porém, através de seu prisma, a sua nacionalidade, a sua origem nova e sagrada". Esta opinião coincide com aquela do primeiro artigo da revista.

Z., T., "Literatura chinesa", (1843, v. I, n. 2, p. 54-56).

O autor elogia a riqueza da literatura chinesa, destacando o gênero da novela como temática central do ensaio. Compara a literatura chinesa, que é extremamente nacionalista, com a literatura européia, que aceita melhor a temática estrangeira. Sendo assim, a literatura chinesa deve ser tomada como exemplo pelos brasileiros, em busca do nacional. O autor resume o enredo da novela *O Pranto inconsolável da senhora Keaou-Lwan-Wang*, composta pelo Chinês Num-Chong, colocando-a no mesmo nível de qualidade das novelas européias. Afirma que o enredo desta novela chinesa "é o mesmo que se pode encontrar em um Dumas ou em um Victor Hugo".

ADET, Émile, "Revista Dramática - Teatro Francês", (1843, v. I, n. 2, p. 56-58).

O autor inicia o artigo dizendo que o que interessa é o progresso do Brasil, como resposta às críticas que recebeu pelo seu primeiro artigo "Literatura contemporânea francesa - Artigo I". Faz comentários críticos sobre a peça "Chansons de Béranger", "D'une position Délicate" e a "Chanoinesse". Critica a peça "Camargo", dizendo que falta graciosidade e que exagera em melodramas. Apresenta ao leitor vários nomes franceses que contribuíram para o desenvolvimento do teatro francês moderno, como Demortain, Adrien, Mademoiselle Favrichon e Mademoiselle Mars. Critica claramente a peça "Louise ou La réparation", "La belle ecaillère" e "Les Soupers de carnaval", juntamente com seus diretores e atores. Faz também recomendações ao teatro brasileiro numa tentativa de ajudar aprimorá-lo, sempre pregando a importância deste para o desenvolvimento da cultura de um país.

SILVA, J. Norberto de S. - "Estudos sobre a literatura brasileira durante o século XVII" (1843, v. I, n.3, p. 76-82).

Este artigo é continuação do que saíra no número anterior. O autor trata da biografia de Gregório de Mattos. Conta como ele provocou o Governador da Bahia com suas sátiras e conseqüentemente foi mandado para a prisão e exilando em Angola. Voltou pobre para o Brasil e logo morreu em Pernambuco. Critica a poesia de Gregório de Mattos, dizendo que ele não cultivava a sátira como devia, pois fazia muito uso de

obscenidades e infâmia em seus versos. Segundo o autor, Manoel Botelho de Oliveira e Bernardo Vieira foram os prediletos do gongorismo e do maneirismo, mas eles barbarizaram a índole do idioma português e exageraram em metáforas. Manoel Botelho de Oliveira faz muito uso de metáforas, trocadilhos, que resulta num estilo "fofo e alambicado", que cansa e enoja. De suas poesias, apenas duas ou três podem ser aproveitadas. Já nos versos de Bernardo Vieira reconhece elegância na métrica e fineza de pensamentos. O autor comenta vagamente sobre Gonçalo Ramo Cavalcanti de Albuquerque e João Mendes da Silva, que também representariam os primeiros poetas brasileiros do século XVII. Afirma que "um novo povo começava aparecer: competidor do gênio dos antigos Portugueses se elevava e competia por si mesmo". Esses poetas iam crescendo vagarosamente e com dificuldades, pois havia toda a censura do Governo colonial e do tribunal do Santo Ofício, que com freqüência os reprimia.

ADET, Émile – "Literatura contemporânea francesa. Artigo II". (1843, vol.1, n.3, p.89-91)

O autor divulga um panorama sobre os autores que mais se destacaram nas produções de poesia lírica (a ode e a elegia) na França no século XIX, Esta teria iniciado com Chateaubriand e depois revelado Lamartine. Sobre as poesias de Lamartine, principalmente as primeiras *Meditações*, afirma: "assemelham-se a revelações do céu, são aspirações do cristão para o incógnito, para o infinito, aí que a alma reconhece a sua imortalidade e o homem compreende toda grandeza de seu Deus". Tais poesias são tomadas como harmoniosas e belas, santas e grandiosas. Sobre Victor Hugo, diz que se revela um poeta cheio de entusiasmo, cuja poesia é "simples, fresca, rica e abundante". De Alfredo de Vigny, para o autor, sua poesia não se deixa levar pelo capricho de suas inspirações, e não segue o primeiro "vôo" do seu pensamento, se apresentando de forma mais racional. Já a linguagem poética de Casimiro de Delavigne se divide entre poesia antiga, no que se refere à forma, e em poesia moderna, em relação a expressão. Menciona que produziu cânticos nacionais e que foram acolhidos com "entusiasmo" na época. O autor apresenta também Debordes Valmore, como representante da poesia feminina.

ADET, Émile – "Literatura contemporânea francesa. Artigo III". (1843, v. I, n.4, p.108-111)

O artigo trata da "evolução" do romance na França. O autor explica que o romance "amplo que mostra a sociedade sob todas as suas faces", não existia no século XVII. Cita Victor Hugo e o enquadra dentro do romance histórico, e faz um breve comentário sobre sua obra *Notre-Dame de Paris*, elogiando-a como "gigantesca, inesgotável, rica em episódios, cheia de extraordinários contrastes". Outro romance que destaca é o *Cinq-Mars* de Alfredo de Vigny, considerado o mais dramático da França. Os romances de Alexandre Dumas são caracterizados como de grande originalidade, e Chateaubriand como o maior romancista de imaginação. O que caracteriza a literatura contemporânea francesa, segundo o autor, é a poesia épica que se revelou em Chateaubriand, Alfredo de Vigny, Alexandre Soumet e Edgar Quinet, e a poesia lírica: a ode se revelou a Victor Hugo e a elegia, a Lamartine. Por fim afirma que "Agora, só a França possui uma grande literatura".

RIBEIRO, Santiago N. – "Da nacionalidade da literatura brasileira", (1843, v. I, n.4, p.111-115).

O autor retorna ao mesmo assunto discutido no seu primeiro artigo, em que se quer "reivindicar a glória da literatura brasileira". Responde às supostas críticas levantadas por correspondentes de outros jornais do Rio de Janeiro, em defesa da nacionalidade da literatura brasileira.

PORTO ALEGRE, Araújo, "Belas Artes – Exposição pública", (1843, v. I, n. 4, p. 116-121).

O autor trata da fundação da Academia de Belas Artes no Brasil em 1826 como idéia francesas do Marquês de Marialva. Descreve os "conflitos" que passaram os pintores para se adaptarem à "rigorosa" Academia. Os nomes de Grandjean e de Debret são colocados em destaque, como mestres que contribuíram para a arte. Enfim, faz um resumo crítico das apresentações artísticas que ocorreram no ano de 1844 e faz suas considerações sobre a história da Academia sediada no Rio de Janeiro.

S. P. – "O jornalismo", (1843, v. I, n.4, p.122-123).

Trata-se de uma crítica ao jornalismo no Brasil. Segundo o autor, os periódicos não representam a literatura do povo brasileiro, não fazem uso da nacionalidade em seus

artigos - “a vontade de muitos decidiu que o jornalismo não tivesse uma pátria, como não tem um nome que revele sua essência íntima”. O autor trata a *Minerva Brasiliense* como “ingrata e desnaturada” por não cumprir seu papel como periódico literário do Brasil e que com isso se torna cada vez mais difícil marcar a linha divisória entre as duas literaturas, a brasileira e a portuguesa. Indaga se é “preguiça” ou “má vontade” que faz com que o jornalismo seja tão ausente com a própria pátria. Finaliza com a seguinte citação: “Se aqui há alguém tão ignorante que se atreva dizer que o Brasil não tem uma literatura, nós temos a culpa, nosso escritores dormem sob os pés dos cartórios e a literatura brasileira com eles”.

CHATEAUBRIAND, “A revolução francesa e inglesa”, (1844, v. I, n. 5, p. 134).

Defende-se a superioridade da França. Comenta historicamente que a revolução inglesa de 1649 venceu a francesa nas Letras, só que as personalidades inglesas nunca chegaram à altura das francesas. Cita nomes de escritores franceses que se destacaram no mundo inteiro, entre eles Mirabeau, inferiorizando nomes ingleses como o de Ludlow.

LAPA – “Utilidade e vantagens das ciências e das letras”, (1844, v. I, n.5, p.135-137).

O autor elogia as ciências e as letras como necessárias à felicidade do homem “civilizado”, pois são importantes para o progresso moral da sociedade. Em sua análise, há uma hierarquização entra as ciências e as letras: a história, a eloqüência, a poesia e a música, são vistas como menos importantes e necessárias do que as ciências. Comenta os benefícios que as letras fazem ao ser humano: “em todos os países e em todas as épocas da vida, as letras recreiam e descansam agradavelmente o espírito do homem, instruem e formam a mocidade, deleitam e *aformosentam* a vida na velhice”, o que acontecia desde a Antigüidade clássica.

PORTO ALEGRE, “Exposição de 1843”, (1844, v. I, n. 5, p. 148-154).

O autor discorre sobre as exposições de quadros feitas na Academia Brasileira de Belas Artes, em 1843 no Rio de Janeiro. Comenta os quadros de pintores estrangeiros como o de Cicarelli e de Pettrich. Apresenta ao público os pintores nacionais como Melo e Mafra. Não se prende só à pintura, comenta sobre esculturas e arquitetura.

ADET, Émile – “Da arte dramática no Brasil”, (1844, v. I, n. 5, p. 154-157).

O autor levanta o seguinte tema: “se o estudo e o progresso das letras em geral contribuem para a felicidade da humanidade”. Trata da importância da criação literária que é “cheia de imaginação”, compara o homem com um ser angelical, por também ser dotado do “poder de criação”. Afirma que o Brasil ainda não tem uma literatura dramática, pois as obras desse gênero aqui encontradas são na maioria traduzidas ou imitadas. Diz que faltam no Brasil obras do gênero trágico e cômico, pois os poetas brasileiros ainda querem permanecer no limite do bom gosto, temem não ser aceitos pelos espectadores que estão acostumados apenas com a poesia lírica. Mostra-se a favor da censura nos teatros, justificando que é ela que velará a moral pública. Quer o progresso da arte e o “desenvolvimento da inteligência” e espera que o reinado de D. Pedro II possa ser o mais florescente em obras literárias no Brasil.

BARBOSA, Januário da Cunha, “Biblioteca pública”, (1844, v. I, n. 6, p. 159-161).

O autor apresenta o surgimento da primeira biblioteca pública no Brasil como datada de 1810, na cidade do Rio de Janeiro, quando o rei D. João VI a transportou de Portugal para o Brasil. Comenta sobre seu estabeleceu próximo ao Paço Real. Trata do acervo da biblioteca.

BARBOSA, J. da C. – “Da nacionalidade da literatura”, (1844, v. I, n. 6, p. 168-172).

Trata-se de um extrato do discurso de M. Mennechet, de 1843, lido no Congresso Histórico de Paris, que se inicia com a seguinte frase: “A literatura é nacional quando está em harmonia perfeita com a natureza e com o clima do país, e ao mesmo tempo com a religião, costumes, leis e história do povo que o habita”. Seu discurso prima por uma literatura nacional por parte de todos os países. O autor considera que mesmo a poesia vista como universal modifica sua expressão sob influências de diversas causas específicas e que são estas causas que dão à poesia um caráter nacional. Faz uma comparação entre Deus e a literatura, a fim de explicar melhor seu conceito: que Deus é uma figura comum a todos os povos, mas cada religião o vê de uma maneira diferente. Assim é também a literatura que além de ser universal, é própria de cada país. O autor hierarquiza as causas que determinam a nacionalidade da literatura: primeiro a religião adotada no país, depois os costumes e as leis. Uma outra influência, que seria mais poderosa que as leis, é a história, pois ela retoma o passado de cada Nação: as vitórias, as conquistas, e os heróis. A natureza também se destaca: “é o

primeiro espetáculo que se oferece ao homem à sua entrada na vida, e o clima é a primeira sensação que ele experimenta". No fim, trata da influência das literaturas gregas e romanas sobre as demais.

SEM AUTOR, "Prodigioso efeito da tragédia *Zaíra*, de Voltaire", (1844, v. I, n. 6, p. 187-188).

Notícia sobre um inglês chamado Bond, um grande amante da obra de Voltaire, especialmente da tragédia *Zaíra*, e que ao encená-la juntamente com um grupo de amigos, "morre de emoção" no meio da peça.

SEM AUTOR, "Notícia literária", (1844, v. I, n. 6, p. 188).

Um pequeno artigo sobre a publicação da peça *Judith*, de Émile de Girardim que chega a ser comparado com Racine.

SEM AUTOR, "Descoberta literária em Benarés", (1844, v. I, n. 6, p. 188).

Descoberta de um manuscrito precioso na biblioteca do colégio dos brâmanes de Benarés (Hindustão) que retrata a história da Inglaterra antes da chegada de Júlio César.

MAZURE, Adolphe – "Influências do espiritismo sobre o gênio literário", (1844, v. I, n.7, p. 199-204).

O autor define o materialismo como uma doutrina filosófica "que não vê em toda a natureza mais do que corpos e órgãos". Contrapõe esta doutrina com outra, a do espiritualismo, que se apresenta muito mais completa. Afirma que a literatura espiritualista é a única digna de "ornar nossa curta vida, e de cativar uma inteligência que conhece a sua origem". Mostra a necessidade desta filosofia para a eloqüência, para o teatro, e sobre tudo na poesia. De acordo com o autor, a influência do espiritualismo se mostra mais viva e mais profunda na poesia, pois é ela que trata mais espontaneamente da alma e das agitações espirituais do homem. Defende o espiritualismo e rompe com o materialismo, explica que este processo faz parte da evolução da literatura. Faz um paralelo entre o poeta Byron e Lamartine para demonstrar as duas correntes filosóficas: Byron foi um materialista em sua vida e em sua obra, representando uma época de transição entre o antigo e o novo; já Lamartine era um "espiritualista" - "o homem novo, o homem progressivo".

TORRES HOMEM, Francisco de Sales, “Lutero”, (1844, v. I, n. 8, p. 228-230).

Ensaio bibliográfico de Martinho Lutero. O autor retrata-o como um “grande” representante religioso. Faz considerações sobre a importância da panfletagem nos primórdios da imprensa.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de, “A Origem da palavra”, (1844, v. I, n. 9, p. 255-256).

A palavra é considerada por Gonçalves de Magalhães “o meio natural mais preciso” para revelar o pensamento humano. Neste ensaio, o autor busca indícios sobre a origem da palavra: os filósofos dizem que a palavra tem origem divina, já os sensualistas afirmam que o homem as inventou. Magalhães adota o ponto de vista de Condillac para explicar a origem da palavra, que está baseada ao mesmo tempo na invenção humana e na preexistência divina. Discorre também sobre a natureza do som que “nada tem de material, o som é uma pura sensação que nenhuma existência tem fora de ser sensível, de que ela é uma modificação. Não há em toda natureza objeto algum que corresponda ao som”.

ADET, Émile, “Bibliografia - A escola dos príncipes”, (1844, v. I, n. 9, p. 281-282).

O autor comenta sobre a origem da arte dramática na França, e destaca a *Escola dos Príncipes,* de Louis Lefèvre como uma das principais comédias política. Este ensaio possui muitas citações em francês sem tradução, já que Émile Adet acreditava que todos deveriam dominar a língua francesa.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e, “Indagações sobre a literatura Argentina contemporânea”, (1844, v. I, n. 10, p. 295-301).

O autor discorre sobre a literatura argentina tida como “novidade”. Elucida fatos políticos e históricos da Argentina, como a independência política. Discorre também sobre a história da literatura argentina durante seu período revolucionário da independência até a aparição de Estevan Echeverria, visto como reformador da poesia.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo, “Uma palavra ao Ilmo. Sr. Brasileiro nato”, (1844, v. I, n. 10, p. 306-308).

Resposta do autor a uma suposta crítica a um artigo publicado na *Minerva* na seção de artes, em que é criticado junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Paris. Diz ser o francês Moreau o responsável pelos ataques.

RIBEIRO, Santiago Nunes, "Prière a Dieu pour Son Altesse Imperiale", (1844, v. I, n. 10, p. 311-313).

Em homenagem à Princesa imperial do Brasil que estava doente, o autor dedica-lhe uma poesia de Émile Adet e aproveita para elogiar a vida e obra deste autor, pelo qual mostra admiração. Cita também outros escritores como Dante e Casimire Delavigne, e publica um poema de Victor Hugo, "O myrrhe, ó cinname!", analisando-o.

ADET, Émile, "A leitura de uma tragédia inédita", (1844, v. I, n. 12, p. 355-364).

O autor transcreve trechos da tragédia *Clitemnestra* de Joaquim Norberto de Souza e Silva, comentando-a didaticamente a cada ato.

VARNHAGEN, "A Palavra Brasil", (1844, v. I, n. 13, p. 408).

Curiosidades sobre a origem do nome "Brasil" e sobre os vários nomes que o país já recebeu no período colonial, como: Vera Cruz e Santa Cruz.

SEM AUTOR, "Primeira colônia portuguesa no Brasil", (1844, v. I, n. 13, sem página).

Curiosidades sobre as navegações portuguesas e sobre o estabelecimento da primeira colônia portuguesa no Brasil: "Martim Afonso reconheceu nesta viagem o Rio de Janeiro, chegou ao Rio da Prata (...) em 22 de janeiro de 1532, dia de S. Vicente, surgiu no porto de S. Vicente, onde lançou os fundamentos à primeira colônia portuguesa do Brasil".

ADET, Émile – "Os Lusíadas" (1844, v. II, n.13, p. 389-392) .

O autor discute se as traduções em prosa são preferíveis às traduções em versos. De acordo com M. Nisard, a prosa se mostra como superior, pois tem a vantagem de manter intacto o "fundo do poema". Em prol das traduções em versos, o autor diz que "a prosa faz desaparecer parte da beleza dos poemas" no que se refere à forma, à expressão, ao ritmo e à melodia. Cita algumas obras poéticas que devem ser lidas em versos, como: a *Ilíada*, a primeira parte da *Divina Comédia*, a *Jerusalém Libertada*, e as obras de Camões, que, como poemas épicos, têm muita ação e grande variedade nos

eventos e caracteres. Porém, na visão do autor, não sucede o mesmo com *Os Lusíadas*, que, por ser exclusivamente uma obra patriótica, torna-se muito interessante para os Portugueses e pouco para os estrangeiros, já que não deixa de ser uma espécie de "hino nacional português". Elogia o poema de Camões dizendo que é "cheio de beleza prima," mas se comparado na sua totalidade com outros grandes poemas épicos, deixa dúvidas sobre essa beleza. Critica Camões por misturar cristianismo e paganismo em sua obra e com isso confundir os leitores. Julga que M. Ragon é o primeiro a apresentar uma tradição completa de *Os Lusíadas* em francês. Cita outras obras que ele já traduziu em versos para o francês, entre elas, as de Horácio e o *Child-Harold*, de Byron. Enfim, defende a tradução em versos, e problematiza a tradução em versos de *Os Lusíadas* por se tratar de uma obra completamente portuguesa, o que torna mais difícil a compreensão estrangeira.

ADET, Émile; SILVA, J. Norberto de S., "Algumas palavras sobre uma nova publicação", (1844, v. II, n. 13, p. 392-393).

Os autores relatam que todas as nações da Europa pesquisam, conservam e valorizam as obras do passado, pois são nestas produções que estão guardados os sentimentos e os acontecimentos das épocas passadas. Por influência, o Brasil também começou a se preocupar com o seu passado literário. Segundo os autores, surgiu assim, na imprensa do Brasil, uma nova publicação que apresentou as produções dos antigos poetas brasileiros, com o objetivo de informar a sociedade sobre a literatura de seu próprio país, para que ela tivesse uma idéia mais exata e mais completa do que esses poetas significaram na evolução literária brasileira. No prefácio referente a esta nova publicação, defendem que todas as nações têm sua literatura primitiva nascida ou das influências estrangeiras, ou propriamente das crenças e costumes do país, e que ela (se referindo particularmente à literatura do Brasil), prospera dia-a-dia, inspirada no espírito nacionalista contra a metrópole; que os países europeus como a Alemanha, a França, a Espanha e Portugal conservaram seu passado literário e que agora é a vez do Brasil ajuntar todas as suas poesias que passaram despercebidas. Afirmam que nesse contexto, publicaram *Mosaico Poético* e a *Biblioteca Brasílica,* a primeira seção apresentava obras recorrentes da literatura brasileira, a segunda teve a intenção de publicar produções inéditas ou raras dos poetas brasileiros do século passado. Ambas com o propósito de divulgarem o caráter nacional da literatura. No final, há um pequeno

comentário sobre a importância da história, a fim de contextualizar este estudo sobre os poetas brasileiros do passado.

SILVA, J. Norberto de S. - "Considerações gerais sobre a literatura brasileira", (1844, v. II, n.14, p. 415-417),

O autor trata do indianismo brasileiro. O índio é visto como herói: "um povo heróico que merece ser cantado, cuja coragem, aniquilada pelos europeus, fora pelos europeus admirada". O autor valoriza o índio em nosso país, elogia-o todo tempo e descreve suas características idealizadas. Mostra como eles influenciaram a literatura brasileira "seus costumes suas crenças, forneceram o maravilhoso tão necessário à poesia". Compara a Idade Média dos europeus com as civilizações indígenas: de um lado, castelos feudais, combates de ricos homens, de cavaleiros seguido de seus escudeiros; de outro, os índios frente aos ataques dos portugueses e dos holandeses, a resistência aos bandeirantes e a adesão aos jesuítas. É este quadro histórico que teria ajudado a formar a base da poesia brasileira. Segundo o autor, a nossa concepção literária começou a mudar a partir do "grito de Independência"' de D. Pedro II, quando houve um despertar de consciência nacional e uma constante busca de liberdade. Comenta o ceticismo da literatura que está em voga, mas que foi combatido por Magalhães com seus *Suspiros Poéticos e Saudades*, que fizeram retomar a tranqüilidade, a suavidade literária, como se fosse "o som de uma harpa harmoniosa do seio da tempestade". Tal obra marcou a revolução literária no país, inaugurando uma época brilhante na poesia. Cita outros poetas que também contribuíram para a evolução de uma nova época literária: Silva Avarenga, Claudio Manoel da Costa, Basílio da Gama, e Santa Rita Durão. Mais tarde surge José Bonifácio de Andrade, Natividade Saldanha, Evaristo e outros poetas que celebraram o triunfo da liberdade nacional. Considera uma época de transição: que o ceticismo "ataca" os dogmas religiosos, e que o egoísmo e a mediocridade imperam sobre o belo e o sublime, mas ao autor tem esperança de que tudo irá melhorar.

AGUIAR, Francisco de Sousa –"Biografia dos brasileiros ilustres pelas armas, letras e virtudes", (1844, v. II, n.14, p. 417- 420).

Ao aludir à vida de João Vieira Godinho, o autor cita que esteve em Goa a trabalho. Segundo o texto, João Vieira Godinho nasceu na cidade de Mariano, província de Minas Gerais em 1742. Foi capitão da companhia de bombeiros, e lente do

regimento de artilharia em Goa, e por ocasião de guerra foi incumbido do comando e da defesa dos fortes e baterias dessa região. Francisco Agostinho Gomes, nasceu em 4 de julho de 1769, tendo estudado filosofia, economia política e literatura. Em 1837 escreveu e publicou uma memória "apologética" do *Tratado do Brasil com Portugal*. A sociedade da Biblioteca Clássica Portuguesa, como forma de recompensá-lo pela atenção dada a Portugal, ofereceu-lhe em 1841 um projeto sobre a origem e estudo da língua Portuguesa. Para o autor, Agostinho buscava prestar ao Brasil o mesmo serviço Jouffroy e a Cousin prestaram à França.

E., L. O. O., "*Ramalhete das flores* oferecido às jovens fluminenses", (1844, v. I, n. 14, p. 420-423).

Trata-se de um ensaio crítico sobre *O Ramalhete das flores*, cujos autores não são citados. Segundo o texto, o livro constitui-se de uma coletânea de poemas, em que cada um é dedicado a uma flor. As flores se personificam e ganham nomes como Angélica, Baunilha, Borboleta, Beijo, Jurujuba, etc. O autor incentiva sua publicação, comparando-a com outras obras como: um poema de Mr. Mollevaut, que tem a mesma temática, com a obra do filho de Roeshult, também conhecido como poeta das flores e com a poesia "O Relógio de Flora", de Lineu. Finaliza o artigo elogiando a coletânea como: "uma variedade que encanta".

RIBEIRO, Santiago Nunes e Barbosa, Januário da Cunha, "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", (1844, v. I, n. 14, p. 423).

O autor discorre sobre o apoio que o Instituto Histórico e Geográfico dá à ciência e à arte brasileira. Há também um relatório feito por Januário da Cunha Barbosa sobre as pesquisas realizadas neste Instituto.

RIBEIRO, Santiago Nunes, "Concurso à cadeira de Filosofia", (1844, v. I, n. 20, p. 547-550 e 609 - 614).

O autor afirma que "o gênero brasileiro é singularmente propenso e apto para a cultura das belas artes, da eloqüência e da poesia", e não é tão dotado às ciências matemáticas e filosóficas. Faz suas considerações sobre o concurso público de filosofia e debate sobre qual seria o perfil ideal de um candidato. O autor tem esperanças de que um dia o Brasil possa se destacar no nível intelectual como a Alemanha, a França e a

Inglaterra, e pede apoio aos governadores brasileiros para que incentive o aprimoramento intelectual da população.

RIBEIRO, Santiago Nunes, "Biografia – O Dr. Francisco Bernardino Ribeiro", (1844, v. I, n. 18, p. 566-568)

Trata-se da biografia de Francisco Bernardino Ribeiro, visto como intelectual literário, influenciado pela literatura clássica. O autor menciona que contribuiu com poesias, romances, tragédias e traduções.

SEM AUTOR, "Biografia. O Dr. Francisco Bernardino Ribeiro", (1844, v. II, n. 18, p. 566-568).

Trata-se da biografia de Francisco Bernardino Ribeiro. Segundo o texto, concluiu o curso jurídico de São Paulo, mas acabou se dedicando a ciência estética literária, fundou uma sociedade filomática e tinha o desejo de ilustrar as características nacionais do Brasil, e escreveu um "Ensaio sobre a tragédia", em que critica as afirmações de La Harpe sobre o teatro grego.

TAUTPHOEUS, H. de – "Origem e progresso da imprensa periódica", (1844, v. II, n. 19, p. 587-589).

Trata da importância da imprensa periódica pela representação que ela faz da vida pública dos países. O autor não se conforma do Brasil ter vivido tanto tempo sem imprensa. Conta um pouco da evolução dos periódicos no mundo: surge a *Actas Diurna* em Roma (do século XVI), como o primeiro periódico mundial, seguido pela *Gazeta Veneziana*, em 1570, *The British Mercury*, na Inglaterra, a *Gazette de France*, na França. Apresenta a história do jornalismo e de todo o seu progresso.

RIBEIRO, Santiago Nunes, "Gramática latina e portuguesa", (1844, v. I, n. 20, p. 614).

O autor discorre primeiramente sobre o estudo das línguas em geral e depois sobre a língua latina e portuguesa. Elogia João Rodrigues de Andrade por ser um dos maiores incentivadores do estudo metodológico da gramática portuguesa, e cita obras do autor que ganharam prêmios, como: *Elementos da gramática latina, Noções gerais de ortografia da língua portuguesa* e *Gramática elementar da língua portuguesa*.

ADET, Émile, "Poesia grega – Safo", (1844, v. I, n. 21, p. 651-656).

É um ensaio sobre as traduções que foram feitas da obra da poetisa grega, Safo. Destaca a de Teixeira e Sousa, a de Francisco Manuel e a de Catulo. O autor elogia a tradução de Catulo como a melhor, afirmando que foi o único a traduzir "com toda a sua graça e energia".

RIBEIRO, Santiago Nunes, "*A Minerva Brasiliense* no seu 2° ano - O Brasil insultado pela *Revista dos Dois Mundos*", (1844, v. II, n. 22, p. 667-668).

Este ensaio é uma resposta à revista francesa dos *Dois Mundos* que denegriu a *Minerva Brasiliense*, juntamente com o Brasil. Afirmaram que "a *Minerva* não oferece produções de mérito e não pode competir com as boas publicações européias deste gênero". Santiago Nunes Ribeiro defende a qualidade da Revista brasileira, defendendo também os pontos positivos do Brasil.

ADET, Émile, "Julio Janin", (1844, v. II, n. 22, p. 679-682).

Biografia de Julio Janin, jornalista francês. Diz que ficou conhecido pelos folhetins que escreveu para o *Jornal dos Debates.*

ADET, Émile, "Clara Mollart", (1844, v. II, n. 22, p. 682-684).

Artigo biográfico sobre Clara Mollart, poetisa francesa, autora das "Folhas do Outono" e das "Orientais". Há uma transcrição na íntegra de seu poema "Dois Amores". Segundo o autor, Victor Hugo correspondia-se com Clara Mollart, o que é mostrado na transcrição, no próprio texto, de uma carta em que o escritor elogia a poesia de Mollart.

PORTO ALEGRE, Araújo –"*Revista dos Dois Mundos*. Uma palavra acerca do artigo do Sr. Chavagnes intitulado *O Brasil em 1844*", (1844, v. II, n. 23, p.711-719).

Este artigo faz-se sobre um outro que foi publicado no periódico francês *A Revista dos Dois Mundos*, de autoria de Chavagnes. O artigo francês supostamente critica o Império Brasileiro de 1844, quando da maioridade de D. Pedro II. Segundo o autor, o Brasil e principalmente a cidade do Rio de Janeiro são descritos de modo sarcástico. Chavagnes se baseou numa viagem que fez rapidamente pelo Brasil. Diz que se decepcionou e não sentiu o que esperava sentir quando avistou a paisagem brasileira. Segundo Porto-Alegre, O viajante francês critica coisas sem importância como quando afirma: "não encontrei empregado algum que cuidasse da minha bagagem". Afirma que

o Brasil é muito mal organizado, pois ele e Langsdorff (ministro da França) tiveram problemas com a alfândega. E assim apresenta inúmeras imperfeições minuciosas, desprezando o país: "Jamais encontraria um homem capaz de emitir uma opinião baseada em fatos sobre a posição interior dessas províncias". Trata os brasileiros como preguiçosos: "os Brasileiros antes querem morrer do que andar depressa", ou como ignorantes – "os Brasileiros não podem compreender uma Pátria séria e elevada em suas instituições", ou os considera xenófobos, pois afirma que eles têm ódio dos estrangeiros. Porto-Alegre expõe o artigo de Chavagnes e ao mesmo tempo critica-o severamente.

ADET, Émile – "Resposta ao artigo da *Revista dos Dois Mundos*, intitulado – *Do Brasil em 1844*; situação moral, política, comercial e financeira", (1844, v. II, n. 23, p.719 - 725).

É outro artigo-resposta ao de Chavagnes, criticando-o por fazer críticas tão severas sem que tivesse tempo de conhecer a língua e seus habitantes. O autor comenta sobre o juízo de valor negativo que os franceses e os ingleses fazem, na maioria das vezes, dos países que visitam. Descreve toda a história brasileira, desde a colonização portuguesa até a Independência do Brasil sob um ponto de vista positivo, que chega até a ser épico: "O Brasil para chegar ao ponto em que se acha, em tão pouco tempo, deve ter marchado a passos de gigante". Incentiva o brasileiro a ter orgulho do país, a buscar a nacionalidade assim como fizeram Napoleão e Alexandre, o Grande. Tudo que Chavagnes supostamente criticou do Brasil, Adet afirmou ser o contrário: justificou o papel do clero no Brasil, elogiou seus representantes políticos, principalmente D. Pedro II, defendeu os negros e os mulatos do racismo, alegando que eles têm a mesma capacidade que qualquer francês. Adet coloca os escritores brasileiros no mesmo nível que os franceses, chegando até a comparar as poesias de Magalhães com as de Victor Hugo e Lamartine e pergunta para Chavagnes se ele já ouviu falar dos poetas brasileiros. Comenta positivamente sobre a língua portuguesa e sobre as mulheres brasileiras, e esclarecendo que este artigo-resposta não tinha a intenção de atacar a França, e sim um indivíduo apenas.

RIBEIRO, Santiago Nunes, "Ateneu Fluminense", (1844, v. II, n. 23, p. 727-728).

O texto noticia que o Sr. Calógeras, literato e filósofo, propôs ao colégio Ateneu Fluminense, onde ele exerce o papel de diretor, um projeto que visava o progresso

intelectual dos alunos brasileiros. Separou uma sala da escola militar para dar cursos de literatura e história moderna.

DUTRA E MELO, A. F., "*A Moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo", (1844, v. II, n. 24, p. 746-751).

O autor destaca o gênero romance como a nova forma literária atual e discorre sobre sua origem e seu desenvolvimento. Trata do sucesso do romance na Europa, citando nomes como o de Walter Scott. No Brasil, segundo o autor, o romance está apenas começando, e adotou como modelo a França (como por exemplo, o romance do autor Louis Lambert). *A Moreninha* é considerada a obra de estréia do romance brasileiro. Dutra e Melo a elogia demasiadamente, apresentando ao leitor seu enredo, seus personagens e transcrevendo alguns trechos.

BURGAIN, L. A., "*Cornélia*, tragédia em 5 atos, de Antônio Gonçalves Teixeira e Souza", (1844, v. II, n. 24, p. 751-756).

O autor afirma ter sido convidado para analisar "Cornélia", do Sr. A. G. T. S. Na introdução de seu ensaio, demonstra seu receio em criticar tal obra, partindo do pretexto que não escreveu outra tragédia melhor. Didaticamente, apresenta o enredo da tragédia ato por ato. Chega até a transcrever seus trechos mais notáveis, destacando os pontos positivos e negativos da obra. Termina seu ensaio crítico com este parágrafo que demonstra sua aprovação por "Cornélia": "Em suma, a nova tragédia tem interesse, energia e sensibilidade, condições essenciais em obras deste gênero; a linguagem, porquanto pode julgar um estrangeiro, é portuguesa, o verso, com raras exceções, natural e cadente. Eu a considero como uma bela tentativa , um esperançoso ensaio que mostra não o que é o seu autor, mas o que pode ser".

RIBEIRO, Santiago Nunes, "Introdução ao terceiro volume da Revista", (1844, v. III, n. 1, p. 1-4).

O texto transmite comentários sobre as grandes fases da civilização brasileira desde o século XV ao século XIX, destacando os progressos literários e sociais na área jornalística brasileira. Cita nomes como os de Gutenberg, Lutero, Vasco da Gama e Colombo que contribuíram para a evolução da civilização moderna. Este ensaio é uma introdução ao segundo ano da Revista, em que o autor apresenta o conteúdo que será exposto no terceiro volume. Faz considerações filosóficas sobre o "descobrimento" do

Brasil e da América. Discorre sobre o desenvolvimento da imprensa e seus benefícios para o mundo. Anuncia aos leitores que devido à escassez de algumas obras e o preço exorbitante delas, acharam convincente oferecer em 12 números alternados da *Minerva* reimpressões destas obras, facilitando o acesso ao público e incentivando a leitura.

D. P. T. Z., "Banquete de Atenas", (1844, v. III, n. 1, p. 9-14, n. 3, p. 41-44, n. 5, p. 57-60, n. 11, p. 161-163, n. 12, p. 179-181).

O texto remete à civilização grega clássica, seus filósofos, oradores, poetas e escultores. A Grécia antiga é considerada como fonte artística, inclusive a culinária. Nomes como Homero, Platão e Aristófanes são citados com prestígio. Há também uma retomada das histórias mitológicas. A gastronomia grega é o ponto chave do artigo, no que se refere aos banquetes de Atenas. O autor descreve os rituais que antecediam aos banquetes, os tipos de pratos que eram servidos, entre outros detalhes.

RIBEIRO, Santiago Nunes, "Ao belo sexo em geral e às senhoras brasileiras em especial", (1844, v. III, n. 1, p. 22-23).

O autor dedica este artigo às mulheres, numa tentativa de incentivá-las a lerem os artigos da Revista. Elogia-as demasiadamente: "Ó metade a mais bela da espécie humana! Flor, mimo, encanto, enleio celestial das almas!" Discorre sobre as personagens femininas criadas pelos grandes escritores como a Beatriz, de Dante, Laura, de Petrarca, Inês, de Camões e Leonor de Tasso, intensifica a divindade dessas figuras femininas, comparando-as com suas leitoras. Promete em nome da *Minerva* o oferecimento de leituras exclusivamente para as mulheres, com o objetivo de proporciona-lhes recreio, passatempo e desenfado.

DUTRA E MELO, Antônio Francisco, "Ateneu Fluminense – Alguns extratos do discurso apresentado pelo Sr. Diretor em sessão solene de abertura", (1844, v. III, n. 3, p. 34-36).

Trata-se da reprodução do discurso de J. B. Calógeras, diretor do colégio Ateneu Fluminense, no qual ele propõe cursos de aprofundamento literário e histórico, numa tentativa de alcançar o crescimento intelectual dos alunos.

TAUTPLOEUS, H. de, “Origem e progressos da imprensa periódica. Artigo II”, (1844, v. III, n. 3, p. 44-46).

Trata-se do desenvolvimento da imprensa inglesa que favoreceu o aparecimento de mudanças políticas e sociais na Grã-Bretanha. Há uma intensificação da importância dos jornais no desenvolvimento de um país, justificando que através deles se dá a revolução. O autor discorre sobre a censura feita aos jornais, o que prejudica o crescimento intelectual de uma sociedade.

M., “Biografia: Geoffroy Saint-Hilaire”, (1844, v. III, n. 3, p. 46-49).

É um artigo biográfico em homenagem ao naturalista francês Geoffroy Saint-Hilaire, devido sua morte. O autor discorre sobre os estudos que Geoffroy desenvolveu na área biológica.

DUTRA E MELO, Antônio Francisco, “Os cedros do Líbano”, (1844, v. III, n. 3, p. 49-53) .

Trata-se de um artigo sobre o Líbano, sobre sua população, seu espaço geográfico, seu clima e paisagens, compostas principalmente por cedros. Este cenário exótico serviu de inspiração para muitos poetas como Voltaire, Bocage e Byron.

VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues de, “Conservatório Dramático Brasileiro. Censura dramática”, (1844, v. III, n. 3, p. 53)

Trata-se de um ensaio crítico sobre a tragédia “Charles VII chez ses grands vassaux”, de Alexandre Dumas. Se comparada com as obras anteriores de Dumas, esta é considerada inferior pelo Conservatório Dramático Brasileiro, mas mesmo assim, segundo o crítico Vasconcelos, ela tem seus méritos e deve ser encenada. Segundo o autor, a função do Conservatório Dramático Brasileiro era a de julgar as peças teatrais, punindo as que apresentavam caráter imoral ou que pudessem denegrir a integridade do império, como um órgão de censura da época.

VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues, “Conservatório Dramático Brasileiro. *Ângelo ou O Tirano de Pádua* – Drama”, (1845, v. III, n. 5, p. 72).

Posiciona-se como um ensaio crítico do drama “Ângelo ou O Tirano de Pádua”, de Victor Hugo. O crítico Vasconcelos faz suas considerações críticas da obra: “Como produção literária esta peça tem os defeitos que se encontram ordinariamente nas

composições dramáticas românticas da nossa época, quanto à verossimilhança dos fatos que se passam na cena, porém, apesar disto, pelas situações e sucessos que apresenta, deve interessar e causar impressão ao espectador".

SEM AUTOR, "Academia das belas Artes", (1845, v. III, n. 5, p. 77-81).

Trata-se de uma análise das obras de pintores que fazem parte da Academia das Belas Artes, como Geslin, Buvelot, Barandier, Moreau e Araújo Porto-Alegre.

VALDEZ Y PALÁCIOS, "Bibliografia. *Mistérios de Paris*", (1845, v. III, n. 5, p. 81-83)

Diz respeito ao um ensaio crítico da obra *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, que segundo Valdez y Palácios é útil para a população, já que exerce um papel social, tratando de assuntos como a pena de morte, as leis penitenciárias, os regulamentos dos hospitais e casa de expostos, bancos de crédito para os trabalhadores, matrimônio (se referindo sempre à militância trabalhista francesa).

ADET, Émile, "O último discurso do Sr. Santiago", (1845, v. III, n. 7, p. 103-106).

O autor critica o discurso de Santiago Nunes Ribeiro, pronunciado no colégio D. Pedro II na presença do monarca. Adet, de uma maneira cautelosa, inicia seu texto justificando sua crítica, dizendo que os grandes escritores e artistas também cometeram erros. Transcreve alguns trechos do discurso de Santiago e promete analisá-los no próximo ensaio.

TAUTPLOEUS, H. de, "Origem e progressos da imprensa periódica. Artigo III", (1845, v. III, n. 9, p. 123-125).

O autor retoma suas considerações sobre a imprensa inglesa que sofreu demasiada censura e se destacou em produtividade. Em seguida, trata do desenvolvimento da imprensa na América inglesa que se emancipou da metrópole na segunda metade do século XVIII, da imprensa e da censura na França (os livros tinham maior poder de oposição à censura do que os jornais), na Alemanha, na Península Ibérica; que só teve jornais oficiais e a imprensa Holandesa que só se opunha aos inimigos exteriores do Estado.

ADET, Émile, "O último discurso do Sr. Santiago- II", (1845, v. III, n. 9, p. 125-134).

Émile Adet cumpre sua promessa e escreve um ensaio de crítica sobre o discurso de Santiago Nunes Ribeiro. Discorre sobre a economia, política e cultura dos países da Europa e elege como grandes potências: França, Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia. No final, pede desculpas caso tenha ofendido grandes nomes e nações, afirmando que sua intenção não era difamá-los. Pede desculpas também à Santiago Nunes Ribeiro, justificando que seu ensaio crítico não procurava destruir seu discurso. Espera que o mundo se una e se torne uma só nação.

RIBEIRO, Santiago Nunes, "*Nossa Senhora de Paris*, de Victor Hugo", (1845, v. III, n. 11, p. 159-161).

Crítica às traduções feitas para o português da obra *Nossa Senhora de Paris,* de Victor Hugo. Anuncia sua nova tradução para o romance, numa tentativa aprimorar sua qualidade.

ARNAULT, "Proveito do trabalho", (1844, v. I, n. 8, p. 251 e 252).

Trata-se de uma tradução do francês sem referências do tradutor. É uma espécie de fábula sobre a importância e dignidade do trabalho. O conto é narrado por um jovem de 18 anos que ao visitar sua mãe, aos domingos, em Versailles, habitualmente encontrava um mendigo chamado Antônio e lhe dava alguns trocados. Um desses domingos, o narrador presencia algo diferente. Um homem de boa aparência oferece ao mendigo dois contos de réis para sair dessa vida e começar a trabalhar, dando também seu testemunho de vida como "ex- mendigo" e de atual proprietário, dando-lhe uma lição sobre a dignidade do trabalho. Passado 25 anos, o narrador, ao entrar numa livraria em Bruxelas, reconhece Antônio, o proprietário da loja.

SEM AUTOR, "Um homem de bem", (1844. v. I, n. 12, p. 376).

Tradução do francês, sem referências. Conto curto sobre um cidadão que lutou a favor de mudanças políticas e religiosas, mas que foi punido pelas suas idéias, sendo aprisionado na bastilha e também condenado à morte (da qual consegue escapar). No fim, ao morrer "foi chorado pelos pobres, e pelo seu cão, porque era um *homem de bem*".

SEM AUTOR (“imitado por S.”),“Os dois anéis – Relação verídica”, (1845, v. III, n. 5, p. 69-71).

Narra a relação amorosa de Maria e Frederico, jovens franceses, loucamente apaixonados, cujo casamento, inicialmente foi impedido pelo pai de Frederico, alegando que a família da moça era pobre (sua mãe, Mme Langlois era viúva de um capitão que lhe tinha deixado uma modéstia pensão).

Depois de um mês em Marselha com seu pai, Frederico convence-o de seu amor por Maria, conseguindo sua permissão para se casar. Pouco tempo depois do casamento, o casal apaixonado sofre um acidente de trem causado pelo descarrilamento dos vagões, na volta de uma festa em Versailles. O casal morre abraçado. O título “os dois anéis” refere-se à cena em que a mãe de Maria reconhece os anéis de casamento nos dedos dos dois amantes, desfigurados pelo fogo do acidente. Mme. Langlois não aceita a morte da filha e “alienada”, espera pela volta de Maria.

III. ÍNDICE ONOMÁSTICO DA *ILUSTRAÇÃO GOANA*[289]

A

Abreu, Miguel Vicente de, 1866, n. 16, v. 2, p. 20; n. 23, v. 2, p. 17; 20; n. 25, v. 3, p. 5; 6

Achab (rei israelita), 1865, n. 6, v. 1, p.13

Achilles, 1866, n. 24, v. 2, p. 9

Addisson (inglês), 1865, n. 6, v. 1, p. 16

Albercrombie, 1865, n. 8, v. 1, p. 11

Albuquerque, José Francisco de, 1865, n. 6, v. 1, p.10; 14, 1866, n. 22, v. 2, p. 20; n. 26, v. 3, p.16

Alembert, 1865, n. 11, v. 1, p. 10

Álvares, Rozário, 1866, n. 22, v. 2, p. 15

Antonietta, Maria, 1865, n. 5, v. 1, p. 9; 11

Archelau (Macedônia), 1865, n. 7, v. 1, p. 13

Áreas, Francisco d', 1865, n. 5, v. 1, p. 13

Arez, Joaquim J. F., 1864, n. 2, v. 1, p. 20

Aristippo, 1865, n. 7. v. 1, p. 13

Aristófanes (grego), 1865, n. 7, v. 1, p.13

B

Bailie, Jorge, 1865, n. 6, v. 1, p. 16

Barbosa, José Luiz Soares de, 1865, n. 3, v. 1, p. 7; 1866, n. 23, v. 2, p. 17

Barnave, 1865, n. 5, v. 1, p. 11

Barroco, Sebastião José Ferreira, 1865, n. 3, v. 1, p. 8

Basseville, 1865, n. 12, v. 1, p. 9

Bastos, João, 1865, n. 8, v. 1, p. 11

Baungarton, 1865, n. 5, v. 1, p. 9

Beranger, 1865, n. 12, v. 1, p.10

Biester, Ernesto, 1864, n. 2, v. 1, p.18; 1865, n. 10, v. 1, p.1; n. 11, v.1, p. 1; 1866, n. 17, v. 1, p. 19

Bloonfield (inglês), 1865, n. 6, v. 1, p. 16

[289] A organização segue a seqüência: nome, ano, número, volume e página.

Bocage, Manuel Maria Barbosa Hedois de,1865, n. 3, v. 1, p. 7; 8; 9; n. 5, v. 1, p. 12; 14
Bocage, Marianna Joaquina Xavier de, 1865, n. 3, v. 1, p. 7
Boccace, 1866, n. 9, v. 1, p.11
Boileau, 1865, n. 5, v. 1, p.10
Bomare, 1865, n. 8, v. 1, p. 10
Bonaparte, Napoleão,1865, n. 5, v. 1, p.10; 1866, n. 12, v. 1, p. 7; 8; 9; n. 23, v. 2, p.6, 9
Bonner, 1866, n. 19, v. 2, p. 13
Bossuet, 1865, n. 8, v. 1, p. 11
Bouillet, 1866, n. 23, v. 2, p. 18
Braga, Teófilo, 1864, n. 2, v. 1, p. 18
Branco, Camilo Castelo, 1864, n. 1, v. 1, p. 8; 18
Branco, E. C.; 1865, n. 10, v. 1, p. 10
Bulwer (inglês), 1865, n. 6, v. 1, p. 16
Byron, 1865, VI: 15; 1866, n. 23, v. 2, p. 6

C

Cabral, Francisco Antonio de Veiga, 1866, n. 20, v. 2, p. 13
Caldas, Antônio Pinheiro, 1864, n. 2, v. 1, p. 18
Câmara, José Pedro da, 1866, n. 26, v. 3, p. 11
Camões, Luís Vaz de, 1864, n. 2, v. 1, p. 18;1865, n. 12, v. 1, p.10; 1866, n. 19, v. 2, p.5
Campos, Manuel Joaquim da Costa, 1864, n. 2, v. 1, p.16; 1865, n. 3, v. 1, p. 12; 1866, n. 15, v. 2, p. 19, n. 18, v. 2, p. 19; n. 24, v. 2, p.14
Campos, Matheus Pereira e, 1865, n. 5, v. 1, p. 12
Canã, Sebastião Salvador Baptista, 1866, n. 17, v. 2, p. 1; 2; 3; 4; 5; 6
Canning (inglês), 1865, n. 6, v. 1, p. 16
Carlos XII, 1866, n. 24, v. 2, p. 9
Carrer, 1865, n. 12, v. 1, p. 9; 10
Carvalho, Ambrosio de, 1865, n. 4, v. 1, p. 15
Castilho, Antônio Feliciano de, 1864, n. 2, v. 1, p.18; 1866, n. 23, v. 1, p. 17
Castro, Christovão Pereira e, 1865, n. 4, v. 1, p. 16
Castro, João de, 1865, n. 8, v. 1, p. 19
Champaell (inglês), 1865, n. 6, v. 1, p. 16
Chateaubriand, 1865, n. 5, v. 1, p. 10; n. 6, v. 1, p. 16; 1866, n. 20, v. 2, p. 5
Chenier, José, 1865, n. 5, v. 1, p. 9; n. 12, v. 1, p. 10

Christovão. S., 1866, n. 19, v. 2, p. 12
Cobden, 1866, n. 17, v. 2, p. 1
Coleridge (inglês), 1865, n. 6, v. 1, p. 16
Collaço, Pe. Francisco José, 1865, n. 7, v. 1, p. 2; 1866, n. 23, v. 2, p.1; 2; 3
Costa, Aleixo Justiniano Sócrates da, 1864, n. 1, v. 1, p. 10, 1866, n. 15, v. 2, p. 17; 18
Costa, Bernardo Francisco da, 1865, n. 5, v. 1, p. 4
Costa, Jacinto Domingos da, 1865, n. 5, v. 1, p. 14
Costa, João Gomes da, 1865, n. 4, v. 1, p.16
Coster, Lourenço (natural de Harlem), 1866, n. 19, v. 2, p.12
Crabbe, Jorge (inglês), 1865, n. 6, v. 1, p. 16
Criton (filósofo grego), 1865, n. 7, v. 1, p. 12
Cunha, Félix José Tinoco da, 1865, n. 3, v. 1 p. 9
Cunha, José Gerson da,1864, n. 2, v. 1, p. 20; 1865, n. 8, v. 1, p. 11; 1866, n.19, v. 2,p.4

D
D' Arc, Joanna (francês), 1865, n. 8, v. 1, p. 9
Dante (italiano), 1865, n. 12, v. 1, p.10
Danton, 1865, n. 5, v. 1, p. 11
Dário (grego), 1865, n. 6, v. 1, p. 12
Delille (filósofo francês), 1865, n. 7, v. 1, p. 12
Dellon, 1866, n. 23, v. 2, p.17; 19; 20
Diderot, 1865, n. 5, v. 1, p.10; n. 6, v. 1, p.16
Dionizio, Manuel José, 1865, n. 3, v. 1, p. 9

E
Engel, 1865, n. 5, v. 1, p. 9
Ester (bíblia), 1865, n. 8, v.1, p. 9

F
Faria, Elizabeth Joanna Lobato de, 1866, n. 18, v. 2, p. 19
Faro, Vasco Luiz Carneiro de Sousa e, 1865, n. 3, v. 1, p. 9
Faust, 1866, n. 19, v. 2, p.12
Ferreira, Lázaro da Silva, 1865, n. 3, v. 1, p. 9
Ferreira, Manuel da Costa, 1865, n. 3, v. 1, p. 9

Fichte, 1865, n. 5, v.1, p. 9
Figueiredo, Antonio João Frederico Gonçalves de, 1864, n. 2, v. 1, p. 18; 1865, n. 4, v. 1, p. 20
Foscolo, Hugo (italiano), 1865, n.12, v. 1, p. 9; 10
Franklin, Manuel Pedro de Sousa, 1866, n. 26, v. 3, p. 15

G
Gama, Arnaldo de, 1864, n. 2, v. 1, p. 18
Gama, Vasco da, 1866, n. 19, v. 2, p. 6
Garibaldi, 1866, n. 17, v. 2, p. 2
Garrett, Almeida, 1866, n. 16, v. 2, p. 17; 19; n. 23, v. 2, p. 17; n. 24, v. 2, p. 11
Gaspar, 1866, n. 22, v. 2, p. 20
Giacometti (italiano), 1865, n. 12, v.1, p. 9; 10
Girardin, 1866, n. 17, v. 2, p. 20
Gladstone, 1864, n. 2, v. 1, p. 18
Gobinet, Charles (francês), 1865, n. 11, v. 1, p. 9
Godvoin, 1865, n. 6, v.1, p. 16
Goethe, 1865, n. 5, v. 1, p. 9
Gomes, Francisco, 1866, n. 17, v. 2, p. 5
Gonçalves, Luís Manuel Júlio Frederico, 1864, n. 2, v. 1, p. 19; 1865, n. 6, v. 1, p.16; n. 7, v. 1, p. 11; 20; n. 10, v. 1, p.10; 14; n. 11, v. 1, p. 8; 17; n. 12, v. 1, p. 10; 16; 1866, n. 15, v. 2, p. 2; 20; n. 16, v. 2, p. 12; 20; n. 17, v. 2, p. 6; 20; n. 18, v. 2, p.9; 19; n. 19, v. 2, p.10; 14; n. 21, v. 2, p. 8; 20; n. 22, v. 2, p.18; n. 23, v. 2, p.5; 20; n. 25, v. 3, p. 6; n. 26, v. 3, p. 13; 14; 20
Guizot, 1866, n. 17, v. 2, p. 20
Guttemberg, João, 1866, n. 19, v. 2, p.12; 13

H
Henrique, H. Carlos, 1865, n. 6, v. 1, p. 15
Herculano, Alexandre, 1865, n. 8, v. 1, p. 5; 1866, n. 24, v. 2, p. 1
Herder, 1865, n. 5, v. 1, p. 9
Homero, 1866, n. 22, v. 2, p. 8, n. 24, v. 2, p. 9
Hsinsius, 1865, n. 5, v. 1, p. 9
Hugedron, 1865, n. 5, v. 1, p. 9

Hugo, Victor, 1865, n. 5, v. 1, p. 11

I

Idomeneo (profeta grego), 1865, n. 6, v. 1, p. 12

J

Jacob, 1866, n. 26, v. 3, p. 16

Javanoise, P., 1866, n. 23, 2, p. 1

Jeffrey (inglês), 1865, n. 6, v. 1, p. 16

Jeremias, Costas (Margão), 1866, n. 15, v. 2, p. 10

Jocelyn, 1866, n. 23, v. 2, p.17

Judith (bíblia), 1865, n. 8, v. 1, p. 9

Juxt, Saint, 1865, n. 5, v. 1, p. 11

K

Kant, 1865, n. 5, v. 1, p. 9

Krug, 1865, n. 5, v. 1, p. 9

L

Laborde, 1866, n. 19, v. 2, p. 13

Lagrange, 1866, n. 16, v. 2, p. 16

Lamartine, 1865, n. 5, v. 1, p. 11; 1866, n. 22, v. 2, p. 5, n. 26, v. 3, p. 12

Lameth, 1865, n. 5, v. 1, p. 11

Leal, Mendes, 1866, n. 17, v. 2, p. 2

Leopardi (italiano), 1865, n. 12, v. 1, p. 9;10

Lewis (inglês), 1865, n. 6, v. 1, p. 16

Lincoln, 1866, n. 17, v. 2, p. 1

Lobato, 1866, n. 22, v. 2, p. 20

Lobo, Salvador, 1866, n. 16, v. 2, p. 20

Lopes, S., 1866, n. 19, v. 2, p. 11

Lourenço, Joaquim, 1865, n. 5, v. 1, p. 13

Lourenço, Pe. Manuel Agostinho (Margão), 1865, n. 7, v. 1, p. 1; 2; 3; 4; 5

Luiz XII (francês), 1866, n. 24, v. 2, p. 9

M

Macedo, Domingos Roiz de, 1865, n. 5, v. 1, p. 13

Machado, J. C., 1866, n. 15, v. 2, p. 7

Magalhães, Gonçalves de, 1866, n. 26, v. 3, p. 4

Magalhães, José Rodrigues, 1865, In. 3, v. 1, p. 7

Magno, Alexandre, 1865, n. 6, v. 1, p.12; n. 24, v. 2, p. 8; 9

Manteigui, Anna Jacques, 1865, v. 4, v. 1, p. 14, n. 5, v. 1, p. 14

Manzoni (italiano), 1865, n. 12, v. 1, p. 9; 10

Marat, 1865, n. 5, v. 1, p. 11

Marques, Francisco, 1865, n. 5, v. 1, p.13

Martins, Antônio Ferreira, 1864, n. 2, v. 1, p. 54

Massilon, 1866, n. 21, v. 2, p. 9

Maucaulay (inglês), 1865, n. 6, v. 1. p.16

Melito (grego), 1865, n. 7, v. 1, p. 13

Mendes, A. Lopes, 1864, n. 2, v. 1, p.19; 1866, n. 25, v. 3, p. 17

Mendonça, José da Rocha Dantas e, 1865, n. 3, v. 1, p. 8

Menezes, Francisco da Cunha e, 1865, n. 3, v. 1, p. 7; 8

Menezes, Luiz Caetano de, 1866, n. 19, v. 2, p. 1; 2; 3; 4

Micheas (profeta grego), 1865, n. 6, v. 1, p.13

Milton, 1865, n. 12, v. 1, p. 10

Miranda, Caetano Francisco de, 1865, n. 11, v. 1, p. 17; 1866, n. 22, v. 2, p. 9; n. 23, v. 2, p. 9

Miranda, Jacinto Caetano Barreto, 1865, n. 7, v. 1, p. 5; n. 10, v. 1, p. 9; 1866, n. 15, v. 2, p.19; n. 16, v. 2, p.10; 20; n. 18, v. 2, p.19

Miranda, Luiz de, 1866, n. 15, v. 2, p. 18; 19

Mondtegui, Jacques Filippe de, 1865, n. 4, v. 1, p. 14 ; 15; 16, n. 6, v. 1, p.14

Monteiro, 1866, n. 15, v. 2, p.18

Montesquieu, 1865, n. 11, v. 1, p.11

Monti, Vicenti (italiano), 1865, n. 12, v. 1, p.9

Moore, Rannah, 1865, n. 8, v. 1, p.9

Moore, Thomaz, 1865, n. 6, v. 1, p.15; 16

Morny, 1866, n. 17, v. 2, p. 2

Mourão, José, 1866, n. 17, v. 2, p.19

Mozart, 1866, n. 21, v. 2, p.16; 17

N

Nazareth, José Maria do Carmo, 1864, n. 2, v. 1, p. 20

Nemesis (Grécia), 1866, n. 24, v. 2, p.10

O

Oliveira, José Pedro da Silva Campos, 1864, n. 1, v. 1, p. 11; 1865, n. 19, v. 2, p.17; 1866, n. 15, v. 2, p.13; n. 18, v. 2, p.18; n. 22, v. 2, p.17; 19; n. 23, v. 2, p.20; n. 26, v. 3, p. 4; 16

P

Palha, F., 1866, n. 16, v. 2, p.19

Palmeirim, 1865, n. 7, v. 1, p. 18

Palmerston, 1866, n. 17, v. 2, p. 2

Pangloz, 1866, n. 15, v. 2, p. 20

Pedro V, D. 1866, n. 22, v. 2, p. 20

Pellico, Silvio (italiano), 1865, n. 12, v. 1, p. 9; 10

Pereira, Sergio Justino, 1865, n. 3, v. 1, p. 8

Peres, Caetano João, 1866, n. 16, v. 2, p. 1-4

Pestana, 1866, n. 17, v. 2, p. 3

Petrarcha, 1866, n. 19, v. 3, p. 11

Pfister, Alberto, 1866, n. 19, v. 2, p. 13

Pièrre, Bernardin de St., 1865, n. 7, v. 1, p. 8

Pinto, Fernando Claudio da Cunha, 1865, n. 10, v. 1, p. 5; 1866, n. 24, v. 2, p. 10

Platão, 1865, n. 7, v. 1, p. 13

Ponelle, 1866, n. 17, v. 2, p. 3

Pope, 1865, n. 6, v. 1, p. 15; 16

Potideo (grego), 1865, n. 7, v. 1, p. 13

Providência, Manuel de Divina, 1866, n. 16, v. 2, p. 9; 10

Q

Quadros, Antônio João de, 1864, n. 2, v. 1, p. 20

Quadros, Pe. Miguel Filippe de, 1864, n. 2, v. 1, p. 20; 1865, n. 10, v. 1, p.19

R

Racine, 1865, n. 5, v. 1, p. 10

Radcliffe, Anna, 1865, n. 6, v.1, p. 15; 16

Rau, Suriagi Anandá, 1864, n. 2, v. 1, p. 20

Raynal, 1865, n. 5, v.1, p. 10

Real, Xavier de Mendonça Corte, 1865, n. 3, v.1, p. 9

Remédios, José Maria dos, 1866, n. 15, v. 2, p. 18

René, 1866, n. 23, v. 2, p. 17

Rhadamantes, 1866, n. 24, v. 2, p. 10

Ribeiro, Pedro Antônio, 1865, n. 10, v.1, p. 1; 2; 3; 4; 5

Rivara, J. H. da Cunha, 1866, n. 15, v. 2, p. 2; n. 23, v. 2, p. 18

Robespierre, 1865, n. 5, v. 1, p. 10; 11

Rodrigues, Francisco Xavier, 1865, n. 5, v. 1, p. 13

Rodrigues, Ignácio Xavier de Sousa, 1866, n. 26, v. 3, p. 15

Rollin (francês), 1865, n. 11, v. 1, p. 9; 10; 11

Rossetti (italiano), 1865, n. 12, v. 1, p. 9; 10

Rousseau, 1865, n. 5, v. 1, p. 10

Rustomjee, 1866, n. 17, v. 2, p. 20

S

S. Anna, Vicente de, (Macau), 1866, n. 16, v. 2, p. 10

Sá, Henrique Luiz de, 1865, n. 3, v. 1, p. 8

Sampaio, A. R., 1866, n. 17, v. 2, p. 6

Sasson, David, 1865, n. 10, v. 1, p. 6

Schiller, 1865, n. 5, v. 1, p. 9

Schlegel, 1865, n. 5, v. 1, p. 9

Schoeffer, 1866, n. 9, v. 1, p. 12

Scoot, Walter, 1865, n. 6, v. 1, p. 15; 16

Sequeira, J. F. de, 1866, n. 21, v. 2, p. 17

Shakspeare, Willian, 1865, V: 10; VI: 16

Silva, Bernardo Peres da, 1864, n.1, v. 1, p. 4; 5. n. 2, v. 1, p. 1-4, n. 3, v. 1, p. 41; 42

Silva, Innocencio F. da, 1865, n. 3, v. 1, p. 7; 1866, n. 23, v. 2, p. 17

Silva, Luiz Augusto Rebello da, 1865, n. 3, v. 1, p. 7; 9; 1866, n. 17, v. 2, p. 11; n. 18, v. 2, p. 1; n. 21, v. 2, p. 1

Silva, Marinho da, 1866, n. 22, v. 2, p. 20
Silveira, Filippe Nery da, 1865, n. 3, v. 1, p. 8
Sócrates (grego), 1865, n. 7, v. 1, p. 12; 13
Sotuhey (inglês), 1865, n. 6, v. 1, p. 16
Sousa, Aleixo Mariano de, 1865, n. 5, v. 1, p. 13; 1866, n. 26, v. 3, p. 15
Sousa, Antônio Leite de, 1865, n. 3, v. 1, p. 8; 9
Sousa, Frederico Guilherme de, 1865, n. 3, v. 1, p. 8; n. 4, v. 1, p. 15, n. 5, v. 1, p. 12; 13; 14
Souvestre, Emílio, 1865, n. 15, v. 2, p. 19
Staël, Madame de, 1865, n. 5, v. 1, p. 8; 9; 10; n. 8, v. 1, p. 9
Stuart, Maria, 1865, n. 8, v. 1, p. 9
Sulzer, 1865, n. 5, v. 1, p. 9

T
Tamerlão, 1866, n. 24, v. 2, p. 10
Tasso, Torquato (italiano), 1865, n. 12, v. 1, p. 9; 10
Telêmaco, 1865, n. 6, v. 1, p. 12
Thucidedes, 1865, n. 11, v. 1, p. 10
Tieck, 1865, n. 5, v. 1, p. 9
Torres, Visconde de, 1866, n. 15, v. 2, p. 7

V
Vieira, Pe., 1865, n. 6, v. 1, p. 13
Villemain (francês), 1865, n. 11, v. 1, p. 9
Voileau, 1865, n. 8, v. 1, p. 10
Voltaire, 1865, n. 6, v. 1, p. 13; n. 11, v. 1, p. 9; 10

W
Washington, 1866, n. 22, v. 2, p. 7; 8; 9; n. 23, v. 2, p. 9
Wilson, Roberto, 1865, n. 6, v. 1, p. 15; 16

X
Xavier, Adriano César de Mello, 1866, n. 15, v. 2, p. 10

Xavier, Felippe Nery, 1865, n. 3, v. 1, p. 9, n. 5, v. 1, p. 14, n. 7, v. 1, p. 2
Xavier, João Carlos, 1866, n. 16, v. 2, p. 19
Xavier, Martinho, 1865, n. 3, v. 1, p. 8
Xenophonte, 1865, n. 7, v. 1, p. 13

IV. ÍNDICE ONOMÁSTICO DA *MINERVA BRASILIENSE*[290]

A

Abois, Victoria, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)[291]

Abreu, Limpo de, 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (60-III)

Acesio, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III)

Actides, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III)

Adelung, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I)

Adet, Émile, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (90-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (166-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (18-II), 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (61-II), 1844, n. 9, v. 1, p. 281-282, (114-II), 1844, n. 10, v. 1, p. 311-313, (146, 151-II), 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (198-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (301-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (20-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (68-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (265-III)

Adlerbeth, (sueca), 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187-II)

Adrien, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (122-I)

Agostinho, S., 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (287-I)

Agrippa, Henri Corneille, 1844, n. 5, v. 1, p. 135-137, (226-I)

Alcebíades, 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (109-III), 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (293-III)

Alceu, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)

Alegre, M. de Araújo Porto, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37, 44, 45-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 71-76, (139-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (200, 219-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (259, 263-I), 1844, n. 10, v. 1, p. 306-308, (145-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (7-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (52-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (64-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 29-31, (151-III), 1845, n. 5, v. 3, p. 60-61, (199-III), 1845, n. 5, v. 3, p. 77-81, (211-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (272-III)

Alembert, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (256-II)

Alencastre, João de, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (145-I)

Aléxis, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (288-III)

Alfarache, Gusmão de, 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (224-I)

Alfieri, 1844, n. 7, v. 1, p. 199-204, (30-II), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (184, 186-II)

[290] Foram selecionadas as matérias de caráter crítico.

[291] A organização do índice dá-se pela seqüência: nome, ano, número, volume e página. Entre parênteses, constam a página e o tomo referentes a transcrição das matérias de crítica literária em *A imprensa do Brasil (1843-1845) e seu segmento literário* (2001), de Ivan Marcos Ribeiro.

Alloa, Alonzo, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (136-II)
Almeida, Francisco de Paula d'Araújo e, 1844, n. 18, v. 1, p. 551-552, (239-II)
Altenheym, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)
Alvarenga, Silveira, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37, 65-I), 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (204-II)
Ambrósio, S., 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (287-I)
Ameilhon, 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (15-II)
Anacreonte, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II),
Ancelot, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (83-I)
Andrada, José Bonifácio de, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (42-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (276-I), 1844, n. 10, v. 1, p. 311-313, (151-II), 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (205-II)
Andrade, João Nunes de, 1844, n. 20, v. 2, p. 614, (284-II)
Andrade, João Rodrigues de, 1844, n. 20, v. 2, p. 614, (284-II)
André, Santo, 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (286-I)
Anfion, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)
Angelis, D. Pedro de, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (136-II)
Ângelo, Miguel, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (33-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (224-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (282, 288-I), 1845, n. 7, v. 3, p. 109-111, (232-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (260-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (266-III)
Apolo, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (148-I)
Appianus, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I)
Áquila, Conde, 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (220-II)
Aquiles, 1844, n. 1, v. 3, p. 22-23, (126-III)
Aquino, S. Tomás de, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (233-I)
Araújo, A. J. de, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (271-I)
Araújo, Elisário Garcez de, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (155-II)
Araújo, Manoel Ferreira de, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II)
Archyttas, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III)
Arezzo, Gui, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (257-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (270-III)
Ariosto, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22, 39-I), 1844, n. 1, v. 3, p. 22-23, (126-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (225-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (258, 260-III)
Aristarco, 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (219-III)

Aristodemo, 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (121-III)
Aristófanes, 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (109, 118-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (159-III), 1845, n. 5, v. 3, p. 57-60, (190-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (255-III), 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (293-III),
Aristóteles, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (30-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (245-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (299-II), 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (117-III), 1845, n. 5, v. 3, p. 57-60, (188-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (224-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (249-III)
Arkwik, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (6-I)
Arlicourt, Visconde de, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (83-I)
Armand, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (122-I)
Arnauld, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (86-I)
Arrighetti, 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (224-I)
Atanásio, S., 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (287-I)
Atenco, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (299-II)
Ateneu, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (291-II), 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (112-III), 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (297, 298-III)
Auber, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (80-I), 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (135-III)
Aubigné, Agrippa, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (266-II)
Augusto, Constantino, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22, 25-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (295-I)
Auxerrois, Saint Germain l', 1845, n. 11, v. 3, p. 159-161, (283-III)
Ayres, Rodrigues, 1845, n. 5, v. 3, p. 60-61, (198-III)
Azevedo, João Pereira de Araújo e, 1845, n. 5, v. 3, p. 60-61, (198-III)

B

Bacchilides, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)
Bacon, Rogério, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (16-I), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (277-II), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (225-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (262-III)
Badius, Jedocus, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (277-I)
Baïf, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)
Balbi, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I)
Balcarces, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (116-II)
Balzac, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (186-I)

Barandier, 1845, n. 5, v. 3, p. 77-81, (204-III)
Barbier, Augusto, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (160-I)
Barbosa, Diogo, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (277-I)
Barbosa, Januário da Cunha, 1843, n. 2, v. 1, p. 53-54, (113-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (281-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 199-204, (41-II), 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (217-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (243, 246, 248-II)
Barbosa, Machado, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (156-I)
Barbosa, Paulo, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (218-I)
Barbosa, Villela, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (200-I)
Barboza, Domingos, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I)
Bari, Nicolau de, 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (288-I)
Barjaud, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (84-I)
Barnave, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (16-III)
Barreto, João Paulo dos Santos, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II)
Basílio, J., 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37-I)
Bassini, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (77, 123-I)
Bastos, Antonio José, 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (277-III)
Bastos, José Ferreira Pinto, 1844, n. 20, v. 2, p. 614, (284-II)
Batilo, 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (133-III)
Batista, João, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (235-I)
Battoni, Pompeu, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (253-I)
Baviera, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I)
Bavoux, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (258-II)
Beaurepaire, Isabel, 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (86, 89, 92-II)
Beaurepaire, Teodoro, 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (173-I)
Beccaria, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (256-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II), 1845, n. 5, v. 3, p. 81-83, (215-III)
Beethoven, 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (61-II), 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (135-III)
Behaim, João, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (244-III)
Beleaniz, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (141-I)
Belens, Brás Carneiro, 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (173-I)
Belgrano, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (116-II)
Belisário, 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (57-III)
Beliste, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (251-I)

Belleaux, Remi, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Bellini, 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (54-II)
Bentham, Jeremias, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (257, 258-II), 1845, n. 5, v. 3, p. 81-83, (215-III)
Benvenuti, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (248-I)
Béranger, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (123-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 56-58 (167-I)
Berettini, Pedro, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (253-I)
Bernini, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (253-I)
Bertin, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (16-III)
Berzelio, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (277-II)
Beuve, Saint, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Biancardi, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (206-I)
Bichat, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (4-I)
Bielfeld, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (244-III)
Bignan, 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187-II)
Bion, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)
Bivar, Diogo Soares de, 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (224-II)
Blas, Ruy, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (272-I)
Bocage, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (36, 39-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (266-I), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (185-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (10-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 49-53, (175-III)
Bodim, Camila, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Boiardo, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (258-III)
Boileau, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (38-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (149-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (191-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293, 294, 295-II), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (219-III)
Boitard, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (14-III)
Bonald, 1844, n. 9, v. 1, p. 255-256, (96-II)
Bonaparte, Napoleão, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (9, 10-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (84-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (217-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (237-II), 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (258-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (14-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (56-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (60-III)
Bonnet, Carlos, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (4-I), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (250-III)
Boot, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)

Bopp, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (13-II)
Borbon , Teresa Cristina Maria, 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (173-I)
Borges, José Inácio, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (209-I)
Bossuet, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 199-204, (29-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (288-II), 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (267-III)
Boucher, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (253-I)
Boucherie, Jacques de la, 1845, n. 11, v. 3, p. 159-161, (283-III)
Bourbon, Fernando, 1844, n. 7, v. 1, p. 204-208, (44-II)
Bourbon, Leopoldo, 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (180-I)
Boyeldieu, 1843, n. 3, v. 1, p. 71-76, (139-I)
Boyer, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (273-I)
Boyle, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22-I)
Braile, 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (48-III)
Branca, Visconde da Pedra, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II)
Branco, Alves, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (60-III)
Brás, Gil, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37-I)
Breislack, M., 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (87-II)
Brissot, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (257-II)
Broussais, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (4-I)
Brullof, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I)
Brun, Malte, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (23-I)
Bruneleschi, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (46-I)
Bruni, Leonardo, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (257-III)
Brunk, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II)
Buffon, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (24-I), 1844, n. 3, v. 3, p. 49-53, (176-III)
Bulwer, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254-III)
Buonaroti, Miguel Ângelo, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (253-I)
Burgain, L. A., 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (9-III), 1844, n. 24, v. 2, p. 751-756, (99-III)
Burgers, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I)
Burke, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (28-I)
Burleigh, Cecil, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (262-II)

Burnouf, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (13-II)
Buvelot, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (251-I), 1845, n. 5, v. 3, p. 77-81, (203-III)
Byron, Lord, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (28, 32-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (266-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 199-204, (38-II), 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (192-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (57-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (64-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 49-53, (176-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (259-III)

C

Cabanis, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (283-II)
Cabral, Pedro Álvares, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (274-I), 1844, n. 1, v. 3, p. 1-4, (100, 101-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (222-III)
Cadalso, José, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (243-II)
Caetano, João, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (194-I)
Cagon, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Caldas, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (200-I), 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (134-II), 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (205-II), 1844, n. 1, v. 3, p. 22-23, (125-III)
Calderon, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (33-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (16-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (154-III)
Calepino, 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (13-II)
Calígula, 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (92-II)
Calimaco, 1845, n. 5, v. 3, p. 57-60, (195-III)
Calógeras, J. B., 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (9-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 727-728, (69-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 34-36, (139, 143-III)
Calprenéde, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I)
Calvino, 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (58-III)
Camarão, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (91-I)
Caminha, Pero Vaz de, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (93-I), 1844, n. 13, v. 1, p. 408, (300-III)
Camões, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (28, 33, 39-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (82-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (93-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (216-I), 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (188, 189, 190 -II), 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (46-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (57-III), 1844, n. 1, v. 3, p. 22-23, (126-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (260-III)
Campanela, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II)

Campistron, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (273-I)
Canneccini, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (248-I)
Canova, 1844, n. 7, v. 1, p. 204-208, (44-II)
Carlos I, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Carlos III, 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (75-II)
Carlos VII, 1844, n. 3, v. 3, p. 53, (187-III)
Carlos IX, 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (49-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 44-46, (164-III)
Carlos X, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (13-III)
Carlos, Francisco de S., 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37-I)
Caro, Annibal, 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187-II)
Carrel, 1845, n. 9, v. 3, p. 123-125, (237-III)
Castália, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (31-I)
Castel-Branco, José J. J. Mascarenhas, 1845, n. 5, v. 3, p. 60-61, (198-III)
Castelnau, Conde de, 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (221, 222 -II)
Castilho, A. Feliciano de,1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (36, 41-I)
Castro, Caetano de Mello de, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (146-I)
Castro, Gama e, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (23, 27, 28, 29, 30-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (196-I)
Castrucci, Giacomo, 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (82-II)
Catilino, 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (224-I)
Catulo, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (295, 297, 298-II)
Cavalcanti, Gonçalo Ravasco, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (145-I)
Cavalcanti, Holanda, 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (60-III)
Cavendish, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22-I)
Cervantes, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I), 1844, n. 24, v. 2, p. 746-751, (72-III)
César, Júlio, 1844, n. 6, v. 1, p. 188, (22-II)
Cesarotti, 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187-II)
Cesary, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (235-I)
Chagas, Antonio das, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (243-II)
Champollion, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (14-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (15-II)
Chang, Ting, 1843, n. 2, v. 1, p. 54-56, (118-I)
Charpentier, 1843, n. 2, v. 1, p. 53-54, (113-I)
Chateaubriand, Visconde de, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (27, 34, 38-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183, 189-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (223-I), 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392

(188-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (288, 294-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (41-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 49-53, (176-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (259-III)
Chaulieu, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (288-II)
Chavagnes, 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51-III)
Chénier, André, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568 (249-II),1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (4-III),
Chezi, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I)
Chong, Nun, 1843, n. 2, v. 1, p. 54-56, (115-I)
Cicarelli, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (214-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (246, 251-I)
Cícero, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I), 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (89-II), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II), 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (299-II)
Cigoli, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Clairfons, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Cleon, 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (293-III)
Codérat, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (79-I)
Colet, Luiza, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)
Collar, Rover, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (14-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I)
Collin, Francisco, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (136-II)
Colombo, Cristóvão, v. 3, p. 1-4, (100-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (243-III)
Commines, Philippe, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Conceição, José da, 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (273-III)
Condillac, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I), 1844, n. 9, v. 1, p. 255-256, (95-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (232-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (279, 281, 282, 283-II), 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (155-III)
Condorcet, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (13-II)
Cooper, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (29-I)
Copérnico, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (263-III)
Córdoba, Diogo de, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (136-II)
Corina, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)
Corneille, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22, 37-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (85-I), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (167-II), 1844, n. 24, v. 2, p. 751-756, (84-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (219-III)

Cornelius, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (248-I)
Corsse, Luiz, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Costa, Caetano da, 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (274-III)
Costa, Cláudio Manuel, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (32, 34, 35, 37-I), 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (204-II)
Coster, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (4-I)
Courrier, 1845, n. 9, v. 3, p. 123-125, (237-III)
Cousin, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (32-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II)
Coutinho, Antonio Luiz Gonçalves da Câmara, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (105-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (145-I), 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (9-III)
Coutinho, Araújo, 1844, n. 1, v. 3, p. 1-4, (106-III)
Coutinho, Ernesto Frederico de Verna Magalhães, 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (173-I)
Coutinho, Lino, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (207-I)
Crébillon, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)
Cremona, Giovanni Scioppio de, 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (64-II)
Crisóstomo, S. João, 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (289-I)
Cristo, Jesus, 1843, n. 3, v. 1, p. 71-76, (134-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (245-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 168-172, (5-II), 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (135-II)
Cromwell, 1844, n. 3, v. 3, p. 44-46, (161, 162, 165-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 123-125, (234-III)
Cunha, Simão da, 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (273-III)
Cuvier, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (3-I), 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (7-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (168-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (242-III)
Cypriano, 1844, n. 24, v. 2, p. 751-756, (92-III)

D

Dacier, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (195-I)
Damaso, Joaquim, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (275-I)
Damocharis, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (291-II)
Damoreau, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (77, 123-I)
Dante, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22, 33-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41 (82-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (224-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (61-II), 1844, n. 1, v. 3, p. 22-23, (126-

III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (225-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 109-111, (227-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254, 258-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (260-III)
Daubenton, 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (167-III)
Davy, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (277-II)
Debraux, Emílio, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (165-I)
Debret, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (205, 207-I), 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (41-III)
Degérando, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (283-II)
Del'orme, Philippe, 1845, n. 11, v. 3, p. 159-161, (283-III)
Delamartines, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (135-II)
Delaroche, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (248-I)
Delavigne, Casimiro, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (86-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (160-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (268-I), 1844, n. 10, v. 1, p. 311-313, (151-II), 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (193-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)
Delille, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (38-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (294-II)
Demóstenes, 1844, n. 7, v. 1, p. 199-204, (29-II)
Denis, Ferdinand, 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (194-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (51-III)
Deperine, 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (56-II)
Dermortain, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (121-I)
Desbordes-Valmore, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)
Descartes, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282, 283-II), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (224-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (249, 263-III)
Desfontaine, 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (167-III)
Deshoulière, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)
Desmarais, Regnier, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Dias, Henrique, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (91-I)
Dickens, Carlos, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (12-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254-III)
Diderot, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (256-II)
Didier, Carlos, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Dienchis, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III)
Difilo, 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (288-III)
Diniz, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (149-I)

Dion, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I)
Dionísio, 1844, n. 10, v. 1, p. 306-308, (138-II)
Dock, Paulo de, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Dolomieu, 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (167-III)
Donizetti, 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (135-III)
Dorat, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (288-II)
Dow, Geraldo, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249, 251-I)
Drummond, A. V. De, 1844, n. 10, v. 1, p. 306-308, (139-II)
Dryden, 1844, n. 10, v. 1, p. 311-313, (151-II), 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187-II)
Ducis, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (268-I)
Dufor, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (75, 121-I)
Dufresnoy, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)
Dulard, 1844, n. 14, v. 1, p. 420-423, (214-II)
Dumas, Alexandre, 1843, n. 2, v. 1, p. 54-56, (116-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (164-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I), 1844, n. 10, v. 1, p. 311-313, (151-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (277-II), 1844, n. 3, v. 3, p. 53, (186-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (253-III)
Dumesnil, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (273-I)
Dupie, 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (7-III)
Durão, Santa Rita, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37, 42-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (200-I), 1844, n. 13, v. 1, p. 408, (300-III), 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (204-II)
Duro, Alberto, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (217-I)
Dyk, Van, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249, 251-I)

E

Echeverria, Estevan, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (115, 135-II)
Egimio, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III)
Eichhorn, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I)
Elísio, Filinto, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (266-I), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (185-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (227-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (268-II)
Elizabeth, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (262-II)
Erato, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)
Ergastilo, 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (298-III)
Erifistrato, 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (285-III)

Esopo, 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (57-III)
Ésquilo, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (85-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (183, 186-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290, 301-II), 1845, n. 5, v. 3, p. 57-60, (189-III)
Estevão, Henrique, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (298-II)
Esteves, José Álvares, 1845, n. 5, v. 3, p. 60-61, (198-III)
Eurípides, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (184, 186-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)
Eustate, Macrobio, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (299-II)
Evaristo, 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (205-II)

F

Fabricius, João, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (183-II)
Faliero, Marino, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (268-I)
Faon, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (291-II)
Farnese, Herculano, 1845, n. 5, v. 3, p. 77-81, (210-III)
Favrichon, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (76, 122-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 56-58 (170-I)
Feldmann, 1844, n. 9, v. 1, p. 281-282, (110-II)
Feliciano, José, 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (49-III)
Fernando II, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (232-I), 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (89-II)
Ferraz, Marcos, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (143-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (206-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (253-I)
Fialho, Matias, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (244-II)
Fialho, Mendonça, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (249-II)
Fichte, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (14-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (280-II)
Fídias, 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (109-III)
Fielding, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I)
Figueiredo, 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (89-II)
Filangieri, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (257-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II), 1845, n. 5, v. 3, p. 81-83, (215-III)
Filipe II, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (262-II)
Filipe III, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (256-II)
Filoxeno, 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (287-III)

Fiorito, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (262-I)
Físcon, Ptolomeu, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (255-III)
Flagg, H. C., 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (252-I)
Flak, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (214-I)
Fleureas, 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (7-III)
Floro, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (195-I)
Flourens, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (268-II)
Fodéra, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (258-II)
Fontaine, Charles, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I), 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (287-III)
Foscolo, Ugo de, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (297-II)
Fourier, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (240-III)
Fraixe, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (255-I)
Franca, Gonçalo Soares da, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (147-I)
França, Manoel José de Souza, 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (60-III)
Franceou, 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (7-III)
Freire, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (232-I), 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (89-II)
Fréron, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (20-III)
Fulton, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (6-I)
Funes, Gregório, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (136-II)
Furcy, 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (51-III)

G

Galiano, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (291-II)
Galileu, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (16-I), 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22-I), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (183-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II), 1845, n. 7, v. 3, p. 109-111, (232-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (263-III)
Galloix, Imbert, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (249-II)
Galvani, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (262-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II)
Gama, Basílio da, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (185-II), 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (204-II)
Garção, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (39-I)
Garrett, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (30, 31, 36-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (198-I),

Gaspre, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (252-I)
Gay, Delphina, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Gelasimo, 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (298-III)
Gelius, Aulus, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I)
Genuense, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (279, 281, 282, 283-II)
Geslin, Paulo de, 1845, n. 5, v. 3, p. 77-81, (203-III)
Gessner, Conrad, 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (13-II)
Gilbert, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (249-II)
Giotto, 1845, n. 7, v. 3, p. 109-111, (227:232 -III)
Girard, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I)
Girardim, Émile, 1844, n. 6, v. 1, p. 188, (21-II)
Girodet, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I)
Gita, Bhagavad, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II)
Glaton, 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (291-III)
Gluck, 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (135-III)
Gnerde, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Godinho, João Vieira, 1844, n. 21, v. 2, p. 504-505 (270 – II)
Goethe, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (23, 33-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (85-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (266-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (12-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254, 259-III)
Goettingen, 1845, n. 9, v. 3, p. 123-125, (238-III)
Gomes, Francisco Dias, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (184, 186-II)
Gonzaga, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (31, 37-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 53-54, (113-I)
Gorostiza, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (29-I)
Grandjean, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (205-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (255-I)
Grandoussier, 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (108-III)
Gray, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (38-I)
Grétry, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (80-I), 1844, n. 10, v. 1, p. 311-313, (151-II)
Gros, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Grundmaus, Hilário, 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (63-II)
Gryphius, Joanes, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (277-I)
Guerazzi, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (12-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254-III)
Guizot, M., 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (198-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (59-III)

Guttemberg, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (6-I), 1844, n. 1, v. 3, p. 1-4, (100-III), 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (195-II)
Gutzcow, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (12-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254-III)

H
Hafestion, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (299-II)
Halévy, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (80-I)
Hammer, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I)
Hampdeu, 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (223-I)
Hang, Wei, 1843, n. 2, v. 1, p. 54-56, (118-I)
Hany, 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (167-III)
Hardouin, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (195-I)
Harpe, La, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (245-II), 1844, n. 24, v. 2, p. 751-756, (84-III)
Harveo, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (32-I)
Heder, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I)
Hegel, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (14-I), 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (25-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II)
Hélicon, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (31-I)
Helvécio, 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (134-III)
Henrique III, 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (49-III)
Henrique IV, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (266-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (47-III), 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (134-III)
Herbert, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (266-II)
Herculano, Alexandre, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (12-III), 1844, n. 24, v. 2, p. 746-751, (73-III)
Hércules, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (219-I)
Herder, 1844, n. 9, v. 1, p. 255-256, (96-II), 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (196-II)
Heredia, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (29-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (237-II)
Heródoto, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6 (5-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I)
Herrera, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (136-II)
Herschell, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (3-I)
Hérulos, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (17-I)
Hesíodo, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II), 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III)

Heyne, 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (14-II)
Hidalgo, B., 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (116, 127-II)
Hipérides, 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (286-III)
Hipócrates, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (24-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 551-552, (240-II)
Holofernes, 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (63-II)
Homem, Sales Torres, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (17, 30-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (231, 235, 236, 237-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (7, 8-III), 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (17, 30-I)
Homero, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (24, 27, 31, 33-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (82-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (195-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 135-137, (230-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 168-172, (5, 11-II), 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (287, 290, 291-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (57-III), 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (110, 111, 113-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (154-156-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 44-46, (163-III), 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (294-III)
Hoppe, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (251-I)
Horácio, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (39-I), 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (192-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (245-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (295-II)
Hugo, Victor, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (86-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 54-56, (116-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159, 160-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183, 189-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (266, 272-I), 1844, n. 10, v. 1, p. 311-313, (150, 151-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (288, 293-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (18-III), 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21, 24, 25, 27-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (64-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (219-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (251-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (273-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 159-161, (279-III),
Humboldt, G., 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 9, v. 1, p. 255-256, (96-II)
Hume, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (256-II)
Huss, João, 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (58-III)
Hypocrates, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (24, 25-I)

I

Icesio, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III)
Ingres, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (248-I)
Irving, W., 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (29-I)
Ismeno, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (31-I)

Ivang, Keaou-Lwan, 1843, n. 2, v. 1, p. 54-56, (117-I)

J

Jacquemont, 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (30, 46-III)

Janin, Júlio, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (12, 13, 14, 16, 17, 19, 20-III)

Jaubert, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I)

João II, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (244-III)

João VI, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (275-I), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (56-III)

Jomard, M., 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (221-II)

Jouffroi, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (33, 36-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II), n. 22, v. 2, p. 679-682, (20-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134 (249-III)

Jove, 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (78-II)

Julião, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (291-II)

Julien, Estanilau, 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (13-II)

Julio II, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 228-230, (67-II)

Júpiter, 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (294-III)

Justino, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (279-I)

Juvenal, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)

K

Kant, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (14-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (232, 233-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (280-II)

Karr, Alphonse, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (186-I)

Keppler, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (263-III)

Kircher, 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (13-II)

Klaproth, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I)

Kleper, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (16-I)

Klopstock, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (23-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (82-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (244-II), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (260-III)

Krause, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (240-III)

L

Labarden, Manuel, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (126-II)

Lacepede, 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (167-III)
Lacerda, Diogo de Brito de, 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (277-III)
Lacrete, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I)
Lacroix, Julio, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Laemmert, Ed., 1843, n. 2, v. 1, p. 53-54, (112-I)
Laemmert, Henr., 1843, n. 2, v. 1, p. 53-54, (112-I)
Laennec, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (4-I)
Laércio, Diógenes, 1844, n. 5, v. 1, p. 135-137, (229-I)
Laett, João de, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I)
Lafinur, D. Juan, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (116, 126-II)
Lagrangia, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II)
Lamark, 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (167-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (250-III)
Lamartine, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (32-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (84-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159, 165-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 54-157, (264-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 199-204, (38-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (288, 293-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21, 27-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 49-53, (176, 177, 181, 183-III)
Lambert, Louis, 1844, n. 24, v. 2, p. 746-751, (73-III)
Lambini, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (257-III)
Lambruschini, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (243-I)
Lamettrie, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (281-II)
Lamothe, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (195-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (288-II)
Lancisi, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22-I)
Lancival, Luce de, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (86-I)
Lane, Drury, 1844, n. 6, v. 1, p. 187-188, (19-II)
Lang, Seen, 1843, n. 2, v. 1, p. 54-56, (116-I)
Langeac, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Langton, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (247-III)
Lanzi, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (252-I)
Lapa, 1844, n. 5, v. 1, p. 135-137, (231-I), 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (9-III)
Laplace, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (3-I)
Laromiguière, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (280-II)
Laterani, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (235-I)
Latour, Antonio de, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (163-I)

Latrão, S. João de, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (235-I)
Latreille, 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (167-III)
Lavalleja, D. Juan Antonio, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (132-II)
Lavoisier, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (4-I), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (271, 277-II)
Lazzaroni, 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (89-II)
Leão X, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I)
Leão, José Alexandre Carneiro, 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (173-I)
Lebrun, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (86-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (288-II)
Legouvé, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (86-I)
Leibnitz, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II), 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (266-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 109-111, (232-III)
Lemercier, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (83-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II)
Lenoir, Alexandre, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (258-I)
Leopoldo, Visconde de S., 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (204-I)
Lerminier, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (14-III)
Leroux, Pedro, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (249, 252-III)
Lesage, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37-I)
Levy, Jean de, 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (200-II)
Leyde, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (271-II)
Liceu, Aristarco do, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II)
Liebig, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (277-II)
Lima, Abreu e, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (21-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 51-53 (106-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (195-I)
Lima, Francisco de, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (147-I)
Lineu, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (5-I), 1844, n. 14, v. 1, p. 420-423, (214-II), 1845, n. 7, v. 3, p. 109-111, (232-III)
Lino, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)
Lisboa, Bento da Silva, 1844, n. 9, v. 1, p. 263-267, (103-II)
Lisboa, Conselheiro, 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (178-I)
Locke, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (232, 236-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (283-II)
Lodon, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (31-I)
Lomonossow, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (25-I)

Longepierre, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Lope, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (154-III)
Lopez, Vicente, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (115, 124, 126-II)
Lormian, Baour, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (86-I)
Luca, Estevan de, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (115, 117, 124, 126-II)
Lucano, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (258-III)
Luchet, Augusto, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Ludlow, 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (223-I)
Luís XIV, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (65-I), 1844, n. 3, v. 3, p. 53, (187-III)
Luís XV, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (38, 39-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (274-I), 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (134-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 123-125, (238-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (271-III)
Luiz, Brás, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (148-I)
Luiz, Cláudio, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (207-I)
Lutero, Martinho, 1844, n. 7, v. 1, p. 228-230, (66-II), 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (263-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (58-III)

M

Macedo, J. A. de, 1844, n. 5, v. 1, p. 135-137, (225-I)
Macedo, Joaquim Manoel de, 1844, n. 24, v. 2, p. 746-751, (71, 74-III)
Maceió, Marquesa de, 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (86-II)
Machiavel, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I)
Mafra, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (247-I)
Magalhães, D. J. G., 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (30, 31, 32, 36, 65-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (200, 211, 214-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (268-I), 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (75, 86, 89-II), 1844, n. 9, v. 1, p. 255-256, (97-II), 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (135-II), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II), 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (205-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (230-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (243-II), 1844, n. 3, v. 3, p. 29-31, (148-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (244-III)
Magalhães, J. A. de Lemos, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (271-I)
Magalhães, Pedro Jacques de, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (146-I)

Magno, Alexandre, 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (56-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (152-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (286-III), 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (293-III)
Magno, Carlos, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (83-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 71-76, (134-I)
Magno, Constantino, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (235-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (284-I)
Maia, Emílio Joaquim da Silva, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (251, 254-I), 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (223-II), 1844, n. 1, v. 3, p. 1-4, (105-III)
Maldonado, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (29-I)
Malebranche, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II)
Malfilatre, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (249-II)
Manoel, Francisco, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (39-I)
Manzoni, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I), 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (12-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254-III)
Maomé, 1843, n. 3, v. 1, p. 71-76, (134-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 168-172, (5-II), 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (201-II)
Marat, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (266-II)
Marchena, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Marcy, J. de, 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (194-II)
Maria, D. Teresa, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (36-I), 1844, n. 9, v. 1, p. 263-267, (100-II)
Marmontel, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (245, 249-II), 1844, n. 24, v. 2, p. 751-756, (84-III)
Masaccio, 1845, n. 7, v. 3, p. 109-111, (232-III)
Masson, Michel, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Mattos, Gregório de, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (95, 100-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (140, 146), 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (132-II)
Mattos, Eusébio de, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I)
Mattos, Gonçalo de, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (150-I)
Maximiano, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (234, 235-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (278-II)
Mayer-Beer, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (80-I)
Mazure, Adolphe, 1844, n. 7, v. 1, p. 199-204, (41-II)
Médicis, Cosme de, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I)
Médicis, Péricles de, 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (274-I)
Melampo, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)

Melbônio, 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (299-III)
Melendez, Juan, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (136-II)
Melisso, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (299-II)
Mello, A. F. Dutra e, 1844, n. 24, v. 2, p. 746-751, (83-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 34-36, (143-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 49-53, (185-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (278-III)
Mello, Nunes Álvares Pereira de, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (150-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (246-I)
Melo, Paulo José de, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II)
Menelau, 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (110-III)
Mennechet, M., 1844, n. 6, v. 1, p. 168-172, (4-II)
Meotide, Paul, 1845, n. 5, v. 3, p. 57-60, (194-III)
Mercoeur, Elisa, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)
Mesquita, Martinho de, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I)
Mesquita, Salvador de, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I)
Messina, 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (285-III)
Mezzofanti, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (243-I)
Michelet, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I)
Mieris, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Milton, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22, 28, 33, 38, 39-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (82-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (223-I), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (57-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254, 260-III)
Mings, Rafael, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (253-I)
Mínimo, João, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (36-I)
Mirabeau, 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (223-I)
Miranda, Sá de, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (39-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (93-I), 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (9-III)
Mirbel, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (272-II)
Mnesitheo, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III)
Molière, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (85-I), 1844, n. 9, v. 1, p. 281-282, (114-II), 1844, n. 24, v. 2, p. 751-756, (84-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (219-III)
Mollart, Clara, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21, 22, 25-III)
Mollevaut, 1844, n. 14, v. 1, p. 420-423, (213-II)
Monglave, Eugène de, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (30-I), 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (194-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (66-III)

Montaigne, 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (173-III)
Montesquieu, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (25-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I), 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (256-II), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (259-III)
Moraes, Manuel de, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I)
Morao, Joaquim César de Figaniere, 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (222-II)
Moreau, Augusto, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (247, 250-I), 1844, n. 10, v. 1, p. 306-308, (137-II), 1845, n. 5, v. 3, p. 77-81, (204-III)
Moreau, H., 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (249-II)
Moreri, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (244-III)
Morgagni, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (4-I)
Morillos, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Morton, Samuel Jorge, 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (223-II)
Mortoval, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Mosco, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)
Moutinho, 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (243-I)
Muller, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (251-I)
Musset, Alfredo de, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)

N

Needham, Marchmond, 1844, n. 3, v. 3, p. 44-46, (161-III)
Newcom, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (204-I)
Newton, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (32-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (190-I), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (224-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (266-III)
Nibelungen, 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (196-II)
Niebuhr, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (13-I)
Nizard, M., 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (188-II)
Nodier, Charles, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (39-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (164-I)
Nongaret, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (123-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (273-I)
Norma, 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (55-II)
Noronha, Francisco de Sá, 1844, n. 10, v. 1, p. 311-313, (146-II), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (155-II)
Numeno, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III)

O

Ocampo, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (116-II)

Odoacre, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (17-I)

Odorico, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (202-I)

Oïsian, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (28-I)

Olgiato, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)

Oliva, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)

Oliveira, Cândido Batista de, 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (60-III)

Oliveira, João José Barbosa de, 1844, n. 18, v. 1, p. 551-552, (239-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (297-II)

Oliveira, Manuel Botelho de, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (150-I)

Orfeu, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (148-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 199-204, (30-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II), 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (132-III)

Ottoni, 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (60-III)

Ovídio, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (279-I)

Owen, Roberto, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (11, 12-I), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (240-III)

P

Pagano, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (257-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II)

Palácios, Valdez e, 1845, n. 5, v. 3, p. 81-83, (218-III)

Parma, Maria de, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (265-II)

Parny, 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (51-III)

Parseval, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (83-I)

Partênope, 1844, n. 9, v. 1, p. 263-267, (103-II)

Pascal, 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (266-III)

Passerat, João, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (266-II)

Pastoret, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (257-II)

Pedro I, D., 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (205-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (57-II)

Pedro II, D., 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (155-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (173, 180-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (209, 218-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (274-I), 1844, n. 9, v. 1, p. 263-267, (100-II), 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (220-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (57-III)

Pedro, S., 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (285-I)

Peixoto, Alvarenga, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (122-II)
Penhoen, Barchou, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (253-III)
Percier, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I)
Pereira, José Clemente, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (206, 214-I)
Péricles, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (39-I), 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (109-III)
Perrault, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (195-I)
Petrarca, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (191-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (61-II), 1844, n. 1, v. 3, p. 22-23, (126-III)
Pettrich, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (214-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (246-I)
Pflaumenkern, Mathesus, 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (63-II)
Phillips, John, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (297-II)
Phormio, 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (298-III)
Piccinni, 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (135-III)
Piel, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (121-I)
Pilades, 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (133-III)
Pilar, Ricardo do, 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (276-III)
Píndaro, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290, 301-II), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (257-III)
Pinheiro, Silvestre, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (23-I), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (281-II)
Pinto, Bento Teixeira, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92, 93-I)
Pisan Cristina de, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)
Pitágoras, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II)
Platão, 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (132-III), n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (291, 301-II), 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (109, 112, 116-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (291-III)
Plauto, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I), 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (298-III)
Plínio, 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (86-II)
Plotino, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II)
Plutarco, 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (114-III), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (299-II), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (256-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (291-III), 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (298-III),
Poiredon, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (116-II)
Poliziano, Ângelo, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (212-I)

Pompignan, Lefranc de, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I)
Pope, 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187-II), 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (287-III)
Porson, 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (15-II)
Pouzol, 1844, n. 7, v. 1, p. 204-208, (52-II)
Povos, Maria de, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (150-I)
Pradier, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (204-I)
Pradon, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)
Prangey, Gos de, 1845, n. 5, v. 3, p. 77-81, (203-III)
Prat, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (122-I)
Prelard, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)
Prévost, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I)
Price, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (11-I)
Propércio, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I)
Proteas, 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (293-III)
Pueyrredon, Prelidiano, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (155-II)
Pulci, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (258-III)

Q

Queiroga, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II)
Quinault, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37-I)
Quinet, Edgar, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (84-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II)

R

Rabello, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (91-I)
Racine, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (38, 40-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (272-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 188, (21-II), 1844, n. 24, v. 2, p. 751-756, (84-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (219-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 151-155, (266-III)
Ragon, M. 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (190, 192 -II)
Rapin, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (266-II)
Rapotzky, 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (63-II)
Reggio, 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (285-III)
Rego, Francisco da Fonseca, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (146-I)
Reid, Thomas, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (14-I)

Rembrandt, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Remusat, Abel, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (13-II)
René, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (185-I)
Retz, 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (224-I)
Rhodes, Parmenon de, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156-III)
Ribas, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (123-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (57-II)
Ribeiro, Francisco Bernardino, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (243, 244, 246, 247-II), 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (251-II)
Ribeiro, Lourenço, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I)
Ribeiro, Santiago Nunes, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (65-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 53-54, (114-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (203-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (65-II), 1844, n. 10, v. 1, p. 311-313, (152-II), 1844, n. 14, v. 1, p. 423, (216-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (238-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (250-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (283-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 614, (285-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (11-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 727-728, (70-III), 1844, n. 1, v. 3, p. 1-4, (107-III), 1844, n. 1, v. 3, p. 22-23, (128-III), 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (138-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (219-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (240, 248, 253, 260-III), 1845, n. 11, v. 3, p. 159-161, (279-III)
Ricci, 1844, n. 7, v. 1, p. 218-220, (56-II)
Richardson, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I)
Richelieu, 1844, n. 5, v. 1, p. 134, (224-I), 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (262, 267-II)
Rivadávia, Santiago, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (118-II)
Rocha, J. J. da, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II)
Rochefort, 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187-II)
Rodrigues, Manuel, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (136-II)
Rodriguez, Caytano, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (116, 126-II)
Roeshult, 1844, n. 14, v. 1, p. 420-423, (214-II)
Rojas, Juan Ramon, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (116, 126-II)
Rollin, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (245-II)
Roo, Quintana, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (29-I)
Roquefort, 1844, n. 14, v. 1, p. 420-423, (214-II)
Rosal, J. J., 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I)
Roseta, 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (17-II)
Rossi, 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (258-II)

Rossini, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (80-I), 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (135-III), 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (262-I)
Rousseau, J. B., 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (201-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (288-II)
Rousseau, J. J., 1844, n. 5, v. 1, p. 135-137, (226-I), 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (266-II)
Routrou, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37-I)
Rubens, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Ruscellai, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)

S
1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (295-II)
Sá, Antônio de, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I)
Sacy, Sylvestre de, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I)
Sade, Marquês de, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (17-III)
Safo, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (31-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (286, 290, 295, 298, 300-II)
Saint- Martin, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (123, 128-II)
Saint-Beuve, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (14-III)
Saint-Hilaire, Geoffrois, 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (167- 174 -III), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (272-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (46, 50, 51-III)
Saintine, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Saint-Simon, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (240-III)
Saldanha, Natividade, 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (205-II)
Salomão, 1844, n. 3, v. 3, p. 49-53, (179-III)
Samos, Lynceu de, 1844, n. 3, v. 3, p. 41-44, (156, 159-III)
Sand, Georges, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I)
Santos, Antônio Ribeiro do, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (39-I)
Santos, João Caetano dos, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (153-II)
Santos, José da Silva, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (254-I)
Saumaise, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (259-III)
Scaliger, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (259-III)

Scarron, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37-I)
Schelling, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (14-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228, 232, 233-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (280-II), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (250-III)
Schiller, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (85-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254-III)
Schlegel, Fred, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23 (20-I), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (260-III)
Schlegel, W., 1844, n. 3, v. 3, p. 29-31, (144-III)
Schleidens, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (272-II)
Schlorer, 1845, n. 9, v. 3, p. 123-125, (238-III)
Schlosser, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (259-III)
Scott, Walter, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I), 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (12-III)
Scudéry, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I)
Segond, 1843, n. 1, v. 1, p. 27-28, (75, 121-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 56-58 (172-I)
Seguineau, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)
Ségur, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I)
Sehffer, Ary, 1845, n. 5, v. 3, p. 77-81, (204-III)
Sêneca, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II)
Serapis, Jove, 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (93-II)
Serrão, Custódio Alves, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (231-II)
Shakespeare, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (18, 22, 28, 33, 38, 39-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (85-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (268-I), 1844, n. 9, v. 1, p. 281-282, (114-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II), 1844, n. 24, v. 2, p. 746-751, (72-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254, 259-III)
Shoeffer, Fust, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (279-I)
Siciliana, S. M., 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (214-I), 1844, n. 9, v. 1, p. 263-267, (98-II)
Signol, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (250-I)
Silva, Antonio Barbosa da, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (218-I)
Silva, Francisco Manoel da, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (262-I)
Silva, J. C. de Deus e, 1843, n. 2, v. 1, p. 53-54, (112-I)
Silva, J. M. P. da, 1843, n. 2, v. 1, p. 53-54, (112-I)
Silva, Joaquim Norberto de S., 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (30-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (158-I), 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (136-II)1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (183-II), 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (198-II), 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (206-II)

Silva, José Ribeiro da, 1844, n. 7, v. 1, p. 204-208, (51-II), 1844, n. 9, v. 1, p. 263-267, (103-II)
Silva, Mendes da, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I)
Silva, Pereira da, 1843, n. 2, v. 1, p. 53-54, (113-I)
Silveira, Manoel Joaquim da, 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (173, 182-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 142-147, (232-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 163-168, (282-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 204-208, (42-II), 1844, n. 8, v. 1, p. 230-238, (74-II), 1844, n. 9, v. 1, p. 263-267, (98-II)
Simão, São, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (11, 12-I)
Simoni, 1844, n. 10, v. 1, p. 311-313, (151-II)
Simoníades, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)
Simonismo, São, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (12-I)
Sismondi, Sismonde de, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (157-I)
Sivry, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Smith, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (11-I)
Sócrates, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (5-I), 1844, n. 1, v. 3, p. 9-14, (109, 116-III)
Sófocles, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (85-I), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (183, 186-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II), 1845, n. 5, v. 3, p. 57-60, (189-III)
Soliz, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (143-I)
Soumet, Alexandre, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (82-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)
Sousa, A. P. de, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (37-I)
Sousa, Martim Afonso de, 1844, n. 13, v. 1, p. 408, (301-III)
Souza, Antonio Gonçalves Teixeira e, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (295-II), n. 22, v. 2, p. 667-668, (9-III), 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (22-III), 1844, n. 24, v. 2, p. 751-756, (84, 85, 90-III)
Souza, Faria e, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (39-I)
Sowmarocow, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (25-I)
Spencer, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (259-III)
Spinelli, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (283-II)
Staël, Madame de, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (38-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II)
Stahls, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (277-II)
Staloni, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (251-I)
Stanhope, 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (10-III)

Stcio, Aquiles, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (298-II)
Stellini, Jacopo, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (283-II)
Stewart, Dugald, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (283-II)
Stobeo, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (299-II)
Stockler, Garção, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (42-I), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (184-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (296-II)
Strafford, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Strain, I. G., 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (222, 223 -II)
Strigelio, Victorio, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (257-III)
Stuart, 1844, n. 3, v. 3, p. 44-46, (165-III)
Sue, Eugène, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (186-I), 1845, n. 5, v. 3, p. 81-83, (216-III)
Suetônio, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)

T
Tácito, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (195-I)
Tagle, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (29-I)
Taglioni, 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (136-III)
Tamiris, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II)
Tasso, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22-I), 1844, n. 7, v. 1, p. 204-208, (51-II), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (225-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254, 260-III)
Tastu, Amable, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (21-III)
Taunay, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (204-I), 1845, n. 5, v. 3, p. 77-81, (202-III)
Tautphoeus, H. de, 1844, n. 19, v. 1, p. 587-589, (267-II), 1844, n. 3, v. 3, p. 44-46, (166-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 123-125, (239-III)
Telésio, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II)
Tenier, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Tennemann, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (228-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (283-II)
Teócrito, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (290-II), 1845, n. 5, v. 3, p. 57-60, (195-III)
Terêncio, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (256-III), 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (298-III),
Terrasson, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (195-I)
Thearion, 1845, n. 5, v. 3, p. 57-60, (188-III)
Thenard, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (277-II)

Theodorico, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (17-I)
Thierry, Augustino, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Thiers, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (59-III)
Thomson, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (38-I)
Tibulo, 1843, n. 3, v. 1, p. 89-91, (159-I)
Ticiano, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Ticksen, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183, 189-I), 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (12-III)
Timocles, 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (286-III)
Tiroe, Máximo de, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (291-II)
Tolentino, Nicolau, 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (149-I)
Tomasius, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (259-III)
Tourrier, Carlos, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6 (11-I)
Tracy, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (280, 283-II)
Trenalis, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (116-II)
Tucídides, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I)
Turquely, 1844, n. 22, v. 2, p. 682-684, (27-III)

U
Upsal, 1844, n. 14, v. 1, p. 420-423, (214-II)

V
Valois, Margarida de, 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (134-III)
Vandenkolk, João Maria, 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (173-I)
Van-Lede, 1844, n. 14, v. 1, p.423-425, (223-II)
Vanloo, Carlos, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (253-I)
Vanvitelli, Luiz, 1844, n. 7, v. 1, p. 204-208, (48-II)
Varella, D. Juan C., 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (116, 130-II)
Varella, Florêncio, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (124, 129-II)
Vargas, Bartolomeu, 1844, n. 24, v. 2, p. 751-756, (85-III)
Varnhagen, 1844, n. 13, v. 1, p. 408, (300-III)
Vasconcellos, Simão de, 1844, n. 10, v. 1, p. 295-301, (136-II), 1844, n. 14, v. 1, p. 415-417, (202-II)
Vasconcelos, Bernardo Pereira de, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (208-I)

Vasconcelos, José Rufino Rodrigues, 1844, n. 3, v. 3, p. 53, (187-III), 1845, n. 5, v. 3, p. 72, (201-III)
Vater, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (189-I)
Vega, Lope de, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II)
Veiga, Evaristo Ferreira da, 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (207-I), 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (51-III)
Veiga, Jacinto da, 1844, n. 23, v. 2, p. 711-719, (49-III)
Veja, Lopes de, 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (16-III)
Veronez, Palo, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (249-I)
Verris, 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (282-II)
Vesálio, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (32-I)
Veteres, Oratores, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (278-I)
Viana, Bento Luís, 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (249-II)
Vico, 1844, n. 13, v. 1, p. 392-393, (196-II), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II), 1845, n. 7, v. 3, p. 109-111, (232-III)
Viegas, Gregório José, 1844, n. 6, v. 1, p. 159-161, (275-I)
Vieira, Antônio, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (98-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (154,157-I)
Vieira, Bernardo, 1843, n. 2, v. 1, p. 41-45 (92-I), 1843, n. 3, v. 1, p. 76-82, (155-I)
Viennet, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (83-I)
Vigny, Alfredo de, 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (84-I), n. 3, v. 1, p. 89-91, (160-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (183, 189-I), 1844, n. 5, v. 1, p. 154-157, (268, 270-I), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (293-II)
Villehardouin, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187-I)
Villemain, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (28, 33, 40-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 566-568, (246-II), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (59-III)
Villoison, 1844, n. 6, v. 1, p. 180-182, (15-II)
Vinci, Leonardo da, 1844, n. 3, v. 3, p. 29-31, (146-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 109-111, (232-III)
Virgílio, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (24, 27, 39, 44-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (82-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 99-102, (178-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 111-115, (201-I), Virgílio, 1844, n. 7, v. 1, p. 204-208, (52-II), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II), 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187, 189-II), 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (294, 295-II), 1844, n. 1, v. 3, p. 22-23, (126-III), 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (135-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 49-53, (176-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (225-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (256, 260-III)

Vogler, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (291-II)
Volney, 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (188-I), 1844, n. 3, v. 3, p. 49-53, (177-III)
Volta, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (22-I), 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (229-II)
Voltaire, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (14-I), 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (24, 25, 32, 38, 65-I), 1843, n. 2, v. 1, p. 37-41, (83-I), 1843, n. 4, v. 1, p. 108-111, (187, 189-I), 1844, n. 6, v. 1, p. 187-188, (19-II), 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II), 1844, n. 19, v. 1, p. 583-586, (256-II), 1844, n. 20, v. 2, p. 609-614, (273, 281-II), 1844, n. 22, v. 2, p. 667-668, (10, 11-III), 1844, n. 22, v. 2, p. 679-682, (16-III), 1844, n. 23, v. 2, p. 720-726, (59-III), 1844, n. 24, v. 2, p. 751-756, (84-III), 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (135-III), 1844, n. 3, v. 3, p. 49-53, (176-III), 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (219-III), 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (259-III)
Voss, 1844, n. 13, v. 1, p. 389-392 (187-II)
Vuaquelin, 1844, n. 3, v. 3, p. 46-49, (167-III)

W
Walef, 1844, n. 12, v. 1, p. 355-364, (186-II)
Waller, 1845, n. 9, v. 3, p. 123-125, (237-III)
Wang, Keaou-Lwan, 1843, n. 2, v. 1, p. 54-56, (115-I)
What, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (6-I)
Winkelman, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (253-I)
Wittemberg, 1844, n. 1, v. 3, p. 1-4, (101-III)
Wolf, 1844, n. 21, v. 2, p. 651-656, (291-II)

X
Xenarco, 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (288-III)
Xenofonte, 1845, n. 11, v. 3, p. 161-163, (291-III), 1845, n. 12, v. 3, p. 179-181, (298-III)
Ximenez, 1844, n. 1, v. 3, p. 23-26, (133-III)

Y
Young, 1843, n. 1, v. 1, p. 1-6, (14), 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (38-I)
Yriarte, 1844, n. 18, v. 1, p. 547-550, (235-II)

Z

Zavala, 1843, n. 1, v. 1, p. 7-23, (29-I)

Zeno, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (257-III)

Zoilo, 1845, n. 7, v. 3, p. 103-106, (219-III)

Zschokke, 1845, n. 9, v. 3, p. 125-134, (254-III)

Zucchi, Carlos, 1844, n. 5, v. 1, p. 148-154, (255-I)

V. ÍNDICE COMPARATIVO ENTRE AS REVISTAS[292]

5.1 Nomes goeses citados na *Ilustração Goana*

Abreu, Miguel Vicente de, escritor goês (de caráter religioso e didático, conhecedor profundo das línguas orientais), (Ilha de Divaz, Goa, 1827- Nova –Goa, 1883).

Albuquerque, José Francisco de, Concelho de Bardez (Concelho do Distrito de Goa, na Índia portuguesa, cuja sede era Mapuçá. Bardez oupava uma península com 245 km²). Colaborador da *Ilustração Goana.*

Arez, Joaquim José Fernandes, comissário geral das alfândegas e vogal efetivo da Junta Consultiva do Ultramar, (Índia, 1839-Lisboa, 1903)

Barreto de Miranda, Jacinto Caetano, advogado e escritor goês, (Goa, 1842, Margão, 1879). Colaborador da *Ilustração Goana.*

Campos, Manuel Joaquim da Costa, escritor indiano do século XIX. Colaborador da *Ilustração Goana.*

Canã, Sebastião Salvador Baptista – Concelho de Salsete (Ilha de Salsete (650 Km²: ilha indiana do mar de Oman, ao Norte da Ilha de Bombaim)
Collaço, Francisco José, (Indiano)

Costa, Aleixo Justiniano Sócrates da, (Goês). Colaborador da *Ilustração Goana.*

Costa, Bernardo Francisco da, advogado e jornalista goês, (Concelho de Salsete, Goa, 1821- id., ?). Colaborador da *Ilustração Goana.*

Figueiredo, Antonio João Frederico Gonçalves de, escritor goês e colaborador da *Ilustração Goana* (Nova-Goa, ? – id., 1867)

Gerson da Cunha, José, médico, orientalista indiano e colaborador da *Ilustração Goana* (Concelho de Bardez, Goa, 1844 – id., ?).

Gonçalves, Luís Manuel Júlio Frederico, advogado, escritor goês, o maior colaborador da *Ilustração Goana,* (Nova-Goa, 1846- id., 1896)

Jeremias, Costas – Margão (cidade da Índia Portuguesa, sede do Concelho de Salsete, do território de Goa)

Lourenço, Manuel Agostinho – Margão

[292] Está dividido conforme as categorias: nomes indianos (de Goa), brasileiros, portugueses e mundiais em cada uma das revistas, assim como os coincidentes. Na preparação deste índice, fizemos uma breve apresentação biográfica dos nomes mencionados, para isso consultamos as seguintes bibliografias: *Dicionário das Literaturas portuguesa, brasileira e galega*, de Jacinto do Prado Coelho, (1960); *Dicionário literário brasileiro,* de Raimundo de Menezes (1978), e *Grande Enciclopédia Delta Larousse* (1972).

Martins, Antônio Ferreira, escritor goês do século XIX, Colaborador da *Ilustração Goana.*

Meneses, Luiz Caetano de, jornalista indiano, (Bardez - Índia, ? – id, 1863)

Miranda, Caetano Francisco de, escritor goês do século XIX, colaborador da *Ilustração Goana.*

Peres, Joaquim Salvador, escritor indiano, (Margão)

Peres, Padre Caetano João, presbítero indiano, (Margão, 1806 – id., 1860)

Pinto, Fernando Cláudio da Cunha, magistrado goês, (Bardez, Nova-Goa, 1845- id., 1903). Colaborador da *Ilustração Goana.*

Quadros, Antônio João de, escritor goês, (Concelho de Salsete). Colaborador da *Ilustração Goana.*

Quadros, Padre Miguel Filipe de, sacerdote indiano (?, 1854? – Goa, ?)

Silva, Bernardo Peres da, médico goês, (Neurá, Goa, 1775- Lisboa, 1844)

Sousa, Aleixo Mariano de, médico, diplomata e jornalista goês, (Nova- Goa, 1807- Monte Estoril, 1879)

Xavier, Filipe Neri, escritor goês, (Concelho de Salsete, Goa, 1804- id., ?). Colaborador da *Ilustração Goana.*

5.2 Nomes portugueses citados na *Ilustração Goana*

Áreas, Francisco d', (século XIX)

Barbosa, José Luiz Soares de, pai de Manuel Maria Barbosa du Bocage, advogado e poeta português, (Setúbal, 1728-id, ?)

Barroco, Sebastião José Ferreira, poeta português, desembargador da Relação de Goa em 1794, (Lisboa, 1750- id., 1813)

Biester, Ernesto, escritor português (século XIX)

Bocage, Manuel Maria Barbosa du, poeta português (Sétubal, 1765 – Lisboa, 1805)

Braga, Joaquim Fernandes Teófilo, historiador da literatura portuguesa, poeta, professor e estadista português, (Ponta Delgada, 1843- Lisboa, 1924)

Cabral, Francisco, sacerdote português, (Covilhã, 1528- Goa, 1609, ingressou na companhia de Jesus em Goa em 1554, exerceu o cargo de professor de Teologia e de Filosofia.

Caldas, Antônio Pinheiro, comerciante e poeta português, (Porto, 1824-id., 1877)

Camões, Luiz Vaz de, poeta português, (Lisboa ou Coimbra, 1517 ou 1525 ? – Lisboa 1580)

Castelo Branco, Camilo Ferreira Botelho, polígrafo e escritor português (novelista), (Lisboa, 1825-São Miguel de Seide, 1890)

Castilho, Antônio Feliciano de, poeta, prosador, ensaísta e pedagogo português (Lisboa, 1800-id.,1875)
Castro, D. João de, quarto vice-rei da Índia, cientista e navegador português, (Lisboa, 1500- Goa, 1548)

Cunha Meneses, Francisco da, fidalgo da família dos condes de Linhares e governador da Índia (nomeado em 1785), (1747- 1812)

Ferreira, Lázaro da Silva, magistrado português e desembargador da Relação de Goa, (Lagos, Portugal, 1738- id., 1825)

Ferreira, Manuel da Costa, magistrado português, (Lagos, Portugal, 1735 –Lisboa, 1806)

Gama, Vasco da, navegador português, descobridor do caminho marítimo das Índias, (Sines ? –1468? – Cochim, Índia, 1524)

Garrett, João Batista da Silva Leilão de Almeida, escritor português, (Porto, 1799 – Lisboa, 1854)

Herculano, Alexandre, escritor português, (Lisboa, 1810 - Vale-de-Lobos, 1877)

Leal, José da Silva Mendes, escritor e historiador português, (Lisboa, 1818 – Sintra, 1886)

Marques, Francisco de Paula Abreu, funcionário superior de finanças, jornalista e bibliófilo, (Santarém, 1847- id., 1921)

Mendes, Antônio Lopes, agrônomo e médico veterinário português. Em 1862 partiu para a Índia, escolhido pelo governo para promover o melhoramento das condições agrícolas, (Vila Rela, Portugal, 1835 – Lisboa, 1894). Colaborador da *Ilustração Goana.*

Palha, Francisco, funcionário público, escritor, jornalista e empresário teatral português, (Lisboa, 1836- id., 1890)

Rebelo da Silva, Luiz Augusto, escritor português, (Lisboa, 1822- id., 1871)

Rivara, Joaquim Heliodoro da Cunha, escritor português, (1809-1979). Colaborador da *Ilustração Goana.*

Silva, Inocêncio Francisco da, escritor e bibliográfico português, (Lisboa, 1810- id., 1876)

Sousa e Faro, Vasco Luiz Carneiro de, oficial da Marinha e governador de Macau (1790)

Sousa Holstein, D. Frederico Guilherme de, (Fidalgo de Holstein), governador da Índia, (Lisboa, 1737- id., 1790)

5.3 Nomes referentes às outras colônias portuguesas do século XIX presentes na *Ilustração Goana*

Oliveira, José Pedro da Silva Campos e, escritor moçambicano, colaborador da *Ilustração Goana,* (Moçambique, 1847 - ?)

Santana, Vicente de, escritor, (Macau: cidade do litoral da China, sede de um pequeno território português)

5.4 Nomes brasileiros citados na *Ilustração Goana*

Gomes, Francisco, político brasileiro de esquerda, (Bahia, 1769- id., 1842)

Magalhães, Domingos José Gonçalves de, (Primeiro Barão e Visconde do Araguaia, escritor, poeta, dramaturgo, diplomata e político brasileiro, (Rio de Janeiro (GB), 1811 – Roma, Itália, 1882)

5.5 Outros nomes estrangeiros citados na *Ilustração Goana*

Bonaparte, Napoleão, imperador da França (1804-1815), (Ajaccio, Córsega, 1769 – Santa Helena, 1821)

Byron, George Gordon (lord), poeta inglês, (Londres, 1788- Missolonghi, 1824)

Chateaubriand, François René, (Visconde de), escritor francês, (Saint-Malo, 1768- Paris, 1848)

Chénier, André Marie de, poeta francês, (Constantinopla, 1762 – Paris 1794)

Coleridge, Samuel Taylor, porta e crítico literário inglês, (Ottery Saint Mary, 1772- Londres, 1834)

Crabbe, George, poeta inglês, (Suffolk, 1754- Trowbridge, 1832)

Críton, rico ateniense, discípulo de Sócrates

D'Arc, Joana, Donzela de Orléans, heroína francesa, (Domrémy, 1412 – Rouen, 1431)

Dário, (grego), filho mais velho de Artaxerxes II, (aproximadamente 365 a.C.)

Garibaldi, Giuseppe, político e general italiano, (Nice, 1807 – Caprera, 1882)

Homero, poeta épico grego, (Ásia Menor, aproximadamente século VI a.C).

Jeffreys, George, (Primeiro barão de Jeffreys), chanceler da Inglaterra, (Denbigstire, 1648 – Londres, 1689)

Lamartine, Alphonse Marie Louis de Prat de, poeta francês, (Mâcon, 1790- Paris, 1869)

Leopardi, Giacomo, poeta e prosador italiano, (Recanti, 1798- Nápoles, 1837)

Lewis, Matthew Gregory, escritor inglês, (Londres, 1775- no mar das Antilhas, 1818)

Magno, Alexandre, rei da Macedônia, (336-323 a.C.),(Macedônia, 356- Babilônia, 323 a.C.)

Moore, Thomas, poeta irlandês, (Dublin, 1779- Sloperton, 1852)

Pellico, Silvio, escritor italiano, (Saluzzo, 1789 – Turim, 1854)

Radcliffe, Anna Ward, romancista inglesa, (Londres, 1764- id., 1823)

Robespierre, Maximilien François Marie Isidore de, político francês, (Arras, 1758- Paris, 1794)

Rollin, Charles, escritor francês, (Paris, 1661- id., 1741)

Rossetti, Biagio, arquiteto italiano, (Ferrasa, 1447- id., 1576)

Scott, Walter, escritor escocês, influenciado pelo romantismo alemão (Edinburgh, 1771- Castelo de Abbotsford, 1832)

Shakespeare, William, dramaturgo e poeta inglês, (Stratford on Avon, 1564- id., 1616)

Sócrates, filósofo grego, (Alópece, Ática, 470- Atenas, 399 a.C.)
Staël-Holstein, Germaine Necker, (Madame de Staël), escritora francesa, (Paris, 1766- id, 1817)

Telêmaco, filho de Ulisses e Penélope (mitologia grega)

Voltaire, François Marie Arouet, (dito: Voltaire), escritor francês, (Paris, 1694- id., 1778)

Washington, George, general e político norte-americano. Primeiro presidente dos Estados Unidos (1789-1797), (Virgínia, 1732- Mount Vernon, 1799)

5.6 Nomes brasileiros citados na *Minerva Brasiliense*

Abreu e Lima, José Inácio de, militar, político e escritor brasileiro. Ligou-se ao Partido Caramuru (RJ), cuja bandeira era a restauração do Governo de D. Pedro I, sustentando a luta contra Evaristo Veiga e o cônego Januário da Cunha Barbosa, (Nasceu em Pernambuco 1794- Faleceu id., 1869)

Andrada e Silva, José Bonifácio de, cognominado o patriarca da Independência do Brasil, estadista, poeta e escritor brasileiro (Nasceu em Santos (SP), 1763 – Faleceu em Niterói (RJ), 1838)

Barbosa, Cônego Januário da Cunha, escritor brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense*, (Rio de Janeiro (GB), 1780 – *id*, 1846).

Bivar, Diogo Soares da, jornalista (Vila de Abrantes, Portugal, 1785 – Rio de Janeiro, 1865). Nasceu em Portugal, mas se naturalizou Brasileiro.

Branco, Manuel Alves, Segundo Visconde de Caravelas, estadista brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense*, (1797- 1855)

Burgain, Luís Antônio, poeta, teatrólogo e autor de livros didáticos (Havre, França, 1812 – Rio de Janeiro, 1877). Nasceu na França, mas se naturalizou Brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense.*

Calógeras, João Batista, professor e funcionário público de origem grega, (Grécia, 1810 –Rio de Janeiro, 1878). Naturalizou-se Brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense.*

Costa, Cláudio Manuel da, poeta brasileiro (Mariana (MG), 1729 – Ouro Preto (MG), 1789)

Coutinho, Antônio Luis Gonçalves, governador da Bahia.

Drummond, Antônio de Menezes Vasconcelos, diplomata e político brasileiro (Rio de Janeiro (GB), 1794 – Paris, 1865)

Dutra e Melo, Antônio Francisco, poeta brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense,* (Rio de Janeiro (GB), 1823 – id. 1846)

Ferraz, Marcos, escritor brasileiro (século XIX)

Freire, Alemão Francisco, botânico brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense,* (Campo Grande (GB), 1797-id. 1874)

Gama, José Basílio da, poeta brasileiro, (São José do Rio das Mortes (MG), 1741 – Lisboa, 1795)

Godinho, João Vieira, brasileiro que participou da artilharia em Goa (século XIX)

Gomes, Francisco, político brasileiro de esquerda, (Bahia, 1769- id., 1842)

Gonzaga, Tomás Antônio, Pseudônimos: Dirceu e Critilo, poeta brasileiro de origem portuguesa, (Porto, Portugal, 1744 – Moçambique, 1809)

Lapa, Ludgero da R. F., Colaborador brasileiro da *Minerva Brasiliense*

Macedo, Joaquim Manoel de, escritor brasileiro: *A Moreninha* (1840), entre outras obras. Colaborador da *Minerva Brasiliense*, (Itaboraí (RJ), 1820 – Rio de Janeiro (GB), 1882)

Magalhães, Domingos José Gonçalves de, (Primeiro Barão e Visconde do Araguaia, escritor, poeta, dramaturgo, diplomata e político brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense*, (Rio de Janeiro (GB), 1811 – Roma, Itália, 1882)

Maia, Emílio Joaquim da Silva, médico e naturalista brasileiro (Salvador (BA), 1808 – Rio de Janeiro (GB), 1859)

Matos Guerra, Gregório de, poeta brasileiro (Salvador (BA), 1623 – Recife (PE), 1696)

Oliveira, Manuel Botelho de, poeta brasileiro (Salvador (BA), 1636 – id. 1711)

Porto-Alegre, M.de Araújo, (Barão de Santo Ângelo), Pseudônimo: Tibúrcio do Amarante. Escritor, diplomata, arquiteto e pintor brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense.* (Rio Pardo (RS) 1806 – Lisboa 1879)

Ribeiro, Francisco Bernardino, escritor brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense*, (Rio de Janeiro (GB), 1815 – id., 1837)

Ribeiro, Santiago Nunes, escritor brasileiro de origem chilena, colaborador da *Minerva Brasiliense,* (? – Rio Preto (MG), 1847)

Santa Rita Durão, Frei José de, poeta brasileiro (Cata Preta (MG), 1720 – Alfama, Portugal, 1784)

Silva, Joaquim Norberto de Souza, ficcionista, crítico e historiador brasileiro (Rio de Janeiro (GB), 1820 – Niterói, 1891), colaborador da *Minerva Brasiliense.*

Silveira, Manoel Joaquim da, Conde de São Salvador, titular do Império brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense*, (Rio de Janeiro (GB), 1807 – BA, 1875)

Souza, Antonio Gonçalves Teixeira, escritor brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense,* (Cabo Frio (RJ), 1812 – Rio de Janeiro (GB), 1861)

Torres Homem, Francisco Sales de, Pseudônimo: Timandro, jornalista brasileiro. Colaborador da *Minerva Brasiliense*.

Veiga e Barros, Evaristo Ferreira da, político, jornalista e escritor brasileiro, (Rio de Janeiro, 1799 – id., 1837)

5.7 Nomes portugueses citados na *Minerva Brasiliense*

Bocage, Manuel Maria Barbosa du, poeta português (Setúbal, Portugal, 1765 – Lisboa, 1805)

Cabral, Pedro Álvares, navegador português (Belmonte, 1467 ou 1468 - Santarém ?, 1520)

Caminha, Pero Vaz de, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, (Porto?, 1450 – Calicute?, Índia, 1500)

Camões, Luís Vaz de, poeta português, (Lisboa ou Coimbra, 1517 ou 1525 ? – Lisboa 1580)

Castilho, Antônio Feliciano de, poeta, prosador, ensaísta e pedagogo português (Lisboa, 1800-id.,1875)

Elísio, Padre Francisco Manuel do Nascimento, (dito Filinto), poeta português, (Lisboa, 1734 – Paris, 1819)

Gama e Castro, José da, bacharel em medicina e doutor em filosofia pela Universidade de Coimbra (Coimbra 1795 – Paris, 1873)

Gama, Vasco da, navegador português, descobridor do caminho marítimo das Índias, (Sines ? –1468? – Cochim, Índia, 1524)

Garrett, João Batista da Silva Leilão de Almeida, escritor português, (Porto, 1799 – Lisboa, 1854)

Herculano, Alexandre, escritor português, (Lisboa, 1810 - Vale-de-Lobos, 1877)

João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, Filho de Maria I e de Pedro III, casou-se em 1785 com Dona Carlota Joaquina (Lisboa, 1767 – id., 1826)

Maria I, rainha de Portugal (Lisboa 1734 – Rio de Janeiro (GB), 1816)

Pedro I, D., primeiro imperador do Brasil e vigésimo rei de Portugal (D. Pedro IV) (Palácio de Queluz, Portugal, 1798- id., 1834)

Pedro II, D., segundo imperador do Brasil (Rio de Janeiro (GB), 1825 – Paris, França, 1891)

Rivara, Joaquim Heliodoro da Cunha, ensaísta bibliográfico e historiador da literatura portuguesa, entre suas bibliografias se destacam *Bocage na Índia* e *Camões na Índia.* Colaborador da *Ilustração Goana*, (1809-1879)

Sá de Miranda, Francisco de, poeta português, (Coimbra, 1481 – Minho, 1558)

Vasconcellos, Simão de, jesuíta e cronista português (Porto,1597 – Rio de Janeiro (GB), 1671)

Vieira, Padre Antônio, orador sacro, missionário e diplomata português, (Lisboa, 1608 – Salvador (BA), 1697)

5.8 Outros nomes estrangeiros citados na *Minerva Brasiliense*

Adet, Charles Émile, escritor, jornalista e dramaturgo francês, colaborador da *Minerva Brasiliense*, (Paris, 1818-id., 1859)

Alcebíades, político ateniense (grego) (? 450 – Frigia 404 a.C.)

Aléxis, Willibald, romancista alemão (Breslau, 1798- Arnstadt, 1871)

Alfieri, Conde Vittorio, dramaturgo e porta italiano (Asti, 1749 – Florença, 1803)

Alighieri, Dante, poeta italiano, (Florença, 1265 – Ravenna, 1321)

Anacreonte, poeta lírico grego originário de Teos, na Jônia (segunda metade do século VI a.C.)

Aquino, S. Tomás de, filósofo e teólogo italiano, (Nápoles, 1225 – Fossanova, 1274)

Arezzo, Gui (italiano)

Ariosto, Ludovico, poeta italiano (Reggio Nell', 1474 – Ferrara, 1533)

Aristófanes, poeta cômico grego (Atenas, 445 a. c.- id., 386 a. c.)

Aristóteles, filósofo grego (Macedônia, 384 – Eubéia, 322 a. C.)

Ateneu, gramático e retórico grego (Naucratis, Egito – séc. III d.c.)

Bacon, Roger, filósofo inglês (Ilchester, Somerset, 1214 – Oxford, 1294)

Balzac, Honoré de, escritor francês, (Tours 1799-Paris, 1850)

Barnave, Antoine, político francês, (Grenoble, 1761 – Paris, 1793)

Beccaria, Cesare Bonesana, (Marquês Di Beccaria), jurista e economista italiano (Milão, 1738 – id., 1805)

Beethoven, Ludwig van, compositor alemão, (Bonn, 1770- Viena, 1827)

Bentham, Jeremy, jurisconsulto e filósofo inglês, (Londres, 1748- id. 1832)

Béranger, Pierre Jean de, poeta francês, (Paris, 1780 – id. 1857)

Boileau –Despréaux, Nicolas, escritor francês, (Paris 1636 – id, 1711)

Bonaparte, Napoleão, imperador da França (1804-1815), (Ajaccio, Córsega, 1769 – Santa Helena, 1821)

Bopp, Franz, lingüista alemão, (Main, 1791 –Berlim, 1867)

Bossuet, Jacques Bénigne, prelado, escritor e pregador francês (Dijon, 1627 – Paris 1704)

Boucher, François, pintor francês (Paris 1703 – id., 1770)

Buffon, Georges Louis Leclerc, naturalista e escritor francês, (Montbard, 1707 – Paris, 1788)

Buonarroti, Michelangelo, pintor italiano, estudioso da anatomia humana, (Toscana-1475- ? 1564)

Burnouf, Jean Louis, lingüista francês, (Normandia, 1775 – Paris, 1783)

Buvelot, Abraham Louis, pintor suiço, (Morges, 1814 –Melbourne, Austrália, 1888)

Byron, George Gordon (lord), poeta inglês, (Londres, 1788- Missolonghi, 1824)

Calderón, Pedro, dramaturgo espanhol, (Madri, 1600 – id. 1681)

Carlos IX, rei da França 1560-1574, (Saint-Germain-en-Laye, 1550 -Vicennes, 1574)

Cervantes Saavedra, Miguel de, escritor espanhol, (Alcalá de Henares, 1547- Madrid, 1616)

Champollion, Jacques, arqueólogo francês, (Figeac, 1778 – Fontainebleau, 1867)

Chateaubriand, François René, (Visconde de), escritor francês, (Saint-Malo, 1768-Paris, 1848)

Chénier, André Marie de, poeta francês, (Constantinopla, 1762 – Paris 1794)

Cícero, orador latino (Arpino 106 – Formia 43 a. C.)

Collar, Rover, (Francês), século XIX

Colombo, Cristóvão, navegador italiano (Gênova ou Vallado, Itália, 1450? – id, 1506)

Condillac, Étienne Bonnot de, filósofo francês (Grenoble, 1715 – Abadia de Flux, 1780)

Corneille, Pierre, poeta dramático francês, (Rouen, 1606 – Paris, 1684)

Cornelius, Peter Von, pintor alemão, (Düsseldorf, 1783 – Berlim, 1867)

Cousin, Victor, filósofo francês, (Paris, 1792 – Cannes, 1867)

Cromwell, Oliver, lorde inglês protetor da Inglaterra, Escócia e Irlanda (Huntingdon, 1599 – Londres, 1658)

Cuvier, Georges, naturalista francês, (Mont-Béliard, 1769 – Paris, 1832)

Debret, Jean Baptiste, pintor e desenhista francês, (Paris, 1768 –id., 1848)

Delavigne, Casimir, poeta e dramaturgo francês (Le Havre, 1793- Lyon, 1843)

Delille, Padre Jacques, poeta francês (Aigueperse, Auvergne, 1738- Paris, 1813)

Denis, Jean Ferdinand, historiador francês do Brasil (Paris, 1798 id. 1890)

Descartes, René, filósofo e matemático francês, (La Haye, Touraine, 1596 – Estocolmo, 1650)

Dickens, Charles John Huffam, romancista inglês, (Landport, Portsmouth, 1812- Gadshill, Rochester, 1870)

Dryden, John, escritor inglês (Northamptonshire, 1631 – Londres, 1700)

Dumas, Alexandre, escritor francês, (Cotterêts, 1802 – Puys, 1870)

Ésquilo, poeta da Grécia Antiga (Aproximadamente 490 a.C.)

Eurípides, poeta trágico grego, (Salamina, 480 – Macedônia, 406, a.C.)

Fernando II, rei de Portugal, por casamento com a rainha D. Maria II, (Coburgo, 1816 – Lisboa, 1885)

Fichte, Johann Gottlieb, filósofo alemão, (Rammenau, Saxônia, 1762 – Berlim, 1814)

Filangieri, Gaetano, jurisconsulto italiano, (Nápoles, 1752 – Vico Equense, 1788)

Fontaine, Charles, poeta francês, (Paris, 1514 – Lyon, 1570)

Galileu, astrônomo, físico e escritor italiano, (Pisa, 1564 – Arcetri, 1642)

Galvani (italiano)

Gilbert, Nicolas Joseph Laurent, poeta francês, (Fontenoy-le-Château, 1750 – Paris, 1780)

Goethe, Johann Wolfgang von, escritor alemão, (Frankfurt, 1749- Weimar, 1832)
Grétry, André Modeste, compositor francês de origem belga (Liège, 1741- Montmorency, 1813)

Guerazzi, Francesco Domenico, escritor e político italiano, (Livorno, 1804-Pisa, 1873)
Guizot, François Pierre Guillaume, historiador e político francês, (Nîmes, 1787- Val Richer, 1874)

Gutenberg, Johannes Gensfleisch, (dito Gutenberg), impressor alemão (Mainz, 1394? – id. 1468)

Gutzkow, Karl, escritor alemão, líder do movimento liberal, (Berlim, 1811 –Frankfurt, 1878)

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, filósofo alemão (Stuttgart, 1770 – Berlim, 1831)

Henrique IV, rei de Navarra e da França (1589-1610), (nasceu no Castelo de Pau, 1553, França- Paris, 1610)

Herder, Johann Gottfried, escritor e filósofo alemão, (Mohrungen, Prússia Oriental, 1744- Weimar, 1803)

Heredia y Campuzano, José Maria de, poeta cubano, (Santiago de Cuba, 1803 – Toluca, México, 1839)

Hesíodo, poeta grego, nascido provavelmente na metade do século VIII a.C., em Ascra (Beócia)

Hipócrates, maior médico da Antigüidade grega, (Ilha de Cós, 460- Tessália, 377 a.C.)

Homero, poeta épico grego, (Ásia Menor, aproximadamente século VI a.C).

Horácio, poeta latino (Venosa, Apulia, 65- id., 8 a.C)

Hugo, Victor, escritor francês, (Besançon, 1802- Paris, 1885)

Humboldt, Wilhelm, filósofo, filólogo e diplomata alemão, (Potsdam, 1767- Tegel, 1835)

Janin, Jules, escritor francês, (Saint-Ètienne, 1804 – Paris, 1874)

Jouffroy, Théodore, filólogo francês, (Doubs, 1796 – Paris, 1842)

Júlio II, papa (1503-1513), (Savona, Itália, 1443 – Roma, 1513)

Kant, Emmanuel, filósofo alemão, (Königsberg, 1724 – id., 1804)

Klopstock, Friedrich Gottlieb, poeta alemão, (Quedlinburg, 1724 –Hamburg, 1803)

Lamarck, Jean Baptiste Pierre Antoine de Monet, (Cavaleiro de Lamarck), naturalista francês, (Picardia, 1744 – Paris, 1829)

Lamartine, Alphonse Marie Louis de Prat de, + poeta francês, (Mâcon, 1790- Paris, 1869)

Lamothe, Pierre Lambert de, bispo missionário francês, (Bucherie, 1624 – Sião, 1679)

Lavoisier, Antoine Laurent de, químico francês, (Paris, 1743 – id, 1794)

Lebrun, Pierre, poeta e dramaturgo francês, (Paris, 1785-id, 1873)

Leibnitz, Gottfried Wilhelm, filósofo e matemático alemão, (Leipzig, 1646- Hannover, 1716)

Lemercier, Louis Jean Népamucène, escritor francês, (Paris, 1771- id., 1840)

Lineu, Carl von Linné, naturalista e médico sueco, (Rashult ?, 1707 – uppsala, 1778)

Locke, John, filósofo político e social inglês (doutrina do empirismo), (Wrington, Somerset, 1632 - ?, 1695)

Luís XIV, rei da França, (1643-1715), (Saint-Germain-em-Laye, 1638- Versalhes, 1715)

Luís XV, rei da França (1715-1774), (Versalhes, 1710 - id., 1774)

Lutero, Martinho (ou Martim), teólogo e reformador alemão, (Eisleben, Turíngia, 1483- id., 1546)

Machiavelli, Niccolò, político, historiador e comediógrafo italiano, (Florença, 1459- id., 1527)

Magno, Alexandre, rei da Macedônia, (336-323 a.C.),(Macedônia, 356- Babilônia, 323 a.C.)

Magno, Carlos, italiano, pai de Pascoal Carlos Magno (escritor e diplomata brasileiro).

Magno, Constantino, (Italiano)

Manzoni, Alessandro Francesco Tommaso Antonio, poeta, dramaturgo e romancista italiano, (Milão 1785- id, 1873)

Maomé, profeta do Islã, (Meca, 570 ?- Medina, 632)

Marmontel, Jean-François, escritor francês, (Bort-les-Orgues, 1723- Albloville, 1799)

Maximiano, imperador romano (período do seu governo: 286-305 e 306-310), (Panômia, 250 - Marselha, 310)

Michelet, Jules, escritor e historiador francês, (Paris, 1798- Hyères, 1874)

Milton, John, poeta inglês, (Londres, 1608- id., 1674)

Molière, Jean Baptiste Poquelin, (dito Molière), dramaturgo francês, (Paris, 1622- id, 1673)

Monglave, François Eugène Garay de, escritor e jornalista francês, (bayonne, 1796 ?- Paris, 1873). Obs: Foi um dos fundadores, em 1833, do *Institut Historique*. Patrocinou, juntamente com Debret, o ingresso de Torres Homem, Domingos de Magalhães e Porto-Alegre no *Institute* e convidou-os para colaborar no respectivo jornal. Foi sócio honorário do Instituto Histórico Brasileiro.

Montesquieu, Charles de Secondat, (Barão de La Brède e de Montesquieu), escritor francês, (La Brède, 1689- Paris, 1755)

Montgny, Auguste Henri Victor Grandjean de, arquiteto francês, (Paris, 1776 –Rio de Janiero, 1850)

Moreaux, Louis Auguste, pintor francês, (Rocroy, 1818 – Rio de Janeiro (GB), 1877)

Musset, Louis Charles Alfred de, poeta francês, (Paris, 1810-id., 1857)

Newton, Isaac, físico e matemático inglês, (Woolsthorpe, 1642 – Kensington, 1727)

Nodier, Charles, escritor francês, (Besançon, 1780 – Paris, 1844)

Nongaret (francês)

Orfeu, o mais célebre aedo d época pré-homérica, cuja lenda é originária da Trácia

Owen, Robert, reformador britânico, (New town, 1771 – id, 18580

Pagani, Niccolò, violinista e compositor italiano, (Gênova, 1782- Nice, 1840)

Péricles, político ateniense, (?, 495 – Atenas, 429 a.C.)

Petrarca, Francesco, poeta italiano, (Arezzo, 1304- Arqua, 1374)

Píndaro, poeta lírico grego (Cinoscéfalas, 518 – Argos ?, 438 a.C.)

Platão, filósofo grego, (Atenas, 428 ?- id., 348? a.C.)

Plauto, dramaturgo romano, (Saísina, 254- Roma, 184 a.C.)

Plotino, filósofo alexandrino, (Licópolis, Egito, 205 – Campônio, 270)

Plutarco, escritor grego, (Beócia, 50- id, 125)
Pope, Alexander, poeta inglês, (Londres, 1688 -Twickennham, 1744)

Pueyrredón, Prilidiano, pintor e arquiteto argentino, (Buenos Aires, 1823- id., 1870)

Quinet, Edgar, historiador francês, (Bourg-en-Bresse, 1803- Paris, 1875)

Racine, Jean Baptiste, poeta, dramaturgo francês, (La Ferté, Milon, 1639- Paris, 1699)

Rémusat, Abel, sinólogo francês, (Paris, 1788-id., 1832)

Richelieu, Armand Jean du Plessis, (cardeal de Richelieu), estadista francês, (Paris, 1585- id, 1642)

Rossini, Gioacchino Antonio, compositor italiano, (Pesaro, 1792- Paris, 1868)

Rousseau, Jean –Baptiste, poeta lírico francês, (Paris, 1671 - Bruxelas, 1741)

Rousseau, Jean-Jacques, escritor e filósofo suiço de língua francesa, (Genebra, 1712-Ermenonville, 1778)

Sade, Donatien Alphonse François, (Marquês de), escritor francês, (Paris, 1740-Charenton, 1814)

Safo, poetisa grega, (Lesbos, 625 a.C.-id, 580 a.C.)

Sainte-Beuve, Charles Augustin, escritor e crítico literário francês, (Boulogne-sur-Mer, 1804 – Paris, 1869)

Saint-Hilaire, Étienne Geoffroy, naturalista francês, (Étampes, 1772 – Paris, 1844)

Saint-Martin, Louis Claude de, filósofo francês, (Amboise, 1743- Aulnay, 1803)

Schelling, Friedrich Wilhelm Joseph von, filósofo alemão, (Leonberg, 1775- Bad Ragaz, 1854)

Schiller, Joahann Friedrich Von, escritor alemão, (Marbach, 1759-Weimar, 1805)

Schlegel, Friedrich, escritor alemão (Hannover, 1772- Dresden, 1829)

Scott, Walter, escritor escocês, influenciado pelo romantismo alemão (Edinburgh, 1771-Castelo de Abbotsford, 1832)

Sêneca, filósofo e poeta latino, (Córdoba, Espanha, 4 a.C.-Roma, 65 d.C.)

Shakespeare, William, dramaturgo e poeta inglês, (Stratford on Avon, 1564- id., 1616)

Sismondi, Jean Charles Leonard Sismonde de, historiador e economista suíço, (Genebra, 1773-id., 1842)

Sócrates, filósofo grego, (Alópece, Ática, 470- Atenas, 399 a.C.)

Sófocles, poeta trágico grego, (Colonos, entre 496 e 494 a.C.- Atenas 406 a.C.)

Soumet, Alexandre, poeta francês, (Castelnauday 1788-Paris, 1845)

Staël-Holstein, Germaine Necker, (Madame de Staël), escritora francesa, (Paris, 1766-id, 1817)

Sue, Marie-Joseph, (dito Eugène), romancista francês, (Paris, 1804- Annecy, 1859)

Tasso, Torquato, poeta italiano (Sovento, 1544-Roma, 1595)

Taunay, Auguste Marie, escultor francês (Paris 1768 – Rio de Janeiro (GB), 1824).

Teócrito, poeta grego, (Siracusa ? 320 a.C. – id, 250 a.C.)

Terêncio, poeta cômico latino, (Cartago, 190- 159 a.C.)

Thiers, Adolphe, político, jornalista e historiador francês, (Marselha, 1797- Saint-Germain-en-Laye, 1877)

Vico, Giambattista, filósofo italiano, (Nápoles, 1668- id., 1744)

Vigny, Alfred de (Conde de), escritor francês, (Loches ?, 1797- Paris, 1863)

Villemain, Abel François, professor e político francês, (Paris, 1790-id., 1870)

Vinci, Leonardo da, pintor e sábio italiano, (Vinci, 1452- Castelo de Cloux, 1519)

Virgílio, poeta latino, (Andes/ Pietole, 70 – Brindisi, 19 a.C.)

Volney, Constantin François de Chasseboeuf, (Conde de), erudito e filósofo francês, (Craon, 1757-Paris, 1820)

Volta, Alessandro, (Conde), físico italiano, (Como, 1745-id., 1827)

Voltaire, François Marie Arouet, (dito: Voltaire), escritor francês, (Paris, 1694- id., 1778)

Xenofonte, escritor grego, (Erkhia, 430 a.C.- id., 355 a.C.)

Young, Edward, poeta inglês, (Upham, 1683- Welwyn, 1765)

5.9 Nomes coincidentes nas duas revistas

Alembert, Jean Le Rond d', matemático e filósofo francês, (Paris, 1717- id., 1783)

Alighieri, Dante , poeta italiano, (Florença, 1265 – Ravenna, 1321)

Aristófanes, poeta cômico grego (Atenas, 445 a. c.- id., 386 a. c.)

Barnave, Antoine, político francês, (Grenoble, 1761 – Paris, 1793)

Béranger, Pierre Jean de, poeta francês, (Paris, 1780 – id. 1857)

Bocage, Manuel Maria Barbosa Hedois du, poeta português (Sétubal, 1765 – Lisboa, 1805)

Boileau –Despréaux, Nicolas, escritor francês, (Paris 1636 – id, 1711)

Bonaparte, Napoleão, imperador da França (1804-1815), (Ajaccio, Córsega, 1769 – Santa Helena, 1821)

Bossuet, Jacques Bénigne, prelado, escritor e pregador francês (Dijon, 1627 – Paris 1704)

Bulwer – Lytton, Edward George, escritor e político inglês, (Londres, 1803- Torquay, 1873)

Byron, George Gordon (lord), poeta inglês, (Londres, 1788- Missolonghi, 1824)

Caldas, Antônio Pinheiro, comerciante e poeta português, (Porto, 1824- id., 1877)

Camões, Luís Vaz de, poeta português, (Lisboa ou Coimbra, 1517 ou 1525 ? – Lisboa 1580)

Castilho, Antônio Feliciano de, poeta, prosador, ensaísta e pedagogo português (Lisboa, 1800-id.,1875)

Chateaubriand, François René, (Visconde de), escritor francês, (Saint-Malo, 1768-Paris, 1848)

Chénier, André Marie de, poeta francês, (Constantinopla, 1762 – Paris 1794)

Coster, Laurens Janszoon, (dito Coster), impressor holandês, (Haarlem, 1405- id., 1484)

Delille, Padre Jacques, poeta francês (Aigueperse, Auvergne, 1738- Paris, 1813)

Diderot, Denis, escritor francês, (Langres, 1713- Paris, 1784)

Fichte, Johann Gottlieb, filósofo alemão, (Rammenau, Saxônia, 1762 – Berlim, 1814)

Foscolo, Ugo, poeta e crítico literário italiano,(Ilha de Zante, 1778- Turnham Green, Inglaterra, 1827)

Gama, Vasco da, navegador português, descobridor do caminho marítimo das Índias, (Sines ? –1468? – Cochim, Índia, 1524)

Garrett, João Batista da Silva Leilão de Almeida, escritor português, (Porto, 1799 – Lisboa, 1854)

Goethe, Johann Wolfgang von, escritor alemão, (Frankfurt, 1749- Weimar, 1832)

Gomes, Francisco, político brasileior de esquerda, (Bahia, 1769- id., 1842)

Guizot, François Pierre Guillaume, historiador e político francês, (Nîmes, 1787- Val Richer, 1874)

Gutenberg, Johannes Gensfleisch, (dito Gutenberg), impressor alemão (Mainz, 1394? – id. 1468)

Herculano, Alexandre, escritor português, (Lisboa, 1810 - Vale-de-Lobos, 1877)

Herder, Johann Gottfried, escritor e filósofo alemão, (Mohrungen, Prússia Oriental, 1744- Weimar, 1803)

Homero, poeta épico grego, (Ásia Menor, aproximadamente século VI a.C).

Hugo, Victor, escritor francês, (Besançon, 1802- Paris, 1885)

Kant, Emmanuel, filósofo alemão, (Königsberg, 1724 – id., 1804)

Lamartine, Alphonse Marie Louis de Prat de, poeta francês, (Mâcon, 1790- Paris, 1869)

Magalhães, Domingos José Gonçalves de, (Primeiro Barão e Visconde do Araguaia, escritor, poeta, dramaturgo, diplomata e político brasileiro, (Rio de Janeiro (GB), 1811 – Roma, Itália, 1882)

Magno, Alexandre, rei da Macedônia, (336-323 a.C.),(Macedônia, 356- Babilônia, 323 a.C.)

Manzoni, Alessandro Francesco Tommaso Antonio, poeta, dramaturgo e romancista italiano, (Milão 1785- id, 1873)

Marat, Jean Paul, político francês, (Boudry, 1743- Paris, 1793)

Milton, John, poeta inglês, (Londres, 1608- id., 1674)

Montesquieu, Charles de Secondat, (Barão de La Brède e de Montesquieu), escritor francês, (La Brède, 1689- Paris, 1755)

Petrarca, Francesco, poeta italiano, (Arezzo, 1304- Arqua, 1374)

Platão, filósofo grego, (Atenas, 428 ?- id., 348? a.C.)

Pope, Alexander, poeta inglês, (Londres, 1688 -Twickennham, 1744)

Racine, Jean Baptiste, poeta, dramaturgo francês, (La Ferté, Milon, 1639- Paris, 1699)

René, (Renato I, O Bom), (Angers, França, 1409- Aix- en –Provence, 1480), conde de Provence, (1434-1480), escreveu poesias e tratados de moral.

Rollin, Charles, escritor francês, (Paris, 1661- id., 1741)

Rousseau, Jean-Jacques, escritor e filósofo suiço de língua francesa, (Genebra, 1712-Ermenonville, 1778)

Schiller, Joahann Friedrich Von, escritor alemão, (Marbach, 1759-Weimar, 1805)

Schlegel, Friedrich, escritor alemão (Hannover, 1772- Dresden, 1829)

Scott, Walter, escritor escocês, influenciado pelo romantismo alemão (Edinburgh, 1771-Castelo de Abbotsford, 1832)

Shakespeare, William, dramaturgo e poeta inglês, (Stratford on Avon, 1564- id., 1616)

Sócrates, filósofo grego, (Alópece, Ática, 470- Atenas, 399 a.C.)

Staël-Holstein, Germaine Necker, (Madame de Staël), escritora francesa, (Paris, 1766-id, 1817)

Stuart, Charles, diplomata inglês encarregado da Junta de negócios da Inglaterra em Madrid, Brasil e Portugal, (1779-1845)

Tasso, Torquato, poeta italiano (Sovento, 1544-Roma, 1595)

Vieira, Padre Antônio, orador sacro, missionário e diplomata português, (Lisboa, 1608 – Salvador (BA), 1697)

Villemain, Abel François, professor e político francês, (Paris, 1790-id., 1870)

Voltaire, François Marie Arouet, (dito: Voltaire), escritor francês, (Paris, 1694- id., 1778)

Xenofonte, escritor grego, (Erkhia, 430 a.C. - id., 355 a.C.)

VI. ÍNDICE GERAL DA *ILUSTRAÇÃO GOANA* CLASSIFICADO POR ASSUNTO E AUTOR[293]

1. ILUSTRAÇÃO GOANA: PERIÓDICO LITERÁRIO, primeiro ano, Margão, Na tipografia do Ultramar, n. 1, novembro de 1864, exemplar: p. 3-12.[294]

Manifesto

GONÇALVES, Julio (Luiz Manuel Julio Frederico Gonçalves), redator-chefe, "Introdução", p. 3.

Biografia

GONÇALVES, Julio, "Bernardo Peres da Silva", p. 4-5.

Ficção

GONÇALVES, Julio, "Traição – Romance Original", p. 6-7.

Poesia

CASTELLO-BRANCO, Camilo, "Inocência", p. 8.

Ciência

COSTA, A. J. Sócrates da, "Palestras Científicas. Química", p. 9-11.

Noticiário

GONÇALVES, Julio, "Crônica do mês", p. 11-12.

2. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 2, dezembro de 1864, p. 1-20.

Biografia

GONÇALVES, Julio, "Bernardo Peres da Silva", p. 1-4 (continuação).

---

[293] Modelo proposto por Hélio Lopes (1978).

[294] Não encontramos referências do dia da publicação de cada exemplar. Às vezes, no final das matérias, era marcado a data, mas referia-se à da composição.

Ficção

2.2.1 GONÇALVES, Julio, "Traição – Romance Original", p. 5-8 (continuação).

2.3 Viagem

FIGUEIREDO, João Frederico Gonçalves de, "Uma festa e uma viagem (ao meu amigo o Sr. M. J. da Costa Campos)", p. 9-11.

2.4 Ensaio

2.4.1 Religião

s/ autor, "Natal", p. 12-13.

2.5 Poesia

CAMPOS, Manuel Joaquim da Costa, "A Cura Miraculosa que aos pés do bem-aventurado apostolo das Índias S. Francisco Xavier recebeu minha irmã M. A. Francisca Xavier da Costa Campos na tarde do dia 26 de dezembro de 1859", p. 14-16.

2.6 Noticiário

2.6.1 FIGUEIREDO, A. J. Frederico Gonçalves de, "Crônica Exterior, Nacional e Estrangeira", p. 17-18.

2.6.2 GONÇALVES, Julio, "Crônica do mês", p. 19-20.

3. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 3, janeiro de 1865, p. 1-20 (faltam p. 18, 19 e 20).

Biografia

GONÇALVES, Julio, "Bernardo Peres da Silva", p. 1-2 (conclusão).

Ficção

GONÇALVES, Julio, "Traição – Romance Original", p. 3-6 (continuação).

Ensaio

3.3.1 História

XAVIER, Filipe Neri, "Bocage. Notícia de sua vinda à Goa, e volta a Lisboa por Macau. Para servir de nota ao estudo biográfico e literário do poeta, pelo sr. Luiz Augusto Rebello da Silva, publicado no primeiro volume das obras de Bocage, editadas pelo sr. I. F. da Silva", p. 7-9.

Poesia

CAMPOS, Manuel Joaquim da Costa, "A Cura Miraculosa que aos pés do bem-aventurado apostolo das Índias S. Francisco Xavier recebeu minha irmã M. A. Francisca Xavier da Costa Campos na tarde do dia 26 de dezembro de 1859", p. 10-12 (conclusão).

Ciência

MARTINS, Antônio Ferreira, "Palestras Científicas. A luz artificial nos séculos passados, e o seu aperfeiçoamento nos 64 anos deste século", p. 13-14.

3.6 Noticiário

FIGUEIREDO, A. J. Frederico Gonçalves de, "Crônica Exterior, Nacional e Estrangeira", p. 15-17.

4. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 4, fevereiro de 1865, p. 1-20 (faltam p. 1, 18, 19 e 20).

Biografia

GONÇALVES, Julio, "Joaquim Mourão Garcez Palha", p. 1-5 (falta p. 1).

Ficção

GONÇALVES, Julio, "Traição – Romance Original", p. 6-10 (conclusão).

Ciência

QUADROS, Antônio João de, "Palestras Artísticas. A Tintura", p. 11-13.

História

XAVIER, Filipe Neri, "A Manteigui: Notícia histórica sobre o poema de Bocage, que leva este título, e sobre a vida e relações da sua heroína", P. 14-16 (continuação).

Noticiário

FIGUEIREDO, Antônio João Frederico Gonçalves de Figueiredo, "Crônica Exterior, Nacional e Estrangeira", p. 17 (incompleta).

5. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 5, março de 1865, p. 1-20 (faltam p. 1, 18, 19 e 20).

Biografia

COSTA, Bernardo Francisco da, "Mariano da Rocha", p. 1-4 (falta p. 1)

Gravura

s/ autor, "Cristo ao Calvário", p. 4

Ensaio

5.3.1 Religião

GONÇALVES, Julio, "Cristo e a Redenção. Carta de Julio Frederico Gonçalves a J. F. de Albuquerque, p. 5-7 (Nova Goa, 26 de março de 1865).

5.3.2 Literatura

GONÇALVES, Julio, "Bosquejos Literários. A Literatura e as Nações ou Quadros históricos da literatura contemporânea dos estados mais cultos da Europa. I. A França Literária: Staël, Chateaubriand, Lamartine, Victor Hugo", p. 8-11.

História

XAVIER, Filipe Neri, "A Manteigui: Notícia histórica sobre o poema de Bocage, que leva este título, e sobre a vida e relações da sua heroína", p. 12-14 (conclusão).

Ciência

COSTA, Aleixo Justiniano Sócrates da, "Palestras Científicas. Química II", p. 15-16.

5.6 Poesia

OLIVEIRA, José Pedro da Silva Campos, "Ela", p. 17 (incompleta, falta p. 18).

Epígrafe de L. A. Palmeirim: "Oh! não tem maior belleza/ Essa magica lindeza/ D'um serafim!".

6. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 6, abril de 1865, p. 1-20 (faltam p. 1, 18, 19 e 20).

6.1 Biografia

GONÇALVES, Julio, "Paulo Antonio Dias da Conceição", p. 1-4 (falta p. 1).

6.2 Ficção

GONÇALVES, Julio, "Contos da Minha Terra. I. O pequeno do monte", p. 5-9.

6.3 Ensaio

6.3.1 Política

ALBUQUERQUE, José Francisco de, "Governo Constitucional – Utopias. Carta de José Francisco de Albuquerque", p. 10-14.

Destinada a Julio Gonçalves, o que podemos entender através de: "Meu caro redator".

6.3.2 Literatura

GONÇALVES, Julio, "Bosquejos Literários: A Literatura e as Nações ou Quadros históricos da literatura contemporânea dos estados mais cultos da Europa. II. A Inglaterra Literária: Byron, Walter Scoot, Pope, Thomaz Moore, Roberto Wilson, Anna Radcliffe", p. 15-16.

6.4 Poesia

CAMPOS, Manuel Joaquim da Costa, "Um Pedido", p. 17.

Epígrafe de A. Lima: "Um som peço, uma palavra/ Seja a sentença qual for!"

7. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 7, maio de 1865, p. 1-20 (falta p. 1, 14 e 15).

Biografia

MIRANDA, Jacinto Caetano Barreto, "P. Manuel Agostinho Lourenço", p. 1-5 (falta p. 1)

7.2 Ficção

GONÇALVES, Julio, "Contos da Minha Terra. II. Amar por comissão", p. 6-11.

7.3. Ensaio

7.3.1 Filosofia

MIRANDA, Caetano Francisco de, "Homens Grandes da Antiguidade. Sócrates", p. 12-15 (Faltam as páginas: 14 e 15)

Epígrafe de Delille: "La pureté des moeurs est le premier des biens".

7.4 Ciência

MARTINS, Antônio Ferreira, "Uma idéia concisa do telégrafo elétrico", p. 16-17.

7.5 Poesia

GONÇALVES, Julio, "Ontem, Hoje e Amanhã", p. 18- 20 (Nova Goa, 5 de abril de 1865)

Epígrafe de Palmeirim: "Ao convite dos povos chamada/ Oh! mal haja a nação que faltou".

8. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 8, junho de 1865, p. 1-20.

8.1 Biografia

GONÇALVES, Julio, "Francisco Antonio de Lemos", p. 1-4.

8.2 Ensaio

8.2.1 Filosofia

CUNHA, José Gerson da, "A Mulher e o Mundo", p. 5-11.

Epígrafe de Alexandre Herculano, da obra *Eurico*: "(...) convertei o mundo em paraíso, mas tirai dele a mulher; e o mundo será um ermo melancólico".

8.3 Historiografia

XAVIER, Filipe Neri Xavier "Historiografia. Série dos capitães, castelões, e governadores da praça de Diu", p. 12-16.

8.4 Noticiário

GONÇALVES, Julio, "Crônica de Maio e Junho", p. 17-20.

9. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 9, julho de 1865, p. 1-20.

Biografia

ALBUQUERQUE, J. F. de, "P. Cosme Camilo Valeriano", p. 1-5.

9.2 Ficção

GONÇALVES, Julio, "Contos da Minha Terra. III. Em uma noite de maio", p. 6-11.

9.3 Ciência

9.3.1 Economia

MENDES, Antônio Lopes, "A Agricultura em Goa". (Carta a redação), p. 12-15.

9.4 Poesia

OLIVEIRA, José Pedro da Silva Campos, "Ámo-te" (15 de fevereiro de 1865), p. 16-17.

9.5 Noticiário

GONÇALVES, Julio, "Crônica do mês", p. 18-20.

10. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 10, agosto de 1865, p. 1-20.

10.1 Biografia

PINTO, Fernando Cláudio da Cunha, "P. Pedro Antonio Ribeiro", P. 1-5.

10.2 Ensaio

MIRANDA, Jacinto Caetano Barreto, "O País e a Civilização", p. 6-9.

10.3 Poesia

GONÇALVES, Julio, "A Voz do Eremita. I e II", p. 10-14.

Epígrafe de E. C. Branco D. E.: "Quem fala aqui dentro no peito oprimido,/ Quem manda á meus lábios festivo sorrir?/ É voz d'um mistério, que apenas sentido,/ Seu eco não posso talvez repetir".

10.4 Historiografia

XAVIER, Filipe Neri, "Historiografia. II. Relação das pedras e padrões que há na fortaleza de Diu. Pedras e padrões de dois até cinco palmos de cumprido, e de dois até três de largo com letreiros seguintes. No castelo", p. 15-17.

10.5 Noticiário

GONÇALVES, Julio, "Crônica do mês", p. 18-20.

11. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 11, setembro de 1865, p. 1-20 (faltam: 18, 19 e 20).

11.1 Biografia

GONÇALVES, Julio, "Joaquim Felipe da Piedade Soares", p. 1-8 (16 de setembro de 1865).

Epígrafe de E. Biester: "Ao coração do povo nenhuma voz chegou mais funda que a sua - é porque lh'a iluminou a chama do patriotismo, fortificada pelo convencimento".

11.2 Ensaio

11.2.1 Literatura

MIRANDA, Caetano Francisco de, "Rollin - Golpe de vista sobre a sua vida e os seus escritos", p. 9-11 (margão, 1º de setembro de 1865).

Epígrafe de Mr. Villemain. Cours de littérature française : « Sa gloire même, sa gloire, qui nous est chère, est la dernière leçon qu'il nous ait donnée. Elle montre jusqu'a quel point les dons de l'esprit s'acroissent et fructifient par les vertues et quelle puissance l'amour de bien ajoute au talent ».

11.3 Historiografia

XAVIER, Filipe Neri, "Historiografia. II. Relação das pedras e padrões que há na fortaleza de Diu. Pedras e padrões de dois até cinco palmos de cumprido, e de dois até três de largo com letreiros seguintes. No castelo", p. 12-13 (conclusão).

11.4 Poesia

GONÇALVES, Julio, "A Voz do Eremita. III e IV", p. 14-17 (continuação).

12. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 12, outubro de 1865, p. 1-20 (faltam: 1, 16-20)

12.1 Biografia

MIRANDA, Jacinto Caetano Barreto, "Antonio Caetano Pacheco", p. 1-4.

12.2 Ciência

COSTA, Bernardo Francisco da, "Duas Palavras sobre a estrutura do Globo Terrestre", p. 5-8 (Margão, 20 de outubro de 1865).

12.3 Ensaio

12.3.1 Literatura

GONÇALVES, Julio, "Bosquejos Literários. III. Itália Literária - Monti, Leopardi, Manzoni, Silvio Pellico, Hugo Foscolo, Giacometti, Rossetti, Torquato Tasso, Carrer", p. 9-10.

12.4 Religião

XAVIER, Filipe Neri, "O Beato João de Brito", p. 11-12.

12.5 Poesia

GONÇALVES, Julio, "A Voz do Eremita. V e VI", p. 13-15 (incompleto).

Não tivemos acesso aos exemplares n. 13, novembro de 1865 e n. 14, dezembro de 1865.

15. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 15, janeiro de 1866, p. 1-20.

15.1 Introdução

RIVARA, J. H. da Cunha, "Palavras de Recomendação", p. 1-2 (Pangim, 14 de janeiro de 1866).

15.2 Biografia

COSTA, B. F. da, "João José Pereira Garcez", p. 3-6 (Margão, 24 de janeiro de 1866).

15.3 Viagem

MELLO XAVIER, Adriano César de, "Viagem de Goa a Diu por Bombaim - Fragmentos de um livro inédito", p. 7-10.

15.4 Poesia

OLIVEIRA, José Pedro da Silva Campos, "Não Crês ?!", p. 11-13 (setembro de 1865).

15.5 Historiografia

ABREU, José Mariano de, "Historiografia - Série dos governadores da praça e cidade de Damão em ordem cronológica (a)", p. 14-16.

15.6 Noticiário

GONÇALVES, J., "Crônica do mês", p. 17-20 (janeiro de 1866).

16. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 16, fevereiro de 1866, p. 1-20.

16.1 Biografia

NAZARETH, José Maria do Carmo, "Caetano João Peres", p. 1-4.

16.2 Viagem

MELLO XAVIER, Adriano César de, "Viagem de Goa a Diu por Bombaim - Fragmentos de um livro inédito", p. 5-8 (continuação).

16.3 Ensaio

16.3.1 Religião

MIRANDA, J. C. Barreto, "Um Religioso Erudito", p. 9-10.

16.4 Poesia

GONÇALVES, J., "A Virgem", p. 11-12 (26 de janeiro de 1866).

16.5 Ensaio

16.5.1 Religião

SOUSA, P. Francisco Ferreira de, "Documentos Históricos. Interessantes e Inéditos (a). Carta do P. Francisco Ferreira de Sousa, conhecido pelo nome de P. Chicu, ao arcebispo D. Francisco d'Assumpção e Brito (b)", p. 13-15.

16.6 Ciência

MENDES, A. Lopes, "Historia Natural", p. 16.

16.7 Noticiário

GONÇALVES, J., "Crônica do mês. O carnaval. Lord Folkostone. Zé do Capote. Os figurinos de modas futuras. Sir Rustomjee. Os bailes. As petições de esmola. O museu do sr. Filipe Neri. Mentiras e verdades. Retirada do honorável. Espetáculo. O Garrett. O teatro da rua d'Ourém. Anúncios literários. Ocorrências marítimas. Os santos passos", p. 17-20 (fevereiro de 1866).

17. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 17, março de 1866, p. 1-20.

17.1 Biografia

GONÇALVES, J., "Sebastião Salvador Baptista Canã", p. 1-6 (março de 1866).

17.2 Viagem

MELLO XAVIER, Adriano César de, "Viagem de Goa a Diu por Bombaim - Fragmentos de um livro inédito", p. 7-10 (continuação).

17.3 Ensaio

17.3.1 Religião

ALBUQUERQUE, J. F. de, "A Lei do Sinai e a Lei do Gólgota", p. 11-14.

Epígrafe de Rebello da Silva, Fastos da Igreja: "A antiga sucede a nova época! As trevas, que vestiam de escuridão a sociedade velha rasgam-se; e a claridade do novo astro ilumina a terra e aponta o céu. A religião do amor substitui as falsas seitas e os erros, e o homem, que de antes morava na sombra da morte, vê no mundo o seu desterro, e pela imortalidade vê o paraíso a verdadeira pátria."

17.3.2 História

SOUSA, P. Francisco Ferreira de, "Documentos Históricos. Interessantes e Inéditos. II. Segunda carta do P. Chicu ao arcebispo D. Francisco.", p. 15-16.

17.4 Noticiário

GONÇALVES, Julio, "Crônica do mês. Escolas. Letras. Espetáculo. Novas Marítimas. Memórias Quaresmais", p. 17-20 (março de 1866).

18. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 18, abril de 1866, p. 1-20 (falta p. 20)

18.1 Biografia

GONÇALVES, Julio, "O Marechal Corrêa", p. 1-3 (abril de 1866).

Epígrafe de Rebello da Silva: "Exemplo das vicissitudes que podem experimentar uma carreira agitada, o varão, cujas memórias nos vemos constrangidas a contrair em breve

quadro, provou de todas as ilusões e desenganos, conheceu todas as grandezas, suportou as maiores adversidades".

18.2 Ficção

GONÇALVES, Julio, "Aventuras de um Simplicio. I. O fantasma", p. 4-9.

18.3 Ensaio

18.3.1 História

SOUSA, P. Francisco Ferreira de, "Documentos Históricos. Interessantes e Inéditos. 3ª carta do P. Chicu ao arcebispo D. Francisco.", p. 10-11.

18.4 Viagem

MELLO XAVIER, Adriano César de, "Viagem de Goa a Diu por Bombaim", p. 12-17 (continuação).

18.5 Poesia

OLIVEIRA, J. P. da Silva Campos, "A Uma Virgem. Improviso", p. 18 (17 de abril de 1866).

18.6 Noticiário

GONÇALVES, Julio, "Crônica do mês. Como me apresento e porque, A "Goa Sociável". "O que fomos e o que somos". Mais um livro. Teatro D. Pedro V. Extração de abanos. Banhos. As bexigas. A moda. Desculpa sem culpa", p. 19-20 (incompleto).

19. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 19, maio de 1866, p. 1-20 (faltam p. 1, 18, 19 e 20).

19.1 Biografia

CUNHA, José Gerson da Cunha "Luiz Caetano de Menezes", p. 1-4 (falta p. 1), (Candolim, 10 de maio de 1866).

19.2 Ficção

GONÇALVES, Julio, "Aventuras de um Simplicio. II. Um jesuíta", p. 5-10 (15 de maio de 1866).

19.3 Ensaio

19.3.1 Jornalismo

GONÇALVES, Julio, "Algumas Palavras sobre a Imprensa", p. 11-14 (12 de maio de 1866).

19.4 Viagem

MELLO XAVIER, Adriano César de, "Viagem de Goa a Diu por Bombaim", p. 15-17 (continuação).

20. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 20, junho de 1866, p. 1-20 (faltam páginas: 1, 14, 15, 16, 17, 18 e 19).

20.1 Biografia

GONÇALVES, Julio, "José Maria dos Remédios", p. 1-4 (15 de junho de 1866).

20.2 Ensaio

20.2.1 Biografia histórica

MIRANDA, Caetano Francisco de, "Lord Wellington", p. 5-9 (17 de junho de 1866).

Epígrafe de Chateaubriand, *Itineraire:* "Ordinairement l'amour de la patrie ou dela gloire conduit les héros aux prodiges".

20.3 Viagem

MELLO XAVIER, Adriano César de, "Viagem de Goa a Diu por Bombaim. Conclusão", p. 10-11 (março de 1866).

20.4 História

CABRAL, Francisco Antonio de Veiga, "Documentos Históricos - Carta do Governador Veiga Cabral, ao seu valido Ayres José Gomes", p. 12-13 (Rio de Janeiro, 18 de junho de 1809).

20.5 Noticiário

GONÇALVES, Julio, "Crônica do mês", p. ?-20, (incompleto, falta(m) página(s) anterior(es), junho de 1866.

21. LUSTRAÇÃO GOANA, n. 21, julho de 1866, p. 1-20.

21.1 Biografia

NAZARETH, José Maria do Carmo, "José da Costa Campos", p. 1-4.

Epígrafe de Rebello da Silva: "Só muito depois é que a posteridade recolhe como relíquias os ossos dos confessores do evangelho social, e ajoelhando proclama a santidade da sua missão".

21.2 Ficção

GONÇALVES, Julio, "Aventuras de um Simplicio. III. Onde é que está a riqueza", p. 5-8 (20 de julho de 1866).

21.3 Ensaio

21.3.1 Biografia histórica

ALBUQUERQUE, J. F. de, "Fr. Bartolomeu dos Mártires", 9-15.

21.4 Ficção

SEQUEIRA, J. F. de, "O Réquiem de Mozart", p. 16-17 (28 de junho de 1866).

21.5 Noticiário

GONÇALVES, Julio, "Crônica do mês. Inverno. Escolas. Espetáculos. Mercado. Rapina. Um caso de fazer medo ás crianças", p. 18-20 (julho de 1866).

22. LUSTRAÇÃO GOANA, n. 22, agosto de 1866, p. 1-20.

22.1 Biografia

GONÇALVES, Julio, "Isidoro Emilio Baptista", p. 1-4 (20 de agosto de 1866).

22.2 Tradução

FIGUEIREDO, "Algumas Palavras sobre a Gruta de Gethsemani (Da *Voyage en Orient* de Lamartine)", p. 5-6.

22.3 Ensaio

22.3.1 História

MIRANDA, Caetano Francisco de, "Duas Palavras sobre Washington e Napoleão", p. 7-9 (Margão, 11 de junho de 1866).

22.4 Historiografia

SEQUEIRA, J. F. de, "Historiografia – Relação nominal dos Governadores de Macau", p. 10-11 (continua).

22.5 História

"Documentos Históricos Inéditos. O Ministro de Portugal ao V. Rei Conde de Ega", p. 12-14 (N. Senhora da Ajuda, 2 de abril de 1761).

22.6 Poesia

OLIVEIRA, José Pedro da Silva Campos, "Uma visão. Ao meu amigo A. do Rozário Álvares", p. 15-17 (fevereiro de 1866).

22.7 Noticiário

ALBUQUERQUE, J. F. de, "Crônica do mês. Porque um leigo escreve hoje a crônica. As procissões de pedintes. Esperanças de boa novidade. Bardez atribulada. Abertura da barra. Recitas. O desinteresse sr. Doutor Magalhães", p. 18-20.

23. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 23, setembro de 1866, p. 1-20.

23.1 Biografia

GONÇALVES, Julio, "Agostinho Antonio Collaço", p. 1-5 (20 de setembro de 1866).

23.2 Tradução

MIRANDA, Caetano Francisco de, "Ode a Napoleão Bonaparte (Do Byron)", p. 6-9.

23.3 Ensaio

23.3.1 História

NAZARETH, José Maria do Carmo Nazareth, "Noticia das tentativas de assassínios políticos, promovidos desde 1850", p. 10-11.

23.4 Historiografia

SEQUEIRA, J. F. de, "Historiografia. Relação nominal dos Governadores de Macau", p. 12-13.

23.5 Gravura

s/ autor, "Valle de Cedron", p. 14.

23.6 Ensaio

23.6.1 Religião

L., "O Juízo Universal", p. 15-16.

23.7 Crônica Bibliográfica

GONÇALVES, Julio, "Crônica Bibliográfica: Narração da inquisição de Goa, de Mr. de Dellon, versão com notas acrescentamentos do Sr. M. V. d'Abreu.", p. 17-20 (10 de setembro de 1866).

23.8 Noticiário

OLIVEIRA, J. P. da Silva Campos, "Crônica do mês", p. 20.

24. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 24, outubro de 1866, p. 1-20 (incompleto, faltam as páginas 18-20).

24.1 Biografia

24.1.1 MIRANDA, Jacinto Caetano Barreto, "Estevão Jeremias Mascarenhas", p. 1-6 (Margão, 13 de outubro de 1866).

Epígrafe de Alexandre Herculano: "Tu que passas, descobre-te/ Além dorme o forte que morreu".

24.2 Ensaio

24.2.1 Filosofia

PINTO, F. C. da Cunha, "Os homens de Letras e a Glória dos Homens", p. 7-10.

24.3 Poesia

CAMPOS, M. J. da Costa, "Á Beira – Mar", p. 11-14.

Epígrafe de Garrett: "São nossos tristes amores contados de um modo que os não entenderá ninguém".

24.4 Crônica Bibliográfica

24.4.1 XAVIER, Filipe Neri, "Crônica Bibliográfica: Descrição do coqueiro, arequeira, arroz, e moedas de Goa, pelo sr. Filipe Neri Xavier", p. 15-17 (?).

25. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 25, novembro de 1866, p. 1-20 (incompleto, faltam as páginas: 1, 18-20).

25.1 Biografia

GONÇALVES, Julio, "Francisco Salvador Gomes", p. 1-4 (20 de novembro de 1866).

25.2 História

GONÇALVES, Julio, "O Conde do Rio Pardo. Noticia histórica", p. 5-6 (25 de novembro de 1866).

25.3 Ensaio

25.3.1 Religião

GONÇALVES, Julio, "Exéquias – Ao finado general Conde de Torres – Novas na Igreja da Conceição", p. 7-8 (20 de novembro de 1866).

25.4 Viagem

C.N., "Singapura – Fragmento de uma viagem inédita", p. 9-13.

25.5 História

25.5.1 CABRAL, Francisco Antonio de Veiga, "Copia da carta que o Marechal de Campo dos Exércitos de S. Majestade na India Francisco Antonio da Veiga Cabral escreveu ao desembargador secretário Feliciano Ramos Nobre Mourão, para ser apresentada ao sr. governador D. Frederico Guilherme de Sousa.", p. 14-16 (10 de julho de 1785).

25.6 Poesia

MENDES, A. Lopes, "Á cidade velha de Goa", p. 17-?

26. ILUSTRAÇÃO GOANA, n. 26, dezembro de 1866, p. 1-20 (incompleto, falta a página: 1).

26.1 Biografia

GONÇALVES, Julio, "Antonio José de Sá", p. 1-3 (31 de dezembro de 1866).

26.2 Poesia

OLIVEIRA, José Pedro da Silva Campos, "Amor e Dores", p. 4 (dezembro de 1866). Epígrafe de Gonçalves de Magalhães: "Profundo abismo é meu peito/ de amargura e de desgosto".

26.3 Viagem

C.N., "Pinang – Fragmento de uma viagem inédita", p. 5-8.

26.4 História

(?) "Requerimento que fez o Físico-mor Portugal ao sr. D. José da Câmara, e o despacho deste governador", p. 9-11 (Pangim, 29 de janeiro de 1779).

26.5 Tradução

FIGUEIREDO, "Os Metualis. Tradução livre das "viagens" de Lamartine", p. 12-13.

26.6 Noticiário

ALBUQUERQUE, J. F. de, "Crônica do mês. Suspensão deste periódico, e motivo porque a sua vida de 2 anos não é das curtas. Os terrais. Pletora de almanaques. Visita pastoral do prelado. A noite do natal. E as considerações que a sua beleza despertava. Ano novo e ano velho. Um aviso do sr. Campos Oliveira", p. 14-16. (Margão, 8 de janeiro de 1867)

26.7 Ensaio

26.7.1 GONÇALVES, Julio, "Agradecimentos e Despedidas", p. 17-20 (Nova Goa, 31 de dezembro de 1866). *Post scriptum*, p. 21.

26.8 Poesia

26.8.1 GONÇALVES, Julio, "Esperança", p. 22 (31 de dezembro de 1866).

26.9 Índice

26.9.1 "Índice dos artigos originais publicados por cada colaborador nos dois volumes da *Ilustração Goana*", p. 23-24.

Bibliografia

Fontes Primárias

Ilustração Goana (1864-1866). Periódico Literário, publicado primeiramente na Imprensa Nacional e depois na imprensa do Ultramar, em Margão.

Minerva Brasiliense (1843-1845), Jornal de Ciências, Letras e Artes, publicado por uma associação de literatos. Rio de Janeiro, na Tipografia de J. E. S. Cabral, rua do Hospício, n.° 66.

Bibliografia Geral

ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada.* Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BANDEIRA, Manuel. *Noções de história das literaturas*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Tradução Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902. 8 v.

BOSI, Alfredo, *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____ . *História concisa da literatura brasileira,* São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas.* 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____ . *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

BOXER, C. R. "A ditadura pombalina e as suas conseqüências (1755-1825). In: *O império marítimo português 1415-1825.* Lisboa: Edições 70, 1969. p. 179-201.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, 1981, 2 v.

_____ . *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

CAPELO, Rui Grilo et al. *História de Portugal em datas,* Coimbra: Temas e Debates, 1996.

CARREIRA, Ernestina. “Aspectos políticos”. In: LOPES, M. (Coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa:* O Império Oriental 1660-1820. v. 5, tomo 1. Lisboa: Editorial Estampa, 2006. p. 16-122.

CARREIRA, Ernestina. “Índia”. In: ALEXANDRE, Valentin; DIAS, Jill (Orgs.). *Nova história da expansão portuguesa* volume X, Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 657-717.

CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo: Editora Ática, 1998. (Série Princípios).

COELHO, Jacinto do Prado. *Dicionário das literaturas portuguesa, brasileira e galega.* Porto: Livraria Figueirinhas, Imprensa portuguesa, 1960.

COSTA, Aleixo Manuel de. *Dicionário de literatura goesa,* Instituto Cultural de Macau, Fundação Oriente, 1997. 3 v.

DEVI, Vimala; SEABRA, Manuel de. *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1971. 2 v.

DOMINGUES, Evandro Luis Von Sydow. *F(r)icções goesas*: vários mundos numa só vida. 2008. 195 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa: Editorial Verbo, 1963-1995.

ENGLUND, Steven. *Napoleão, uma biografia política*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FEIO, Mariano. *As castas hindus de Goa*. Lisboa: Junta de investigações científicas do Ultramar, Centro de estudos de antropologia cultural, n. 11, 1979.

FRANÇA, José Augusto. *O Romantismo em Portugal:* Estudo de factos socioculturais. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizontes, 1993.

FRIEDMAN, Norman. “Point of view in fiction”. In: STEVICK, Philip (ed.). *Theory of the novel.* London: The Free Press, 1976. p.108-137.

GARMES, Hélder. *A Convenção Formadora: uma contribuição para a história do periodismo literário nas colônias portuguesas*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999

_____ . “O pensamento mestiço e uma poética da mestiçagem”. In: *Via Atlântica*. n. 5. São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002. p. 182-185.

_____ . "Origem e estabelecimento da imprensa e da literatura em Goa", In: *Oriente, engenho e arte*: imprensa e literatura de língua portuguesa em Goa, Macau e Timor Leste, São Paulo: Alameda, 2004, p. 15-85.

_____ . *O romantismo paulista:* os Ensaios Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860. São Paulo: Alameda, 2006.

GARRETT, Almeida. "Portugal na balança da Europa: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem das coisas do mundo civilizado", Londres, 1830.

Grande Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1972.

Grande Enciclopédia Larousse Cultural. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1998.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, 1936-1960.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço.* Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).

LOPES, Hélio. *A divisão das águas*: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856). São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. (Coleção Ensaio n.88).

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. "Goa: a simbiose luso-oriental", In: LOPES, M. (Coord.). *Nova história da expansão português.* O Império Oriental (1660-1820). v. 5, tomo 2. Lisboa: Editorial Estampa, 2006. p. 15-204.

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, 2 v.

MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal.* v. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.* Tradução de Roland Corbisier; Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro.* 2ª edição, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1978.

MOISES, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos,* 17ª ed., São Paulo: Cultrix, 1988.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

Oceanos. *Indo-portuguesmente*. Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, trimestral, n. 19 e n. 20, setembro/dezembro de 1994.

PUNTONI, Pedro. "Gonçalves de Magalhães e a Historiografia do Império". In: *Novos estudos Cebrap*, n. 45. São Paulo, 1996.

RIBEIRO, Ivan Marcos, *A imprensa romântica do Brasil*: O Minerva Brasiliense (1843-1845) e seu segmento literário. 2001. 171 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Estadual de Assis, São Paulo, 2001.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira.* Luiz Antonio Barreto (org.). tomo II, Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE, Universidade Federal de Sergipe, 2001.

SAID, Edward W. *Orientalismo:* o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Gilda (Org.). *Brasil e Portugal 500 anos de enlaces e desenlaces*. v. 2. Real Gabinete português de leitura do Rio de Janeiro, 2001.

SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa.* 8ª ed., Porto Editora, 1975.

SCHWARZ, Roberto. "As idéias fora do lugar", In: *Ao vencedor as batatas.* 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992, p. 13-28.

SERAFIM, Cristina Seuanes, et al. In: MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *História dos portugueses no extremo oriente. Em torno de Macau*. v. 1, tomo I, Lisboa: Fundação Oriente, 1998.

SODRE, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil,* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

_____ . *História da literatura brasileira,* 10ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. "Hibridismo e tradução cultual em Bhabha". In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura*: mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 113-133.

SOUZA, Teotônio R. de. *O mar no quotidiano popular goês.* Lisboa: Academia de Marinham, 1993.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português 1500-1700. Uma história política e econômica.* Tradução de Paulo Jorge Sousa Pinto. Lisboa: Memória e Sociedade Difel, 1993.

TAVARES, Antonio Augusto (Dir.). *Estudos orientais.* v. 5. O oriente, hoje: do Índico ao Pacífico. Lisboa: Instituto Oriental, Universidade Nova de Lisboa, 1994.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo